

Universidade Aberta



**Políticas educativas e curriculares na integração de
alunos brasileiros em Portugal**

Maria das Dores Picão Ferreira

Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional

Orientadora: **Professora Doutora Ana Patrícia Tavares de Almeida**

Declaração relativa à utilização por terceiros

O presente trabalho académico pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório da Universidade Aberta.

Esta dissertação está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

É permitida a cópia e a partilha desta obra, desde que sejam respeitadas as seguintes condições:

- Atribuição: deve ser indicada claramente a autoria e a fonte.
- Uso Não Comercial: é proibida qualquer utilização para fins comerciais.
- Sem Derivações: não é permitida a criação de obras derivadas (como traduções, adaptações ou modificações).

O texto integral da licença pode ser consultado em:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



Agradecimentos

Uma caminhada desta natureza, embora solitária, é sempre acompanhada por um grupo de pessoas imprescindíveis para se conseguir vislumbrar o final do percurso.

E aqui chegados, é com um sentimento de missão cumprida que expresso o meu profundo agradecimento a todos os que me acompanharam, pois contribuíram para a concretização deste projeto.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, pela disponibilidade, pelo rigor científico, pela compreensão e prontidão nos momentos certos e pela sua grande simpatia.

À Ana Paula, por me ter incentivado a seguir este rumo e me dar aquele impulso de partida, que fez toda a diferença.

À Helena pela sua discrição e disponibilidade incondicional.

Por fim, à minha família, em especial ao meu marido e aos meus filhos, pela sua enorme paciência e compreensão na minha falta de disponibilidade e ausências prolongadas. Sem o vosso carinho nada seria possível.

A todos, o meu mais sincero obrigada.

Dedicatória

*Quem não procura novos horizontes, perde-se
na vida mundana do quotidiano.*

Hugo Silva, 2025

À minha família,
que sempre me apoiou nesta insistente procura de novos horizontes.



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE
STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration. I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 16 de abril de 2026

Nome completo/Full name: Maria das Dores Picão Ferreira

Assinatura/Signature:

manuscrita ou digital / handwritten or digital

Políticas educativas e curriculares na integração de alunos brasileiros em Portugal

Resumo

A conjuntura política, económica e social de vários países tem provocado o aumento dos fluxos migratórios na última década. Portugal, a par de outros países da União Europeia, tem registado um grande número de imigrantes, com particular incidência para a cidadania brasileira. Este aumento populacional tem efeitos nas escolas portuguesas que, num curto espaço temporal, se deparam com uma maior e mais heterogénea multiculturalidade, o que suscita preocupações na integração desses alunos. Neste contexto, este estudo procura analisar e descrever as políticas subjacentes à integração de migrantes nas escolas portuguesas, bem como os efeitos dos fluxos migratórios na sociedade. Atendendo a que a população brasileira é a maior nacionalidade presente nas salas de aula, pretende-se fazer uma comparação entre os currículos português e brasileiro para o ensino da matemática e de português, do 1.º ao 4.º ano.

O estudo é de natureza qualitativa e envolve a análise de um *corpus documental* diversificado, que procura abranger diferentes aspetos relacionados com o problema em estudo, constituído por: a) legislação; b) relatórios institucionais e técnicos; c) teses e dissertações; d) conferências e colóquios; e) notícias; f) documentos curriculares de Portugal e do Brasil.

A análise efetuada permitiu, primeiramente, verificar um aumento significativo das publicações envolvendo migrantes, nos últimos anos, principalmente ao nível da legislação e das notícias, acompanhando de alguma forma o aumento do fluxo migratório no nosso país.

No que respeita aos processos de equivalência, a análise empreendida com este estudo permitiu identificar constrangimentos na forma como estes processos de equivalência são geridos e aplicados, bem como diferenças curriculares em matemática, nomeadamente relacionadas com a antecipação de conceitos no currículo português. Estas diferenças curriculares podem estar na origem de maiores dificuldades na aprendizagem dos alunos, na medida em que a repetição ou omissão de conteúdos pode condicionar o seu desempenho e/ou motivação.

Palavras-chave: migrantes; currículo; migrantes nos *media*; equivalências

Education and curriculum policies in the integration of Brazilian students in Portugal

Abstract

Over the last decade, the political, economic, and social climate in several countries has led to an increase in migration flows. Portugal, along with other European Union countries, has experienced significant immigration, particularly from Brazil. This increase in population has impacted Portuguese schools, which have found themselves confronted with a larger and more diverse multicultural environment within a short space of time, raising concerns regarding the integration of these pupils. In this context, this study aims to analyse and describe the policies underlying the integration of migrants in Portuguese schools, as well as the effects of migration flows on society. As the Brazilian population is the largest national group in Portuguese classrooms, the study will compare the Portuguese and Brazilian curricula for teaching mathematics and Portuguese from grade 1 to grade 4.

The study is qualitative and involves analysing a wide range of documents to cover various aspects related to the issue under investigation. These documents include legislation, institutional and technical reports, theses and dissertations, conferences and colloquia, news articles and curriculum documents from Portugal and Brazil.

The analysis revealed, first and foremost, a significant increase in publications concerning migrants in recent years, particularly in the areas of legislation and news reporting, which to some extent mirrors the rise in migration flows in our country.

In relation to equivalence procedures, the analysis carried out in this study identified constraints in the management and application of these procedures, as well as curricular differences in mathematics, particularly relating to the anticipation of concepts in the Portuguese curriculum. These curricular differences may be the cause of greater learning difficulties for students, as far as the repetition or omission of content may affect their performance and/or motivation.

Keywords: migrants; curriculum; migrants in the mass media; equivalencies

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento teórico	4
1. Fluxos migratórios e educação.....	6
1.1. A população migrante na União Europeia e em Portugal	6
1.2. Impacto dos migrantes na educação.....	17
2. Políticas educativas e inclusão de alunos migrantes em Portugal.....	29
3. Os alunos migrantes nas escolas portuguesas	43
3.1. A escola como espaço de interculturalidade.....	50
3.1.1. A escola e a globalização.....	50
3.1.2. Educação e interculturalidade	54
3.1.3. A escola e a comunidade	57
3.2. Processos de equivalências e integração de alunos estrangeiros.....	59
3.3. O papel das lideranças no processo de integração e inclusão dos alunos migrantes	70
3.4. O currículo em Portugal e no Brasil.....	81
3.4.1. Introdução.....	81
3.4.2. O currículo em Portugal	83
3.4.3. O currículo no Brasil.....	87
II. Metodologia.....	89
1. Fundamentação metodológica	90
1.1. Enquadramento da problemática e objeto de estudo	90
1.2. Definição e delimitação do objeto de estudo	91
1.3. Objetivo geral da investigação.....	92
1.4. Objetivos específicos e questões de investigação.....	93

2. Processo de recolha documental.....	95
2.1. O processo de recolha de dados	96
2.1.1. Documentos legais.....	98
2.1.2. Relatórios institucionais.....	99
2.1.3. Teses e dissertações	99
2.1.4. <i>Media</i>	100
2.1.5. Conferências/colóquios	100
2.1.6. Currículos educativos.....	100
2.2. O processo de caracterização dos dados	102
III. Apresentação e Discussão dos dados	105
1. Implicações dos migrantes na comunidade.....	107
2. O processo de equivalências e a integração dos alunos internacionais.....	126
3. O currículo de matemática e de português em Portugal e no Brasil.....	132
IV. Conclusões e considerações finais.....	148
1. Conclusões do estudo e algumas considerações.....	149
1.1. Limitações ao estudo e considerações finais	156
Referências bibliográficas	159
ANEXO A – Legislação/Documentos normativos.....	171
ANEXO B – <i>Media</i>	182
ANEXO C – Teses e dissertações	231
ANEXO D – Relatórios institucionais.....	245
ANEXO E – Conferências/colóquios	247

Índice de tabelas

Tabela 1: Cidadãos de países terceiros que deixam a União Europeia em virtude de ordem de saída.....	9
Tabela 2: Equivalências de habilitações em vigor.....	66
Tabela 3: Equivalências de habilitações respeitantes às Escolas Europeias, em vigor.....	67
Tabela 4: Definição do conceito ‘integração’.....	71
Tabela 5: Definição do conceito ‘inclusão’ e ‘educação inclusiva’.....	71
Tabela 6: Estados mais populacionais do Brasil e suas regiões.....	102
Tabela 7: Temporalidade das legislaturas.....	110
Tabela 8: Número de teses e dissertações por instituição.....	115
Tabela 9: Instituições organizadoras de conferências sobre migrantes.....	118
Tabela 10: Jornais com maior circulação digital paga.....	120
Tabela 11: Análise comparativa das AE e da BNCC para Matemática.....	137
Tabela 12: Estrutura dos documentos curriculares de Português/Língua Portuguesa.....	142
Tabela 13: Habilidades para o 1.º e 2.º ano na BNCC e no CREP.....	144
Tabela 14: Análise comparativa das AE e da BNCC para Português/Língua Portuguesa...	145

Índice de figuras

Figura 1: Saída de cidadãos de países terceiros em virtude de ordem de saída.....	10
Figura 2: Estrangeiros residentes em Portugal, entre 2010 e 2022, por continente.....	13
Figura 3: As seis nacionalidades com maior número de residentes legais em Portugal.....	14
Figura 4: Nacionalidades mais representativas em Portugal.....	14
Figura 5: Número de residentes brasileiros e cabo-verdianos entre 2010 e 2022.....	15
Figura 6: Total de brasileiros residentes em Portugal entre 2010 e 2024.....	16
Figura 7: Número de estrangeiros no programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração entre 2011 e 2022.....	17
Figura 8: Vistos de residência entre 2011 e 2022.....	20
Figura 9: Atribuição de vistos a estudantes entre 2019 e 2022.....	20
Figura 10: Os 10 países com mais vistos de residência em 2021 e 2022.....	21

Figura 11: Número de imigrantes residentes em Portugal em 2021 e 2022.....	22
Figura 12: Nacionalidades mais representativas dos estrangeiros residentes em Portugal em 2023 e 2024	22
Figura 13: Os 10 distritos com mais vistos de residência em 2021 e 2022	23
Figura 14: Alunos das principais nacionalidades, por grupos etários, em 2021(%)	24
Figura 15: Vistos de residência para docência ou estudo em 2021 e 2022	25
Figura 16: Friso cronológico das políticas de imigração até 2015	34
Figura 17: Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em 2020/2021 e 2021/2022.....	43
Figura 18: Alunos estrangeiros matriculados em 2020/2021 e 2021/2022	44
Figura 19: Alunos estrangeiros matriculados em Português Língua Não Materna	45
Figura 20: Média da pontuação obtida a Matemática (OCDE, 2023).....	46
Figura 21: Amostra de alunos estrangeiros: total e mais representativa	48
Figura 22: Percentagem de alunos estrangeiros sem retenções no 1.º ciclo	48
Figura 23: Tabelas de equivalência do ensino básico e secundário	62
Figura 24: Tabela comparativa entre os sistemas do ensino básico e secundário	63
Figura 25: Despachos a conceder o estatuto de igualdade de direitos e deveres	69
Figura 26: Domínios do currículo.....	82
Figura 27: Matriz curricular do 1.º ciclo do ensino básico	86
Figura 28: Fontes documentais.....	97
Figura 29: Categorias de análise dos dados.....	104
Figura 30: Eixos de análise	106
Figura 31: Número de publicações sobre migrantes entre 1959 e 2025	107
Figura 32: Número de normativos que envolvem os migrantes por década	108
Figura 33: Número de normativos por categorias.....	109
Figura 34: Normativos publicados entre o Estado Novo e o início da XVII Legislatura	110
Figura 35: Distribuição dos assuntos relacionados com migrantes desde o Estado Novo até ao início da XVII Legislatura	111
Figura 36: Número de documentos sobre migrantes por categoria e Comissão Parlamentar.	112
Figura 37: Levantamento dos relatórios institucionais que abrangem migrantes	113
Figura 38: Distribuição das categorias de análise em cada Organismo.....	113
Figura 39: Distribuição dos Organismos em cada categoria de análise	114

Figura 40: Distribuição do número de teses e dissertações entre 2017 e 2025	115
Figura 41: Distribuição das teses e dissertações, por categoria	116
Figura 42: Número de conferências realizadas entre 2017 e 2025	119
Figura 43: Distribuição das conferências pelas categorias	119
Figura 44: Distribuição das notícias sobre migrantes entre 2017 e 2025	121
Figura 45: Distribuição do número de publicações em cada ano pelas categorias.....	122
Figura 46: Total de publicações em cada categoria.	123
Figura 47: Legislação sobre os processos de equivalência e PLNM	126
Figura 48: Número de relatórios nas categorias Equivalências e PLNM, por Organismo .	128
Figura 49: Número de notícias publicadas em cada ano, por categoria	129
Figura 50: Estrutura das AE de Matemática	132
Figura 51: Articulação dos conteúdos matemáticos.....	133
Figura 52: Estrutura das AE de Português	134
Figura 53: Estrutura da Base Nacional Comum Curricular	134
Figura 54: Estrutura da área de Matemática	135
Figura 55: Estrutura da componente de Língua Portuguesa	136
Figura 56: Estrutura dos documentos curriculares de matemática português e brasileiros	139
Figura 57: Extrato do CREP (Retirado de CREP, 2018)	142
Figura 58: Habilidades da BNCC para 1.º e 2.º ano de Língua Portuguesa	143
Figura 59: Extrato do DRCB (Retirado de DRCB, 2020)	144

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações, IP

AE – Aprendizagens Essenciais

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CP – Currículo Paulista

CREP – Currículo da Rede Estadual Paranaense

DCRB – Documento Curricular Referencial da Bahia

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

INE – Instituto Nacional de Estatística

OCDE/OEDC – Organização Europeia de Cooperação Económica /Organisation for Economic Co-operation and Development

OM – Observatório das Migrações

PIRLS – Progress in International Reading Literacy Study

PISA – Programme for International Student Assessment

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TIMSS – Trends in International Mathematics and Science Study

Introdução

Os fluxos migratórios produzem um grande impacto populacional, mas também económico e laboral (Abreu & Peixoto, 2009), contribuindo para transformar a sociedade portuguesa ao longo do tempo (Góis & Marques, 2018). O fenómeno migratório observado em Portugal na última década tem dado origem a manifestações na sociedade portuguesa, potenciadas pelo grande número de migrantes, maioritariamente provenientes do Brasil. Essas manifestações, principalmente presentes nos meios de comunicação social, têm a particularidade de chegarem facilmente às nossas casas e incitarem a curiosidade e o debate sobre os assuntos. A contínua chegada de imigrantes ao nosso país, traz consequências também nas salas de aula, com aumento do número de nacionalidades nos agrupamentos de escolas e, conseqüentemente, nas turmas. Esta conjuntura, associada a problemas identificados pelos professores na integração dos alunos migrantes no currículo português, em particular dos alunos brasileiros, foi o mote para a realização deste estudo. Como ponto de partida procuramos dar resposta à seguinte questão orientadora:

- Que políticas bilaterais suportam os processos de equivalências e de integração curricular a alunos brasileiros e que constrangimentos e desafios esses processos colocam às escolas portuguesas e à formação dos alunos?

A partir da questão orientadora foram formulados os seguintes objetivos de investigação:

- Analisar os normativos que regulamentam os processos de equivalência de habilitações dos alunos imigrantes;
- Elaborar uma síntese das políticas educativas bilaterais que regulamentam as equivalências dos alunos brasileiros nas escolas portuguesas;
- Analisar os currículos brasileiro e português, nas disciplinas de português e matemática, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade;
- Elaborar um documento síntese das diferenças e similaridades identificadas nos currículos brasileiro e português, nas disciplinas de português e

- matemática, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade, que possa contribuir para ajudar o processo de integração;
- Identificar constrangimentos e desafios colocados pelos processos de equivalência.

Atendendo à natureza dos objetivos definidos e às questões de investigação formuladas, optou-se por uma abordagem qualitativa, por se considerar a mais adequada para compreender, interpretar e problematizar as racionalidades subjacentes às narrativas produzidas no fenómeno em análise. A nossa intenção é dar complementaridade aos estudos efetuados, numa vertente ainda não estudada, sendo esse o aspeto inovador a que este estudo se propõe.

O *corpus documental* foi constituído a partir de seis categorias, selecionadas de acordo com a sua pertinência para a interpretação holística do objeto de estudo, em contextos distintos: a) legislação, enquanto expressão normativa e reguladora; b) relatórios institucionais e técnicos, que traduzem orientações, diagnósticos e recomendações; c) teses e dissertações académicas, representativas da produção científica especializada; d) comunicações apresentadas em conferências e colóquios, reveladoras do debate académico e profissional, bem como do interesse pela temática; e) textos provenientes dos *media*, designadamente jornais, que permitem captar a dimensão pública e discursiva do tema; e f) documentos curriculares de Portugal e do Brasil (São Paulo, Paraná e Bahia), analisados com vista à compreensão e comparação das opções educativas em Portugal e no Brasil.

A análise documental seguiu as etapas identificadas por Ary, Jacobs e Sorensen (2010) e o processo de codificação de Bardin (1979), criando as categorias a partir dos dados (Alvesson & Sköldbberg, 2018).

A presente dissertação encontra-se estruturada em quatro partes. A primeira parte constitui o enquadramento teórico, versando sobre os fluxos migratórios na União Europeia e em Portugal, bem como no impacto que esses fluxos migratórios tiveram ao nível da educação; sobre a evolução das políticas educativas relacionadas com a inclusão dos alunos migrantes nas escolas portuguesas e a análise dos dados estatísticos relativos ao número de alunos migrantes e respetivas nacionalidades, contextualizando a multiculturalidade presente nas escolas; dissertando sobre o papel da escola, enquanto espaço de

interculturalidade, os processos de equivalência e de integração, bem como o papel das lideranças em todo o processo de acolhimento e integração. Esta parte termina com uma introdução ao currículo, em geral, e aos currículos português e brasileiro, em particular.

A segunda parte integra os aspetos metodológicos, nomeadamente a definição e delimitação do problema em estudo e respetivos objetivos de investigação, bem como a descrição do processo de recolha e análise inerente ao *corpus documental*.

A terceira parte está dedicada à apresentação e discussão da análise dos dados, focada em três dimensões: normativa, académica e social.

Na quarta e última parte apresentam-se as principais conclusões do estudo, bem como as limitações experienciadas, tecendo-se algumas considerações sobre aspetos que poderão complementar este estudo.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Nesta primeira parte, serão abordadas as questões principais que circunscrevem a problemática em estudo, procurando assegurar o respetivo suporte teórico à investigação realizada. Por conseguinte, delinearam-se três focos de análise. Em primeiro lugar, considerou-se pertinente o estudo dos fluxos migratórios na União Europeia e em Portugal, bem como o seu impacto nas escolas portuguesas. Aqui são também apresentadas análises estatísticas que nos permitem uma visão holística sobre os fluxos migratórios e a sua influência em Portugal. Em segundo lugar, analisam-se as políticas implementadas em Portugal com vista ao acolhimento e inclusão dos alunos migrantes. Por último, apresenta-se uma perspetiva sobre a escola e o papel que desempenha junto dos alunos migrantes, bem como sobre os processos de equivalências, finalizando com uma análise ao currículo prescrito em Portugal e no Brasil das disciplinas em análise (português e matemática para alunos dos seis aos nove anos de idade).

Para uma melhor clarificação conceptual passaremos, de seguida, a tecer algumas considerações sobre a terminologia utilizada neste estudo e o significado a ela associado, nomeadamente no que concerne aos termos ‘migrante’ e ‘imigrante’.

O conceito de imigrante é muito inclusivo, podendo referir-se tanto à nacionalidade como à naturalidade dos indivíduos (Huddleston, Niessen & Tjaden 2013, citados em Oliveira, 2023), pelo que requer, antes de mais, clarificar o seu significado, na medida em que se torna relevante para a compreensão e leitura crítica dos dados estatísticos disponibilizados pelas investigações e estudos realizados. De acordo com a Eurydice (2004) um aluno migrante é proveniente de um país terceiro, independentemente das razões que levaram à sua deslocação, podendo estas constituir imigração regular, irregular, refugiados ou pedido de asilo. O relatório PISA de 2022 (OECD, 2023) classifica como imigrante o aluno em que ambos os progenitores nasceram num país diferente daquele onde realizaram o teste, tendo, assim, como critério a naturalidade dos pais. O critério de naturalidade é também utilizado no relatório da OCDE, que considera os imigrantes na categoria de nascidos no estrangeiro (OCDE/OECD, 2023). Já no caso português, o critério utilizado é a

nacionalidade (Marques & Martins, 2005), o que exclui dos dados estatísticos os cidadãos estrangeiros a quem foi concedida a nacionalidade portuguesa.

Nos dados da PORDATA¹, são considerados estrangeiros as pessoas de nacionalidade não portuguesa, fazendo o levantamento de dados apenas dos indivíduos que possuam autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação em vigor. A nacionalidade é medida pelo constante no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade.

Neste trabalho referimo-nos à população migrante como sendo o conjunto de pessoas dentro das que saem (emigrantes) e que entram (imigrantes) num determinado país (ou na União Europeia), excluindo aquelas que se deslocam dentro de um país. Os alunos imigrantes, estrangeiros ou internacionais são considerados os alunos que não têm o português de Portugal como língua nativa, mesmo que já possuam nacionalidade portuguesa, bem como os provenientes de países estrangeiros de língua oficial portuguesa.

¹ Portal estatístico da Fundação Francisco Manuel dos Santos, lançado em 2010.

1. Fluxos migratórios e educação

1.1. A população migrante na União Europeia e em Portugal

A migração de seres humanos é tão antiga quanto a própria humanidade (McAuliffe & Oucho, 2024). Contudo, sendo um fenómeno antigo, tem vindo a manifestar-se com maior intensidade na atualidade, gerando uma preocupação social e política crescente por parte dos Estados, no sentido de dar uma resposta adequada a este grande aumento do fluxo migratório. As razões subjacentes aos movimentos migratórios encontram-se relacionadas com vários fatores, sendo a prosperidade económica e estabilidade política consideradas um atrativo considerável para os migrantes (Eurostat, 2025c). Para Sander et al. (2013) as forças económicas são um dos grandes motivos para a migração internacional, sendo este fenómeno também influenciado por fatores demográficos, ambientais, políticos e de políticas públicas.

Situações problemáticas/de tensão ao nível social e político nos países de origem podem conduzir à necessidade de as pessoas saírem e/ou de procurarem refúgio noutros países. Segundo Sander et al. (2013), em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito de solicitar asilo contra perseguições, servindo de base para a Convenção sobre Refugiados de 1951. Um exemplo recente da aplicação do explanado nestes documentos é fomentado pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, que provocou uma grande deslocação de ucranianos, num curto espaço de tempo. Segundo a UNHCR - *Operational Data Portal for the Ukraine Refugee Situation* (UNHCR, 2025), mais de um quarto da população ucraniana fugiu das suas casas, em virtude da guerra com a Rússia. A 31 de julho de 2025 foram contabilizados 5 675 680 refugiados ucranianos, dos quais 5 115 120 estavam na Europa. De acordo com a Eurostat, em 31 de agosto de 2025 a Alemanha (1 210 515), a Polónia (995 925) e a Chéquia (385 855) constituíam os países com maior acolhimento. Nessa data a Alemanha e a Polónia detinham a maioria desses refugiados, respetivamente com 27,7% e 22,8% do total de refugiados na União Europeia (Eurostat, 2025e).

A história da Europa revela-nos ter havido muitos períodos em que o saldo migratório foi negativo. Ou seja, foi maior o número de pessoas a sair da Europa (emigrantes) do que o número daqueles que entravam (imigrantes). No entanto, entre 1950 e 1960 o número de imigrantes começou a aumentar e a partir de 1980 a Europa já registava mais imigração do que emigração (Muenz & Yaryyeva, 2024), em consonância com o que se passa na atualidade. A intensidade dos fluxos migratórios diminuiu com o início da pandemia de COVID-19 (Charles-Edwards et al., 2025) voltando a aumentar após o final dessa crise pandémica.

Para além da pandemia, situações de conflito nos países de origem são também responsáveis por grandes alterações nos fluxos migratórios. Entre 2013 e 2022 as pessoas admitidas na Europa por asilo e refugiados representavam 49% do total de imigrantes, sendo que os imigrantes de fora da União Europeia correspondiam a 22 milhões (Almeida, 2020). O final desse intervalo temporal, o ano de 2022, fica registado como “um ano muito especial”, marcado por um grande afluxo de refugiados devido à guerra na Ucrânia (Muenz & Yaryyeva, 2024).

Analisando em termos populacionais os últimos dois anos verifica-se que, em janeiro de 2023, 41 milhões (9 %) de pessoas da União Europeia eram cidadãos de um país diferente do seu país de residência, sendo que 14 milhões (3 %) eram cidadãos de outro país da União Europeia e 27 milhões (6 %) de um país não pertencente à União Europeia. Nesse ano, a população da União Europeia compreendia também 51 000 apátridas e 86 000 pessoas de nacionalidade desconhecida (Eurostat, 2024). Relativamente ao ano de 2024, 29 milhões (6,4%) de pessoas residentes na União Europeia eram de cidadãos de países não membros, o que representa um aumento de 2,3 milhões em comparação com o ano de 2023. A estes dados acresce que 17,9 milhões de pessoas residentes num país da União Europeia eram cidadãos de outro país da União Europeia, o que representa um aumento de 300 mil em relação ao ano de 2022 (Eurostat, 2025a). Por conseguinte, verifica-se a existência de um grande número de estrangeiros a residir nos países europeus, quer provenientes de fora da Europa, quer provenientes de outro país europeu. Tanto em 2023, como em 2024 os países com maior afluxo de estrangeiros eram a Alemanha, a Espanha, a Itália e a França. Em 2024, esses países registavam o seguinte número de estrangeiros: Alemanha (12,1 milhões),

Espanha (6,5 milhões), França (6,0 milhões) e Itália (5,3 milhões). A totalidade de estrangeiros nestes quatro países representava, em 2024, 69,5% do número total de estrangeiros residentes na União Europeia (Eurostat, 2025a).

O grande aumento do número de imigrantes tem promovido a necessidade de os estados debaterem sobre as estratégias políticas a delinear para fazer face a alguns problemas que essa realidade aporta, como a identificação de situações de irregularidade, o acesso a cuidados de saúde, a empregabilidade, entre outros. O efeito e a eficácia dessas políticas têm sido objeto de debate, nem sempre muito consensual e cuja divergência de análise pode ter subjacente uma ambiguidade conceptual. Para Haas et al. (2019) é importante distinguir os dois conceitos, clarificando que “«Efeito» refere-se ao impacto real de uma determinada política (implementada) sobre a migração, enquanto «eficácia» se refere à medida em que os objetivos da política foram alcançados” (Haas et al., 2019, p. 901). Outro aspeto importante prende-se com o entendimento acerca do significado de ‘políticas de imigração’. McAuliffe e Oucho (2024) consideram que para compreendermos e clarificarmos o discurso sobre a eficácia das políticas migratórias, primeiramente é essencial esclarecer o que se entende por políticas de imigração, definindo-as como sendo “as leis, regulamentos e medidas que os Estados nacionais elaboram e implementam com o objetivo (implícito ou explícito) de alterar o volume, a origem e a composição interna dos fluxos migratórios” (p. 503). Apesar de haver necessidade de mais estudos que ajudem a perceber o efeito e a eficácia das políticas migratórias, as evidências apontam que as políticas afetam significativamente os resultados da migração, mas esses efeitos parecem ser limitados comparativamente com outros fatores da migração (Czaika & Haas, 2013).

O discurso sobre a imigração tem vindo a ganhar força ao longo destes últimos anos, culminando com políticas migratórias que promovem uma maior intensificação das deportações. Segundo a Eurostat (2025d), no segundo trimestre de 2024 foram repatriadas para países terceiros, na sequência de uma ordem de saída da União Europeia, um total de 20 2528 355 pessoas, sendo a grande maioria cidadãos da Argélia (9 805), Marrocos (7 085) e Turquia (6 310). No mesmo espaço temporal, 116 495 cidadãos de países terceiros receberam ordem de saída de um país da União Europeia, maioritariamente cidadãos da Geórgia (2 460), Turquia (2 020) e Albânia (1 945). Relativamente ao mesmo trimestre de

2024, aumentou 3,6 % o número de cidadãos não pertencentes à União Europeia obrigados a sair e aumentou 12,7 % o número de pessoas devolvidas a países terceiros.

Na tabela seguinte encontra-se registado o número de cidadãos que saíram de países da União Europeia por ordem de saída, entre 2023 e o primeiro semestre de 2025, assinalando os países com maior número de situações e Portugal, para uma análise comparativa.

Tabela 1: Cidadãos de países terceiros que deixam a União Europeia em virtude de ordem de saída
(Dados retirados da Eurostat e organizada pela autora)

Ano	Cidadãos de países terceiros que deixam a União Europeia em virtude de ordem de saída		
	2023	2024	2025*
União Europeia (27)	434 490	454 740	240 775
França	136 690	128 745	69 750
Alemanha	44 625	57 080	32 010
Espanha	10 645	51 030	31 250
Países Baixos	21 290	19 075	14 190
Bélgica	25 750	26 075	13 495
Grécia	29 915	31 660	11 455
(...)	(...)	(...)	(...)
Portugal	1 570	750	60

* 1.º semestre

Na Tabela 1, o número de pessoas encontra-se ordenado por ordem crescente, relativamente ao primeiro semestre de 2025 e, como se pode verificar, Portugal regista uma tendência decrescente, apesar de nos restantes países se manter uma elevada saída de imigrantes de países terceiros.

No gráfico da Figura 1, os países encontram-se ordenados pelo número de pessoas apuradas em 2024, por ordem crescente. Pode observar-se que Portugal se encontra entre os países com menor saída de cidadãos de países terceiros em virtude de ordem de saída. Verifica-se ainda que de 2023 para 2024 houve uma redução em cerca de 50% no número de saídas. No 1.º semestre de 2025 saíram de Portugal, em virtude de ordem de saída, um total de 60 cidadãos. A França e a Alemanha são os países com maior número de saídas por motivo de ordem de saída, tanto em 2023 e 2024, onde já contam com um total de 69750 e 32010 pessoas saídas, respetivamente. Estes países voltam a liderar o número de ordens de saída e saídas no primeiro semestre de 2025.

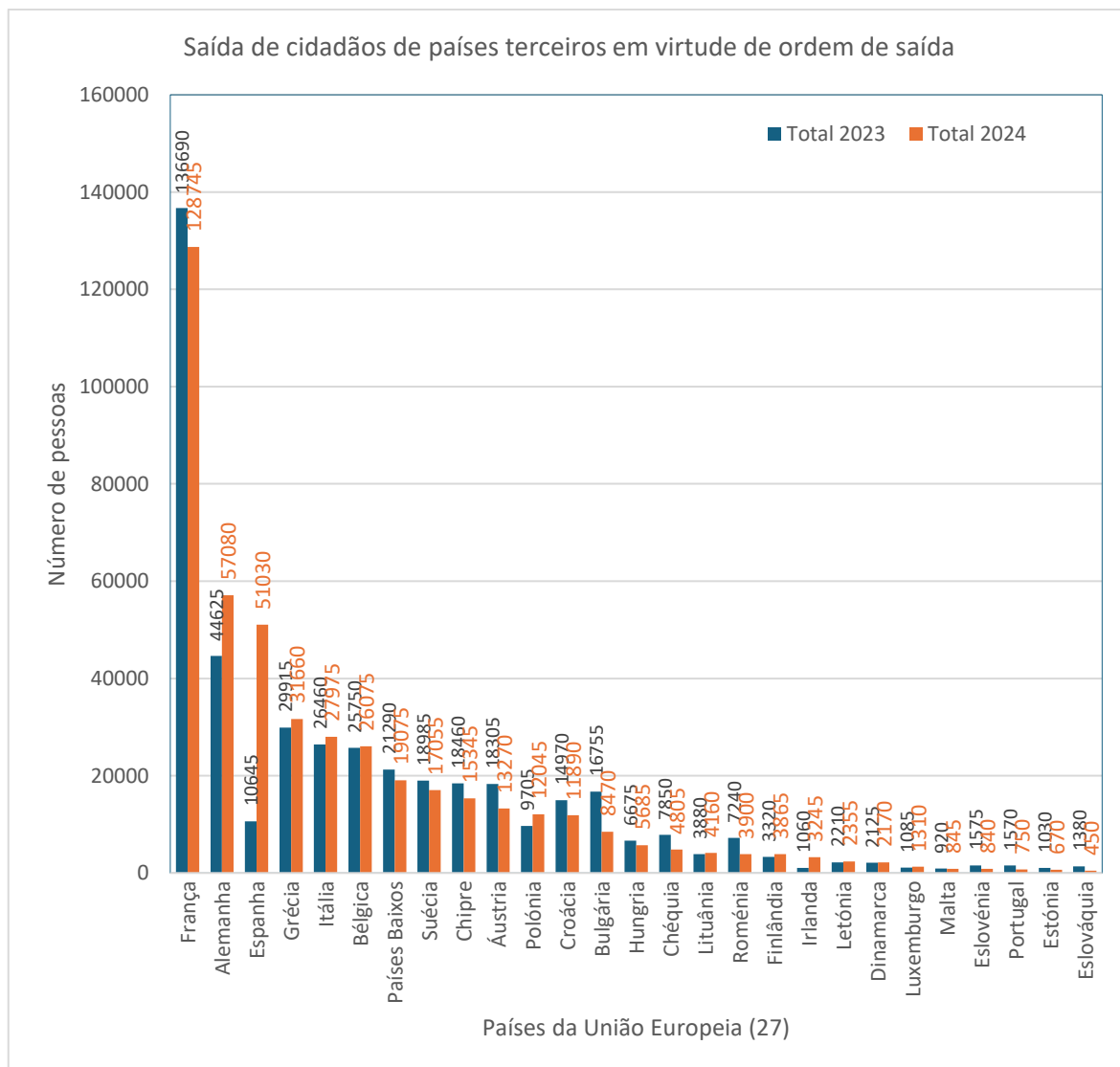


Figura 1: Saída de cidadãos de países terceiros em virtude de ordem de saída
(Dados retirados da Eurostat (2025d) de https://doi.org/10.2908/MIGR_EIORD1 e tratados pela autora)

Apesar de alguns discursos políticos anti-imigração e de alguns *media* centrarem a sua narrativa nos aspetos negativos da imigração, verifica-se que esta constitui uma via para solucionar alguns problemas das pessoas, nomeadamente para melhorar as suas condições de vida. Adicionalmente, a imigração pode ter um efeito positivo no mercado de trabalho dos países de destino, na medida em que aumenta a oferta de mão de obra em setores que manifestamente têm vindo a sofrer com a falta de trabalhadores, como a agricultura ou a construção civil, entre outros. No entanto, os trabalhadores imigrantes altamente qualificados são igualmente uma mais-valia principalmente nos países que apresentam um grande declínio populacional (McAuliffe & Oucho, 2024). Note-se que, em 2024, o aumento

do número de habitantes na União Europeia resultou exclusivamente dos fluxos migratórios, uma vez que a variação natural da população foi negativa, com 1,2 milhões de mortes a mais do que nascimentos (Eurostat, 2025a). Esses fluxos migratórios vêm colmatar a perda de mão de obra, qualificada ou não, de cidadãos nativos da União Europeia, contribuindo para o funcionamento da economia dos países.

Portugal, como país membro da União Europeia, encontra-se igualmente abrangido pelas implicações dos fluxos migratórios. Contudo, importa referir que Portugal tem um passado marcado, quer pela saída de portugueses em busca de trabalho e melhores condições de vida, quer pela entrada de estrangeiros. De um país marcadamente emigrante, cujo pico de emigração em 1970 regista uma saída de mais de 180 mil pessoas (Pires et al., 2020), Portugal transforma-se num grande recetor de imigrantes, sendo atualmente a comunidade brasileira a mais representativa, contabilizando um total de 484 596 residentes, em 2024 (AIMA, 2025). O aumento da imigração tem contribuído para o crescimento populacional na medida em que, também em Portugal, o saldo migratório compensa o saldo natural que tem sido negativo (INE, 2025). Ou seja, o saldo entre a emigração e a imigração é positivo e compensa o decréscimo da população de cidadãos nacionais, sendo dessa forma que Portugal consegue, atualmente, um crescimento populacional. Trata-se de uma questão de suma importância dado o crescente envelhecimento que o país vem apresentando. Este facto levou a que Abreu e Peixoto (2009) investigassem as consequências socioeconómicas do envelhecimento populacional e os contributos das políticas de imigração para fazer face a essa realidade. Os autores consideram que Portugal enfrentava um processo acentuado de envelhecimento demográfico, que se iria intensificar severamente nas décadas seguintes, pelo que recomendam a adoção de políticas mais liberais, igualdade de oportunidades e apoio à integração. Para além do impacto populacional, económico e laboral (Abreu & Peixoto, 2009), os fluxos migratórios contribuíram também para moldar a sociedade portuguesa, conduzindo ao país que temos na atualidade (Góis & Marques, 2018).

Fazendo uma breve retrospectiva histórica, verifica-se que até ao ano 2000 os imigrantes em Portugal eram principalmente oriundos dos países lusófonos, muito devido ao passado colonial do país. A maioria destes imigrantes dos PALOP (País Africano de Língua Oficial

Portuguesa) residia na área metropolitana de Lisboa e era pouco qualificada, pelo que trabalhavam em atividades que requeriam pouca ou nenhuma qualificação, como a construção civil ou os serviços pessoais e domésticos. Questões de natureza política, como a descolonização e a conseqüente alteração da Lei 308-A/75 de 24 de junho, que estabelece normas sobre a conservação da nacionalidade portuguesa pelos portugueses domiciliados em território ultramarino tornado independente, promoveu uma grande entrada de migrantes no país (Baganha et al., 2009).

Nas últimas décadas os fluxos migratórios têm vindo a aumentar, consubstanciando um grande número de cidadão estrangeiros a residir em território nacional. Segundo a AIMA (2024), em 31 de dezembro de 2024 estavam contabilizados 1 543 697 cidadãos estrangeiros a residir em Portugal. Desses estrangeiros, 1 096 170 possuem Título de Residência, 61 242 beneficiam de Proteção Temporária, 286 302 efetuaram Manifestação de Interesse, 7 517 tinham o título de residência caducado e pediram a Renovação, 92 341 tinham autorização de residência CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) caducada e 125 foi-lhes prorrogado o Visto de Longa Duração.

Denote-se que a publicação da Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, com alterações profundas nos regimes da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa e o Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, que aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, marcam uma viragem no processo de aquisição da nacionalidade permitindo o acesso

aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento do filho, bem como aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que se não encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há, pelo menos, cinco anos. (Decreto-Lei n.º 237-A/2006, 2006, preâmbulo)

Esta alteração teve implicações nos dados estatísticos, a partir de 2007, na medida em que a aquisição de naturalidade portuguesa, mais facilitada pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, fez com que um grande número de residentes estrangeiros

desaparecesse do cômputo dos estrangeiros, sendo integrados no cômputo dos nacionais (Oliveira, 2023).

Para uma melhor compreensão das características da população de imigrantes em Portugal e do comportamento estatístico dessa mesma população, apresentam-se, de seguida, alguns dados, na temporalidade compreendida entre 2010 e 2022, retirados da PORDATA (Figura 2).

Em 2022, o Instituto Nacional de Estatística registava que Portugal tinha uma população de 10 516 621 indivíduos, sendo que, segundo a PORDATA, nesse mesmo ano, Portugal registava um total de 781 247 estrangeiros com estatuto legal de residente, o que representa 7,4% do total da população, desse ano. Salva-guar-da-se que os estrangeiros em situação ilegal não se encontram representados nestes dados. Este aumento da imigração pode ter explicação em campos diversos, desde a conjuntura económica e social, posicionamento geográfico e/ou a própria conjuntura legal (Góis, 2022).

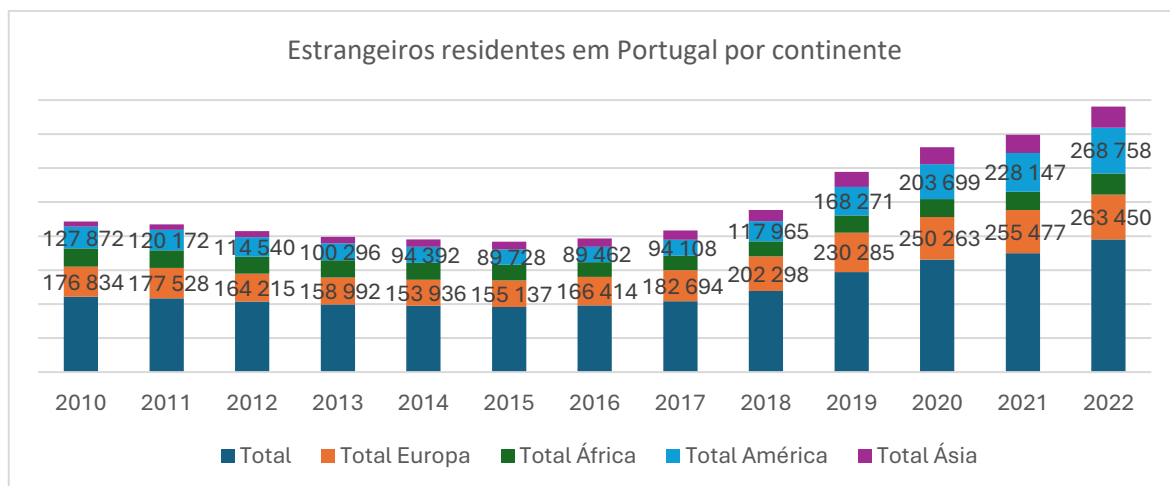


Figura 2: Estrangeiros residentes em Portugal, entre 2010 e 2022, por continente
(Fonte: autora, com dados retirados da PORDATA)

Uma análise das seis nacionalidades com maior número de estatuto legal de residente, em 2022, permite identificar o destaque da nacionalidade brasileira relativamente às restantes nacionalidades (Figura 3), com 239 676 indivíduos, o que representa 30,7% da população de estrangeiros a residir em Portugal. A seguir ao Brasil, o Reino Unido é a segunda nacionalidade estrangeira mais representada, com 45 218 indivíduos, ultrapassando Cabo-Verde, a partir de 2019.

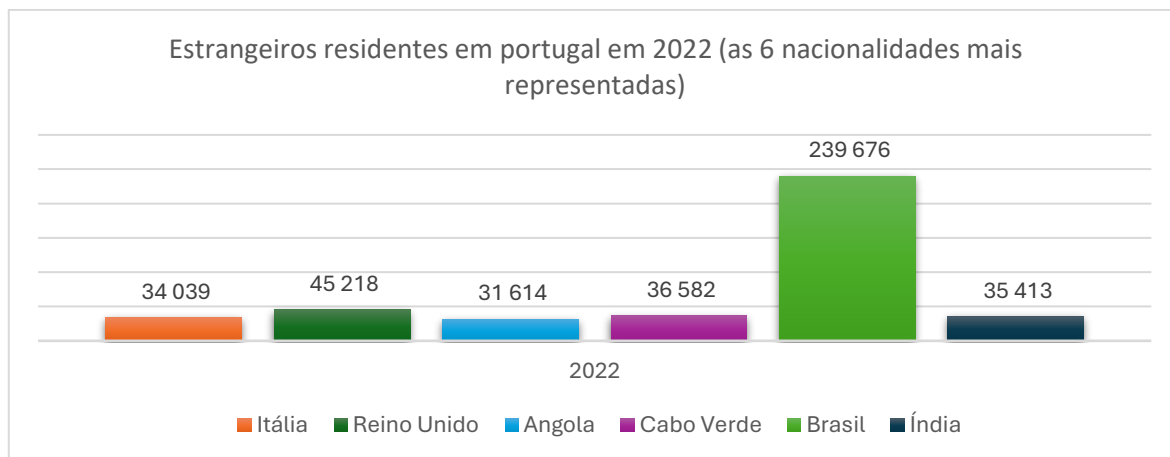


Figura 3: As seis nacionalidades com maior número de residentes legais em Portugal
(Fonte: autora, com dados retirados da PORDATA)

Relativamente aos anos de 2023 e 2024, uma análise aos relatórios elaborados pela AIMA em 2024 e 2025 permite verificar algumas oscilações na permanência de estrangeiros em Portugal. As seis nacionalidades mais representativas no ano de 2024 são o Brasil (484 596), a Índia (98 616), a Angola (92 348), a Ucrânia (79 232), Cabo Verde (65 507) e Nepal (58 086). É de salientar que, em 2023, o Brasil mantinha a liderança, sendo o país com maior número de residentes em Portugal e a Angola o segundo país com mais representatividade. Verifica-se que de 2023 para 2024 houve um grande aumento de entrada de indianos no país, como pode verificar-se na Figura 4, passando a Índia a ser a segunda nacionalidade mais representada. Nesta figura apresentam-se os 12 países com maior representação, salvaguardando que a Ucrânia, o Bangladesh e Paquistão não constam como países com maior representatividade no relatório da AIMA de 2024, publicado em 2025.

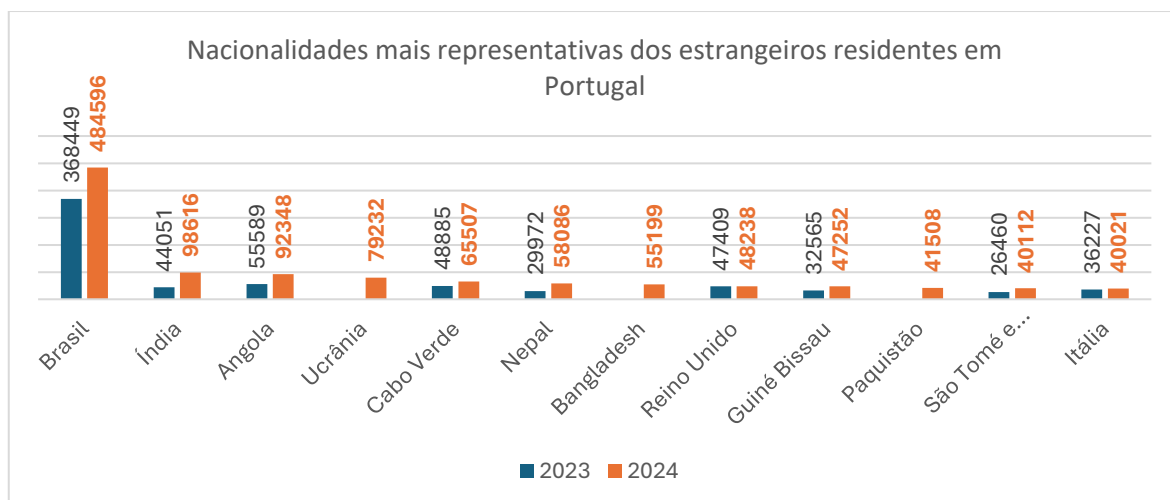


Figura 4: Nacionalidades mais representativas em Portugal
(Fonte: autora, com dados retirados da AIMA, 2025)

Verifica-se, assim, uma alteração na representatividade das nacionalidades estrangeiras em território nacional, sendo a comunidade brasileira a principal, desde 2008, ultrapassando a comunidade cabo-verdiana, que liderava os *rankings* (de acordo com os dados da PORDATA). Em 2010 a comunidade brasileira configurava já a maior comunidade de estrangeiros, com grande distância face à comunidade cabo-verdiana, distância essa que vem aumentando, principalmente a partir de 2018 (Figura 5).

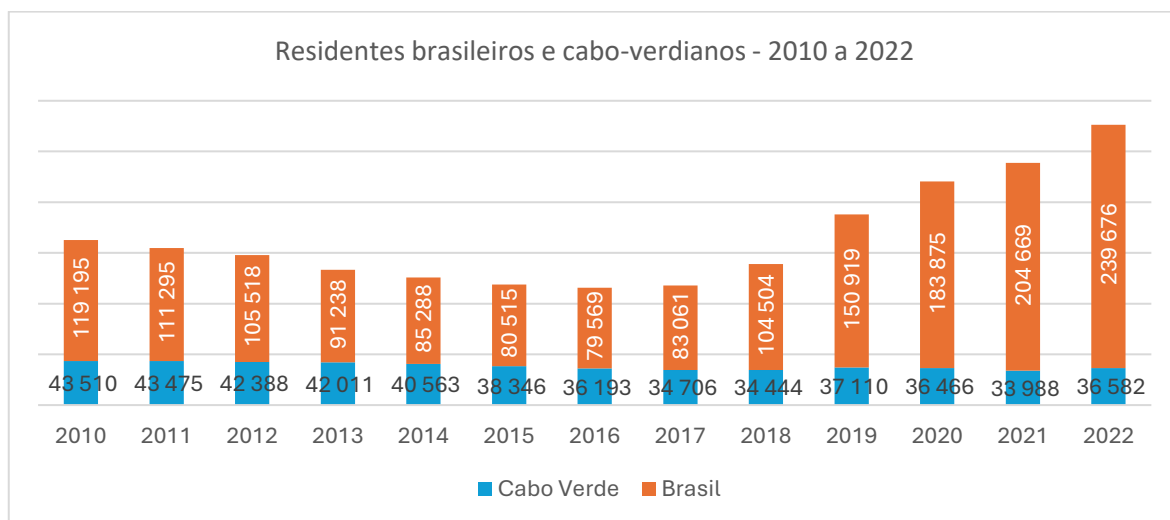


Figura 5: Número de residentes brasileiros e cabo-verdianos entre 2010 e 2022
(Fonte: autora, com dados retirados da PORDATA)

A análise dos dados estatísticos disponibilizados pela PORDATA (2010 a 2022) e pela AIMA (2023 a 2024) permite verificar algumas oscilações no número de brasileiros residentes em Portugal, com uma acentuada subida a partir de 2018. Em 2010, estimativas do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, apontavam para um número de cerca de 150 mil brasileiros residentes em Portugal, sendo o nosso país o mais procurado entre os pertencentes à União Europeia (Nunan & Peixoto, 2012), o que contrasta com os 119 195, registados na PORDATA. Este facto alerta para o grande número de cidadãos estrangeiros que possa estar em situação ilegal no nosso país.

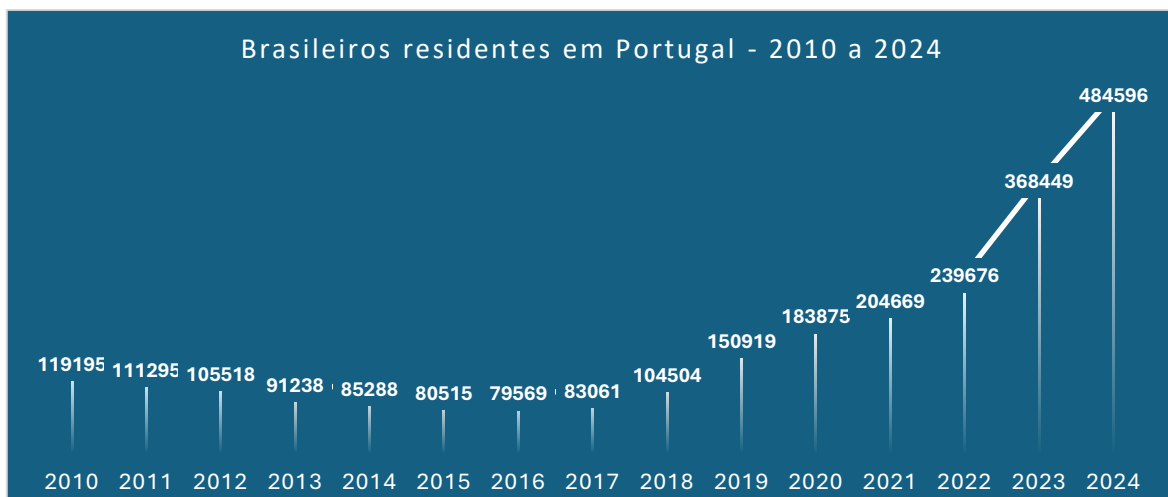


Figura 6: Total de brasileiros residentes em Portugal entre 2010 e 2024
(Fonte: autora, com dados retirados da PORDATA e AIMA)

Outro aspeto importante a observar é a possibilidade de retorno dos estrangeiros ao país de origem. No caso da comunidade brasileira residente em Portugal, um estudo desenvolvido por Nunan e Peixoto (2012) aponta para a possibilidade de retorno ao Brasil de uma parte desta comunidade, apesar de os autores referirem não haver evidências de retorno ao nível internacional. Apontam como razões justificativas o crescimento económico do Brasil e a recessão da economia portuguesa. Este retorno de brasileiros encontra-se documentado, revelando algumas oscilações ao longo dos anos, sendo que o número de inscritos no programa de retorno é substancialmente inferior ao número daqueles que embarcam para o país de origem (Oliveira, 2023). No entanto, a atualidade evidencia um grande aumento de imigrantes de nacionalidade brasileira, não descurando aqueles que retornam ao país de origem e mesmo aqueles que pretendem deslocar-se de Portugal para outro país da União Europeia. Oliveira (2023) alerta para as dificuldades no apuramento do número de imigrantes que regressam ao país de origem, na medida em que estes não informam as autoridades desse facto, recorrendo-se ao número de beneficiários do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração para uma aproximação do número de indivíduos que retornam. Em 2022 registaram-se 350 cidadãos de nacionalidade brasileira a beneficiar do programa de apoio ao retorno voluntário (Lopes & Machado, 2023).

Gráfico 2.4. Requerentes e utentes do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, entre 2011 e 2022

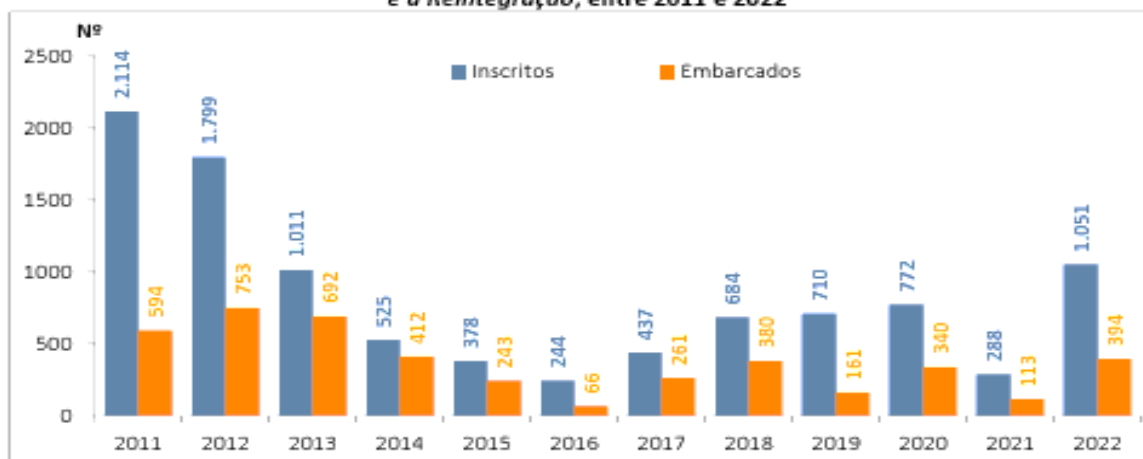


Figura 7: Número de estrangeiros no programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração entre 2011 e 2022 (Retirado de: Oliveira, 2023, p. 47)

Como se pode observar pelo que foi anteriormente explanado, o tema das migrações é de grande relevo para o conhecimento das populações nacionais e da União Europeia, bem como para a preparação e implementação das políticas nacionais e europeias para fazer face às necessidades que os fluxos migratórios acarretam, quer pelo excesso quer pela carência de população. A educação faz parte das estruturas que são diretamente implicadas com os fluxos migratórios e será objeto de análise no ponto seguinte.

1.2. Impacto dos migrantes na educação

Os fluxos migratórios acarretam alterações nos países de acolhimento, tanto pelo aumento demográfico, como pelas implicações ao nível dos mercados de trabalho, da saúde, da habitação, da educação, entre outras. A preocupação com estas implicações têm sido objeto de análise por diferentes organismos tanto a nível nacional como da OCDE. Em primeiro lugar, pelo Instituto Nacional de Estatística, na medida em que constitui o órgão central de produção e difusão de estatísticas oficiais em Portugal. Paralelamente, outras entidades, como por exemplo o Observatório das Migrações, o SEF (substituído pela AIMA), a AIMA e o Conselho Nacional de Educação, têm produzido relatórios que nos permitem uma leitura abrangente sobre a problemática dos migrantes e também sobre o seu impacto nas escolas portuguesas. Também ao nível internacional, a OCDE tem produzido um grande número de publicações, nomeadamente “*Education at a Glance*”, os relatórios PISA ou

“*OECD Skills Outlook*”, que nos permitem, entre outras análises, compreender não só o desempenho escolar dos alunos imigrantes como as características que podem estar na génese ou ter influência nesse desempenho.

O Observatório das Migrações (OM) (até 2014 designado Observatório das Imigrações), fundado em 2002, por Roberto Carneiro, constituiu uma unidade autónoma do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM), que disponibilizava documentação relevante, dentro do seu âmbito, nomeadamente: a) estudos; b) teses e dissertações; c) relatórios estatísticos decenais e anuais, cadernos estatísticos temáticos e estatística de bolso (com a designação de imigração em números). Em 2015, havia registo de 44 investigações conducentes ao grau de mestre ou de doutor (ACM, 2015). Segundo Hortas (2013), as investigações sobre alunos imigrantes, em contexto educacional, centram-se sobre os seguintes aspetos:

- i) no direito/igualdade de acesso à educação;
- ii) na aprendizagem da língua do país de acolhimento;
- iii) na influência da cultura e religião no acesso à escola e/ou na segregação em meio escolar;
- iv) na relação entre a segregação residencial e a segregação escolar;
- v) nos fatores que conduzem ao acesso tardio à escola;
- vi) no insucesso e abandono escolar;
- vii) na entrada precoce no mercado de trabalho e;
- viii) na educação *multi* e intercultural. (p. 21)

Para além das investigações, os estudos realizados permitem-nos um conhecimento mais alargado da realidade, em termos de imigração, quer no nosso país, quer dos países da OCDE, nomeadamente no que respeita aos dados estatísticos. O relatório de 2023, *Imigração em Números*, deste Observatório, tem como anos de referência 2021 e 2022 e uma análise sustentada por mais de três centenas de indicadores de trinta e duas fontes estatísticas e administrativas nacionais, abrangendo 15 dimensões de integração, nomeadamente: 1) Imigração: perceções e realidade; 2) Entrada, permanência e saída de estrangeiros; 3) Características sociodemográficas; 4) Demografia; 5) Educação e Qualificações; 6) Aprendizagem da Língua Portuguesa; 7) Trabalho; 8) Inclusão Social; 9)

Habituação; 10) Saúde; 11) Sistema de Justiça; 12) Discriminação de base racial e étnica; 13) Recenseamento eleitoral; 14) Acesso à nacionalidade portuguesa; 15) Remessas. Todas estas dimensões são valiosas para a análise da problemática, mas algumas não se enquadram necessariamente no âmbito deste estudo, pelo que se dará mais relevância às dimensões ligadas à educação e aos aspetos a ela interligados.

Para uma interpretação cuidada dos dados, Oliveira (2023) alerta para os conceitos de *imigrante* e *estrangeiro*, que apesar de usualmente serem considerados sinónimos, efetivamente não o são. Por um lado, há cidadãos de nacionalidade estrangeira que já nasceram em Portugal e não têm experiência migratória. Por outro lado, há imigrantes que adquiriram nacionalidade portuguesa e são excluídos da contabilização de cidadãos estrangeiros a residir em Portugal. Este é um aspeto importante, atendendo ao número de pedidos de nacionalidade efetuados. Note-se que, segundo Lopes e Machado (2023), o relatório do SEF de 2022 emitiu um total de 63 126 pareceres favoráveis à aquisição da nacionalidade portuguesa. Assim, Oliveira (2023) clarifica que no relatório Imigração em Números não são analisados os imigrantes com nacionalidade portuguesa, bem como os seus descendentes. Alerta, ainda, para o facto de não haver consenso internacional na forma como estes conceitos são operacionalizados nos diferentes países, o que se traduz numa limitação da análise estatística a ter em conta.

Da análise do relatório estatístico anual 2023 (Imigração em Números), do Observatório das Migrações, salienta-se o grande aumento da imigração a partir de 2020 (Figura 8), o que vai ao encontro da perceção que temos relativamente ao aumento do número de alunos estrangeiros nas escolas portuguesas, bem como de investigações realizadas (Mouraz et al., 2025).

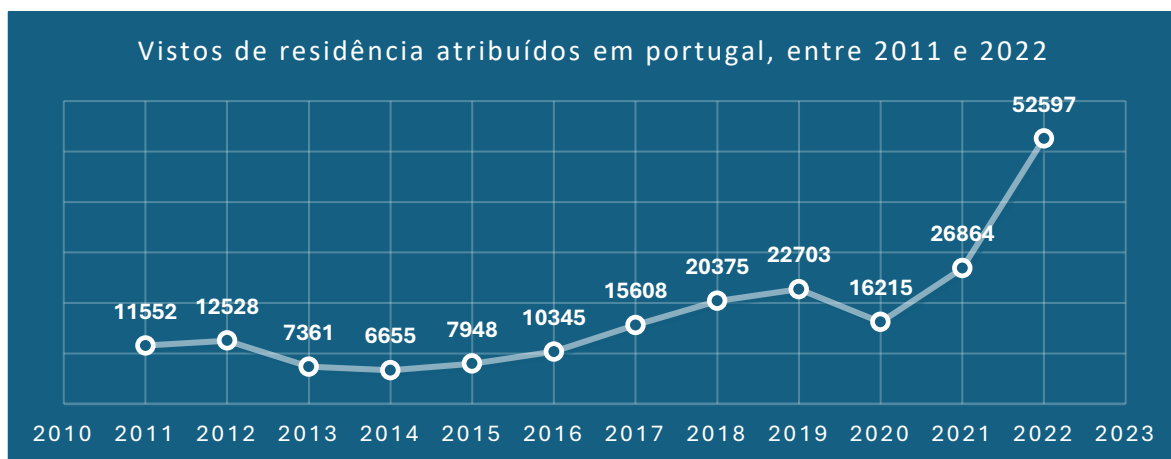


Figura 8: Vistos de residência entre 2011 e 2022
(Fonte: autora com dados retirados de Oliveira, 2023)

A análise do número de vistos de residência atribuídos entre 2011 e 2022 (Figura 8) permite verificar uma tendência de crescimento, embora com algumas oscilações, sobressaindo o substancial aumento dos vistos atribuídos de 2021 (26 864) para 2022 (52 597). Este facto está em consonância com os dados relativos aos estrangeiros residentes em Portugal, que também evidenciam um grande aumento de 2021 para 2022 (Oliveira, 2023). Contudo, em 2024 verificou-se uma descida de 34% na emissão de títulos de residência, relativamente ao ano de 2023 (AIMA, 2025).



Figura 9: Atribuição de vistos a estudantes entre 2019 e 2022
(Fonte: autora com dados retirados de Oliveira, 2023)

Focando a atenção sobre a categoria Estudantes (Figura 9), verifica-se que os vistos atribuídos aos estudantes têm vindo a aumentar desde 2020 (8697) até 2022 (16 708), sendo a quebra registada de 2019 para 2020 justificada pela pandemia.

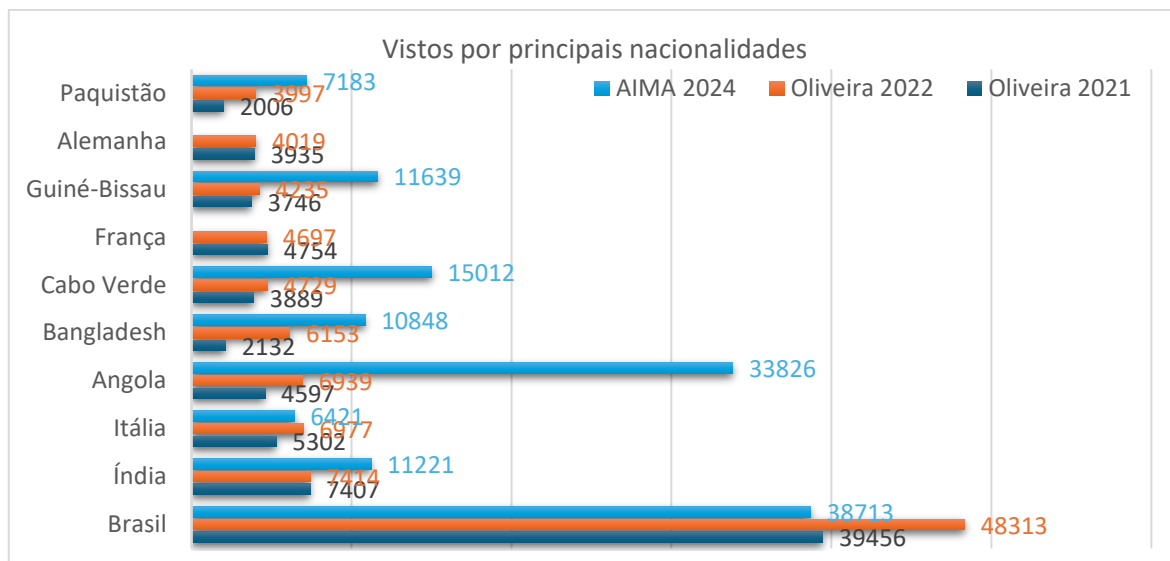


Figura 10: Os 10 países com mais vistos de residência em 2021 e 2022
(Adaptado de Oliveira, 2023 e AIMA, 2024)

Uma análise aos vistos passados em 2021 e 2022, por nacionalidades dos requerentes (Figura 10), permite concluir que o Brasil foi o país ao qual se emitiram mais vistos, com um total de 39 456 vistos em 2021 e um aumento considerável para 48 313 em 2022. Em segundo lugar, a Índia tem registados 7407 vistos em 2021 e 7414 em 2022, evidenciando um aumento pontual. É de salientar o grande aumento de vistos a cidadãos do Bangladesh, que passou de 2132 em 2021 para 6153 em 2022. A análise do ano de 2024 permite observar um decréscimo dos vistos de residência emitidos a cidadãos brasileiros, que podem ser explicados pelo “elevado número de concessões decorrentes da conversão automática de Manifestações de Interesse por AR CPLP de nacionalidade brasileira que decorreu no ano de 2023” (AIMA, 2025, p. 11). Por outro lado, houve um elevado aumento nos vistos passados a cidadãos angolanos, bem como a cidadãos de Cabo Verde, da Guiné-Bissau e do Paquistão.

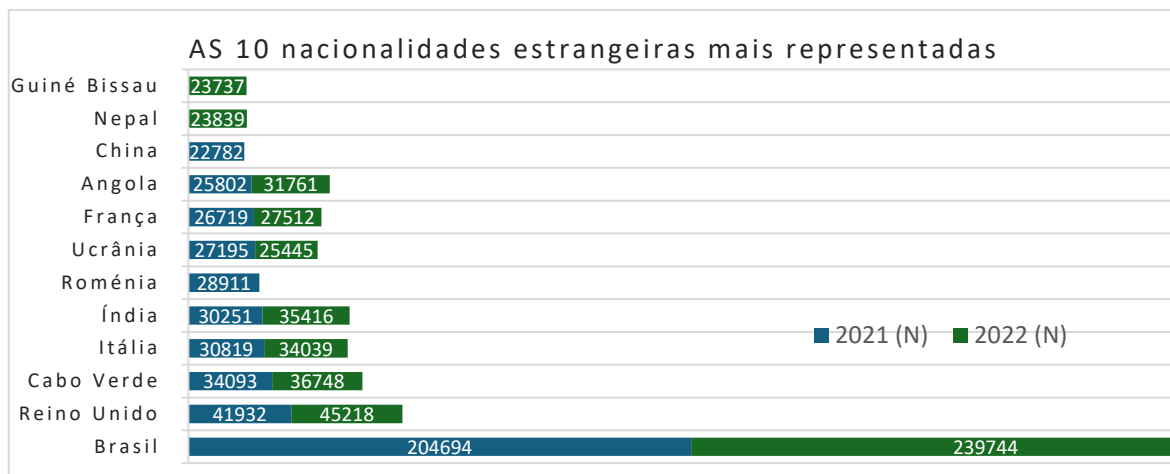


Figura 11: Número de imigrantes residentes em Portugal em 2021 e 2022
(Adaptado de Oliveira, 2023).

Relativamente às nacionalidades mais representadas em Portugal, nos anos de 2021 e 2022 (Figura 11), verifica-se que o Brasil é largamente a nacionalidade com mais cidadãos imigrados no nosso país. Entre 2021 e 2022 o número de imigrantes brasileiros aumentou de 204 694 para 239 744, o que representa um acréscimo de 35 050 pessoas. O Reino Unido é a segunda nacionalidade com maior representatividade em Portugal, com um total de 41 932 e 45 218 imigrantes em 2021 e 2022, respetivamente. Seguem-se Cabo Verde, Itália, Índia, Roménia, Ucrânia, França, Angola, China, Nepal e Guiné-Bissau, bem como muitas outras nacionalidades.

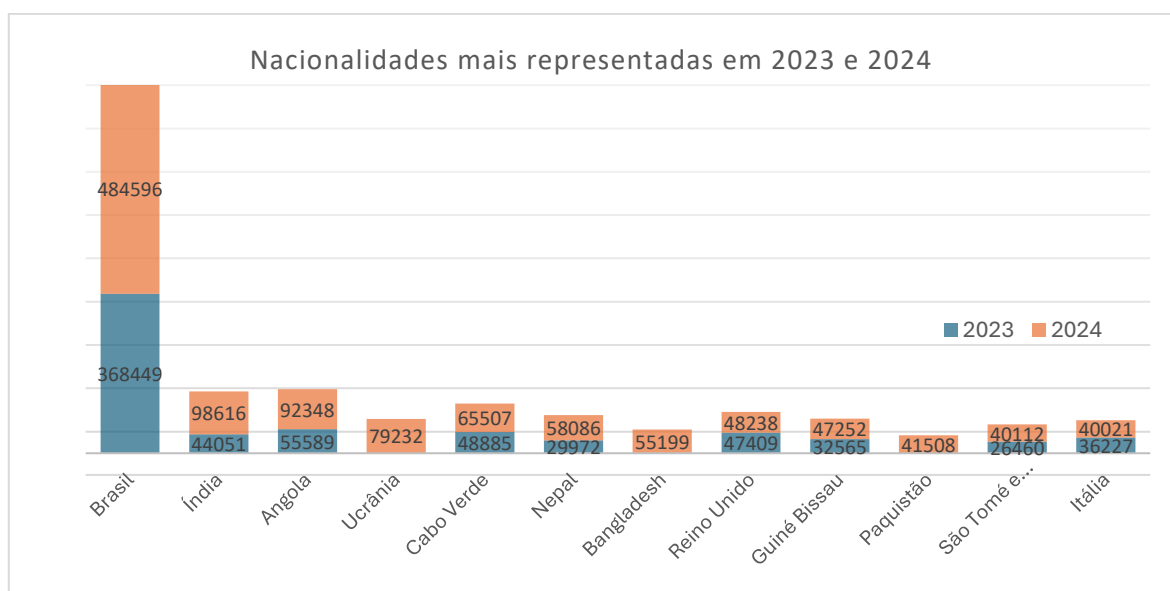


Figura 12: Nacionalidades mais representativas dos estrangeiros residentes em Portugal em 2023 e 2024
(Fonte: autora com dados retirados de AIMA, 2025)

Analisando os dados de 2023 e 2024 (Figura 12), verifica-se alguma alteração na representatividade das nacionalidades. O Brasil continua a ser o país mais representado, com um grande aumento de cidadãos em Portugal (em 2024 estavam contabilizados 484 596). Contudo, em 2024 há um aumento significativo dos cidadãos angolanos, o que se repercutiu no grande número de alunos angolanos nas escolas (Mouraz et al., 2025). O estudo conduzido por Mouraz et al. aponta para uma realidade muito próxima dos dados nacionais, registando Brasil, Angola e Ucrânia como as três nacionalidades com maior representatividade no grupo dos alunos estrangeiros.

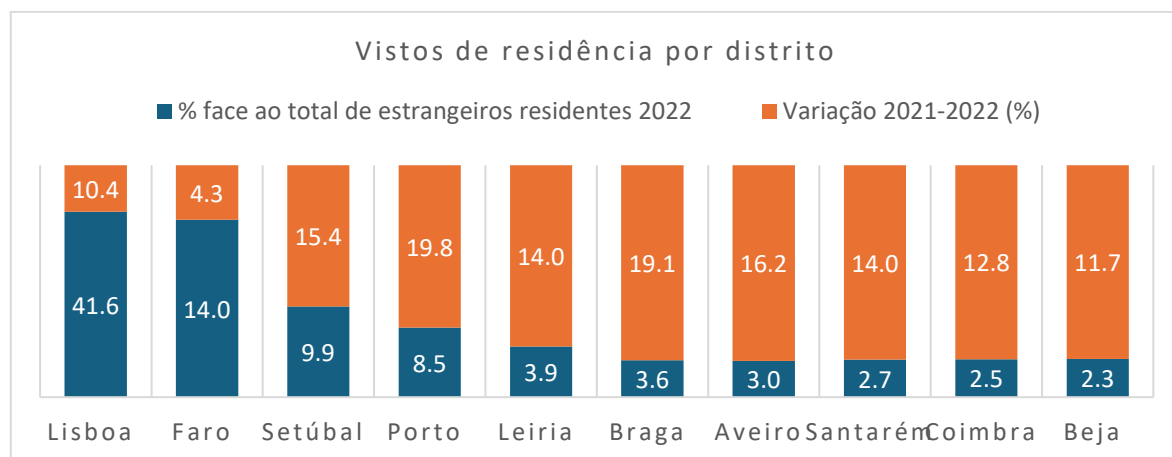


Figura 13: Os 10 distritos com mais vistos de residência em 2021 e 2022
(Adaptado de Oliveira, 2023)

Uma análise por distrito permite-nos verificar que Lisboa é o distrito com maior percentagem de vistos de residência, com 41,6% dos estrangeiros registados em Portugal, em 2022, sendo os distritos do Porto e de Braga aqueles que apresentam maior variação percentual entre 2021 e 2022. Estes distritos têm vindo a registar um aumento considerável de cidadãos estrangeiros.

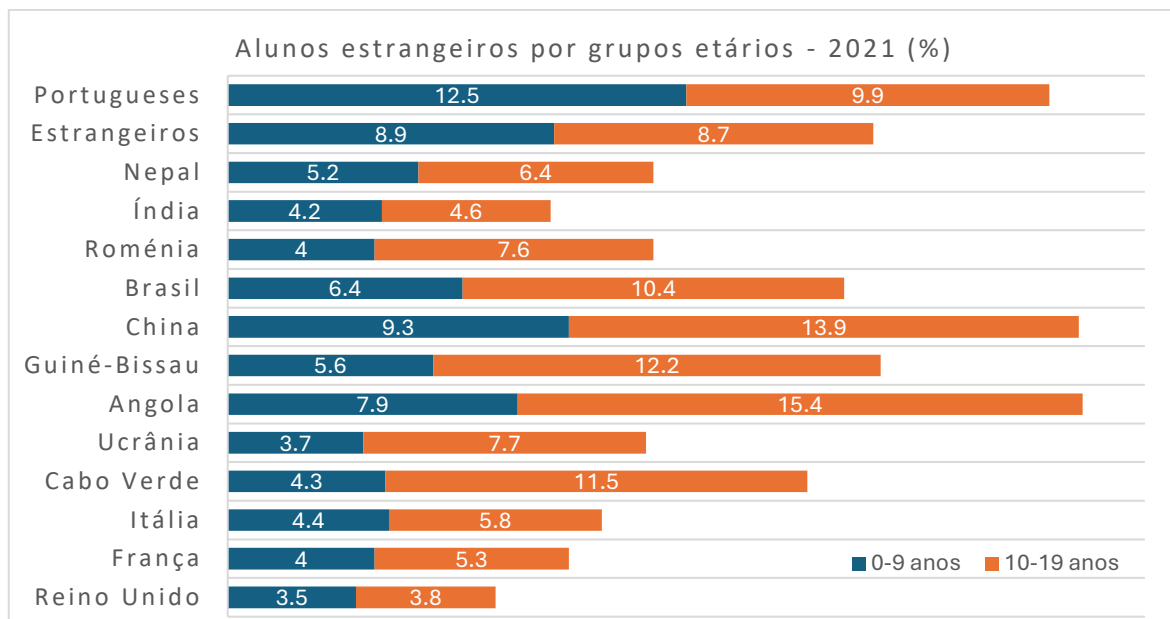


Figura 14: Alunos das principais nacionalidades, por grupos etários, em 2021(%)
(Adaptado de Oliveira, 2023)

Os dados de 2021 revelam 8,9% da população de estrangeiros com idades compreendidas entre 0 e 9 anos de idade, face aos 12,5% de portugueses do mesmo grupo etário, sendo a China o país com maior percentagem da sua população de indivíduos nesta faixa etária (9,3%), seguido da Angola (7,9%) e do Brasil (6,4%). Salienta-se que é neste grupo etário que se enquadram os alunos do 1.º ciclo, embora em idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos de idade. No que concerne ao grupo etário com idades compreendidas entre os 10 e os 19 anos, onde se enquadram os alunos do 2.º ciclo ao início do ensino superior, a população de estrangeiros é de 8,7% face à população de portugueses que apresenta 9,9%. Neste grupo, Angola apresenta a maior percentagem de população, com 15,4%, seguido da China, com 13,9% e de Guiné-Bissau, com 12,2% da sua população neste intervalo etário.

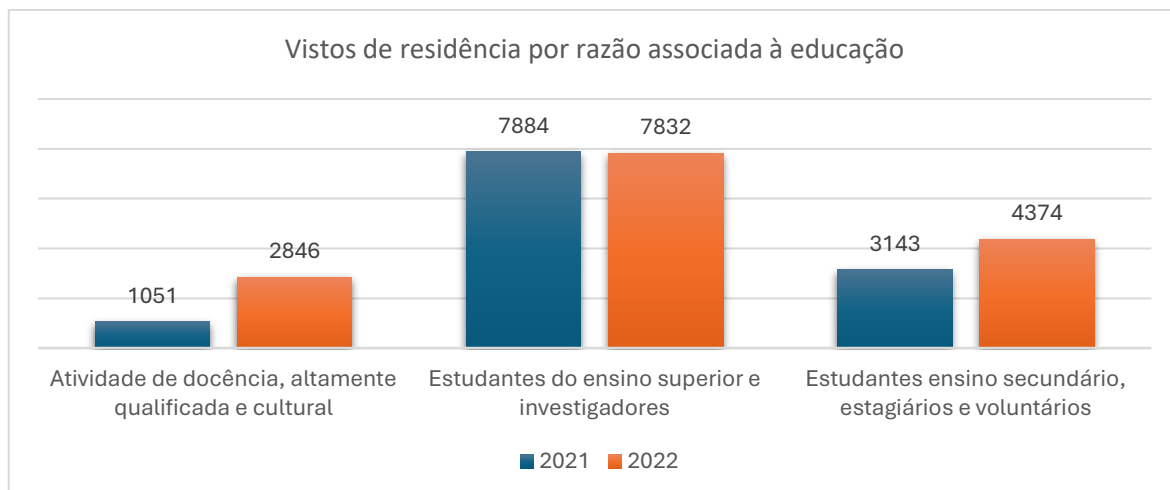


Figura 15: Vistos de residência para docência ou estudo em 2021 e 2022
(Adaptado de Oliveira, 2023)

O relatório *Imigração em Números*, de 2023 apresenta uma análise dos pedidos de vistos de residência, assentes em diferentes razões, como o exercício de atividade subordinada, a docência, estudo, reagrupamento familiar, entre outras. O gráfico apresentado na Figura 15 revela-nos um excerto dessa análise, centrada em razões associadas à educação e permite-nos verificar que houve um aumento acentuado de vistos concedidos a estudantes do ensino secundário, estagiários e voluntários: de 3143 indivíduos em 2021 para 4374 em 2022.

O aumento de alunos estrangeiros tem promovido o debate acerca do papel que estes alunos desempenham no sistema educativo, nomeadamente no baixo desempenho registado pelos alunos estrangeiros (Bartolomeo & Bonfanti, 2014). Esta realidade tem conduzido ao interesse dos investigadores sobre a temática, procurando compreender melhor a situação dos alunos migrantes no que respeita às políticas de acolhimento destes alunos, à sua integração, ao desempenho escolar, entre outros aspetos. Há claramente uma maior preocupação com a educação dos migrantes pois como referem Jacobs e Unterreiner (2017),

education is at the heart of the integration of migrants and their descendants. The level of education is indeed the cornerstone of upward (or downward) social mobility. It impacts migrants' access to and position within the labor market, and their potential income level, which in turn impacts their housing. (p. 43)

Um grande número de investigações revelou que o sucesso educativo dos alunos migrantes varia entre diferentes grupos de origem (PISA, 2009; Dronkers, Levels & de Heus, 2014; Jacobs & Unterreiner, 2017). A esse respeito, Dronkers, Levels e de Heus (2014) mencionam, ainda, que investigações conduzidas anteriormente concluíram que as diferenças no desempenho escolar dos alunos migrantes, face aos alunos nativos, eram explicadas pelas características individuais dos alunos. No entanto, sabemos que o desempenho escolar dos alunos pode ser condicionado por vários aspetos, nomeadamente do foro psicológico, social, entre outros. Para uma melhor clarificação das razões que conduzem a essas diferenças, os autores (Dronkers, Levels & de Heus, 2014) analisaram o desempenho em ciências de 9279 alunos migrantes com 15 anos, originários de 35 países diferentes, a viver em 16 países de destino, utilizando dados do PISA 2006 e tendo em consideração as características dos sistemas educativos dos países de origem e de destino. A análise pretendia medir a importância da diferenciação (estratificação do ensino), normalização (existência de normas externas para garantir a qualidade do ensino) e disponibilidade de recursos (humanos e materiais). Como principais resultados, os autores concluíram que as características individuais dos alunos são responsáveis pelas maiores diferenças no desempenho escolar, mas as características dos sistemas educativos têm um efeito adicional, independentemente da condição económica e política dos países de origem, do desempenho escolar médio dos nativos nos países de destino ou do PIB dos países de destino.

Por outro lado, Schneeweis (2009) refere que, em média, as diferenças nas notas obtidas nos exames (TIMSS e PISA) entre alunos de origem estrangeira e nativos não podem ser inteiramente explicadas pelas diferenças nas características de produtividade dos alunos, havendo fatores, como o facto de falarem a língua do país de origem, que podem influenciar essas diferenças.

Bartolomeo e Bonfanti (2014) estudaram a relação entre o desempenho escolar e o contexto migratório, junto de 117 654 alunos de 15 anos, envolvendo 4832 escolas, e verificaram que a concentração de alunos de origem migrante está associada a pontuações mais baixas nas competências de leitura. No entanto, quando controlado pela situação socioeconómica o efeito da origem étnica torna-se insignificante para quase todos os

países. Ou seja, este estudo revela que o cerne do problema não é a condição migrante, mas sim a condição socioeconómica. Os resultados obtidos por Bartolomeo e Bonfanti (2014), também evidenciados por Oliveira e Gomes (2017), estão em consonância com o relatório produzido pelo Instituto de Avaliação Educativa, relativo às provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA), realizadas aos alunos do 4.º e 6.º ano, em 2025, que avaliaram as literacias de Português, Matemática, Inglês e Português Língua Não Materna, aos alunos do 4.º ano e Português, Matemática, Português Língua Segunda, Português Língua Não Materna e História e Geografia de Portugal, aos alunos do 6.º ano. As conclusões deste relatório focam a sua análise em quatro aspetos, nomeadamente a complexidade das aprendizagens, a condição socioeconómica dos alunos, a idade e a tipologia das escolas. Relativamente ao aspeto socioeconómico, refere que “os alunos de contextos socioeconómicos mais desfavorecidos obtêm resultados mais baixos que os demais alunos nas literacias avaliadas” (IAVE, 2025, p. 59).

Jacobs e Unterreiner (2017) alertam para o facto de não podermos assumir que os alunos do mesmo país de origem apresentem as mesmas características nos diferentes países de destino. Mesmo controlando o estatuto socioeconómico dos grupos migrantes e o país de destino, a comparação entre estudantes da Turquia e da Rússia, através do PISA (2009) revela que as notas em leitura dos estudantes turcos são mais influenciadas pelas suas origens socioeconómicas no destino do que as dos seus homólogos russos. Os autores concluem que avaliar o impacto/efeito do país de origem é muito complexo, na medida em que envolve muitas condicionantes, não só ao nível macro (e.g., políticas) como ao nível micro (e.g., professores) e meso (e.g., organizações não governamentais), mas estes últimos muitas vezes não são tidos em conta nas investigações.

A importância da aprendizagem da língua do país de destino na integração dos migrantes é salientada num estudo desenvolvido por Schneeweis (2011). A autora conclui que a proficiência na língua nacional é um fator importante para a educação dos estudantes migrantes, nomeadamente para conseguirem alcançar os mesmos níveis que os nativos. Trata-se de uma descoberta importante, uma vez que as políticas públicas podem ser direcionadas para promover a oferta de cursos especiais de língua nas escolas, bem como a implementação de formações linguísticas para adultos.

Segundo (Dronkers & Korthals, 2016), estudos comparativos entre países, com recurso a recolha de dados através de estudos internacionais, como o TIMSS (Estudo Internacional sobre Tendências em Matemática e Ciências), PISA e PIRLS (Estudo Internacional sobre o Progresso em Literacia de Leitura), que se concentram no desempenho das crianças em várias disciplinas, revelam diferenças no desempenho educativo entre alunos migrantes de primeira e segunda geração e alunos nativos. No entanto, essas diferenças parecem decorrer das características dos sistemas educativos ou do tipo de políticas de imigração dos países de destino.

As diferenças nos currículos dos sistemas educativos dos países de origem e de acolhimento é outro fator que tem implicações na integração dos alunos migrantes. No que respeita ao ensino da matemática, os professores consideram que a diferença entre o conteúdo matemático e abordagens metodológicas do currículo português e o currículo dos países de origem dos alunos migrantes têm efeito imediato nas salas de aula, na medida em que conteúdos repetidos ou omitidos podem conduzir ao desinteresse ou à confusão nos alunos (Moreira, 2003).

As conclusões dos estudos acima referidos permitem-nos algum entendimento sobre questões importantes que envolvem a integração dos alunos migrantes, nomeadamente algumas explicações sobre os fatores que podem estar implicados na facilidade ou dificuldade dessa integração. No entanto, a importância das políticas públicas na integração dos migrantes (já referida em alguns estudos), principalmente no respeitante às políticas educativas, é também um assunto de grande importância para a compreensão do processo de integração destes alunos em contexto escolar e social, pelo que será objeto de análise no ponto seguinte.

2. Políticas educativas e inclusão de alunos migrantes em Portugal

As políticas educativas assumem um papel importante no processo de integração dos alunos migrantes. Porém, não podem dissociar-se das políticas globais dos países em termos de políticas de imigração. A União Europeia, tem vindo a manifestar uma preocupação crescente com a migração, nomeadamente com a proteção e segurança dos migrantes, como comprova a reunião do Conselho Europeu, em 2015, na sequência dos acontecimentos trágicos que tiveram lugar no Mediterrâneo, em abril do mesmo ano. Ainda em 2015 reúne o Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto), discutindo, entre outros assuntos estratégias de educação e formação para integrar os migrantes recém-chegados e os descendentes de migrantes (Conselho Europeu, 2015, 25 de janeiro).

Atendendo a que as tendências demográficas indicavam que a integração de migrantes seria um grande desafio no futuro, como se tem vindo a confirmar, Schneeweis (2011) defende que os decisores políticos devem considerar as políticas educativas como uma condição prévia importante da integração de alunos migrantes nas sociedades de acolhimento. Contudo, segundo a Eurydice (2019) a investigação tem revelado que os alunos migrantes enfrentam nas escolas de destino dificuldades diversas, nomeadamente insuficiente apoio à aprendizagem, falta de apoio social e emocional e oferta linguística desadaptada às suas necessidades. Por outro lado, também refere a falta de formação dos professores e/ou apoio para lidar com a diversidade na sala de aula, bem como insuficiente cooperação entre a escola e a família.

Para promover o sucesso educativo, os sistemas educativos dos diferentes países da União Europeia adotam abordagens distintas, nomeadamente: a) apoiar os alunos com melhor desempenho, segregando os alunos pelo seu nível de desempenho - sistemas educativos altamente estratificados; b) corrigir as lacunas ao nível da educação, eliminar as desigualdades e reunir pessoas de origens distintas em escolas abrangentes – sistemas educativos menos estratificados (Hadjar & Gross, 2016). Enquanto os primeiros se focam na procura da excelência, formando por exemplo turmas de nível, os segundos têm uma visão mais inclusiva, procurando a integração de todos os alunos. Esta última abordagem está em consonância com as políticas educativas do sistema educativo português,

designadamente pela implementação da educação inclusiva, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Segundo Dronkers, Levels e de Heus (2014), os sistemas educativos dos diferentes países diferem em vários aspetos, fundamentalmente ao nível das práticas pedagógicas, da natureza do currículo, do estatuto dos professores e do equilíbrio de poder entre os diferentes intervenientes, como pais, professores, conselhos escolares, autoridades locais e governo. Este facto observado pelos autores é de grande importância para a compreensão dos elementos a ter em consideração para ajudar os alunos migrantes na sua integração escolar. Isto é particularmente relevante, sobretudo quando sabemos que a investigação aponta que as diferenças entre os sistemas educativos dos países de origem e de destino, bem como as políticas de imigração dos países de destino, são fatores que podem estar na origem das diferenças no desempenho escolar observados entre alunos migrantes de primeira e segunda geração e alunos nativos (Dronkers & Korthals, 2016). Relativamente ao ensino da matemática a alunos migrantes, Moreira (2003) refere o destaque dados pelos professores à discrepância entre o conteúdo matemático e abordagens metodológicas do currículo português e o currículo dos países de origem dos alunos migrantes pelo seu efeito imediato nas salas de aula.

O tempo passado na escola e a educação precoce são também fatores a ter em consideração na integração de alunos migrantes pois, como refere Schneeweis (2011), estão positivamente relacionados com a integração em matemática e em ciências. A autora salienta, ainda, que o apoio aos alunos com antecedentes migratórios deve ser iniciado o mais cedo possível.

Uma análise ao processo de integração, conduzida por Schneeweis (2011), permitiu concluir que a integração de alunos migrantes está relacionada não só com as características dos sistemas educativos, mas também com a situação económica dos países. Os países com melhor situação económica e altos níveis de desigualdade salarial são os que atraem migrantes mais qualificados e os que apresentam maior integração escolar.

Ao nível das políticas de ensino da língua aos alunos migrantes, geralmente são adotadas duas abordagens: uma perspetiva multicultural e uma perspetiva assimilacionista. A primeira envolve políticas nacionais que consideram o multilinguismo como uma mais-

valia, a segunda parte da premissa de que a língua do país de origem do migrante é uma desvantagem, prejudicando a aprendizagem, o uso da língua do país de destino e a aceitação de uma nova identidade cultural (Fihon, 2017). Apesar das diferentes abordagens, verifica-se que a aprendizagem da língua do país de acolhimento faz parte das políticas educativas de diversos países. Segundo a Eurydice (2019), cerca de vinte países europeus emitiram regulamentos ou recomendações sobre a oferta do ensino da língua materna aos alunos imigrantes.

Outra questão que influencia a integração dos alunos migrantes prende-se com os critérios utilizados para a identificação destes alunos. Segundo a Eurydice (2019) esses critérios são bastante diversificados, sendo muito utilizados o país de cidadania, o país de nascimento e a residência/estatuto de imigração. Contudo, o país de nascimento e o país de cidadania dos pais são critérios menos utilizados, o que leva a que as políticas educativas e de acolhimento raramente incluam os migrantes de segunda geração, sendo estes também uma parte significativa da população de alunos migrantes.

Dronkers e Korthals (2016) referem que os políticos manifestam uma preocupação crescente com o fraco desempenho escolar dos estudantes migrantes na maioria dos países ocidentais e que do ponto de vista político seria interessante observar a variação substancial que existe entre os próprios estudantes migrantes. Segundo Chiswick e Miller (1996, 2002, citados em Dronkers & Korthals, 2016) essa variação está ligada a características individuais, tais como a língua, se é um migrante de primeira ou segunda geração, a idade e se tem um ou dois pais não nativos.

Para Bartolomeo e Bonfanti (2014) as políticas educativas devem centrar-se em todos os alunos com um contexto socioeconómico desfavorecido, independentemente da sua origem nativa ou migrante. A integração de migrantes implica proporcionar as mesmas condições aos recém-chegados comparáveis aos dos nativos, nomeadamente no que concerne a direitos e deveres, oportunidades e responsabilidades, para que possam tornar-se membros plenos da sociedade de acolhimento (Fargues, 2017).

No que se refere ao envolvimento dos países origem e de destino na obtenção do estatuto de migrante, o processo de integração de migrantes foi inicialmente considerado unidirecional, ou seja, um processo de assimilação no país de destino. Posteriormente,

novos estudos realizados reconhecem-no como um processo bidirecional (Unterreiner & Weinar, 2017). Esta nova conceção chama a atenção para a importância de considerar diferentes fatores que condicionam a integração de migrantes, como por exemplo as características do seu país de origem. Portugal aparece como um dos países com políticas educativas ligeiramente favoráveis à integração de alunos estrangeiros, num estudo desenvolvido por Huddleston e Niessen (2011), designado “*Migrant Integration Policy Index*”. No entanto, este estudo fornece apenas indicadores sobre os países de destino e não sobre os países de origem (Jacobs & Unterreiner, 2017).

As políticas de integração de migrantes têm vindo a fazer parte da agenda política da Europa e de outros países fora da OCDE, resultando em estratégias de ação cada vez mais amplas, que envolvem não só os governos, mas também a sociedade civil. Os países de origem também começam a prestar mais atenção às medidas de apoio à integração, no âmbito de uma estratégia mais abrangente de envolvimento da comunidade de emigrantes (Unterreiner & Weinar, 2017).

Uma das agendas políticas recentes, a resolução A/RES/70/1 “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável” da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) numa visão comum entre líderes mundiais para o bem da Humanidade, sendo adotada por 193 Estados-membros. O quarto objetivo desta agenda é a “Educação de Qualidade: garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Uma das metas deste objetivo é garantir que até 2030 “todos os alunos adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável” (UNRIC, 2018, p. 9). Este desígnio, nomeadamente no que concerne à valorização da diversidade cultural, vai ao encontro da realidade atual das escolas portuguesas, onde a percentagem de alunos estrangeiros tem vindo a aumentar substancialmente de ano para ano.

A monitorização das metas previstas nos ODS tem promovido a publicação de relatórios, entre os quais os publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) - Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal, e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) - Estado da Educação 2023. Estes relatórios, entre outros, oferecem uma visão factual do estado de cumprimento das metas a que Portugal se propõe atingir ao nível da educação, bem como dos resultados escolares. Paralelamente, permitem-nos fazer uma análise estatística dos dados, como apresentado noutros tópicos.

As políticas portuguesas no âmbito da proteção e dos direitos dos imigrantes foram sofrendo grandes alterações ao longo dos seus cerca de 50 anos de existência. Recorde-se que em 2024 Portugal comemorou os 50 anos do 25 de abril, celebrando a data que, em 1974, marcou o fim do Estado Novo e o início do regime democrático. Segundo Mateus e Seabra (2016), é a partir dessa data, mais precisamente em 1976, que a Constituição Portuguesa faz a primeira referência à não discriminação pela raça, língua ou território de origem e à igualdade de direitos entre cidadãos portugueses e cidadãos estrangeiros residentes em Portugal. Marca-se, desta forma, o início de um caminho percorrido pelo país, em termos dos direitos e proteção dos imigrantes e dos seus descendentes. O levantamento exaustivo da legislação publicada, bem como das ações e iniciativas nacionais que, direta ou indiretamente, mencionam os descendentes de imigrantes, desde os primórdios até 2015 (Figura 16), realizado por Mateus e Seabra (2016), são indicadores da política portuguesa relativamente aos direitos e proteção dos imigrantes, tratando-se de um levantamento de referência para estudos que abarquem estas questões.

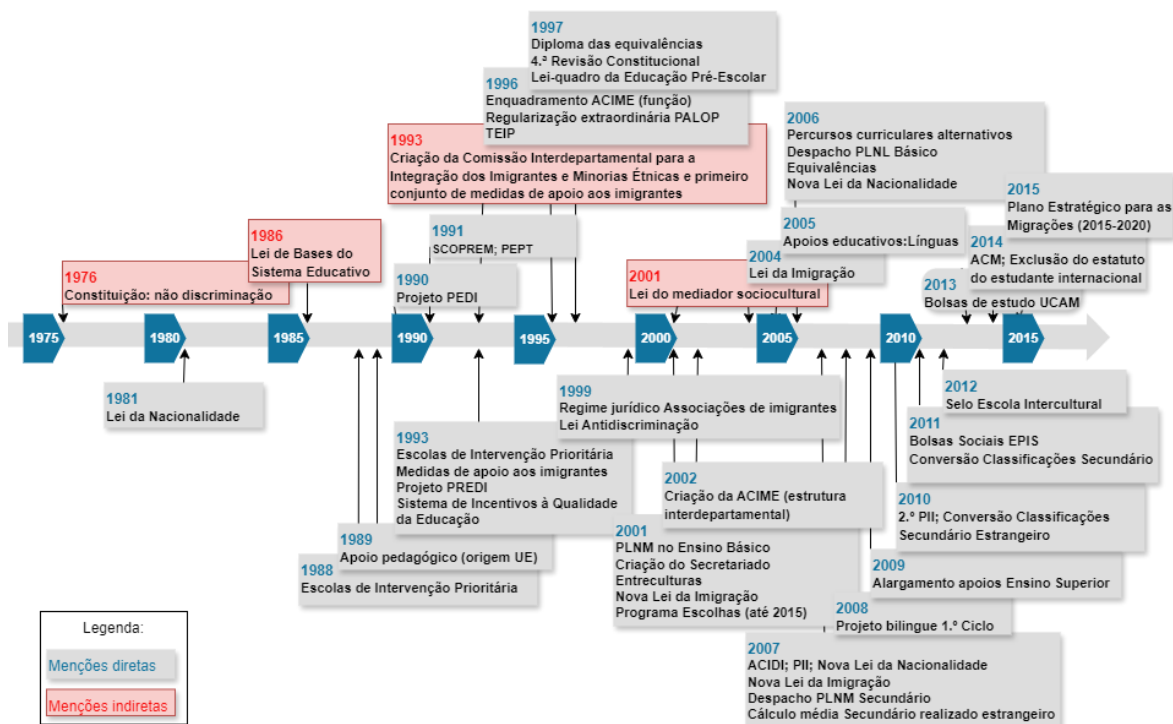


Figura 16: Friso cronológico das políticas de imigração até 2015
(Adaptado de Mateus & Seabra, 2016, p. 7)

Os fluxos migratórios têm constituído assunto de debate na comunidade, não só europeia como internacional (veja-se o exemplo da crescente imigração nos Estados Unidos que conduziu à construção de um muro na fronteira com o México, ou as notícias recorrentes sobre os naufrágios no Mediterrâneo, de embarcações sobrelotadas de imigrantes do Norte de África). Portugal, tem estado atento a esta problemática e tem continuado a produzir legislação, no sentido de adequar os normativos à nova realidade. Há uma maior preocupação dos normativos portugueses com as questões da diversidade cultural, desde a Lei de Bases do Sistema Educativo aos Decretos-Lei n.º 54/2018 e 55/2018, de 6 de junho, passando a inclusão a ter um papel de destaque nas políticas educativas. Mais recentemente, em 2024 a Direcção-Geral de Educação (DGE) publicou um documento intitulado “Inclusão de alunos migrantes em meio educativo”, com orientações às escolas sobre o processo de inclusão de alunos migrantes, a sua matrícula e equivalências, referindo concretamente os procedimentos que a escola que recebe o aluno deve ter, de forma a posicioná-lo corretamente no sistema educativo, identificando o percurso académico já realizado, e evitar a duplicação de procedimentos administrativos. Estes procedimentos poderão colmatar algumas das fragilidades identificadas pela investigação

ao nível do processo de equivalências. Verifica-se, desta forma, uma continuidade na atualização das políticas de apoio aos alunos imigrantes, que uma análise exaustiva poderá complementar o levantamento e análise efetuados por Mateus e Seabra (2016) no espaço temporal de 2015 até à presente data.

A resposta política de apoio à integração de alunos migrantes foi sofrendo alterações ao longo das últimas décadas, muito devido ao facto de o número de alunos estrangeiros ter vindo a aumentar significativamente, denotando-se também uma maior preocupação com a inclusão destes alunos. Aliás, segundo Mateus e Seabra (2016), as políticas de integração tiveram início precisamente no âmbito da educação, com a implementação das Escolas de Intervenção Prioritária, em 1988.

Atendendo à importância que a resposta política tem na implementação de medidas de apoio e inclusão dos alunos migrantes, seguidamente, apresentar-se-á, em síntese, algumas dessas respostas.

Com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986 (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) é estabelecida a necessidade de regulamentar o sistema de equivalência entre os estudos, graus e diplomas do sistema educativo português e os de outros países. Esta Lei determina, ainda, no ponto 4 do Artigo 66.º, que “devem ser criadas condições que facilitem aos jovens regressados a Portugal filhos de emigrantes a sua integração no sistema educativo”. Desta forma, há manifestamente uma preocupação com a integração dos alunos provenientes do estrangeiro, muito embora essa preocupação se encontre centrada nos jovens filhos de emigrantes portugueses.

Em 1997, o Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto, que veio definir o novo regime de concessão de equivalência de habilitações estrangeiras dos ensinos básico e secundário, estipula que deve ser proporcionado apoio educativo aos alunos que entram no sistema educativo através do processo de equivalência de habilitações, devendo este ser adequado às suas necessidades, nomeadamente no domínio da língua portuguesa. Parece ser esta a primeira referência a uma medida de apoio aos alunos estrangeiros que entram no sistema educativo português, sendo que é também referida, no mesmo Artigo, a necessidade de os estabelecimentos de ensino procederem à avaliação diagnóstica e à elaboração do respetivo plano individual de apoio pedagógico.

Em 2001, o Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, que aprova a reorganização curricular do ensino básico, implementa a oferta de língua portuguesa como segunda língua, referindo no Artigo 8.º que “as escolas devem proporcionar atividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.” Contudo, as escolas não veem uma resposta adequada às suas necessidades, pois como refere Moreira (2003) a responsabilidade da melhoria do desempenho escolar, relativamente à aquisição do PLN, tem sido delegada nos conselhos escolares, nos professores e nas famílias. No entanto, como referem Pinho e Ancã (2023), o ensino da língua portuguesa é uma ferramenta essencial ao processo de acolhimento e de integração dos imigrantes, na medida em que lhes permite comunicar de forma mais eficaz com a comunidade.

Procurando dar resposta à integração dos migrantes, ainda em 2001 é criada a figura do mediador sociocultural, pela Lei n.º 105/2001, de 31 de agosto. Este mediador sociocultural tem por função dar apoio aos migrantes e minorias étnicas, exercendo nas escolas e noutras instituições, nomeadamente na segurança social, instituições de saúde, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Instituto de Reinserção Social, autarquias locais e nos serviços e organismos públicos em que vier a ser necessário.

Em julho de 2005, dando resposta aos princípios estipulados no art.º 8º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, o Ministério, da Educação, através da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), implementa “Programa para integração dos alunos que não têm o Português como língua materna”. Este documento define as regras para o funcionamento de Português Língua Não Materna, com carácter de obrigatoriedade, abrangendo, para além de outros alunos estrangeiros, os filhos de pais de origem africana, brasileira, timorense ou outra, nascidos em Portugal, os filhos de cidadãos nacionais em situação de retorno a Portugal e os alunos provenientes de diferentes grupos minoritários, que manifestem dificuldade de competência ao nível da língua portuguesa e de acesso ao currículo.

Em 2006, Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro, estabelece os princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades curriculares e extracurriculares específicas a desenvolver pelas escolas e

agrupamentos de escolas no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna, nos três ciclos do ensino básico, regulamentando o preconizado pelo Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro. Tendo como suporte o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, é através deste Despacho Normativo que são criados os níveis de proficiência linguística.

Em 2007, é estabelecido um Plano para a Integração dos Imigrantes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de maio. Das 122 medidas que constituem o plano salienta-se as seguintes por se considerarem mais direcionadas para o apoio aos alunos migrantes:

- a) “formação dos docentes para a interculturalidade”;
- b) “revisão dos critérios da rede escolar para garantir uma composição de turmas equilibrada”;
- c) “adequação das estratégias de acolhimento na Escola às especificidades dos alunos descendentes de imigrantes”;
- d) “envolvimento das famílias imigrantes na Escola”;
- e) “valorizar o papel do professor no acolhimento e integração de alunos descendentes de imigrantes”;
- f) “apetrechamento das escolas com materiais interculturais”;
- g) “valorização do ensino português como língua não materna”. (pp. 6-8)

Em 2010, Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro, aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013). O plano aprovado apresenta 90 medidas distribuídas por 17 áreas de intervenção, entre as quais: 1 – Acolhimento; 2 – Cultura e Língua; 4 – Educação; 12 – Descendentes de imigrantes. Ao nível da Educação, destacam-se as seguintes medidas:

- a) formação para a interculturalidade através da formação contínua de professores;
- b) estratégias diversificadas de apoio à integração, que tenham em conta as características dos alunos, nomeadamente o nível etário, domínio da língua e tempo de permanência em Portugal, dando cumprimento aos prazos relativos às matrículas condicionais;

- c) monitorizar a constituição de turmas equilibradas, assegurando o equilíbrio da “composição étnica”;
- d) “clarificar o regime de concessão de equivalências aos alunos estrangeiros, por disciplina”;
- e) reforçar a presença de mediadores interculturais nas escolas no âmbito do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP);
- f) acesso aos apoios da ação social escolar às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico e secundário;
- g) recursos pedagógicos interculturais e antirracistas;
- h) “facilitar os processos de regularização documental dos imigrantes menores que frequentem o sistema de ensino público” (pp. 4100-4101).

Em 2012, o regime de matrícula e de frequência no âmbito da escolaridade obrigatória das crianças e dos jovens, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto, define no n.º 2 do Artigo 7.º que, para os candidatos titulares de habilitações adquiridas em países estrangeiros, a matrícula tem lugar para ingresso pela primeira vez em qualquer ano de escolaridade dos níveis e modalidades de ensino.

Em 2018, a Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto, procede à integração das disciplinas de Português Língua Não Materna e permite aos alunos provenientes de sistemas educativos estrangeiros, cuja língua materna não é o português, a dispensa da frequência de uma língua estrangeira, nos 2.º e 3.º ciclos.

Em 2020, a Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, cria os cursos de Português Língua de Acolhimento para adultos, assim como as regras a que obedece a sua organização, funcionamento e certificação. Verifica-se, assim, uma maior preocupação com a inclusão da comunidade imigrante em Portugal, não apenas das crianças e jovens, como dos adultos. Esta medida vem ao encontro do preconizado pela investigação, nomeadamente por Schneeweis (2011) que defende que as políticas públicas podem influenciar a proficiência linguística dos migrantes, nomeadamente através da oferta de cursos especiais de língua nas escolas ou formações linguísticas para imigrantes adultos.

Em 2022, é publicado o Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro, que estabelece as normas para o apoio aos alunos cuja língua materna não é o Português, nomeadamente a

oferta de Português Língua Não Materna (PLNM), a integração progressiva no currículo, com frequência de atividades letivas selecionadas, tendo em consideração o perfil sociolinguístico e o percurso escolar dos alunos, bem como a promoção de atividades de integração que promovam a valorização da cultura portuguesa e da língua e cultura do aluno, o sentido de pertença, o envolvimento das famílias, o respeito pela multiculturalidade e valorização da diversidade como oportunidade de aprendizagem. Este normativo vem, de certa forma, dar resposta aos problemas de aquisição de língua do país de destino, identificados pela investigação. Ainda nesse ano, a Recomendação n.º 3/2022, de 29 de junho, do Conselho Nacional de Educação, apresenta alguns aspetos essenciais à inclusão de alunos migrantes, nomeadamente a conceção de matrizes curriculares que atendam às especificidades dos alunos migrantes, a contratação de técnicos de apoio à população migrante, a implementação de tutorias, o envolvimento das famílias, a formação de professores, inicial e contínua; a importância das línguas faladas na escola.

Em 2024, é publicada pela Direção-Geral da Educação uma brochura de apoio às escolas nos desafios que a diversidade cultural acrescenta, considerando essa diversidade como uma “valorização da comunidade educativa” (DGE, 2024, p. 5). Este documento define as etapas do processo de acolhimento dos alunos estrangeiros, bem como os intervenientes, os meios a mobilizar e a necessária monitorização e avaliação.

Ainda em 2024, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024, de 17 de outubro, aprovou o novo plano de recuperação de aprendizagem *Aprender Mais Agora*. Nesse plano, o Eixo II - Integração e Sucesso de alunos migrantes aponta como medidas de apoio ao aumento acentuado de alunos migrantes: a) a contratação de mediadores linguísticos e culturais; b) a revisão da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), nomeadamente a atualização dos instrumentos de diagnóstico, posicionamento e orientação dos alunos e a implementação do nível zero para alunos que desconhecem a língua e o alfabeto portugueses; c) a adequação das condições de retenção no ensino básico e de avaliação no ensino secundário, permitindo condições diferenciadas na realização de todas as provas e exames; d) a simplificação do processo de equivalências no ensino básico, que passa a ser realizado pelas escolas; e) o ensino de Português aos pais dos alunos migrantes. Esta Resolução do Conselho de Ministros conduz à necessidade de definir as

regras de aplicação da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) em todas as ofertas educativas e formativas do ensino secundário, sendo publicada, para o efeito, a Portaria n.º 86/2025/1, de 6 de março.

Para fazer face às dificuldades enfrentadas pelas escolas na inclusão dos alunos migrantes, principalmente quando a língua nativa não é o português, o Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI) permite, agora, às escolas a contratação de mediadores linguísticos e culturais, para:

- (1) acelerar a aquisição da língua portuguesa com vista ao sucesso escolar dos alunos, e (2) promover a integração dos alunos estrangeiros na cultura portuguesa e o contacto de todos os alunos com as culturas de origem dos seus colegas estrangeiros” (MECI, 2025, p. 1).

A medida surge da Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024, de 17 de outubro, acima referida, numa altura em que as escolas registam um grande aumento do número de nacionalidades, o que representa um maior esforço para agilizar a integração destes alunos. Segundo o MECI (2025) os Agrupamentos de Escolas têm em média 19 nacionalidades, registando-se 41% com 20 ou mais nacionalidades e havendo situações de 46 nacionalidades.

Em 2025, a Portaria n.º 29/2025/1, de 7 de fevereiro, procede à segunda alteração à Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto e cria o nível zero para os alunos que desconhecem a língua e o alfabeto portugueses.

O ano de 2025 fica marcado pela grande contratação de mediadores linguístico e socioculturais, contratação essa que foi lançada em 2024, como já referido. Em 2025, 319 agrupamentos contrataram ao todo cerca de 290 mediadores linguísticos e culturais, tendo sido atribuído meio horário para cada 10 alunos estrangeiros. Os distritos com maior número de mediadores linguísticos e culturais atribuídos são Lisboa (87 mediadores em 83 unidades orgânicas), Faro (45,5 em 34), Setúbal (25 em 34), Porto (25 em 38), Braga (22,5 em 22), Aveiro (18,5 em 24) e Beja (12 em 7).

A importância que as migrações e a mobilidade internacional têm no contexto educacional está também patente na aprovação de uma reformulada Estratégia Nacional para a Cidadania, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto, onde,

no preâmbulo (e na Estratégia Nacional para a Cidadania), se refere que “a Educação tem a responsabilidade de promover uma cidadania informada, que potencie a participação cívica” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025), mas também “política, social, económica, jurídica e cultural, capacitando os alunos para o exercício e a defesa dos direitos e deveres democráticos, para a valorização da diversidade e para o desempenho de um papel ativo na vida democrática”. A importância de se incluir a dimensão política nestes referenciais educativos, sem ser de cariz militante ou partidária, é salientada por Barbosa (2020) referindo que se trata de uma dimensão essencial à democracia, uma vez que esta implica “o despertar da consciência social e política dos alunos enquanto momento prévio do envolvimento, cidadão, na discussão e na resolução de problemas comuns, na defesa de direitos e na democratização das relações sociais em todas as esferas” (p. 767). Atendendo à conjuntura atual, de grande mobilidade das populações, a autora refere também a necessidade de a educação para a democracia evoluir para *democracias multiétnicas*, muito embora refira que discursos populistas contra imigrantes não são favoráveis ao caminho para uma democracia aberta.

Contudo, apesar das medidas de apoio ao acolhimento dos alunos migrantes, o discurso político em Portugal proferido por alguns partidos, em termos de políticas de acolhimento a migrantes, tem causado alguma preocupação acerca da continuidade de políticas portuguesas que valorizem e acolham os imigrantes. Verifica-se um discurso crescente anti-imigração e uma desvalorização do papel que a comunidade de migrantes tem promovido no setor laboral e no crescimento demográfico do país, muito presente na comunicação social. Porém, a importância da comunidade migrante para Portugal está bem patente para a Direção-Geral de Educação quando, a propósito dos alunos migrantes, afirma que “a integração destes alunos é determinante para o seu desenvolvimento social e humano e para o sucesso das políticas de imigração e, bem assim, para o desenvolvimento do País e para a coesão social” (DGE, 2025, nota de abertura).

Como referem Unterreiner e Weinar (2017) a integração dos migrantes é um processo multidimensional e complexo, na medida em que as suas diversas dimensões estão interligadas. Para uma melhor compreensão de todo o processo não devemos centrar-nos apenas numa ou em algumas dimensões. Como referido acima, o discurso político é

também uma dimensão que pode condicionar o futuro das medidas de integração implementadas, bem como condicionar a opinião pública.

Podemos concluir que a complexidade do processo de integração é, portanto, um aspeto de suma importância a ter em consideração nas políticas de integração dos alunos estrangeiros, quer presentemente, quer no futuro, pois como referem Biasutti e Concina (2021), as políticas educativas podem contribuir para combater a segregação e orientar as decisões dos diretores no sentido da inclusão (Biasutti & Concina, 2021).

3. Os alunos migrantes nas escolas portuguesas

O relatório intitulado “Estado da Educação 2023”, publicado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em dezembro de 2024, permite uma análise abrangente sobre a educação em Portugal. Numa análise às características dos alunos a frequentar as escolas portuguesas, este relatório aponta para uma grande diversidade cultural nas escolas portuguesas. Nomeadamente, no ano letivo 2022/2023 a percentagem de estudantes estrangeiros inscritos era de 8,8% na educação pré-escolar, 12,1% no ensino básico, 9,7% no ensino secundário, 14,6% no ensino pós-secundário e 17,6% no ensino superior. Nas escolas públicas do Continente frequentaram 116 589 alunos estrangeiros, 60 757 dos quais de nacionalidade brasileira (CNE, 2024). Um olhar mais focado no ensino básico permite verificar que 48,5% da totalidade de estrangeiros é de nacionalidade brasileira. Ao nível da análise do sucesso escolar, este relatório refere que, “os alunos migrantes, normalmente oriundos de meios fragilizados dos pontos de vista social, económico e cultural, são os que apresentam índices mais elevados de retenção” (CNE, 2024, p. 14).

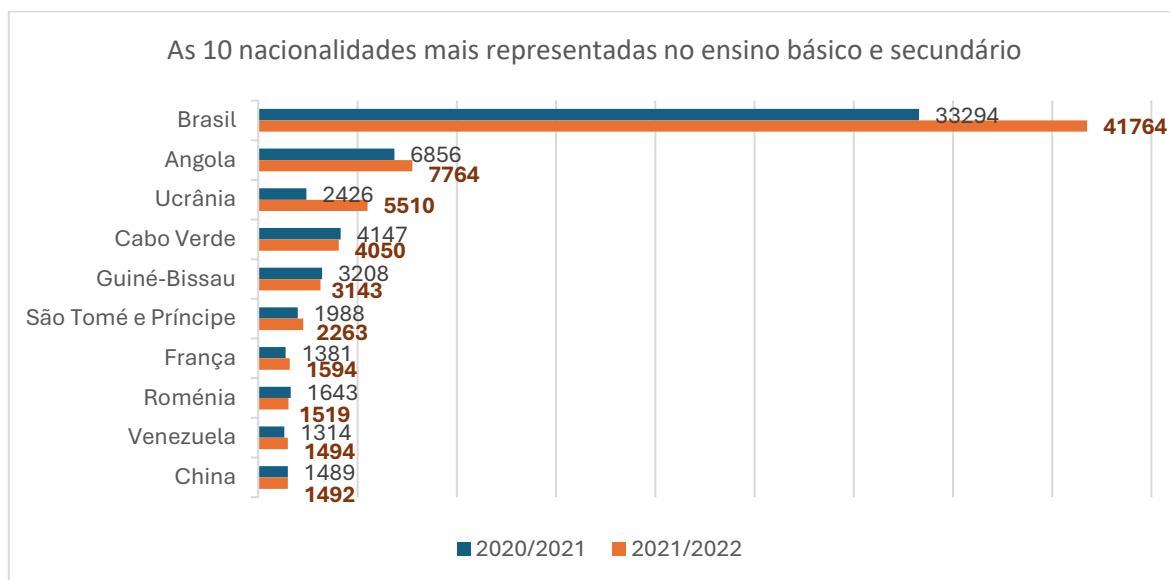


Figura 17: Alunos estrangeiros matriculados no ensino básico e secundário em 2020/2021 e 2021/2022
(Adaptado de Oliveira, 2023)

Relativamente aos alunos estrangeiros a frequentar o ensino básico e secundário, podemos verificar (Figura 17) que a nacionalidade brasileira é a que está mais representada (33294 alunos, em 2020/2021 e 41764 alunos, em 2021/2022), revelando um grande aumento no

ano letivo de 2021/2022. Em segundo lugar encontra-se Angola, com 6856 alunos, em 2020/2021 e 7764, em 2021/2022. Apesar de revelar igualmente um grande número e um grande aumento, face ao ano de 2020/2021 distancia-se muito do número apresentado pelo Brasil.

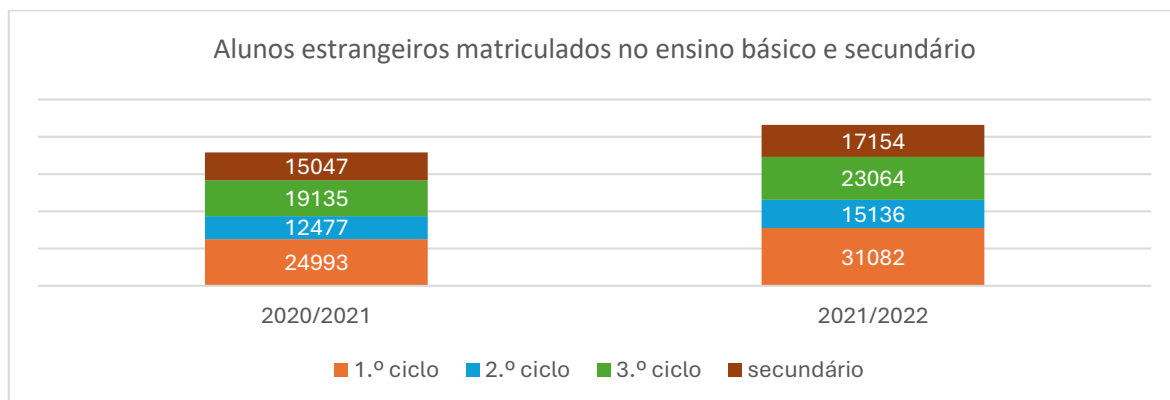


Figura 18: Alunos estrangeiros matriculados em 2020/2021 e 2021/2022
(Adaptado de Oliveira, 2023)

Pela análise do gráfico da Figura 18, verifica-se que o 1.º ciclo é aquele onde se encontra maior número de alunos estrangeiros e que houve um aumento substancial do ano letivo de 2020/2021 para 2021/2022, em todos os níveis de ensino até ao ensino secundário, corroborando os dados anteriormente analisados. Segundo dados do portal Infoescolas, no ano letivo de 2022/2023, em média 13% dos alunos das escolas do 1.º ciclo eram alunos estrangeiros. A percentagem média de alunos dos 2.º, 3.º ciclo foi de 11% em cada ciclo e no ensino secundário a média foi de 8%. Este portal mostra que a média de alunos estrangeiros no ensino básico e secundário tem vindo a aumentar ao longo dos anos, pelo que se torna cada vez mais premente a atenção para com a integração destes alunos e das suas famílias. Segundo o *Eurobarómetro Especial 469*, em 2024 88% dos inquiridos considera importante para a integração dos imigrantes a oferta de cursos de língua à chegada aos países europeus (Oliveira, 2023). Relativamente aos alunos, a investigação aponta para o facto de a frequência de Português Língua Não Materna constituir uma condicionante importante para a inclusão académica dos alunos, mas não ser suficiente para garantir que haja uma integração plena (Mouraz et al., 2025).

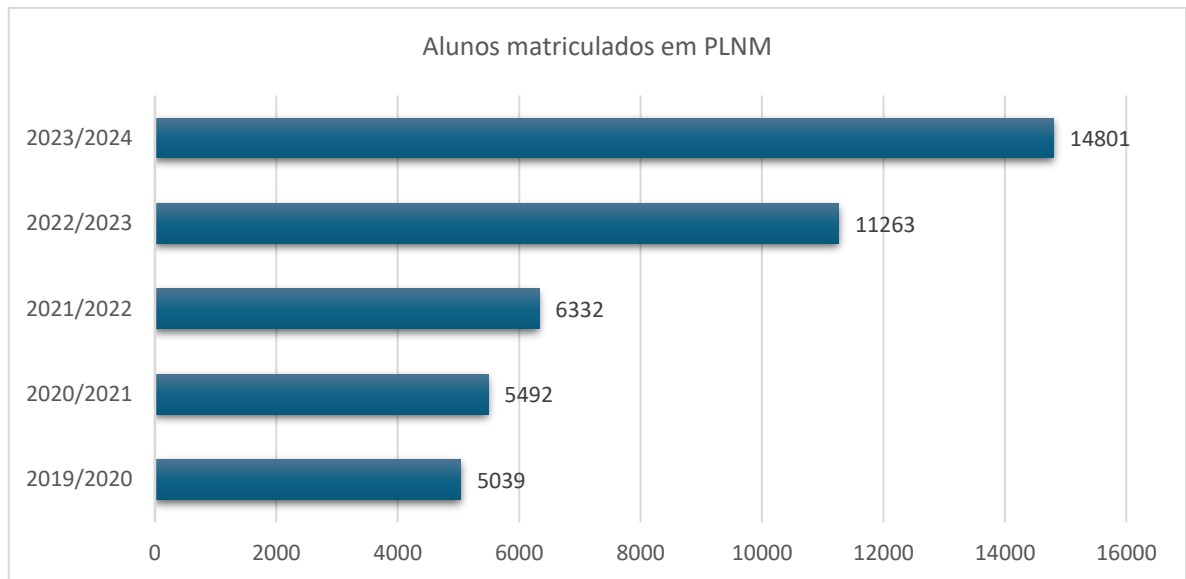


Figura 19: Alunos estrangeiros matriculados em Português Língua Não Materna (Dados retirados da DGEEC)

Os imigrantes têm contribuído para o aumento e diversificação do número de línguas faladas no espaço europeu (Oliveira, 2023), tendendo a falar mais línguas do que os residentes nacionais (Huddleston & Tjaden, 2012, citados em Oliveira, 2023). Sabemos o quão fundamental é a aprendizagem da língua para a integração dos imigrantes no país, pelo que reveste de primordial importância a atenção que a escola dedica a esse aspeto. Mais precisamente, Nusche (2009) salienta a importância das competências linguísticas para a maioria dos processos de aprendizagem (ouvir, ler, escrever, interagir com professores e colegas), referindo que “proficiency in the language of instruction is a fundamental determinant of successful education outcomes” (p.26).

Na Figura 19 podemos constatar o aumento de alunos matriculados em Português Língua Não Materna (PLNM), de 5039, em 2019/2020 para 14801 em 2023/2024. Destes alunos, estavam a frequentar o ensino básico, em escolas públicas, 83,3%, em 2019/2020, 82,4%, em 2020/2021 e 83,2%, em 2021/2022. Relativamente às escolas públicas do ensino secundário, em 2019/2020 frequentavam 16,4%, em 2020/2021, 17,6% e em 2021/2022, 16,8%. Nestes alunos, quer do ensino básico, quer do ensino secundário há predominância do sexo masculino (Oliveira, 2023). A avaliação destes alunos revela uma percentagem de sucesso de 90,2% no ensino básico, com um abandono de 9,8% e uma percentagem de transição/conclusão do ensino secundário de 85%, com 15% de abandono escolar.

Ainda no tocante à avaliação escolar, é de salientar a importância dos relatórios do PISA (*Programme for International Student Assessment*), na medida em que nos permitem uma leitura das tendências ao longo do tempo. Este programa da OCDE testa o conhecimento dos alunos de 15 anos em leitura, matemática e ciências, rotativamente, a cada três anos, sendo produzidos relatórios de análise desde a sua implementação, no ano 2000. Na sua génese, o PISA não foi concebido para estudar os alunos imigrantes, mas ao recolher informações acerca dos alunos e dos seus pais, nomeadamente o país de nascimento e a nacionalidade, proporcionaram essa análise, tornando-se “uma das principais bases de dados para obter evidências empíricas comparativas do seu desempenho educativo” (Di Bartolomeo & Bonfati, 2024, p. 2).

No relatório PISA de 2018 Portugal posicionou-se ligeiramente acima da média da OCDE em leitura, matemática e ciências, para os alunos em geral. No que respeita aos alunos imigrantes, apesar de o resultado obtido por Portugal revelar que estes alunos ficam 32 pontos abaixo dos alunos não imigrantes, o país continua a estar acima da média obtida na OCDE.

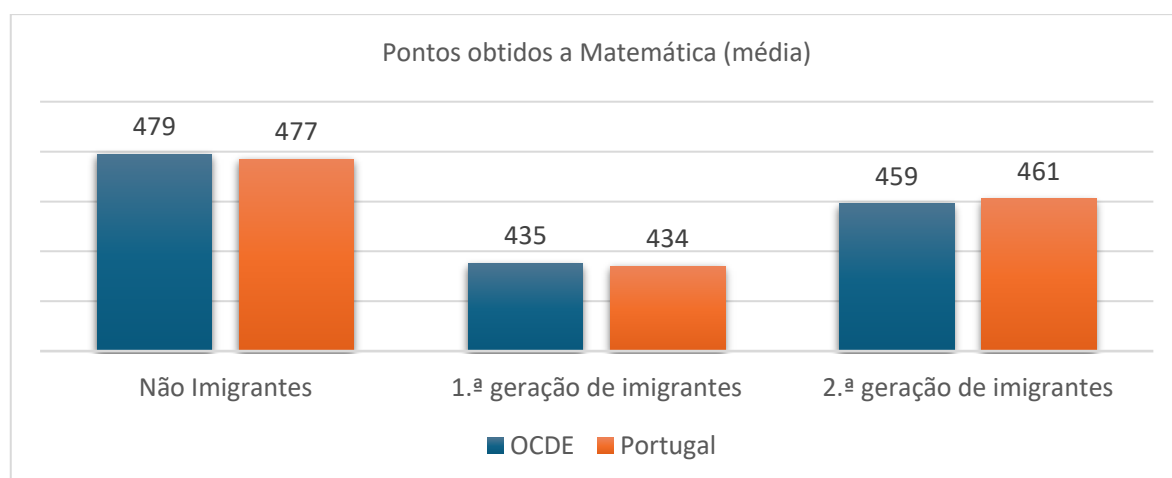


Figura 20: Média da pontuação obtida a Matemática (OCDE, 2023).
(Dados sistematizados pela autora)

Nos testes PISA 2022, verifica-se que os alunos não imigrantes têm melhor pontuação (477), em média, do que os alunos imigrantes, embora a segunda geração de imigrantes apresente melhor pontuação (461) do que a primeira (434). Verifica-se, desta forma, alguma influência positiva da permanência no país (2.ª geração de imigrantes) nos resultados obtidos. Relativamente aos resultados médios da OCDE, os resultados são muito equiparados aos

dos alunos portugueses. No entanto, no que concerne aos alunos que em Portugal se enquadram no 1.º ciclo, o relatório da OCDE “*Education at a Glance 2024*” aponta alguns fatores que influenciam as competências a matemática e leitura destes alunos referindo que

equity challenges are also visible in primary education. The most obvious disparities stem from socio-economic factors that influence the development of foundational skills (mathematics and reading) among the most disadvantaged, but gender inequalities, although less marked, also emerge in primary education. (OCDE, 2024, p.11)

Oliveira (2023) conclui que a tendência internacional aponta para uma maior dificuldade de os alunos atingirem os mesmos resultados que os alunos não migrantes dos países de acolhimento, embora se registre um encurtamento da distância entre os dois grupos de alunos, estando Portugal a seguir essa tendência. Dados de 2021/2022, disponibilizados pela autora, revelam que os alunos estrangeiros provenientes da União Europeia apresentam maior taxa de transição ou conclusão no Ensino Básico e Secundário, com 92,6%. Os alunos provenientes da América do Sul, apresentam uma taxa de 87,7%, sendo que a maioria destes alunos é de nacionalidade brasileira. Uma análise por país revela que os alunos brasileiros apresentam uma taxa de 87,5%, o que representa -0,6 pontos percentuais, face ao total de alunos estrangeiros e -8,3 pontos percentuais, relativamente aos alunos portugueses. A título comparativo, refira-se que a taxa global de transição/conclusão do Ensino Básico e Secundário é de 95,9% para alunos portugueses e de 88,1% para alunos estrangeiros, em 2021/2022 (Oliveira, 2023). Dados de 2022/2023, retirados do portal Infoescolas, revelam que a percentagem de retenção dos alunos estrangeiros tem vindo a diminuir, sendo ainda muito expressiva (Figura 22). Uma análise comparativa dos alunos estrangeiros com maior percentagem de conclusão do 1.º ciclo sem nenhuma retenção, tendo como referência o total de alunos estrangeiros (Figura 21), revela que entre 2020 e 2023 os alunos de nacionalidade ucraniana são os que apresentam maior percentagem de sucesso a completar o 1.º ciclo sem retenções. Analisando as duas amostras de alunos do 1.º ciclo mais representativas, respetivamente o Brasil e Angola, verifica-se que os alunos brasileiros apresentam menos sucesso a concluir o 1.º ciclo sem

retenções, apresentando ambas as nacionalidades uma evolução positiva (Figura 22). Saliente-se que os alunos de brasileiros e angolanos têm como língua materna o português, o que não acontece com os alunos ucranianos.

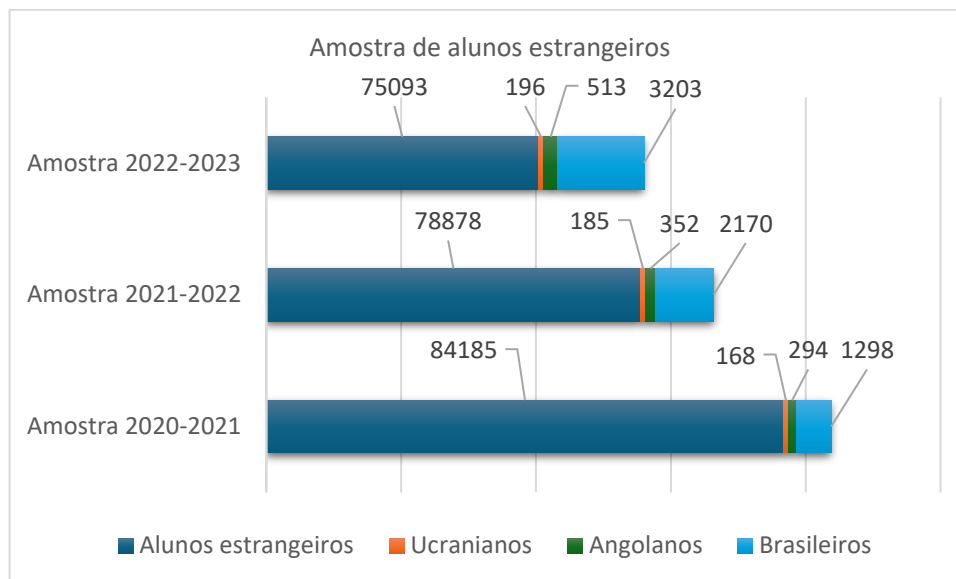


Figura 21: Amostra de alunos estrangeiros: total e mais representativa (Dados retirados do portal Infoescolas)

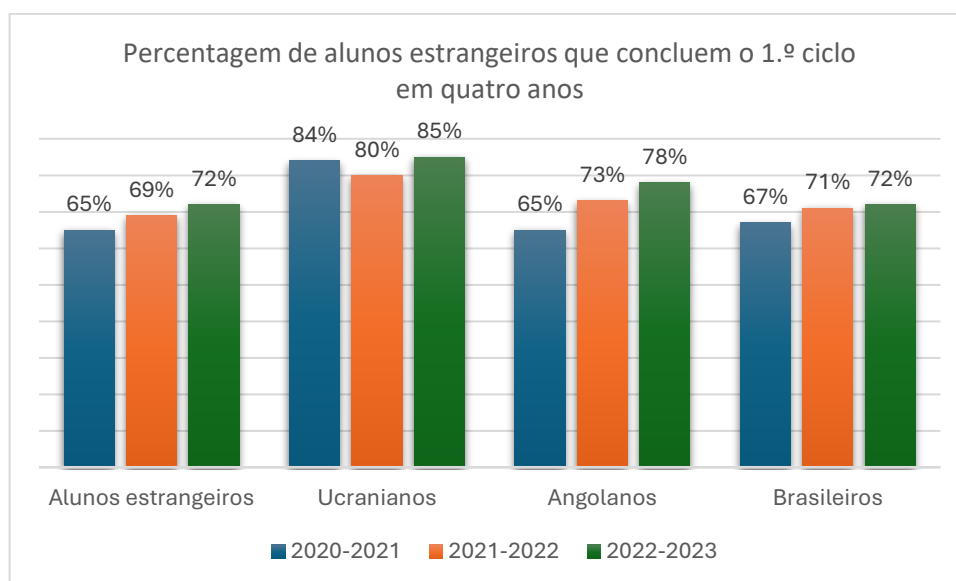


Figura 22: Percentagem de alunos estrangeiros sem retenções no 1.º ciclo (Dados retirados do portal Infoescolas)

Investigações recentes revelam que a retenção dos alunos estrangeiros é quatro vezes superior à dos alunos nacionais (Mouraz et al., 2025), o que levanta preocupações acerca

do que a escola, enquanto instituição, pode fazer para mitigar este problema e ajudar estes alunos a terem sucesso.

Como podemos verificar, os alunos migrantes têm um substancial impacto nas escolas portuguesas, não só pelo aumento de alunos inscritos que estes alunos promovem, como pelos desafios que se colocam na integração no sistema educativo português.

De acordo com dados apresentados no relatório da OCDE (2025), se em 2019, havia aproximadamente 53 000 alunos estrangeiros nas escolas portuguesas, representando 5,3% do número total de alunos matriculados, em 2023 o número de alunos estrangeiros subiu para 140 000, representando 13,9 % do número total de alunos. Nos últimos dois anos (2022 e 2023) o número de alunos estrangeiros duplicou, registando-se um aumento de 70 mil para 140 mil (MECI, 2025). No ano letivo de 2023-2024 registaram-se 157 000 alunos estrangeiros, o que denota o grande crescimento na matrícula de alunos estrangeiros ao longo destes últimos três anos (Marques, 2025). O relatório “*Education at a Glance 2024*”, regista, assim, um aumento de 160 % no número de alunos estrangeiros matriculados em escolas portuguesas (OCDE, 2025). Durante um evento de apresentação do referido relatório, o ministro da Educação destacou este aumento como “um dos grandes desafios da educação”², referindo que foi interrompida a tendência de diminuição do número de alunos nas escolas portuguesas, que se observava nos últimos anos. O aumento do número de alunos migrantes tem conduzido a um aumento do número total de alunos. Nos anos letivos de 2022-2023 e 2023-2024, matricularem-se nas escolas portuguesas 39 500 e 33 500 alunos, respetivamente, num total de 70 000 novos alunos. O ministro Fernando Alexandre referiu, ainda, que o facto de 25 a 30 % dos novos alunos não falarem português constitui um dos maiores desafios que os professores enfrentam (Antunes, 2024).

Segundo o Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI, 2025), da população de alunos estrangeiros matriculados em 2023/2024, 52% era de nacionalidade brasileira e 72% oriundos de um país da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), pelo que 28% dos alunos estrangeiros, provavelmente, não terão conhecimento da língua portuguesa. Este organismo refere, ainda, que a Índia, Venezuela, Paquistão, Bangladesh, Colômbia,

² Apresentação do relatório *Education at a Glance 2024* (EAG 2024) no Teatro Thalia, em Lisboa.

Argentina e Rússia são as nacionalidades que apresentam maior aumento de alunos, quer em número quer em percentagem, excluindo os países de língua oficial portuguesa. Há também uma maior diversidade de nacionalidades nas escolas, havendo em média 19 nacionalidades por Agrupamento, o que representa quase o dobro das nacionalidades registadas em 2018-2019 (11 nacionalidades). Em 2023-2024, 41% dos Agrupamentos registaram 20 ou mais nacionalidades, chegando a registar-se, atualmente, 46 nacionalidades.

Esta diversidade cultural, traz oportunidades de ampliação de conhecimentos e culturas, mas traz, igualmente, muitos desafios à integração dos alunos estrangeiros e ao combate do insucesso e abandono escolar.

Para concluir este tópico importa esclarecer que, apesar da dificuldade em conciliar os dados estatísticos disponibilizados nos relatórios do Observatório das Migrações e da AIMA, pela diferença de estrutura dos referidos relatórios e de dados disponibilizados, o levantamento efetuado, juntamente com os dados obtidos nos relatórios da OCDE, entre outros, permitiu uma visão holística e uma melhor compreensão sobre alguns dos processos que conduziram ao aumento de alunos estrangeiros e à diversidade de nacionalidades nas escolas portuguesas.

Nos pontos seguintes serão abordados os desafios e responsabilidades da escola enquanto instituição responsável como centro de acolhimento, ensino e cultura.

3.1. A escola como espaço de interculturalidade

3.1.1. A escola e a globalização

A escola como organização foi sofrendo grandes transformações, ao longo dos tempos, acompanhando o desenvolvimento dos Estados e a conseqüente evolução dos paradigmas associados ao papel da escola na sociedade. Note-se que a chamada escola de massas teve a sua aceitação e função enquanto democratizadora no acesso à instrução, muito devido às necessidades colocadas pela revolução industrial, à implementação de uma cultura homogénea dentro de fronteiras e à evolução social inerente a estas alterações. No entanto, atualmente as necessidades sociais vão muito para além da instrução ou detenção de conhecimento e, cientes disso, os Estados interrelacionam-se através de organizações

internacionais, como a OCDE, a UNESCO, o Banco Mundial e a União Europeia, procurando delinear caminhos educacionais convergentes. Consequentemente, surgem novos paradigmas, nomeadamente ao nível da educação, ou seja, houve uma reflexão e reformulação acerca do que os Estados pretendem para as suas sociedades e, em particular, para os seus indivíduos.

Com a crescente globalização e as transformações sociais associadas ao crescimento económico, que acentuam as desigualdades, emerge a preocupação com o bem-estar da humanidade. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento cria o conceito de Desenvolvimento Humano, levando os países aderentes a procurar soluções para a erradicação da pobreza e promovendo a valorização da aprendizagem ao longo da vida, mais precisamente a “capacidade de ser sujeito do seu próprio percurso, adquirindo capacidades de saber *saber*, saber *fazer*, saber ser e saber estar (com os outros). Ou seja, aprender durante toda a vida” (Neves, 2020, p.16). Como refere Tragtenberg (2018),

hoje em dia a preocupação maior da educação consiste em formar indivíduos cada vez mais adaptados ao seu local de trabalho, porém capacitados a modificar seu comportamento em função das mutações sociais. Não interessam, pelo menos nos países industrialmente desenvolvidos, operários embrutecidos, mas seres conscientes de sua responsabilidade na empresa e perante a sociedade global. (p. 184)

Recai, assim, sobre a escola a exigência “de preparar com eficiência as competências necessárias para um mundo globalizado, competitivo e veloz. Ainda, uma escola democrática, que ensine a convivência com as diferenças, que seja útil e eficaz para ricos e pobres” (Duarte, 2002, p. 116).

A questão da globalização requer que se tenham algumas considerações, atendendo à sua complexidade. Teodoro (2018) alerta para as diferentes conceções propostas por John Meyer e por Roger Dale. Meyer (citado por Teodoro, 2018) defendendo que a globalização dos sistemas educativos assenta em ideais de progresso, igualdade e direitos humanos e Dale (citado por Teodoro, 2018) contrapondo que a globalização está relacionada com interesses económicos nacionais e centrada na organização da economia global. Para Mundy (2005) é precisamente a questão financeira, de redução de custos e aumento de

eficiência, que está na génese dos processos de globalização. Na opinião de Stephen Stoer, “a globalização da educação implica que no campo educativo se encontrem os efeitos: i) da interpenetração de actividades económicas e das economias nacionais ao nível mundial; ii) do desenvolvimento de mercados globais; e iii) de uma agenda de educação globalmente estruturada” (Stoer, 2002, p. 33).

Segundo Ball (2001), a globalização levanta algumas questões ao nível da verdadeira autonomia do Estado, tanto no campo político como cultural, face à influência das organizações internacionais. O autor foca, nomeadamente, o papel das culturas nacionais e locais perante os efeitos da crescente unificação e homogeneização das sociedades, fruto do paradigma da globalização. Considerando a complexidade inerente às relações educativas, bem como a existência de convergência de políticas educativas em países com realidades político-sociais distintas, defende a reflexão em torno do que intitula de “convergência de paradigmas”. No entendimento de Pacheco e Sousa (2016, p. 57), a globalização “oscila entre o transnacional e o nacional”, definindo as políticas educativas no sentido de ir ao encontro de resultados. A globalização caminha, assim, para uma cultura de prestação de contas, onde os grandes responsabilizados tendem a ser os professores. Atendendo ao papel dos professores no campo da educação, Mundy (2005) considera que professores e alunos deveriam ser atores políticos mais ativos no debate da globalização das políticas educativas.

Assim, o processo de globalização vem acrescentar novas tensões no campo político-educativo na medida em que, segundo Neves (2020)

trouxe novos constrangimentos e pressões para a autonomia dos Estados-Nação, obrigando-os a assumir um papel de reguladores ou mediadores, ao mesmo tempo que alargou a arena de decisão política a outros agentes que implicitamente ou explicitamente participam no processo de formulação da política educativa a vários níveis e sob diversas formas. Por outro lado, esta globalização política enfraqueceu a noção de cidadão como identidade nacional, para introduzir outras cidadanias como a cidadania global, ou a cidadania europeia, no caso da União Europeia (Neves, 2020, p. 19).

Voltando à globalização como política educativa voltada para resultados (Pacheco & Sousa, 2016) e *accountability*, no sentido da prestação de contas e procura de responsabilização das políticas educativas/resultados escolares (Afonso, 2016), importa também referir as ideias de Sahlberg (2012, citado em Maues, 2021) que alerta para a semelhanças dos sistemas de educação e dos seus currículos, para irem ao encontro dos testes internacionais e compara essa globalização e padronização de reformas educativas, sistemas educativos e currículos a uma infeção. Sahlberg (2012) refere que o vírus passa dos especialistas, políticos e meios de comunicação para os sistemas educativos, que se infetam entre si, as escolas adoecem, os professores não se sentem bem e, conseqüentemente, as crianças aprendem menos.

Perante esta visão negativa dos processos de globalização, parece ser essencial repensar o que se pretende da escola e se, de facto, não será necessário reavivar e afirmar a nacionalidade e culturalidade específicas de cada nação. Neves (2020), afirma que “a globalização cultural trouxe uma tendência para a homogeneização e para a estandardização e ao mesmo tempo uma fragmentação cultural que tornou mais evidentes os confrontos entre a chamada cultura global e as culturas locais” (p. 22). No entanto, foca também a existência de autores que consideram que a globalização faz emergir novas formas de cultura e que a aproximação entre o local e o global pode ser conseguida com o contributo das tecnologias e dos *media*. Como refere Costa (2021) “A globalização não apenas apaga traços da cultura local; ela cria novas formas de identidades culturais simbióticas, articulando elementos internos (locais) a elementos externos (globais)” (p. 161).

Os diferentes pontos de vista são enriquecedores e conduzem a uma reflexão mais clarificada sobre uma temática que nos implica a todos, enquanto seres pensantes e possuidores da nossa própria interculturalidade. Estamos num mundo que se tem tornado cada vez mais global com o acesso à informação facilitado pela tecnologia, onde o longe se faz perto à distância de um clique.

3.1.2. Educação e interculturalidade

A diversidade cultural no nosso país é uma realidade com décadas de existência e que tem vindo a acentuar-se, como podemos constatar pela afirmação de Leonor Lima Torres, já em 2008, referindo que

a escola pública nunca, como nos dias de hoje, se viu confrontada com tantas diversidades culturais, sociais, políticas e ideológicas, que tanto a desafiam à assunção de lógicas de reconfiguração e mudança, como igualmente a colocam numa permanente tensão face à necessidade de preservar a sua matriz identitária, historicamente sedimentada (Torres, 2008, p. 59).

Trata-se, pois, de uma realidade histórica do nosso país e que tem vindo a aumentar, face aos movimentos migratórios das populações, em especial, mais recentemente, do Brasil, mas também de muitas outras nacionalidades como Afeganistão, Cuba, França, Suíça, Índia, China, entre outras. Os migrantes, sendo de origens distintas, trazem consigo uma diversidade de culturas e saberes próprios, conduzindo a uma sociedade multicultural. Este facto, pode e deve traduzir-se em oportunidades de enriquecimento cultural da comunidade educativa, seguindo a visão de que

a educação intercultural pode traduzir uma mudança importante, ao proceder a uma valorização das diferentes culturas estranhas à escola, através da qual as suas crianças não são caracterizadas só pela negativa (não têm, não sabem, ...), mas sobretudo pela positiva (também têm, também sabem, ...) (Valentim, 1997, p. 93).

Como refere Neves (2020, p. 22) “é o chamado multiculturalismo que aproxima culturas distintas construindo um mosaico cultural onde se confrontam valores e crenças diversificados, o que traz à educação novos desafios como o respeito pela diversidade e pela diferença do outro”. É precisamente a questão do multiculturalismo que Hernández (2005) considera ser um dos grandes desafios das lideranças nacionais, atendendo ao rápido crescimento e transformação das sociedades.

Falar de migrantes na sociedade e nos ambientes educativos conduz, inevitavelmente, a falar de cultura e/ou culturas. Nos discursos da cultura, frequentemente, se utilizam as palavras multicultural e intercultural. É, pois, necessário esclarecer e fazer uma

desambiguação desta terminologia. Hernández (2005), partindo da etimologia das palavras, considera que o prefixo “multi” é indicativo apenas da existência de diversas culturas, enquanto o prefixo “inter” é indicativo de relações e intercâmbios entre as distintas culturas. Conclui, assim, que

cuando se habla de multiculturalidad generalmente se hace referencia a la presencia en el mismo lugar de culturas diferentes que no tienen relación entre ellas o que pueden tener una relación de conflicto, así, la sociedad con sus individuos serán multiculturales si mantienen un estado de indiferencia o de tolerancia hacia las varias culturas, mientras que serán interculturales si establecen relaciones interactivas entre las diferentes realidades presentes. (Hernández, 2005, p.79)

Em educação, quando falamos de multiculturalidade referimo-nos, portanto, às diferentes realidades culturais dos alunos que chegam à escola. O conceito de interculturalidade já implica processos de relação entre as diferentes culturas. A passagem do multicultural para o intercultural, na opinião de Mancini, é feita através de uma contínua renegociação de papéis, espaços e valores, das perceções que temos uns dos outros (Mancini, 2001, citado em Hernández, 2005). Estas particularidades interessam, particularmente, às escolas que têm de lidar com uma pluralidade de nacionalidades e culturas. Para Hernández (2005), os currículos têm de ser adequados a esta multiculturalidade e a escola deve acautelar que não haja exclusão dos alunos provenientes de culturas minoritárias. Para Carneiro, “educar para a interculturalidade consiste também em educar os olhares sobre o mundo e aprender a apreciar substantivamente o próximo ou semelhante (Carneiro, 2009, p. 156). O autor apresenta, ainda, as linhas orientadoras da educação intercultural, propostas pela UNESCO, nomeadamente o respeito pela identidade cultural e o acesso a uma educação culturalmente relevante; a participação ativa na sociedade; o respeito, compreensão e solidariedade entre indivíduos, grupos (étnicos, sociais e religiosos) e nações. Esta preocupação da UNESCO com o discurso da interculturalidade não deixa de ser o reflexo da globalização e, conseqüente, alteração das sociedades, cada vez mais plurais na sua dimensão cultural.

Ao nível da escola, enquanto instituição educativa, Ramos (2007), refere a importância de uma aprendizagem “multi/intercultural” aberta à diversidade e respeitadora das

diferenças. Para a autora, a escola é confrontada com novos desafios, lançados pelo paradigma intercultural. Este paradigma implica algumas constatações, como a crescente multiculturalidade das sociedades, a potencial riqueza que a multi/interculturalidade pode trazer à sociedade, a promoção do relacionamento entre as várias culturas, sem perda de identidades para nenhuma das partes. Paralelamente, implica diferentes perspetivas, nomeadamente uma abordagem interdisciplinar (atendendo à complexidade da interculturalidade), sistémica e multidimensional (indivíduos, culturas, práticas educacionais nos diferentes contextos, política, na procura de um pluralismo comum), psicossocial e pedagógica (promovendo a democracia e o diálogo entre culturas), sociopolítica (promovendo a cidadania, a integração de migrantes e minorias e a igualdade de oportunidades). Refere, ainda, que a interculturalidade constitui um processo que implica a consciencialização para a diversidade e para a interação e relação com os outros. Estas constatações e perspetivas apontadas por Ramos (2007) fazem parte do caminho que a escola, enquanto pequena sociedade, precisa de percorrer nestes tempos de grande mobilidade humana para conseguir ir ao encontro das recomendações da UNESCO (2006), nas suas Orientações sobre Educação Intercultural, que enfatiza a educação para os valores, como a compreensão e respeito, a dignidade e igualdade, a solidariedade e cooperação, a capacidade de comunicar com os outros e a educação numa perspetiva de globalidade. Essas orientações também referem que os objetivos para uma educação intercultural foram identificados no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, e podem ser resumidos em quatro pilares: 1) aprender a conhecer; 2) aprender a fazer; 3) aprender a viver em comunidade/ a viver com os outros; 4) aprender a ser. Com estes pilares pretende-se destacar a importância de um bom conhecimento geral, a capacidade de trabalhar em equipa e encontrar o seu lugar na sociedade global, a capacidade de ser solidário e cooperar com os outros, a importância da autonomia e responsabilidade. Por conseguinte, as questões de multiculturalidade e interculturalidade fazem parte tanto da sociedade como da realidade escolar, sendo importante o seu conhecimento, aprofundamento e debate, não só na esfera política como na educacional.

3.1.3. A escola e a comunidade

A escola como sistema, está condicionada por variados aspetos, internos e externos à própria escola (Enguita, 2007). Desde as necessidades das famílias às necessidades laborais dos docentes, passando pelas conceções de cada um deles, no que concerne à escola, esta encontra-se num ponto que oscila para cada um dos lados ao sabor do próprio sistema. Da parte das famílias, a escola é vista não só como um local de ensino, mas também como um local de acolhimento durante o tempo de trabalho dos adultos. A escola surge, então, como agente que oferece um serviço que vai ao encontro das necessidades de uma parte da sociedade. No que concerne aos docentes, estes estão condicionados por colocações errantes, horários de trabalho discriminados pelo nível de ensino que lecionam e por condições de trabalho cada vez mais difíceis, nomeadamente no tocante à indisciplina. Por outro lado, a escola, e a sociedade em geral, tem-se confrontado com processos de mudanças, nunca vistos, que colocam reflexões profundas acerca do papel da escola, do indivíduo e da sociedade face a essas mudanças. Consequentemente, como refere Enguita (2007), a escola tem mesmo de se comportar como um sistema flexível e aberto, com capacidade de se transformar e organizar. Um exemplo disso é o projeto de autonomia e flexibilização curricular, promovido pela Direção-Geral de Educação a partir de 2017, com o objetivo de dar a possibilidade às escolas de adequar/flexibilizar o currículo ao contexto em que se encontra inserida, indo, assim, ao encontro das necessidades da comunidade.

O avanço da tecnologia e a facilitada circulação de pessoas transformam a sociedade, tornando-a mais global. Perante esta realidade, as escolas são confrontadas com um novo desafio que, como referem Coutinho e Lisbôa, (2011) é imenso na medida em que têm de

desenvolver nos estudantes competências para participar e interagir num mundo global, altamente competitivo que valoriza o ser-se flexível, criativo, capaz de encontrar soluções inovadoras para os problemas de amanhã, ou seja, a capacidade de compreendermos que a aprendizagem não é um processo estático mas algo que deve acontecer ao longo de toda a vida. (p. 5)

Acresce a este desafio a necessidade de lidar com a crescente diversidade cultural em sala de aula, como resultado das movimentações humanas. A esse respeito, Lawrence-Lightfoot (1978, citado em Warren, 2005) refere que “schools cannot teach children well if teachers

lack an understanding of their students' cultures and lives, and if they lack meaningful relationships with their families" (p. 134). Warren (2005), alerta também para a necessidade de a escola adotar uma visão holística da criança, nomeadamente no respeitante ao seu bem-estar, na medida em que considera que a aprendizagem ficará comprometida caso haja problemas ao nível da família (falta de alimentos, cuidados de saúde, desemprego). Efetivamente, no novo paradigma de escola e educação, ao professor não cabe a tarefa de transmitir conhecimentos, mas antes o papel de mediador e facilitador de aprendizagens (Coutinho & Lisbôa, 2011). Este aspeto torna ainda mais crucial o conhecimento aprofundado, nomeadamente da cultural e contexto de vida dos seus alunos e a promoção da interculturalidade, onde as famílias não podem ser dissociadas de todo o processo.

A escola está intrinsecamente ligada às suas lideranças. Quando se apela a uma escola aberta à comunidade, a uma escola inclusiva, não podemos esquecer que, em primeiro lugar, cabe às lideranças estabelecer e traçar os caminhos que pretende para a instituição. E que esse caminho nunca se faz só. As instituições são organismos de grande riqueza humana e, mesmo que o queiram, nunca se encontram fechados sobre si mesmos, pois é indiscutível a sua inter-relação com a sociedade. Como refere Lawrence-Lightfoot (1978, citado em Warren, 2005), aceitar esse facto e trabalhar em prol de uma relação que favoreça ambas as partes é promover uma escola que rumo em direção ao sucesso da sua comunidade. A liderança tem, aqui, o papel de harmonizar e cativar cada um dos intervenientes para atingir o fim a que se designa.

A importância da participação recíproca entre escola e comunidade, no sentido de ajudar no sucesso académico e educativo dos alunos e da diminuição das taxas de absentismo, bem como do bem-estar e melhor resposta aos desafios contemporâneos, tem sido defendida por alguns autores, como Sanders e Veloso et al (Sanders, 2003; Veloso et al, 2013 citado em A.M. Silva & S. M. Silva, 2018). No entanto, como referem Alves e Varela (2012),

não basta salvaguardar a participação formal dos vários elementos da comunidade educativa prevendo o seu assento nos órgãos de gestão das escolas e a sua participação na elaboração do projeto educativo, sendo necessária alguma

liderança na implementação de dinâmicas que potencializem as relações entre as escolas e as instituições das comunidades locais envolventes e que promovam a mobilização dos recursos existentes. (p. 44)

À liderança cabe o papel de harmonizar as relações entre o interior e o exterior à escola para conduzir todos os intervenientes no processo educativo (professores, alunos, famílias) que se pretende gerador de uma sociedade melhor na individualidade e na pluralidade.

3.2. Processos de equivalências e integração de alunos estrangeiros

O ingresso dos alunos estrangeiros, ou provenientes de sistemas educativos no estrangeiro, no sistema educativo português, encontra-se sujeito às regras de equivalência estabelecidas pelos normativos legais. Estes normativos têm sofrido algumas alterações/atualizações, principalmente nos últimos anos, revelando a necessidade de adaptação e resposta do estado perante o aumento de alunos imigrantes nas escolas portuguesas. As recentes alterações curriculares promoveram igualmente a necessidade de maior atenção a todo este processo, levando a Direção Geral de Educação (DGE, 2024) a publicar um documento de apoio às escolas, intitulado “Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo”. A leitura e análise atenta dos normativos revela-se fundamental para a compreensão do processo de integração escolar dos alunos estrangeiros, assim como a comparação dos procedimentos legislados em Portugal com os procedimentos dos outros estados europeus, nessa matéria.

A preocupação com a integração dos alunos estrangeiros nas escolas portuguesas, bem como dos alunos portugueses que frequentaram escolas no estrangeiro está bem patente nos normativos publicados desde longa data. Para uma melhor compreensão da evolução desse processo, seguidamente será apresentado o historial das publicações no âmbito da regulamentação das equivalências de estudos efetuados no estrangeiro.

Dando cumprimento aos estipulado na Constituição da República Portuguesa, nomeadamente nas alíneas d) do artigo 164.º e e) do artigo 167.º da Constituição, é publicada a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, a Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta Lei, que estabelece o quadro geral do sistema educativo, já contempla a necessidade de regulamentar o sistema de equivalências de estudos, quando refere, no ponto 2 do Artigo

63.º, que o sistema de equivalência entre estudos, graus e diplomas do sistema português e de outros países devem ser definidas por decreto-lei. Neste âmbito, são publicadas a Portaria n.º 612/78, de 10 de outubro, que Estabelece o sistema de equivalências relativas a habilitações adquiridas na República Federal da Alemanha, em França, na Rodésia e na África do Sul e o Despacho n.º 91/78, de 9 de novembro, que define as normas a que obedecem os exames *ad hoc* a prestar pelos candidatos portadores de habilitações estrangeiras, destinados à obtenção de equivalência de habilitações portuguesas, conforme previsto na Portaria 612/78, de 10 de Outubro.

Em 1979, a Portaria n.º 624/79, de 27 de novembro, vem uniformizar os critérios de concessão de equivalências de habilitações a habilitações das escolas portuguesas, requerida por cidadãos estrangeiros, determinando que, nesses casos, aplicar-se-ão as normas estabelecidas na Portaria n.º 612/78, de 10 de outubro, e no Despacho n.º 91/78, de 9 de novembro.

Passados cerca de 18 anos, em 1997, é publicado o Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto, para regular a equivalência e reconhecimento de habilitações estrangeiras de nível não superior. Este normativo estabelece que o processo de equivalências não implica a existência de currículos e conteúdos programáticos idênticos nos anos de escolaridade correspondentes, sendo reconhecido um paralelismo na formação global obtida através da respetiva conclusão com aproveitamento. São aqui também publicadas, em anexo, as tabelas de equivalência entre curso de diversos países e cursos ministrados em Portugal. O documento refere ainda que, caso não haja curso correspondente, o reconhecimento de estudos e diplomas deve ser requerido ao diretor do Departamento da Educação Básica ou ao diretor do Departamento do Ensino Secundário, conforme o nível de ensino. O processo de equivalência ao 1.º ciclo do ensino básico é sempre da competência dos diretores regionais de educação, enquanto os processos relativos aos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário são da competência do presidente do conselho diretivo, do diretor executivo ou do diretor pedagógico, caso se trate de ingresso num estabelecimento do ensino oficial ou num estabelecimento do ensino particular e cooperativo dotado de autonomia pedagógica. Neste documento, o Artigo 16.º determina a necessidade de os estabelecimentos de ensino procederem a uma avaliação diagnóstica e elaborar um plano

individual de apoio pedagógico. Ou seja, o normativo pretende *assumir-se como um contributo para a construção de uma nova filosofia em matéria de concessão de equivalência*, promovendo uma transferência de competências para os serviços regionais do Ministério da Educação e dos estabelecimentos de ensino.

O Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro (alterado pela Declaração de Retificação n.º 9/2006, de 6/02), revoga o Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto, com exceção das tabelas de equivalência, constantes do Anexo II, configurando-se como o novo regime de concessão de equivalência de habilitações estrangeiras dos ensinos básico e secundário, em vigor até à presente data.

Neste documento mantém-se, em grande parte, o estabelecido no Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto (revogado), mas *“transfere-se para os estabelecimentos de ensino parte substantiva das competências em matéria de concessão de equivalências referentes a habilitações estrangeiras e estabelece-se o princípio de igualdade de tratamento na concessão de equivalências, qualquer que seja a produção dos efeitos, podendo requerer o processo de equivalências todos os cidadãos portugueses e estrangeiros que comprovem ser titulares de habilitações de sistemas educativos estrangeiros”* (Artigo 11.º), públicos ou privados, sediados em Portugal ou no estrangeiro. Relativamente à escolha da escola a frequentar, esta encontra-se definida por Despacho (Despacho n.º 13170/2009, de 4 de junho), pelo que os alunos imigrantes, frequentemente, residem na freguesia a que pertence a escola onde se encontram matriculados (Hortas, 2013).

Brasil		Portugal		
2.º grau	3.ª série+ exame de vestibular	Ensino secundário	12.º ano	
	2.ª série		11.º ano	
	1.ª série		10.º ano	
1.º grau	8.ª série	Educação básica	3.º ciclo ... 9.º ano	
	7.ª série		8.º ano	
	6.ª série		7.º ano	
	5.ª série		2.º 6.º ano	
	4.ª série		3.º 5.º ano	
	3.ª série		1.º ciclo ...	4.º ano
	2.ª série			3.º ano
	1.ª série			2.º ano
	Classe de alfabetização			1.º ano

Figura 23: Tabelas de equivalência do ensino básico e secundário
(Fonte: Declaração de Retificação n.º 15-C/97, Anexo II)

A Declaração de Retificação n.º 15-D/97, de 30 de setembro vem retificar as tabelas de equivalência, constantes do Anexo II do Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto. As tabelas retificadas mantiveram-se em vigor até à publicação das portarias previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro.

A publicação do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro, determina a publicação das Portarias n.º 699/2006, de 12 de julho e Portaria n.º 224/2006 - Diário da República n.º 48/2006, de 8 de março que aprovam as tabelas comparativas entre o sistema de ensino português e os sistemas de ensino de outros países, entre os quais o Brasil, bem como as tabelas de conversão dos sistemas de classificação correspondentes.

Brasil

A — Tabela comparativa entre os sistemas dos ensinos básico e secundário

BRASIL		PORTUGAL	
Ensino Médio ou 2º Grau	4ª série (a)	Ensino Secundário	12º Ano
	3ª série		11º Ano
	2ª série		10º Ano
	1ª série		
Ensino Fundamental ou 1º Grau	8ª série (b)	3º Ciclo	9º Ano
	7ª série		8º Ano
	6ª série		7º Ano
	6ª série	2º Ciclo	6º Ano
	5ª série		5º Ano
	4ª série		4º Ano
	3ª série	1º Ciclo	3º Ano
	2ª série		2º Ano
	1ª série		1º Ano

Figura 24: Tabela comparativa entre os sistemas do ensino básico e secundário
(Fonte: Portaria n.º 699/2006, Anexo VI)

A análise das tabelas das Figuras 23 e 24 permite observar a alteração da correspondência ao 1.º ano. Enquanto nas tabelas de 1997 o 1.º ano do ensino português correspondia à Classe de Alfabetização do ensino brasileiro, nas tabelas de 2006 o 1.º ano passa a corresponder à 1.ª série. Este facto pode estar na base de algumas dificuldades de integração curricular dos alunos brasileiros no currículo português (Soares, 2013). No seu estudo, a autora refere que as equivalências curriculares se processam tendo por critério apenas o número de anos de escolaridade, podendo, desta forma, influenciar o sucesso e o abandono escolar destes alunos (Soares, 2013). Segundo Almeida (2019) alunos e encarregados de educação brasileiros reconhecem que o ensino em Portugal é mais “avançado” ou “difícil”, o que remete para possíveis diferenças curriculares entre Portugal e Brasil, para o ensino básico.

Para além dos normativos legais que regulam os processos de equivalências, nomeadamente através das tabelas de equivalência, as políticas internas dos países e a correspondente aplicação nos consulados de cada país acarretam também alguma complexidade a uma problemática já de si muito complexa. Por exemplo, ao nível do

processo de matrícula de alunos brasileiros, a investigação refere algumas dificuldades relacionadas com a burocracia e com o não reconhecimento dos documentos escolares pelo consulado português no Brasil (Lopes, 2007; Pereira, 2017; Soares, 2013 & Tourinho, 2016).

A Guerra na Ucrânia acarretou a necessidade de agilizar o processo de acolhimento das crianças e jovens refugiados nos estabelecimentos escolares, sendo publicados, para o efeito, os seguintes documentos: Ofício Circular S-DGE/2020/2040 – DSDC-DEPEB/ ANQEP SAI-GER 460/2020, de agosto de 2020, que define as medidas educativas de integração de crianças e jovens refugiados no sistema educativo; o Ofício-Circular 10976/2022/DGE-DSDC-ECE, de 16 de março de 2022, que determina, com carácter prioritário, a concessão de equivalências e integração de crianças e jovens ucranianas no sistema educativo português, bem como as crianças e jovens deslocadas da Ucrânia, que se enquadrem como beneficiários de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, em consequência da guerra; o Ofício-Circular 30172/2023/DGE-DSDC-DEPEB, de 14 de junho, vem atualizar as informações veiculadas no Ofício-Circular de 2022, nomeadamente no respeitante ao ensino a distância.

Em 2025, é publicado o Decreto-Lei n.º 7/2025, de 11 de fevereiro, que vem instituir um regime simplificado para o posicionamento escolar para crianças e jovens, detentores de habilitações conferidas por sistemas educativos estrangeiros. Desta forma, os estabelecimentos de ensino passam a ter competência para autorizar o referido posicionamento, não havendo necessidade do procedimento de equivalência formal.

As Escolas Europeias, consideradas instituições públicas, remontam a outubro de 1956, com o apoio das instituições comunitárias e do governo luxemburguês, tendo a primeira escola europeia sido criada em 1957, no Luxemburgo (European Schools, 2025). Estas instituições são coordenadas conjuntamente pelos governos dos Estados Membros da União Europeia e têm como finalidade a educação multilingue e multicultural dos filhos das pessoas que trabalham nas Comunidades Europeias (Decreto n.º 1/97, de 3 de janeiro, 1997). Presentemente as Escolas Europeias são 13 (3 na Alemanha, 5 na Bélgica, 1 em Espanha, 1 em Itália, 2 no Luxemburgo e 1 nos Países Baixos). Há, ainda 22 Escolas Europeias Acreditadas (Regulamentação da Acreditação das Escolas Europeias, em 2019). Segundo o

relatório apresentado no site institucional das Escolas Europeias, nas 13 escolas frequentam cerca de 29 mil alunos (European Schools, 2025).

Com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE), a 1 de janeiro de 1986, surge a necessidade de regulamentar as habilitações adquiridas nas escolas europeias, sendo para o efeito publicada a Portaria n.º 597/88, de 29 de agosto, que define as condições em que é efetuada concessão de equivalência das habilitações adquiridas nas referidas escolas e às habilitações do sistema educativo português, bem como a tabela de equivalências (ainda havia 2 fases no 1.º ciclo, em Portugal).

Em 1993, a Portaria n.º 1266/93, de 13 de dezembro, publica uma nova tabela de equivalências, atualizando os níveis e anos de escolaridade do sistema educativo português, em conformidade com a Lei de Bases da Educação.

A assinatura da Convenção Relativa ao Estatuto das Escolas Europeias, de 21 de junho de 1994, no Luxemburgo, conduz à publicação do Decreto n.º 1/97, de 3 de janeiro, que aprova, a referida Convenção. Desta forma, é anulado e substituído o primeiro Estatuto, de 12 de abril de 1957, bem como o Protocolo a ele anexo, de 13 de abril de 1962.

Em 2015, o Conselho Superior das Escolas Europeias aprova o novo sistema de avaliação do nível secundário de educação, dando origem ao do Ofício-Circular N.º 14716/2021/DGE-/DSDC-ECE, no sentido de atualizar o sistema de avaliação e tabelas de equivalência.

Como podemos observar nas Tabela 2 e Tabela 3, os normativos em vigor para o processo de concessão de equivalências, quer no contexto nacional, quer no contexto das Escolas Europeias, são publicações do ministério da educação, do ministério dos negócios estrangeiros ou publicações conjuntas dos dois ministérios. Salienta-se, assim, que se trata de um assunto com regulamentação repartidas pelos dois ministérios, mesmo no respeitante à educação. Para além desta regulamentação, a DGE disponibiliza informações e links úteis.

Tabela 2: Equivalências de habilitações em vigor

Ano	Origem	Publicação/ Sumário ³
2025	Presidência do Conselho de Ministros	Decreto-Lei n.º 7/2025 - Diário da República n.º 29/2025, Série I de 2025-02-11 Estabelece o regime específico de posicionamento dos alunos que estejam abrangidos pela escolaridade obrigatória portuguesa e sejam titulares de habilitações conferidas por sistemas educativos estrangeiros ou por programas educativos internacionais, correspondentes ao ensino básico português.
2023	Ministério da Educação - DGE	Ofício-Circular 30172/2023/DGE-DSDC-DEPEB, de 14 de junho Ucrânia – acolhimento e integração de crianças e jovens nas escolas portuguesas (ano letivo 2022/2023).
2022	Ministério da Educação - DGE	Ofício-Circular 10976/2022/ DGE-DSDC-ECE Concessão de equivalências e integração de crianças e jovens no sistema educativo português.
2020	Ministério da Educação - DGE	Ofício Circular S-DGE/2020/2040 – DSDC-DEPEB/ ANQEP SAI-GER 460/2020, de agosto de 2020. Medidas educativas de integração de crianças e jovens refugiados no sistema educativo.
2006	Presidência do Conselho de Ministros	Declaração de Retificação n.º 9/2006, de 6 de fevereiro De ter sido retificado o Decreto-Lei n.º 227/2005 , do Ministério da Educação, que define o novo regime de concessão de equivalência de habilitações estrangeiras dos ensinos básico e secundário, revogando parcialmente o Decreto-Lei n.º 219/97 , de 20 de Agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 248, de 28 de dezembro de 2005.
2006	Ministério da Educação	Portaria n.º 699/2006 - Diário da República n.º 133/2006, Série I de 2006-07-12 Aprova as tabelas comparativas entre o sistema de ensino português e outros sistemas de ensino, bem como as tabelas de conversão dos sistemas de classificação correspondentes respeitantes a vários países. Revoga o despacho n.º 27249/2004, de 9 de dezembro.
2006	Ministério da Educação	Portaria n.º 224/2006 - Diário da República n.º 48/2006, Série I-B de 2006-03-08 Aprova as tabelas comparativas entre o sistema de ensino português e outros sistemas de ensino, bem como as tabelas de conversão dos sistemas de classificação correspondentes, nos termos da alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 227/2005, de 28 de dezembro.
2005	Ministério da Educação	Decreto-Lei n.º 227/2005 - Diário da República n.º 248/2005, Série I-A de 2005-12-28 (Alterado pela Declaração de Retificação n.º 9/2006, de 6/02) O novo regime de concessão de equivalência de habilitações estrangeiras dos ensinos básico e secundário.

³ Retirado/adaptado do site do Diário da República

Tabela 3: Equivalências de habilitações respeitantes às Escolas Europeias, em vigor

Ano	Origem	Publicação/ Sumário ⁴
2021	Ministério da Educação - DGE	<p><u>Ofício-Circular N.º 14716/2021/DGE-/DSDC-ECE</u> <u>Guia Informativo e anexos.</u> Versão atualizada em 30/03/2023.</p> <p>O presente Guia Informativo e anexos fazem parte integrante do <u>Ofício-Circular N.º 14716/2021/DGE-/DSDC-ECE</u></p> <p>Sistema de ensino da Escola Europeia/Escolas Europeias Acreditadas e equivalência de habilitações para o sistema educativo português (SCHOLA EUROPAEA) (devido ao novo sistema de avaliação do nível secundário de educação, aprovado pelo Conselho Superior das Escolas Europeias, em 2015)</p>
1997	Ministério dos Negócios Estrangeiros	<p><u>Decreto n.º 1/97 - Diário da República n.º 2/1997, Série I-A de 1997-01-03</u></p> <p>Aprova, para ratificação, a Convenção Relativa ao Estatuto das Escolas Europeias (Anula e substitui o Estatuto de 12 de abril de 1957 e o Protocolo a ele anexo de 13 de abril de 1962.)</p>
1993	Ministérios dos Negócios Estrangeiros/ Educação	<p>Portaria n.º 1266/93 - Diário da República n.º 289/1993, Série I-B de 1993-12-13</p> <p>Substitui o mapa de equivalências das habilitações adquiridas na escola europeia às habilitações do sistema educativo português, anexo à Portaria n.º 597/88, de 29 de agosto. (nova tabela de equivalências, atualizando os níveis e anos de escolaridade do sistema educativo português, em conformidade com a Lei de Bases da Educação)</p>
1988	Ministério dos Negócios Estrangeiros/ Ministério da Educação	<p>Portaria n.º 597/88 - Diário da República n.º 199/1988, Série I de 1988-08-29</p> <p>Define as condições de concessão de equivalência das habilitações adquiridas na escola europeia às habilitações do sistema educativo português (contém anexa tabela de equivalências – ainda havia as 2 fases no 1.º ciclo, em Portugal). (Consequência da entrada para a comunidade económica europeia (CEE), em 1 de janeiro de 1986.)</p>

Para além da legislação vigente, a necessidade de melhorar o acolhimento dos alunos estrangeiros, face ao seu elevado número, são produzidas novas orientações sobre a inclusão, matrícula e equivalências de alunos migrantes, num documento intitulado “Inclusão de alunos migrantes em meio educativo”. Nesse documento é explicitado que a escola deve “agilizar o processo de matrícula, dar acesso a informações e orientações claras,

⁴ Retirado/adaptado do site do Diário da República

evitando a duplicação de procedimentos administrativos” e “identificar o percurso académico já realizado pelos alunos e posicioná-los corretamente no sistema educativo (equivalências)” (DGE, 2024, p. 9).

Os tratados internacionais assumem também grande importância no acolhimento dos alunos oriundos de países que anteriormente constituíam colónias portuguesas. Estes tratados (acordos, convenções, protocolos) têm um papel diplomático de relevo na medida em que se regem pelo direito internacional.

Portugal tem acordos bilaterais com o Brasil, desde que reconheceu a independência do Brasil, nomeadamente assinando o Tratado de Paz, Amizade e Aliança, também conhecido como Tratado do Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1825. É neste Tratado que D. João VI, rei de Portugal, é reconhecido como imperador do Brasil.

Atualmente, ao nível dos acordos bilaterais temos como referência o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000. Este tratado, assinado no ano das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, vem estreitar os laços entre os dois países, nomeadamente no que se refere ao estatuto de igualdade entre portugueses e brasileiros, que confere os mesmos direitos e deveres aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal, de acordo com as condições vigentes no referido Estatuto. O Tratado de Amizade constitui o eixo central das relações bilaterais sendo atualizado por acordos que o complementam, como o acordo assinado em 2023.

Em 2023, Portugal e Brasil assinaram um acordo complementar ao Tratado de Amizade para facilitar a equivalência de estudos do ensino básico/fundamental e secundário/médio, com o propósito de desburocratizar o reconhecimento de diplomas.

Estes acordos promoveram a publicação de um grande número de Despachos a conceder o estatuto de direitos e deveres aos cidadãos de nacionalidade brasileira neles mencionados. Nesse âmbito, entre 2007 e 2026⁵ foram publicados 3649 Despachos, verificando-se um grande aumento a partir de 2020 (Figura 25). O aumento destas publicações está em

⁵ Levantamento efetuado até ao dia 4 de fevereiro de 2026.

consonância com o aumento de cidadãos brasileiros em Portugal, vindo confirmar o interesse e procura desta comunidade pelo nosso país.

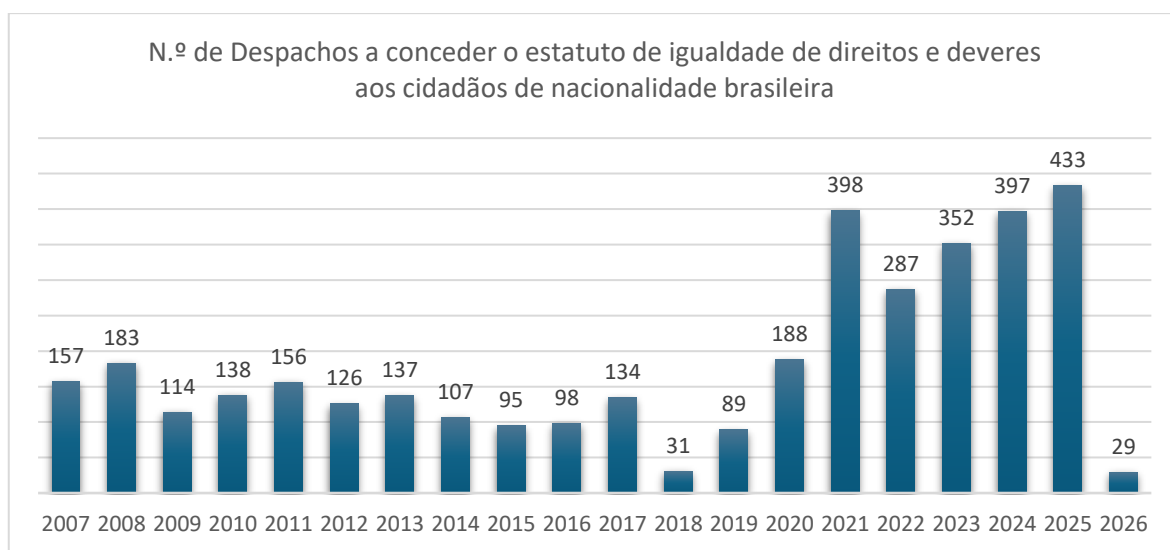


Figura 25: Despachos a conceder o estatuto de igualdade de direitos e deveres
(Fonte: autora, com dados retirados do Diário da República)

Para além dos Tratados acima enunciados Portugal tem assinado outros documentos bilaterais em diferentes áreas. Exemplo disso são os mais recentes acordos assinados, nomeadamente os 13 acordos bilaterais assinados na XIII Cimeira Luso-Brasileira, em 22 de abril de 2023 e os 19 acordos bilaterais assinados na XIV Cimeira Luso-Brasileira, no dia 19 de fevereiro, em Brasília, como nos refere o site do XXIII Governo da República Portuguesa. A preocupação com os fluxos migratórios, nomeadamente no que concerne à integração dos migrantes estrangeiros e o acolhimento do regresso dos emigrantes portugueses ao país, promoveu um conjunto de normativos que procuram regulamentar e ajudar a que estes processos ocorram o melhor possível. No entanto persistem algumas fragilizadas apontadas pela investigação. Segundo o relatório da Eurydice (2019) a investigação tem indicado muitos dos desafios que os alunos migrantes têm de enfrentar ao iniciarem no sistema de ensino dos países de destino, nomeadamente limitações ao nível da avaliação inicial e a colocação num ano de escolaridade inadequado. Estes desafios tendencialmente acarretam dificuldades ao nível do desempenho escolar. Exemplo disso são os resultados do relatório publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em setembro de 2024, que apresenta a análise de 179 indicadores, desde 2015, data de início, até 2023. Este relatório revela 33 indicadores com sentido contrário ao desejável, ou seja, que apresentam

uma evolução desfavorável. No tocante à Educação de Qualidade verifica-se que entre 2015 e 2022 a proficiência em leitura e em matemática, em crianças e jovens, decresceu, nomeadamente a proficiência em leitura de 82,8% para 76,8% e a proficiência em matemática de 76,2% para 70,2% (INE, 2024).

Nos países de destino, os migrantes enfrentam dificuldades na conversão das qualificações adquiridas no estrangeiro (Jacobs & Unterreiner, 2017). Este facto conduz a que os migrantes sejam frequentemente mais qualificados relativamente aos empregos que ocupam, sendo as suas competências subaproveitadas (Jacobs & Callier, 2012, citados em Jacobs & Unterreiner, 2017), mas acarreta também uma maior dificuldade de adaptação ao sistema de ensino por parte dos estudantes.

A temática das equivalências teve, ainda, impacto na comunicação social, visível nas notícias publicadas. No dia 17 de janeiro de 2025, a Lusa publica uma notícia intitulada “Escolas podem dar equivalência a alunos estrangeiros de forma mais célere” (e.g., N_RTP_17-01-2025; N_DN_17-01-2025), promovida pela aprovação em Conselho de Ministros de um Decreto-Lei, que vem simplificar o regime de posicionamento para alunos estrangeiros. Este normativo vem a ser publicado no mês seguinte como Decreto-Lei n.º 7/2025, de 11 de fevereiro, já referido acima.

3.3. O papel das lideranças no processo de integração e inclusão dos alunos migrantes

Aqui chegados, torna-se necessário fazer um parêntesis sobre dois conceitos, que aparecem muito ligados à entrada de novos alunos nas escolas, nomeadamente os alunos migrantes, sendo eles o conceito de integração e de inclusão. Como ponto de partida para uma desambiguação, apresenta-se nas tabelas seguintes (Tabelas 4 e 5) um levantamento realizado com vista à definição dos conceitos ‘integração’ e ‘inclusão’ (ou educação inclusiva).

Tabela 4: Definição do conceito 'integração'

Autoria	Integração
Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia de Ciências de Lisboa	Ação ou resultado de integrar ou de se integrar; processo de incluir ou de se incluir num todo, de fazer parte ou de se incorporar.
Infopédia - Dicionários da Porto Editora	Participação de um grupo social minoritário no funcionamento da sociedade em que se encontra inserido, mantendo, no entanto, as suas características culturais. Igualdade política e social, de um grupo com características e traços físicos específicos, no seio de uma sociedade plurirracial.
Infopédia - Dicionários da Porto Editora	Inclusão de novo(s) elemento(s) num conjunto, formando um todo.
Eurydice Síntese, 2019	Incorporação numa sociedade ou nação de um grupo estrangeiro e/ou minoritário, sem que este perca todas as suas características próprias.
Direção-Geral da Educação	Um processo complexo, que visa proporcionar às crianças e aos jovens o acesso a uma educação de qualidade e prestar os necessários apoios em termos linguísticos, de aprendizagem e psicossociais. Envolve igualmente ajudá-los a adaptarem-se a um novo ambiente escolar e garantir que progridem na sua aprendizagem.
OCDE, 2023	A inclusão dos alunos migrantes e suas famílias (que, muitas vezes, se encontram numa situação de vulnerabilidade) é fundamental para garantir o bem-estar e o sucesso de todos na integração no país de acolhimento e num sistema educativo que desconhecem (DGE, 2024, p. 6).
	A capacidade de os imigrantes alcançarem os mesmos resultados sociais e económicos que os nativos, tendo em conta as suas características.

Tabela 5: Definição do conceito 'inclusão' e 'educação inclusiva'

Autoria	Inclusão/educação inclusiva
O Dicionário da Língua Portuguesa, da Academia de Ciências de Lisboa	Ação de conter, encerrar, compreender ou integrar; ato ou efeito de incluir ou de se incluir.
Infopédia - Dicionários da Porto Editora	Ato ou efeito de abranger, compreender ou integrar.
	Prática ou conjunto de práticas que visam eliminar as desigualdades resultantes de discriminação, de necessidade especial ou de outra circunstância limitadora ou impeditiva da participação plena de indivíduo ou grupo de indivíduos numa sociedade.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho	Processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. O direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos.
Direção-Geral da Educação	É um processo contínuo que requer, por um lado, flexibilidade e adaptação às necessidades individuais dos alunos e, por outro, preparação e mudanças nas dinâmicas e cultura da escola (DGE, 2024, p. 5).
OCDE	Processo contínuo para oferecer educação de qualidade a todos, respeitando a diversidade, as diferentes necessidades e capacidades, características e expectativas de aprendizagem dos alunos e das comunidades, eliminando todas as formas de discriminação.

Como se pode observar no levantamento efetuado, embora distintos, os conceitos ‘integração’ e ‘inclusão’ estão interligados e são ambos utilizados nos discursos em educação. Segundo Mezzanotte e Calvel (2023) o termo integração tem sido utilizado relativamente aos imigrantes e refugiados enquanto o termo inclusão tem sido usado para designar alunos com necessidades educativas especiais. Linares (2011), apresenta uma definição de integração que se interliga com o conceito de inclusão, quando a autora refere que a integração é um “processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e competências dos alunos” (p. 3), acrescentando que esse processo

pretende tornar as aprendizagens mais significativas e relevantes para todos os alunos, especialmente para os mais vulneráveis ao risco de exclusão e, também, repensar e reestruturar os currículos, as práticas escolares e os ambientes de aprendizagem, de modo a colmatar diversas necessidades de aprendizagem, independentemente da origem ou natureza dessas necessidades. (Linares, 2011, p. 3)

Aprendizagens significativas, reestruturar currículos, práticas e ambientes de aprendizagem são aspetos muito ligados à educação inclusiva. Linares (2011) remete-nos até para um conceito de educação inclusiva abrangente, que inclui todos os alunos (entre os quais os migrantes) e não apenas os alunos apoiados pela Educação Especial. O facto de o conceito

de inclusão estar historicamente associado aos alunos com necessidades educativas especiais tem acarretado um entendimento errado acerca do que verdadeiramente constitui a educação inclusiva. Como referem Sanches e Teodoro (2006, p. 69) “muitos pensam que a inclusão escolar é para os jovens em situação de deficiência, mas não, ela deve contemplar todas as crianças e jovens com necessidades educativas”. Também Ainscow (2009) defende que a inclusão envolve “a presença, a participação e a realização de todos os estudantes vulneráveis a pressões exclusivas, não somente aqueles com deficiências ou aqueles categorizados como “pessoas com necessidades educacionais especiais”” (p. 20), defendendo, ainda, a estruturação de práticas e políticas que respondam à diversidade dos alunos. Para Hausstätter e Jahnukainen (2014) “an inclusive school is an institution that changes and adapts to the needs of all students according to the general goals of inclusion” (p. 122). Ou seja, o conceito de educação inclusiva tornou-se mais abrangente, incluindo todos os alunos e a escola deve adaptar-se para dar resposta às necessidades de todos os alunos. O processo de adaptação deverá ser um processo recíproco entre os alunos e a escola e não apenas centrado num determinado grupo de alunos, como por exemplo os alunos migrantes.

Nos últimos anos, as escolas têm enfrentado a necessidade de se adaptarem à crescente entrada de alunos estrangeiros, o que levou o Ministério da Educação a dar orientações no sentido de uma educação inclusiva, nomeadamente que “os alunos migrantes devem ser abrangidos por medidas de integração efetiva no sistema educativo e, simultaneamente, na sociedade em geral” (DGE, 2024, p. 6). Note-se a utilização do termo integração no âmbito dos alunos migrantes (Mezzanotte & Calvel, 2023), mas uma “integração efetiva”, que aponta no sentido do propósito do documento: a inclusão. A integração aparece aqui designada como a entrada e acolhimento dos alunos e a inclusão como *o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos* (Decreto-Lei n.º 54/2018).

Apesar de o discurso político se encontrar centrado nos ideais de inclusão, como se pode observar na legislação produzida e nas orientações da OCDE, no discurso sobre migrantes continua a ser usado o termo integração. A importância deste processo, como um processo de acolhimento e aceitação, é fundamental para garantir a inclusão dos alunos que, como

refere o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, se trata de um “processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (Artigo 1.º). Nesse sentido, Pantić et al. (2025) realçam a importância da escola no processo de integração dos migrantes, pelo facto de ser um dos primeiros locais onde os alunos e famílias migrantes se misturam com a população local.

A integração dos alunos migrantes implica, assim, proporcionar-lhes as condições adequadas para que tenham sucesso no seu percurso educativo, nomeadamente uma educação de qualidade e os apoios necessários (linguísticos, de aprendizagem e sócio emocionais). Ou seja, significa garantir que a escola seja um espaço acolhedor e seguro para os alunos de diversas origens e com diferentes necessidades, onde todos os alunos se sintam, valorizados e capazes de aprender (Eurydice, 2019). Acresce que, o sucesso da integração depende também do próprio migrante e da sua família, havendo responsabilidades partilhadas entre alunos e escola. A esse propósito, o relatório de 2008 da International Organization for Migration (IOM, 2008) salienta que a integração é um processo bidirecional em que tanto os migrantes como o país de acolhimento têm deveres e responsabilidades. Almeida e Borges (2025) destacam a importância da escola na valorização destes alunos, promovendo atividades que permitam “posicionar os alunos migrantes não apenas como destinatários de medidas de integração, mas como protagonistas ativos do processo educativo” (p. 53). Ou seja, há uma coresponsabilização do processo de integração (Souza & Ferreira, 2017).

As escolas e as suas lideranças enfrentam novos desafios perante um crescendo de alunos estrangeiros e perante uma crescente multiplicidade de nacionalidades. Esta nova realidade conduz a uma maior responsabilização da escola, enquanto instituição, para dar a estes alunos as condições necessárias ao seu desenvolvimento educativo. Como refere Borges (2025) “a inclusão educativa não é apenas uma exigência ética e legal, mas também uma estratégia de futuro. Uma escola pública capaz de transformar diversidade em oportunidade contribuirá, inevitavelmente, para a construção de sociedades mais justas, plurais e democraticamente robustas” (p. 6). Numa era em que os conflitos internacionais se têm intensificado, urge preparar os futuros cidadãos ativos para uma cidadania

democrática capaz de, pacificamente, viver na diversidade, pois como refere Barbosa (2020) “os democratas formam-se, não nascem formados” (p. 3), pelo que não se pode separar a democracia da educação.

A escola, na figura dos seus dirigentes, tem um importante papel a desempenhar, não só na formalização do processo de equivalências como no próprio processo de integração, devendo proporcionar ao aluno o acompanhamento adequado a uma integração mais facilitada. Ou seja, as lideranças desempenham aqui um papel fundamental, pois da sua capacidade decisória e empreendedora poderá depender o sucesso ou não da integração eficaz dos alunos estrangeiros. A perceção que temos, através do contacto com lideranças de diferentes escolas é a de que em cada uma se procede de forma diferente, acolhendo-se de forma muito diferenciada os alunos estrangeiros. Provavelmente terá sido esta realidade que levou a DGE a publicar, em janeiro de 2024, um documento orientador direcionado a apoiar as escolas nos processos de inclusão dos alunos migrantes. Trata-se de um documento claro e objetivo que não só apresenta os princípios em que deve estar assente essa inclusão como apresenta sugestões de estratégias que podem ser mobilizadas pelas escolas (DGE, 2024). Este documento, sendo um documento orientador, permite à escola a escolha do caminho a percorrer no sentido de proporcionar o acolhimento dos alunos, adequado ao seu contexto. Deixa também em aberto o poder decisório das lideranças nessa escolha e a sua capacidade criativa e empreendedora na procura de soluções específicas para dar resposta aos seus problemas, pois sabemos como os contextos diferem mesmo entre escolas da mesma cidade. Esse poder decisório acarreta uma grande responsabilidade no sucesso ou insucesso das medidas implementadas. É precisamente este aspeto que distingue as boas ou menos boas lideranças, as lideranças mais ou menos interventivas, mais ou menos eficazes, transformadoras ou inertes. Como refere Bento (2008), cabe à liderança o importante papel na implementação de mudanças na organização que lidera (Bento, 2008, citado em Matos & Resende, 2018).

As escolas assumem novos desafios na resposta a dar a uma sociedade em mudança, mais plural e que pretende uma educação para a diversidade, equidade e inclusão. No entanto, as escolas têm sido também objeto de transformações ao nível dos seus processos de liderança, passando de processos mais democráticos para lideranças unipessoais. No centro

da gestão destes desafios encontra-se a figura do diretor, a quem são atribuídas novas responsabilidades numa escola cada vez mais multicultural. No entanto, segundo Torres (2013), o modelo de liderança unipessoal tem interferido nas dinâmicas escolares acentuando tensões:

ao erigir o Diretor como o “rosto”, o “primeiro responsável” pelo funcionamento da instituição, pressionando-o à conformidade burocrático-política por via da “prestação de contas”, o paradigma de gestão imposto tende a colidir com as lógicas pedagógicas, corporativas e profissionais características do espaço escolar, fazendo emergir com mais força e expressividade as singularidades de cada escola. (Torres, 2013, p. 58).

No seu estudo, a autora alerta para a grande influência da regulação do estado nas lideranças escolares, na medida em que “o paradigma de escola que emerge das instâncias políticas de regulação poderá induzir o desenvolvimento de lideranças cada vez mais desapossadas de sentido estratégico e político e, neste sentido, mais reprodutivas da cultura escolar centralmente difundida” (Torres, 2013, p. 74), porque em vez de avaliar a escola, a sua cultura e identidade organizacional, avalia a sua capacidade de ir ao encontro do modelo que preconiza, onde o exercício democrático da escola e do seu diretor fica comprometido. Recentemente, um estudo sobre as lideranças nos processos de inclusão, realizado por Neves, Almeida e Ferreira (2023) conclui que, apesar de se identificar (nos diretores) o conhecimento dos conceitos inerentes à educação inclusiva, não houve evidências de que fossem para além disso, nomeadamente no que respeita a desenvolver práticas únicas, específicas dos contextos da escola. Esta conclusão vem acrescentar preocupações em torno das lideranças, na medida em que consideramos serem elas um dos motores da linha de ação das escolas.

Lopes (2015), aponta dois aspetos essenciais para ajudar as lideranças a constituir boas escolas: “A liderança educativa sustentável” e a “Liderança democrática de cariz transformacional”. A primeira, para ir ao encontro do desígnio apontado pelos normativos nacionais e orientações intergovernamentais (Decreto-Lei 54/2018; UNESCO, 1998; UNESCO 2021), a segunda centrada no pressuposto de que a liderança deve ter cariz democrático e resultar do envolvimento de diferentes atores com perfil de liderança. Ou

seja, a liderança compartilhada com a comunidade educativa. Citando Bolívar e Sergiovanni, Lopes (2015) faz referência à liderança democrática transformacional, que promova a partilha de decisões (democrática) e promova uma organização aprendente, com o contributo e colaboração de todos os atores educativos (Bolívar, 2003 & Sergiovanni, 2023, citados em Lopes, 2015). Transformacional, no sentido dado por Leithwood, Jantzi e Steinbach de uma escola que estimula, cria apoios, tem altas expectativas, valores organizacionais, cultura colaborativa e produtiva, com estruturas para participar nos processos de decisão e com consensos na sua visão e metas (Leithwood, Jantzi & Steinbach, 1999, citados em Lopes, 2013).

Voltando aos desígnios mais prementes da educação, atender ao aluno na sua globalidade implica necessariamente o diálogo com a sua família. Justino (2013, citado em Saragoça, 2018) alarga a necessidade de diálogo e articulação também à sociedade local, nomeadamente nos processos de construção, implementação e avaliação do projeto educativo. Este diálogo reveste particular importância no caso dos alunos migrantes, nomeadamente ao nível do acolhimento das famílias (informando-as, fazendo a gestão das suas expectativas), bem como a colaboração com a comunidade (DGE, 2024). Como refere Saragoça (2018), é necessário criar coesão e solidariedade, baseada em parcerias com a comunidade, comprometidas no princípio de não deixar nenhuma criança para trás. No nosso entendimento, cabe ao diretor diligenciar ações no sentido de dar resposta a esta necessidade. No entanto, não será tarefa fácil, assim como não o será conseguir uma escola inclusiva, dado serem apontadas algumas fragilidades na sua consecução. Como referem Neves, Almeida e Ferreira (2023), os diretores consideram haver barreiras e obstáculos ao sucesso da educação inclusiva nas escolas, nomeadamente a falta de adaptação das políticas aos contextos, a falta de recursos e infraestruturas, a falta de pessoal especializado, a falta de formação de professores e de técnicos especializados. Algumas destas limitações foram minimizadas com a colocação de mediadores linguísticos e culturais, uma das medidas do plano Aprender Mais Agora (Nota Informativa, 2025).

Segundo Hermano Carmo (2004), o líder é precisamente aquele que tem a capacidade de influenciar os outros pelo consentimento (Carmo, 2004, citado em Matos & Resende, 2018), pelo que seria desejável que essa influência permitisse criar uma teia de estratégias

capazes de fazer com que a escola desse o que de melhor tem para minimizar as fragilidades inerentes à migração, promovendo boas práticas no âmbito do acolhimento e inclusão de alunos estrangeiros. Atendendo a que a importância do papel do diretor é também visível nos resultados escolares dos alunos (EASNIE, 2021; Torres & Palhares, 2015), é essencial criar uma liderança que promova uma cultura de escola que conduza ao sucesso educativo de todos os alunos. Em primeiro lugar, privilegiando a relação professor-aluno (Heckmann, 2008) e fomentando um clima de escola favorável à interculturalidade, em que os currículos, as atividades e os projetos permitam desenvolver um verdadeiro interesse por todas as culturas (Acante, 1996, citado em Hernández, 2005).

A investigação tem apontado algumas fragilidades na integração dos alunos estrangeiros, principalmente nos alunos cuja língua materna não é o português. Relativamente aos alunos brasileiros, a questão linguística não é o maior desafio, mas sim o facto de provirem de um país com um calendário escolar muito desfasado do calendário português (Tourinho, 2016). Como o calendário escolar brasileiro termina em dezembro, os alunos brasileiros que migram para Portugal iniciam a partir de janeiro no sistema educativo português, quando a escola portuguesa já concluiu um período letivo ou, por vezes, mais. Esta realidade acarreta dificuldades na adaptação destes alunos ao currículo, podendo comprometer o seu sucesso educativo. Cabe às escolas delinear estratégias para o acompanhamento dos alunos que apresentem dificuldades, mas nem sempre esse acompanhamento se configura, muitas vezes evocando-se falta de recursos humanos. Porém, a investigação tem alertado para algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos brasileiros no que concerne à língua, relacionadas com diferenças lexicais e fonéticas entre o português de Portugal e o do Brasil (Almeida, 2019; Anes, 2024). Em contrapartida, a investigação também indica alguns aspetos positivos. Segundo Rodrigues (2009), os alunos de origem brasileira referem gostar da escola, apesar de nem sempre se sentirem à vontade. A autora também refere a boa integração dos alunos portugueses com os seus colegas estrangeiros. Ou seja, há caminhos que se vão fazendo no sentido da integração e inclusão, embora um olhar para o documento orientador da DGE (2024) seja revelador de que muito haverá ainda a fazer. Este documento apresenta um conjunto de estratégias e atividades que as escolas podem adotar para promoverem a inclusão dos alunos migrantes.

O papel das lideranças, nomeadamente na figura do diretor, é fundamental na implementação de sistemas mais inclusivos (EASNIE, 2021). No entanto, apesar da existência do diretor, enquanto figura unipessoal na prestação de contas, a liderança configura-se também distribuída pelas lideranças intermédias, principalmente no que respeita aos aspetos mais direcionado com a sala de aula. Seabra et al. (2025) referem ainda a importância dos tutores, diretores de turma e técnicos especializados. Para Salamon (2025) uma liderança inclusiva é aquela que demonstra abertura, valorizando a colaboração de todos e o sentido de pertença a uma cultura de escola. Se alunos e famílias considerarem a escola irrelevante têm mais tendência ao abandono escolar, pelo que os líderes escolares devem promover uma cultura de escola onde o sentido de pertença seja alcançado por todas as famílias (Salamon, 2025). A autora aponta algumas medidas para evitar o abandono escolar, numa perspetiva focada no ecossistema escolar como um todo: a) Envolvimento familiar; b) Redefinição do conceito de sucesso; c) Liderança inclusiva; d) Desenvolvimento profissional dos docentes. Como refere Salamon (2025) as escolas devem valorizar também outras aprendizagens que desenvolvam competências sócio emocionais, bem como de cidadania e preparação para a vida.

Outro aspeto que importa referir é a forma como se processa a constituição de turmas. Turmas constituídas maioritariamente por minorias (nomeadamente os alunos migrantes) são identificadas como problemáticas ao nível do sucesso educativo (Hadjar & Gross, 2016; Heckmann, 2008). Esta segregação encontra-se fortemente ligada às lideranças das escolas, nomeadamente à figura do diretor e às lideranças intermédias.

Em Portugal, o projeto *AquiMeEncontro*, promoveu uma importante recolha de informação, constituindo um recurso de referência para a investigação em Educação, Políticas Públicas e Estudos Interculturais na medida em que é a primeira base quantitativa sistematizada sobre as perceções institucionais das escolas públicas portuguesas relativamente à integração de estudantes internacionais (Mouraz et al., 2025).

Ao nível do papel das lideranças apresentamos, de seguida, os resultados de alguns estudos desenvolvidos no âmbito deste projeto. No estudo de caso desenvolvido no Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro, Almeida e Borges (2025) analisam as práticas institucionais de acolhimento e integração de alunos migrantes. Neste estudo, as autoras

referem a existência de fragilidades ao nível institucional, nomeadamente no que respeita à sistematização institucional das práticas de integração “as quais continuam a depender, em grande medida, do voluntarismo e da sensibilidade dos docentes” (Almeida & Borges, 2025, p. 53). O estudo desenvolvido por Gomes (2005), aponta a falta de formação dos professores como uma das lacunas que dificultam a integração de alunos estrangeiros. Também considera a supervisão efetuada pelos coordenadores de departamento como fundamental para o sucesso das estratégias de acolhimento e integração destes alunos, identificando-os como importantes *agentes de mudança*. É de salientar que a formação contínua e profissional dos docentes é considerada por Nóvoa (1992) um aspeto primordial para a regulação da eficácia das escolas. Gomes (2025) remete-nos para constrangimentos da eficácia da integração dos alunos migrantes gerados por lacunas ao nível da formação dos docentes. Para Abelha et al. (2025) a escola pública assume responsabilidade nas condições de equidade no acesso dos alunos migrantes à educação. As autoras, referem que “existe um compromisso institucional crescente com a inclusão e a valorização da diversidade, materializado sobretudo no plano operacional e na produção de instrumentos específicos como o manual de acolhimento” (Abelha et al., 2025, p. 14). Segundo o estudo desenvolvido por Mouraz e Nobre (2025), a liderança dos estudantes assume um papel relevante nos processos de inclusão dos alunos imigrantes.

Assim, da análise dos estudos acima referidos podemos concluir que as questões que envolvem as lideranças nos processos de integração e inclusão dos alunos migrantes são complexas, envolvendo diferentes atores educativos como os diretores, as lideranças intermédias e os próprios estudantes. Apesar da relevância das estratégias de inclusão implementadas pelas escolas, ao nível da língua, das artes e da tecnologia, envolvendo as diferentes lideranças, tutores voluntários, mediadores culturais e associações de estudantes, são também apontados alguns obstáculos, designadamente barreiras ao nível da continuidade das iniciativas, da formação docente especializada, curriculares e administrativas, envolvimento das famílias e cultural e linguísticas.

3.4. O currículo em Portugal e no Brasil

3.4.1. Introdução

O conceito de currículo tem sido amplamente discutido por diversos autores que alertam para as múltiplas interpretações que o conceito pode apresentar. Para Roldão e Almeida (2018), o currículo escolar são as aprendizagens que compete à escola garantir e organizar, formuladas em programas nacionais que materializam também a forma de o gerir. De acordo com Pacheco (2013), o conceito de currículo não se resume ao ensino, incorporando também o conhecimento e a aprendizagem. Ou seja, o currículo é ao mesmo tempo teoria e prática.

Segundo Gimeno (2010), desde os seus primórdios que o conceito de currículo representa

la expresión y propuesta de la organización de los segmentos y fragmentos de contenidos de los que se compone; una especie de ordenación o de partitura que articula los episodios aislados de las acciones, sin la cual quedarían desordenadas, aisladas unas de otras o, simplemente, yuxtapuestas, provocando un aprendizaje fragmentado. (p.22)

O currículo apresenta-se como um plano de estudos, a seleção e ordem pela qual são apresentados os conteúdos aos alunos. Desta forma, o currículo tem, por um lado, uma função organizadora e unificadora do ensino e da aprendizagem, embora com a separação das disciplinas que o compõem (Gimeno, 2010).

No entanto, o conceito de currículo não se resume aos programas a aplicar em sala de aula, sendo bem mais abrangente e complexo. Segundo Santos (2014) o currículo é influenciado por diferentes domínios, num sistema complexo de inter-relação. A autora apresenta como exemplo os oito domínios apontados por Gimeno (1989, citado em Santos, 2014) influenciadores do currículo: atividade político-administrativa; subsistema de participação e controlo; organização do sistema educativo; sistema de produção de meios; subsistema prático-pedagógico; subsistema de inovação; subsistema técnico-pedagógico; Ciências e domínios disciplinares (Figura 26).



Figura 26: Domínios do currículo
(Adaptado de Santos, 2014)

O currículo nacional, compõe os programas e orientações curriculares definidos pela administração central a serem implementados nas escolas. Essa implementação envolve diferentes decisores, como os órgãos de gestão das escolas e os professores, quer em grupo, quer individualmente aquando da sua aplicação em sala de aula. “O currículo assume assim um duplo significado – é, por um lado, o corpo de aprendizagens que se quer fazer adquirir e é também o modo, o caminho, a organização, a metodologia que se põe em marcha para o conseguir” (Roldão & Almeida, 2018, p. 30). Ou seja, temos um currículo prescrito, constituído pelos programas e um currículo-em-ação que “consiste no conjunto de práticas que traduzem essas intenções em (inter)ações e lhes conferem sentido” (Almeida et al., 2022, p. 51). Muito embora a importância destes dois aspetos do currículo, que apesar de distintos estão interligados, no âmbito deste estudo interessa-nos debruçar sobre o currículo prescrito, normativo, mais precisamente sobre os programas e orientações curriculares definidos pelas entidades centrais de Portugal e do Brasil para o ensino e aprendizagem da matemática e do português nos anos iniciais (dos seis aos nove anos de idade). Serão, portanto, âmbito de análise “os documentos que se constituem

como únicos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular a seguir pelas escolas” (Despacho n.º 6605-A/2021, p. 241 - (3)).

3.4.2. O currículo em Portugal

A Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, estabelece o quadro de referência da reforma do sistema educativo, definindo os planos curriculares dos ensinos básico e secundário. Em consequência, são aprovados, pelo Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de agosto, os planos curriculares dos ensinos básico e secundário, que estabelece também os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular originada pela Lei n.º 46/86. Estes novos planos curriculares são implementados em regime experimental, sendo posteriormente aprovados por despachos específicos para os diferentes níveis de ensino.

Na década de 90, são publicadas novas diretrizes curriculares. O Despacho n.º 139/ME/90, de 16 de agosto, aprova os programas do 1.º ciclo do ensino básico, constituídos pelas áreas de Expressão e Educação Físico-Motora, de Expressão e Educação Musical, Dramática e Plástica, de Estudo do Meio, de Língua Portuguesa e de Matemática. A generalização destes programas é feita de forma faseada, iniciando no 2.º ano de escolaridade, no ano letivo de 1992/93. Seguidamente, o Despacho n.º 124/ME/91, de 17 de agosto, aprova os programas das disciplinas do 2.º e 3.º ciclos.

Em 2001, há uma nova reorganização do Currículo Nacional do Ensino Básico, com modificações curriculares em relação aos programas de matemática dos 1.º e 2.º ciclo, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, que aprova a reorganização curricular e estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico. Nesse ano, é publicado o Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais.

Em 2005, foi implementado um Programa de Formação Contínua de Matemática, criado e regulado pelo Despacho conjunto n.º 812/2005, de 24 de outubro. Este programa, destinado a aprofundar a formação de professores de Matemática e melhorar os níveis de sucesso dos alunos, inicialmente estava destinado a professores do 1.º ciclo, sendo de seguida alargado aos professores do 2.º ciclo. Este programa foi continuado no tempo e implicou diretamente a sala de aula, com sessões de acompanhamento/supervisão pelo

formador, num total de quatro aulas, ao longo do ano letivo (Serrazina, 2013). Tratou-se de um programa de particular importância, pois como refere Ponte (2008) a formação contínua de professores é um dos aspetos importante da educação matemática.

Para dar apoio aos novos documentos curriculares, em 2006 foi também implementado o Programa Nacional de Ensino do Português, designadamente para os professores do 1.º ciclo. Este programa de formação foi desenvolvido pelo Ministério da Educação, em articulação com as Instituições de Ensino Superior com responsabilidade na formação inicial de professores e com os agrupamentos de escolas, à semelhança do programa de formação contínua em matemática.

Em 2007, houve nova reestruturação curricular, sendo implementado um novo Programa de Matemática do Ensino Básico, que representou um reajustamento do Programa de Matemática para o ensino básico de 1990 para o 1.º ciclo e do programa de 1991 para os 2.º e 3.º ciclos. A aplicação deste programa de matemática foi acompanhada pelo programa de formação contínua para professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico em curso desde 2006. Este programa estava em consonância com as diretivas do *National Council of Teachers of Mathematics* (NCTM).

A 31 de março de 2009 é homologado o Programa de Língua Portuguesa do Ensino Básico, sendo suspensa a sua entrada em vigor, em 2010, pela Portaria n.º 114/2010, de 25 de fevereiro. Seguidamente, em 2011 é revogado o Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais, pelo Despacho n.º 17169/2011, de 23 de dezembro.

Face a uma nova conjuntura política, que abraça uma diferente a visão do currículo a implementar em sala de aula, em 2012 entram em vigor as Metas Curriculares aplicáveis ao currículo do ensino básico das áreas disciplinares e disciplinas de Português e de Matemática, homologadas pelo Despacho n.º 10874/2012. Esta alteração é feita com a convicção de que com o programa de matemática de 2007 os alunos não aprendiam o necessário, pelo que era urgente evitar o *desastre no ensino da matemática*. Porém, os resultados dos alunos em testes internacionais, como o TIMSS (*Trends in International Mathematics and Science Study*), revela que alunos do 4.º ano ficaram em 15.º lugar num total de 52 países, ficando em 1.º lugar em geometria e raciocínio lógico, um item considerado difícil para os alunos (Guimarães et al., 2014).

O Despacho n.º 9888-A/2013, de 26 de julho, homologa o Programa e Metas Curriculares de Matemática para o Ensino Básico, que entrará em vigor de forma faseada conforme definido pelo Despacho n.º 15971/2012, de 14 de dezembro, mantendo-se o anterior programa como documento de referência para os anos em que as Metas não são obrigatórias.

Em 2017, entra em vigor o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 9 de julho, que configura o referencial normativo que estabelece aquilo que se pretende que os alunos alcancem no final da escolaridade obrigatória, numa matriz de princípios, valores e áreas de competências a que deve obedecer o desenvolvimento do currículo, passando a constituir um documento de referência na implementação do mesmo.

Em 2018, as Aprendizagens Essenciais (AE) referentes ao Ensino Básico são homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho, constituindo, a par dos programas, um referencial curricular para este nível de ensino. Coexistem, nesta fase, diferentes documentos curriculares sem articulação entre si, o que dificulta a planificação, nomeadamente ao nível da nomenclatura utilizada pelos diferentes documentos, bem como a articulação curricular.

Em 2021, o Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho, procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa. Com este normativo são definidos o PASEO, as AE e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania como referenciais curriculares, sendo revogados os restantes documentos curriculares relativos às disciplinas do ensino básico. Há, portanto, uma maior uniformização dos referenciais curriculares. Em agosto do mesmo ano foram homologadas as novas Aprendizagens Essenciais de Matemática para os 1.º, 2.º e 3.º ciclos, pelo Despacho n.º 8209/2021, de 19 de agosto, a entrar em vigor de forma faseada, sendo aplicadas aos 1.º, 3.º, 5.º e 7.º anos de escolaridade, a partir do ano letivo de 2022/2023.

Em síntese, na última década assistimos a uma constante alteração dos referenciais curriculares, alterações essas promovidas por diferentes conceções do que deve ser ensinado e aprendido no ensino básico, consoante a ideologia política que nos governa. Embora as alterações curriculares sejam necessárias para acompanharem a evolução da

sociedade, parece não ter havido tempo suficiente entre algumas das alterações curriculares efetuadas para que se possa avaliar a sua efetiva necessidade.

O Ensino Básico, encontra-se dividido em 3 ciclos, distribuídos por 9 anos de escolaridade da seguinte forma: 4 anos no 1.º ciclo, 2 anos no 2.º ciclo e 3 anos no 3.º ciclo. O 1.º ciclo contempla como componentes do currículo: Português, Matemática, Estudo do Meio, Educação Artística (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música), Educação Física, Apoio ao Estudo, Oferta Complementar, Inglês (a partir do 3.º ano), Educação Moral e Religiosa (frequência facultativa), Cidadania e Desenvolvimento e TIC (como áreas de integração curricular transversal). Esta estrutura está definida na matriz curricular publicada no Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho (Figura 27), contemplando a carga horária semanal (em horas), que constitui uma referência, havendo autonomia dos Agrupamentos de Escolas para fazer a sua distribuição.

Componentes de currículo	Carga horária semanal (b)	
	(horas)	
	1.º e 2.º anos	3.º e 4.º anos
Português	7	7
Matemática	7	7
Estudo do Meio	3	3
Educação Artística (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música) (c)	5	5
Educação Física (c)		
Apoio ao Estudo (d)	3	1
Oferta Complementar (e)		
Inglês	--	2
Total (g)	25	25
Educação Moral e Religiosa (h)	1	1

*Figura 27: Matriz curricular do 1.º ciclo do ensino básico
(Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho)*

Os docentes do 1.º ciclo do ensino básico têm atribuído um horário semanal de 35 horas, sendo 25 horas letivas.

3.4.3. O currículo no Brasil

A Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação.

Em 2006, foi aprovada a Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, regulamentando o Ensino Fundamental de 9 anos. Este documento marca a ampliação do Ensino Fundamental e a obrigatoriedade na matrícula a partir dos 6 anos de idade. Este marco vem alterar a relação entre a idade dos alunos e o ano (Ensino Fundamental de 9 anos) ou a série (Ensino Fundamental de 8 anos). A partir da publicação da Lei n.º 11.274, de 6 de fevereiro, os alunos de 6 anos frequentam o 1.º ano, quando anteriormente a 1.ª série iniciava aos 7 anos de idade (Soares, 2012). Ou seja, a classe de alfabetização, que antecedia a 1.ª série passa a corresponder ao 1.º ano.

Em 2010, foi publicada a Resolução n.º 4, de 13 de julho, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCN). Este documento visa orientar a organização curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Ainda nesse ano, foi publicada a Resolução n.º 7, de 14 de dezembro, que fixa a Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos.

Em 2014, a Lei n.º 13.005, de 25 de junho, vem regulamentar o Plano Nacional de Educação (PNE). Este Plano tem a vigência de dez anos e contempla 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Em dezembro de 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo ministro da Educação, após três versões que foram sendo reformuladas desde a primeira, em setembro de 2015. A partir desta homologação prevê-se dar início ao processo de formação e capacitação dos professores, bem como apoiar os sistemas de Educação estaduais e municipais na elaboração e adequação dos currículos escolares.

Em 2025, é publicado o Decreto n.º 12.391, de 28 de fevereiro, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Este normativo vem dar resposta à apresentação efetuada no *Seminário Nacional Direito à Educação e Garantia das Aprendizagens em Contextos de Emergência e Pós-Emergência* pelo Ministério da Educação (MEC). O Pacto foi construído de forma cooperativa entre a União, os estados, o Distrito Federal e os

municípios, com o objetivo de garantir padrões adequados de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes da educação básica, sendo propostas estratégias de combate às lacunas acumuladas. Pretende-se, desta forma, mitigar os impactos causados por eventos de emergência ou estado de calamidade pública.

Atualmente, encontram-se em vigor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O Ensino Fundamental é a quarta etapa da Base Nacional Comum Curricular, distribuída em cinco áreas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso.

Em 2025, o MEC lançou uma política pública, o Compromisso Nacional Toda Matemática, para assegurar que todos os alunos da Educação Básica desenvolvam as competências matemáticas previstas na BNCC. Também foi aprovado o relatório para o novo PNE, enviando para o governo o Projeto de Lei n.º 2.614/2024, que aguarda apreciação do Senado Federal. O PNE orienta prioridades, metas e estratégias para garantir a aprendizagem e equidade, valorização docente, constituindo-se como o principal instrumento de planeamento do sistema educativo para a próxima década.

O calendário escolar para o ano letivo de 2026, definido pela Resolução SEDUC n.º 125, de 22 de setembro de 2026, obriga a um mínimo de 200 dias letivos com a presença dos alunos e sob a orientação dos professores, podendo ser repostos ao sábado os dias não realizados. Há uma carga horária diária mínima de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais (Resolução CNE/CEB n.º 7, de 1º de agosto de 2025).

Pela Lei n.º 14.817, de 2024, que estabelece as diretrizes para valorização de professores da rede pública, vem assegurar a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Para além destes documentos definidos a nível nacional, os estados têm autonomia para delinear o currículo, com base nos referenciais estatais.

II. METODOLOGIA

Esta secção está dedicada à apresentação do quadro metodológico que norteia esta investigação, descrevendo as opções teóricas, os procedimentos de recolha e de análise de dados, bem como os critérios de rigor científico adotados.

A organização deste capítulo apresenta, o enquadramento da problemática e objeto de estudo, a definição e delimitação do mesmo e os objetivos e respetivas questões de investigação. De forma mais detalhada, são explicitados os critérios de seleção do *corpus documental*, os procedimentos de recolha e sistematização dos documentos, bem como as etapas da análise realizada.

O estudo pretende interpretar os documentos à luz da integração dos alunos migrantes. Tendo uma natureza interpretativa, “o investigador es el instrumento de medida” pelo que os dados são filtrados pela sua lente e, como tal são subjetivos (Bisquerra, 1989, p. 257). Conscientes dessa subjetividade, na análise dos dados procurar-se-á cumprir os códigos de ética respeitantes à imparcialidade e integridade da investigadora, inclusivamente na total transparência na recolha e análise dos dados.

A preocupação com as questões de natureza ética prende-se com a grande importância que as mesmas assumem num processo investigativo, principalmente quando este envolve pessoas. Como referem Cohen, Manion e Morrison (2008), “whatever the specific nature of their work, social researchers must take into account the effects of the research on participants, and act in such a way as to preserve their dignity as human beings: responsibility to participants” (p. 58). Apesar de este estudo ter como objeto de análise principal as políticas e os currículos, não se pode descurar o envolvimento das pessoas abrangidas por essas políticas e currículos, sendo, por conseguinte, necessário preservar a dignidade das mesmas. É com este pressuposto que iniciámos e construímos este estudo.

1. Fundamentação metodológica

1.1. Enquadramento da problemática e objeto de estudo

A abertura das fronteiras, com a criação e posterior alargamento do espaço Schengen, bem como o desenvolvimento social e político, promoveram um processo de globalização nos países europeus, que conduziu a uma maior heterogeneidade das sociedades, ao nível cultural, social e étnico, muito devido aos movimentos migratórios. As famílias movimentam-se para outros países, em busca de emprego, de melhores condições de vida, fuga a situações de conflito, para estudar, entre outras razões. Estes movimentos migratórios têm reflexo nas escolas, onde a heterogeneidade está cada vez mais presente, devido à entrada de um grande número de alunos estrangeiros. A entrada destes alunos, traz preocupações acrescidas às escolas, no sentido de os integrar e incluir de forma a garantir o acesso pleno ao currículo.

A mudança de escola já constitui um problema de adaptação para a maioria dos alunos e, quando acresce a mudança de país, as dificuldades são ainda maiores. Os docentes estão conscientes desse facto, mas os problemas que a integração de alunos imigrantes acarreta à sala de aula tem conduzido a que vários docentes coloquem aos respetivos Departamentos e/ou Conselhos de Ano essas preocupações, nomeadamente no que respeita ao distanciamento dos alunos brasileiros face ao currículo português, principalmente no que concerne às disciplinas de português e de matemática. Tem-se verificado que os alunos estrangeiros chegam às nossas escolas com evidências de aprendizagens diferenciadas, relativamente aos alunos portugueses, o que nos leva a intuir que há diferenças entre os currículos de vários países, muito embora, por vezes, a preocupação inicial se prenda mais com o acesso à língua portuguesa e integração dos alunos na disciplina de Português Língua Não Materna, preocupação essa que não se coloca para os alunos oriundos de países de língua oficial portuguesa. Outro aspeto que vem acrescentar complexidade a esta problemática prende-se com o facto de o ano escolar, no Brasil, iniciar em fevereiro, fragilidade já apontada pela investigação (Tourinho, 2016). Os Agrupamentos de Escolas, através dos processos de equivalências, colocam os alunos em

determinado ano de escolaridade, que consideram ser o correspondente ao ensino em Portugal, mas os alunos chegam às escolas portuguesas a partir do segundo período e, por vezes, no terceiro, o que aumenta as dificuldades de integração curricular e o seu distanciamento face às aprendizagens já efetuadas pelos restantes alunos da turma.

Se a integração destes alunos na escola acarreta, por vezes, algumas dificuldades a nível burocrático, a inclusão na sociedade, na escola e no currículo é bem mais complexa. Alunos e famílias trazem consigo a sua bagagem cultural, que promove a interculturalidade, mas que também pode constituir um elemento de tensão e dificuldade na integração escolar.

1.2. Definição e delimitação do objeto de estudo

A dificuldade de integração dos alunos brasileiros nas escolas portuguesas tem sido referenciada na literatura como uma problemática associada a comprometimento do sucesso educativo (Tourinho, 2016; Moreira, 2003), justificada pelo processo de equivalência, aquando das matrículas desses alunos (Neves & Martins, 2025; Soares, 2013), e por diferenças nos currículos de Portugal e do Brasil (Almeida, 2019). Por conseguinte, a análise das *políticas educativas e curriculares na integração de alunos brasileiros em Portugal* constitui um campo de investigação relevante para a construção do conhecimento necessário para uma melhor compreensão e apoio à integração destes alunos.

A preocupação com a integração dos alunos brasileiros nas escolas do 1.º ciclo portuguesas constitui, portanto, o ponto de partida para a realização deste estudo, que assenta na análise documental de um conjunto de documentos recolhidos de diferentes contextos, seguindo uma metodologia qualitativa de natureza interpretativa. Por um lado, interessa analisar os documentos que regem as políticas bilaterais de equivalências e integração de alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos. Por outro lado, considera-se igualmente importante a análise dos currículos de ambos os países, relativos ao nível de ensino em questão e às disciplinas de português e de matemática. Em complementaridade, o conhecimento da produção académica e a sua divulgação, bem como a construção narrativa veiculada pelos órgãos de comunicação social, constituem contributos importantes para uma melhor compreensão do fenómeno em estudo.

1.3. Objetivo geral da investigação

Para uma melhor compreensão dos processos de equivalência e de integração curricular dos alunos brasileiros no 1.º ciclo do ensino básico, pretende-se desenvolver um estudo tendo como pano de fundo a seguinte questão orientadora:

- Que políticas bilaterais suportam os processos de equivalências e de integração curricular a alunos brasileiros e que constrangimentos e desafios esses processos colocam às escolas portuguesas e à formação dos alunos?

Partindo de uma visão macro, ao nível das políticas educativas relativas aos processos de equivalência, pretende-se também focalizar na integração curricular dos alunos provenientes do Brasil, analisando as diferenças e similaridades entre o currículo português e o currículo brasileiro, nas disciplinas de português e matemática, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade.

Estando a questão orientadora implicada na tipologia da investigação, parece-nos fazer sentido desenvolver um estudo documental, pois, como refere Gil (2008), o método comparativo é usado na “investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (p. 16). Trata-se de um procedimento que faz a análise de documentos de diferentes tipologias (Sá-Silva, Almeida & Guindani, 2009), podendo, desta forma, recorrer-se a fontes de natureza diversificada para uma melhor compreensão do objeto em estudo, e que, segundo Lüdke e André (1986, citados em Junior, Oliveira, Santos & Schnekenberg, 2021) pode contribuir para a descoberta de novos aspetos de um dado problema. Assim, a investigação sistemática, flexível e objetiva (Coutinho, 2014) poderá contribuir para dar resposta ao problema, através da transformação da informação presente na documentação, num documento que maximize a informação e a pertinência da mesma (Bardin, 2016), contribuindo, dessa forma, para uma melhor compreensão do objeto em estudo.

A investigação assume, assim, a forma de estudo qualitativo de natureza interpretativa, sustentado numa análise documental sistemática. Esta opção metodológica permite aceder a um conjunto diversificado de fontes escritas que configuram o quadro político, académico, mediático e curricular do fenómeno estudado, possibilitando a identificação de tendências, continuidades, ruturas e modos de conceptualização presentes ao longo do

tempo e em diferentes contextos institucionais. A análise documental é entendida não apenas como um procedimento técnico de recolha de informação, mas como um processo analítico e crítico de produção de conhecimento, no qual os documentos são tomados enquanto construções sociais portadoras de intencionalidades, valores e enquadramentos específicos.

No sentido de estruturar a procura de resposta à questão orientadora, foram delineados os seguintes objetivos gerais:

- Analisar o quadro político e legal da concessão de equivalência de habilitações escolares estrangeiras;
- Comparar os currículos brasileiro e português, nas disciplinas de português e de matemática, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade;
- Identificar constrangimentos e desafios que os processos de equivalência colocam às escolas e à formação dos alunos.

1.4. Objetivos específicos e questões de investigação

Para uma melhor operacionalização dos objetivos gerais, procurando delinear de forma mais pormenorizada e concreta o pretendido, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os normativos que regulamentam os processos de equivalência de habilitações dos alunos imigrantes;
- Elaborar uma síntese das políticas educativas bilaterais que regulamentam as equivalências dos alunos brasileiros nas escolas portuguesas;
- Analisar os currículos brasileiro e português, nas disciplinas de português e matemática, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade;
- Elaborar um documento síntese das diferenças e similaridades identificadas nos currículos brasileiro e português, nas disciplinas de português e matemática, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade, que possa contribuir para ajudar o processo de integração;
- Identificar constrangimentos e desafios colocados pelos processos de equivalência.

A partir dos objetivos, acima definidos, elencaram-se as seguintes questões de investigação:

- De que forma se encontra estruturado o processo de equivalência dos alunos imigrantes?
- Que políticas bilaterais suportam os processos de equivalências a alunos brasileiros?
- Que diferenças e/ou similaridades existem entre os currículos da disciplina de matemática, brasileiro e português, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade?
- Que diferenças e/ou similaridades existem entre os currículos da disciplina de português, brasileiro e português, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade?
- Que constrangimentos e desafios as políticas de equivalências e de integração curricular podem causar às escolas e à formação dos alunos?

2. Processo de recolha documental

Para a realização da presente investigação, adotou-se uma estratégia metodológica de natureza qualitativa e abordagem interpretativa, centrada na pesquisa, seleção e análise documental sistemática. Esta abordagem visa a compreensão aprofundada do objeto de estudo a partir de um *corpus documental* previamente delineado, assegurando a coerência entre os objetivos definidos e as questões de investigação previamente formuladas. O procedimento metodológico seguiu os princípios da análise de conteúdo.

Segundo Ary, Jacobs e Sorensen (2010) a investigação documental “is a research method applied to written or visual materials for the purpose of identifying specified characteristics of the material” (p. 457). Assim, pode-se dizer que “a pesquisa documental é aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenómeno” (Junior, Oliveira, Santos & Schnekenberg, 2021, p. 42).

Desde logo, houve grande preocupação na constituição de um *corpus documental* que fosse suficientemente numeroso e diversificado, que possibilitasse triangular a informação recolhida, dando maior fiabilidade aos resultados. Pois, como refere Duffy (2010), a amostra “deve ser suficientemente ampla para permitir conclusões válidas” (p. 108).

Acerca da natureza dos dados documentais Duffy (1997) alerta para o facto de a palavra documento ser “um termo geral que designa uma impressão deixada num objeto físico por um ser humano” (p. 103) podendo abarcar textos, imagens, vídeos e outro tipo de fontes não escritas. Atendendo ao contexto atual, diríamos que essa ‘impressão’ pode ser de natureza física ou digital. O ambiente digital proporciona um melhor acesso aos documentos e, como refere McCulloch (2004), “online documents can often furnish valuable evidence for educational and social researchers. Indeed, they constitute a source that is potentially of immense significance for documentary research” (p. 33). Assim, neste estudo os documentos analisados restringem-se a documentos escritos, de natureza digital, sendo a sua pesquisa e levantamento efetuados online, segundo processos e critérios que passaremos a explicar no ponto seguinte.

2.1. O processo de recolha de dados

A recolha documental, constituindo um procedimento de relevante importância para este estudo, foi criteriosamente conduzida de forma que as opções tomadas ao longo de todo o processo pudessem ir ao encontro de critérios pré-definidos, que passaremos a relatar de seguida. Não obstante, houve também momentos de recolha oportunista, sempre que, casualmente, nos deparámos com algum documento sobre a temática em estudo, nomeadamente através da publicitação de notícias/novidades no telemóvel, pois como referem Alvesson e Sköldbberg (2018) é também importante “Keeping an eye open to serendipitous findings, or even randomly browsing, which often leads to seminal ideas” (p. 61). Por outro lado, sendo a recolha efetuada com recurso a documentos em ambiente digital e, como refere Silva (2021), “sendo também certo que não as poderá ler na sua totalidade. Tal implica uma estratégia e a definição de critérios para a seleção das fontes” (p. 110). Outro aspeto essencial prende-se com a estrutura do processo investigativo. Ao longo da investigação tivemos presentes as etapas identificadas por Ary, Jacobs e Sorensen (2010), nomeadamente:

- a) Identificar o fenómeno a investigar;
- b) selecionar os documentos a observar/analisar;
- c) elaborar categorias de codificação exaustivas e mutuamente exclusivas para que o conteúdo possa ser contado;
- d) decidir sobre o plano de amostragem de modo a garantir que a amostra seja representativa dos documentos;
- e) testar os codificadores para permitir a aplicação consistente do esquema de codificação desenvolvido (contribuindo para a fiabilidade da análise de conteúdo);
- f) analisar os dados (podendo envolver frequências e percentagens nas categorias ou relatos mais descritivos).

Relativamente ao processo de recolha documental, e tendo em consideração os objetivos e questões de investigação que orientam este estudo, procedeu-se à implementação de uma estratégia sistemática de identificação, seleção e compilação de fontes documentais que abrangesse não só as políticas educativas e os documentos curriculares, mas também outros documentos considerados pertinentes. Este procedimento permitiu delimitar de

forma rigorosa o universo a ser investigado, assegurando a sua adequação e coerência face aos propósitos investigativos definidos (Kripka, Scheller, & Bonotto, 2015). Por conseguinte, a recolha documental foi alargada e envolveu o levantamento de fontes documentais de seis categorias distintas (Figura 28).



Figura 28: Fontes documentais
(Fonte: autora)

A temporalidade para a recolha das fontes documentais foi definida em função da análise dos dados estatísticos divulgados pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), Instituto Nacional de Estatística (INE) e Pordata, que apresentam o saldo migratório positivo a partir de 2017, após um período de saldo migratório negativo entre 2011 e 2016 (Pordata, 2023; AIMA, 2023). Tendo em consideração este pressuposto, considerámos pertinente fazer a recolha documental entre 2017 e 2025 para todas as categorias de documentos, com exceção da legislação e dos currículos educativos pelas razões seguidamente enunciadas. No respeitante aos documentos legais, efetuar o levantamento a partir de 2017 deixaria de fora legislação relevante no âmbito da migração em geral e das equivalências de estudos aos alunos migrantes, pelo que se optou pela recolha documental desde 1959 (primeira referência identificada) até 2025. No caso dos currículos educativos, foram recolhidos os documentos em vigor, em Portugal e no Brasil, estando a temporalidade definida pela data da entrada em vigor dos respetivos documentos. Todo o processo de recolha teve subjacente o levantamento de documentos considerados pertinentes, com

vista à constituição de um *corpus documental* robusto e representativo para sustentar a presente investigação.

2.1.1. Documentos legais

A pesquisa e recolha dos normativos legais que mencionam e/ou abrangem especificamente os migrantes, direta ou indiretamente, efetuou-se inicialmente através do site da Direção Geral de Educação, onde se recolheram os normativos referentes ao processo de equivalência de estudo ao ensino básico e secundário português. Posteriormente, alargou-se a pesquisa ao site do Diário da República. Neste site, utilizaram-se os termos ‘migrantes’ e ‘estrangeiros’ para filtrar a informação, recolhendo todos os normativos listados pelos filtros e organizando-os por ordem cronológica. As versões consolidadas permitiram fazer o levantamento da legislação que produziu alterações ao documento em causa, sendo também um bom recurso para um levantamento de legislação que não aparecendo com os critérios de busca acima enunciados eram identificados em alterações aos normativos previamente identificados e que, após análise, se verificaram relevantes para este estudo. As leis, os decretos-lei, as portarias, os decretos regulamentares e os despachos foram as principais fontes consultadas. Recorreu-se também a circulares e ofícios circulares que, segundo (Pacheco, 2002) são de natureza interpretativa e subjetiva, mas fazem parte do conjunto de documentos que implementam a política curricular. Segundo a Constituição da República Portuguesa, as leis e os decretos-leis têm igual valor (Artigo 112.º), competindo ao Governo fazer os Decretos-lei (Artigo 198.º) e à Assembleia da República as Leis. Os regulamentos do Governo revestem a forma de decreto regulamentar quando tal seja determinado pela lei que regulamentam (Artigo 112.º). De acordo com o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015), “Entre os regulamentos governamentais estabelece-se a seguinte ordem de prevalência: a) Decretos regulamentares; b) Resoluções de Conselho de Ministros com conteúdo normativo; c) Portarias; d) Despachos” (Artigo 138.º, ponto 3). Seguidamente, deu-se continuidade à pesquisa de documentos legais, nos sites do Alto Comissariado para as Migrações e do Observatório das Migrações, tendo sempre presente como critério a implicação ou não dos mesmos no acesso ao sistema de ensino português.

Ainda neste âmbito, foi efetuada uma pesquisa no site da Assembleia da República, com maior incidência nas seguintes Comissões Parlamentares: Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão. Para o efeito, foram consultadas as secções de cada Comissão Parlamentar, relatórios de atividade, petições e audições.

Neste processo de recolha de documentos legais, revelou-se uma mais-valia o levantamento efetuado até 2015 por Mateus e Seabra (2016), na medida em que facilitou a recolha dos documentos aí elencados.

2.1.2. Relatórios institucionais

O levantamento de relatórios institucionais teve início com uma pesquisa exploratória conduzida no site do Observatório das Migrações (OM), através da qual foram identificadas e sistematizadas as publicações disponibilizadas por esta entidade, incluindo relatórios, estudos e demais documentos de natureza relevante para a temática em análise. Numa fase subsequente, a pesquisa foi ampliada a outras plataformas institucionais de entidades com intervenção direta ou indireta no domínio em estudo, nomeadamente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) — organismo que sucedeu ao SEF —, o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a PORDATA. Em todas estas entidades procedeu-se à recolha e análise de relatórios, anuários estatísticos e outras publicações consideradas pertinentes para a investigação.

2.1.3. Teses e dissertações

Para proceder ao levantamento de teses e dissertações, iniciou-se uma pesquisa no site do Observatório das Migrações, o qual disponibilizava uma compilação abrangente de investigações dedicadas à temática. Contudo, o acesso a essa plataforma foi posteriormente desativado, na sequência da extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e consequente entrada em funções da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). Subsequentemente, a pesquisa foi alargada aos sites das instituições de ensino superior, recorrendo-se aos termos “migrantes” e “estrangeiros”

como critérios de filtragem. As teses e dissertações identificadas e recolhidas foram, posteriormente, sistematizadas de acordo com a sua tipologia e data.

2.1.4. Media

A pesquisa de documentos desta categoria foi efetuada seguindo o critério de filtragem pelos termos “migrantes” e “estrangeiros”, no separador “Notícias” do motor de busca da Google. Para sistematizar a pesquisa foi selecionado o intervalo temporal anual, pesquisando cada um dos anos civis, de 2017 até 2025. Não obstante, foram também recolhidas todas as notícias sobre a temática em análise, percecionadas na leitura de notícias no telemóvel, na rotina quotidiana. Todos os documentos recolhidos foram sistematizados num ficheiro Excel, ordenados por data e codificados de acordo com a sua origem. O levantamento realizado evidenciou algumas dificuldades, nomeadamente pela sua extensão documental, bem como pelo processo de identificação e exclusão de notícias duplicadas, decorrentes da sua reprodução por diferentes meios de comunicação. Este facto conduziu a uma análise criteriosa dos documentos, de modo a assegurar a singularidade, procurando minimizar eventuais redundâncias e garantir a consistência do *corpus documental*.

2.1.5. Conferências/colóquios

A pesquisa e levantamento de conferências e colóquios efetuou-se com recurso ao motor de busca da Google e diretamente nos sites das instituições, usando igualmente como filtros os termos “migrantes” e “estrangeiros”. Os documentos recolhidos foram sistematizados por data e instituição e devidamente codificados.

2.1.6. Currículos educativos

No que concerne ao levantamento dos currículos educativos os procedimentos foram distintos para os dois países em análise, atendendo às diferenças na estrutura das políticas educacionais.

No respeitante ao currículo português, sendo este uniforme em todo o país, efetuou-se o levantamento dos documentos curriculares em vigor, nomeadamente o Perfil dos Alunos à

Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado através do Despacho n.º 6478/2017, de 9 de julho e as Aprendizagens Essenciais de Português e de Matemática, homologadas através dos Despachos n. os 6944-A/2018, de 18 de julho, 8476-A/2018, de 31 de agosto, 7414/2020, de 17 de julho, e 7415/2020, de 17 de julho.

Relativamente ao currículo brasileiro, a Secretaria de Educação Básica refere que os documentos que norteiam a educação básica são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, no Ensino Fundamental (MEC, SEB, DICEI, 2013) o currículo tem uma base nacional comum - A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (MEC, 2017⁶) - que define as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Trata-se de um documento normativo que tem por base o determinado no Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, o currículo tem também uma parte diversificada definida em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar. Ou seja, não há uniformidade documental para todo o país no tocante aos documentos curriculares, o que se compreende atendendo à dimensão e às especificidades territoriais. Atendendo a este pressuposto, e na impossibilidade de analisar todos os documentos curriculares de todos os estados e estabelecimentos, definiram-se critérios de seleção centrados na dimensão populacional e na localização geográfica.

Segundo a Wikipédia, em 2024, as três regiões mais populacionais do Brasil eram as seguintes:

- a) Sudeste, com 88 617 693;
- b) Nordeste, com 57 112 096;
- c) Sul, com 31 113 021.

Efetuada a pesquisa à população dos estados brasileiros através das estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 2025 (IBGE, 2025), elencaram-se por ordem crescente cinco estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná), cujos dados se encontram organizados na Tabela 6.

⁶ Segundo Caetano (2020) a aprovação do Plano Nacional de Educação- Lei N° 13.005/2014 conduz ao debate sobre a BNCC, sendo a base aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017.

Tabela 6: Estados mais populacionais do Brasil e suas regiões
(Fonte: Adaptado pela autora de IBGE, 2025).

Região	Estado	Estimativas 2025	Censos 2022
Sudeste	São Paulo	46 081 801	44 411 238
Sudeste	Minas Gerais	21 393 441	20 539 989
Sudeste	Rio de Janeiro	17 223 547	16 055 174
Nordeste	Bahia	14 870 907	14 141 626
Sul	Paraná	11 890 517	11 444 380

Atendendo a que a opção definida priorizava os estados e regiões mais populacionais, e face ao levantamento efetuado e registado na Tabela acima, para a análise dos currículos foram selecionados os estados de São Paulo (Sudeste), Bahia (Nordeste) e Paraná (Sul).

2.2. O processo de caracterização dos dados

A organização dos documentos recolhidos constitui uma etapa fundamental para se poder levar a cabo a sua análise posterior e integra uma fase de *pré-análise*, onde se incluem uma primeira leitura dos documentos e a sua codificação (Bardin, 1979).

Segundo Alvesson e Sköldbberg (2018) as categorias devem ser criadas a partir dos dados, sendo este procedimento designado por codificação. Assim, após a recolha documental e a análise preliminar da mesma foram identificadas seis categorias documentais (*media*, documentos legais, relatórios institucionais, conferências/colóquios, investigação, currículos educativos), cada uma delas composta por documentos agrupados por tipologias. Dentro de cada tipologia os documentos receberam um código identificativo. Para uma melhor identificação do conjunto de dados, seguidamente apresentam-se as tipologias dos documentos recolhidos em cada uma das categorias documentais:

1. Tipologia dos “*media*”:
 - Jornais
2. Tipologia dos “documentos legais”:

- Leis
 - Decretos-Lei
 - Portarias
 - Decretos Regulamentares
 - Despachos
 - Documentos das comissões parlamentares (requerimentos, projetos de resolução, audições parlamentares)
3. Tipologia dos “relatórios institucionais”:
- Observatório das Migrações (OM)
 - Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA)
 - Pordata
 - Instituto Nacional de Estatística (INE)
 - Conselho Nacional de Educação (CNE)
 - Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
 - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
4. Tipologia das “conferências/colóquios”:
- Universidades/institutos politécnicos
 - Associações
 - Municípios
5. Tipologia da “investigação”
- Teses
 - Dissertações
6. Tipologia dos “currículos educativos”
- Currículo português
 - Currículo brasileiro

A observação aprofundada do *corpus documental* permitiu identificar as seguintes categorias e subcategorias de análise, que serviram de sustentação à análise documental posteriormente efetuada (Figura 29).

Dependendo dos documentos em análise as subcategorias podem ser identificadas de forma distinta, para dar destaque ao assunto em questão, ou integradas na categoria principal.



Figura 29: Categorias de análise dos dados
(Fonte: autora)

III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta secção terá lugar a apresentação dos resultados da análise do corpo documental recolhido no âmbito deste estudo, bem como a discussão dos mesmos, conduzida à luz das questões de investigação previamente definidas:

- De que forma se encontra estruturado o processo de equivalência dos alunos imigrantes?
- Que políticas bilaterais suportam os processos de equivalências a alunos brasileiros?
- Que diferenças e/ou similaridades existem entre os currículos da disciplina de matemática, brasileiro e português, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade?
- Que diferenças e/ou similaridades existem entre os currículos da disciplina de português, brasileiro e português, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade?
- Que constrangimentos e desafios as políticas de equivalências e de integração curricular podem causar às escolas e à formação dos alunos?

Como referido no capítulo II Metodologia, o processo de recolha documental incidiu sobre seis categorias de documentos: legislação/documentos legais; relatórios institucionais; teses e dissertações; *media*; conferências/colóquios; currículos educativos. O levantamento deste *corpus documental* foi delineado com o objetivo de compreender os fenómenos que envolvem a integração dos alunos migrantes nas escolas portuguesas, que são complexos e abrangem igualmente a integração das respetivas famílias na sociedade.

Para uma melhor sistematização da apresentação e discussão dos dados, foram identificados os seguintes eixos de análise: implicações dos migrantes na comunidade; processo de equivalências e integração dos alunos internacionais; currículo de português e de matemática em Portugal e no Brasil. Em cada um dos eixos de análise serão discutidos os resultados à luz de três contextos: o normativo, o académico e o social (Figura 30).

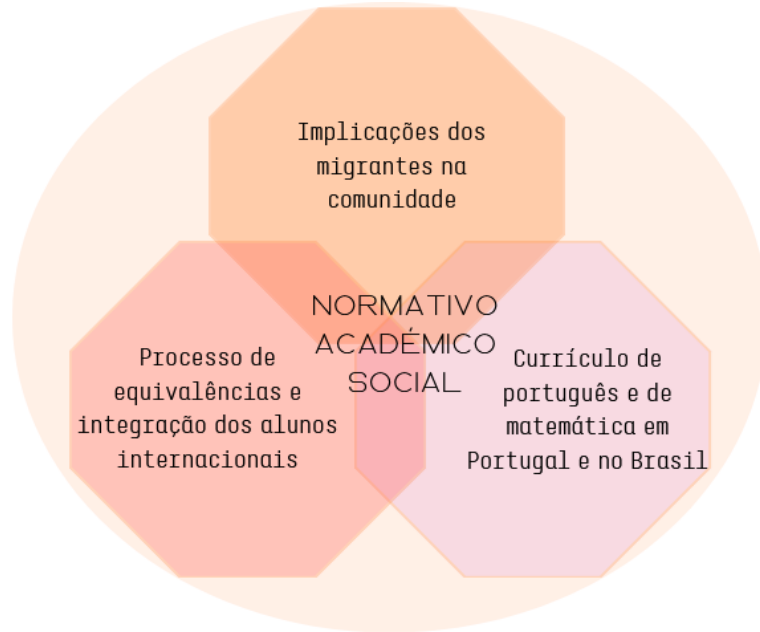


Figura 30: Eixos de análise
(Fonte: autora)

A análise e discussão será efetuada primeiramente ao nível macro, identificando as implicações que o aumento da população migrante teve na comunidade, passando para um nível meso, onde se analisa o processo de equivalências e a integração dos alunos internacionais, finalizando com uma análise de nível micro, centrada na análise dos currículos educativos.

1. Implicações dos migrantes na comunidade

Neste ponto, será apresentada e discutida a análise referente ao *corpus documental* que envolve a legislação produzida, os relatórios institucionais, a investigação realizada (compilada em teses e dissertações), conferências e colóquios organizados por diversas entidades e as notícias divulgadas pelos órgãos de comunicação social.

O levantamento de normativos foi efetuado no período temporal entre 1959 e 2025, compreendendo todas as legislaturas, até ao presente, e um período anterior ao estado democrático, iniciado com a revolução de 25 de abril de 1974. A primeira publicação identificada é de 1959 e consiste na Lei n.º 2098, de 29 de julho, que definia as bases para a atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa. Essa Lei foi, entretanto, revogada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, a Lei da nacionalidade.

A publicação de normativos que mencionam cidadãos estrangeiros e/ou migrantes sofreu um grande aumento a partir do ano 2000, sendo esse aumento mais substancial a partir de 2015 (Figura 31).

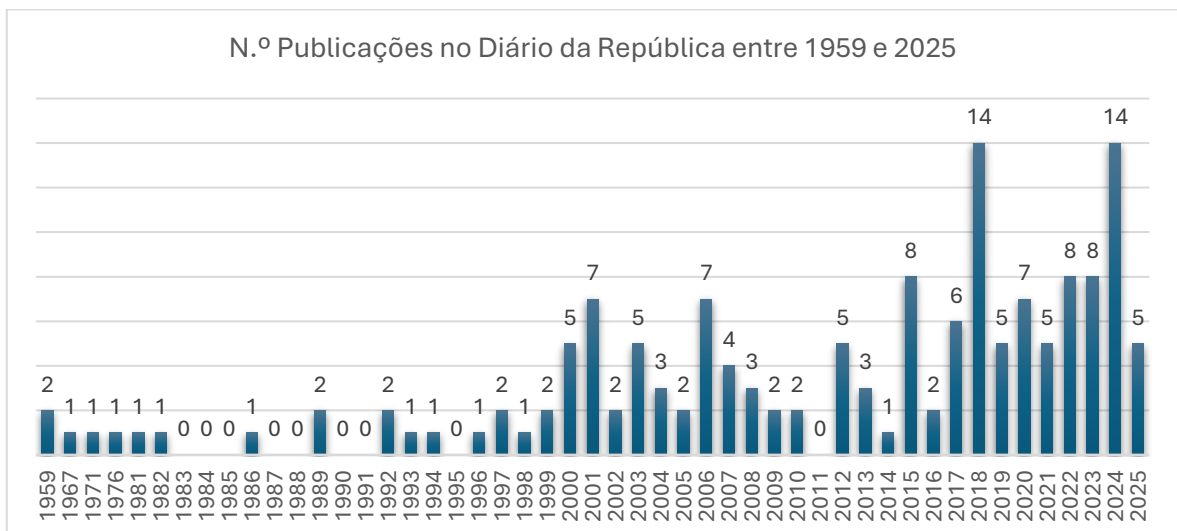


Figura 31: Número de publicações sobre migrantes entre 1959 e 2025
(Fonte: autora)

A análise por décadas⁷ permite uma melhor visualização dessa realidade (Figura 32). Esta grande produção legislativa pode ser explicada pelo aumento de migrantes no país e por uma maior preocupação no âmbito das políticas de integração dos migrantes na sociedade portuguesa.

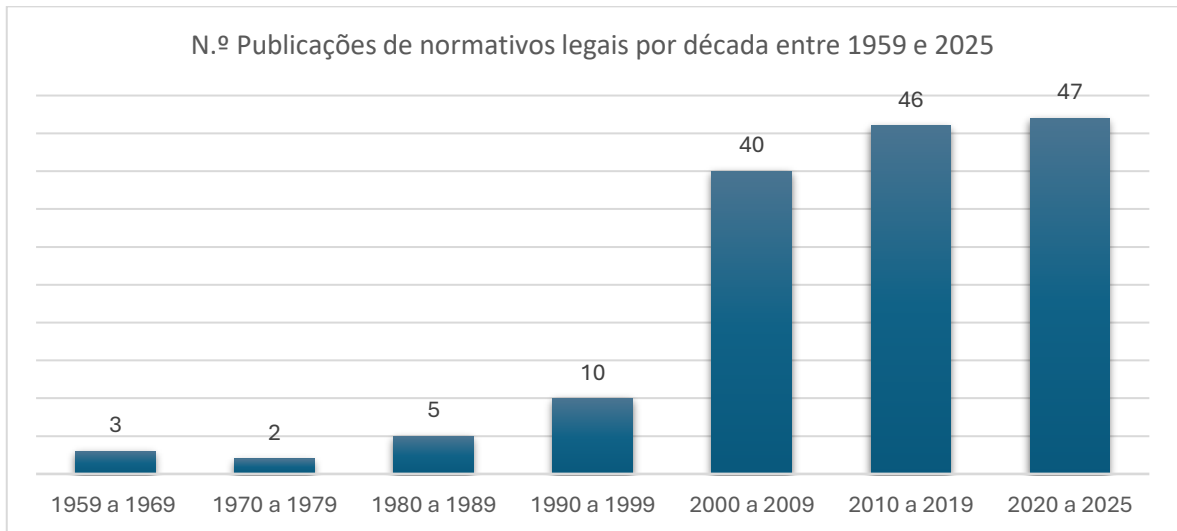


Figura 32: Número de normativos que envolvem os migrantes por década
(Fonte: autora)

A análise dos normativos, tendo por critério o âmbito da sua aplicação, em relação à população migrante (Figura 33), revela um grande número de publicações a abordar a problemática da integração, bem como a saída, entrada e pedidos de residência. A categoria 'Integração' é ampla, abrangendo nomeadamente a proteção na saúde, a educação, a segurança, o atendimento público e o associativismo. Deste modo, no cerne de toda a produção legislativa relacionada com os migrantes, encontram-se os mecanismos de regularização e acolhimento na sociedade, criando medidas facilitadoras do processo de integração, como a Portaria n.º 218/2024/1, de 23 de setembro, que cria e regula o Programa INTEGRAR. Por outro lado, houve produção de normativos num sentido oposto, como a Lei n.º 61/2025, de 22 de outubro, que vem estreitar os critérios de atribuição de vistos, limitando-os apenas à procura de trabalho de profissionais altamente qualificados e o acesso à nacionalidade.

⁷ A primeira temporalidade contempla a década de 60 e o ano de 1959 e a de 2020 é composta por apenas 6 anos.

A categoria ‘Organismos’ representa publicações referentes à criação de instituições, como a o Alto Comissariado para as Migrações, o Observatório das Migrações, o SEF e a AIMA, definição de estatutos, regulamentos de instituições. Nesta Categoria salienta-se as duas mais recentes publicações: a Portaria n.º 324-A/2023, de 27 de outubro, que aprova os Estatutos da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. e o Decreto-Lei n.º 53/2024, de 30 de agosto, que cria o Conselho Nacional para as Migrações e Asilo. Estes documentos legais refletem a reorganização administrativa, fruto da implantação de um novo rumo da política migratória.

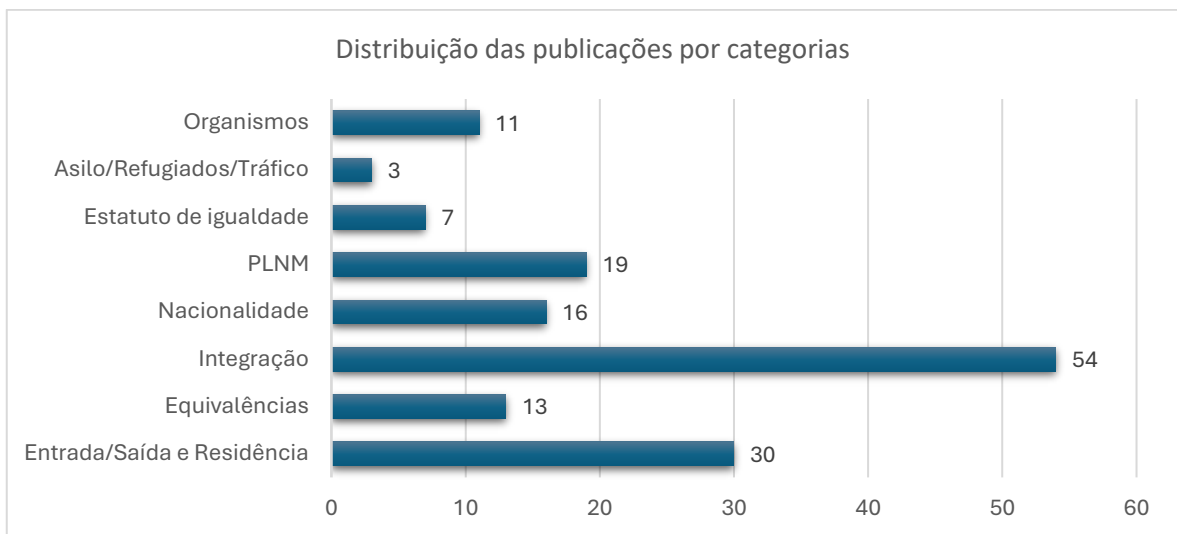


Figura 33: Número de normativos por categorias
(Fonte: autora)

A referência à oferta de Português Língua Não Materna (PLNM) está contemplada em dezanove publicações, o que reflete a preocupação do estado no processo de integração dos alunos, decorrente do aumento de alunos estrangeiros nas escolas portuguesas. Como refere Pinto (2007) “a língua é o passaporte que nos permite o ingresso e a integração numa comunidade, quer sejamos cidadãos autóctones quer sejamos oriundos de outro Estado [...] só através do bom uso da língua conseguimos um exercício satisfatório da nossa cidadania” (p. 2). Por conseguinte, podemos dizer que as categorias PLNM e Integração se encontram relacionadas, pelo efeito que a oferta de PLNM produz na integração dos alunos estrangeiros.

Focando a análise da produção de legislação por Legislatura (Tabela 7), verifica-se um aumento de publicações a partir da VIII Legislatura, com maior prevalência nas XIII e XVI Legislaturas (Figura 34).

Tabela 7: Temporalidade das legislaturas
(Fonte: autora)

Legislaturas	Temporalidade	
	Início	Fim
I Legislatura	1976-06-03	1980-11-12
II Legislatura	1980-11-13	1983-05-30
III Legislatura	1983-05-31	1985-11-03
IV Legislatura	1985-11-04	1987-08-12
V Legislatura	1987-08-13	1991-11-03
VI Legislatura	1991-11-04	1995-10-26
VII Legislatura	1995-10-27	1999-10-24
VIII Legislatura	1999-10-25	2002-04-04
IX Legislatura	2002-04-05	2005-03-09
X Legislatura	2005-03-10	2009-10-14
XI Legislatura	2009-10-15	2011-06-19
XII Legislatura	2011-06-22	2015-10-22
XIII Legislatura	2015-10-23	2019-10-24
XIV Legislatura	2019-10-25	2022-03-28
XV Legislatura	2022-03-29	2024-03-25
XVI Legislatura	2024-03-26	2025-06-02
XVII Legislatura	2025-06-03	(em curso)

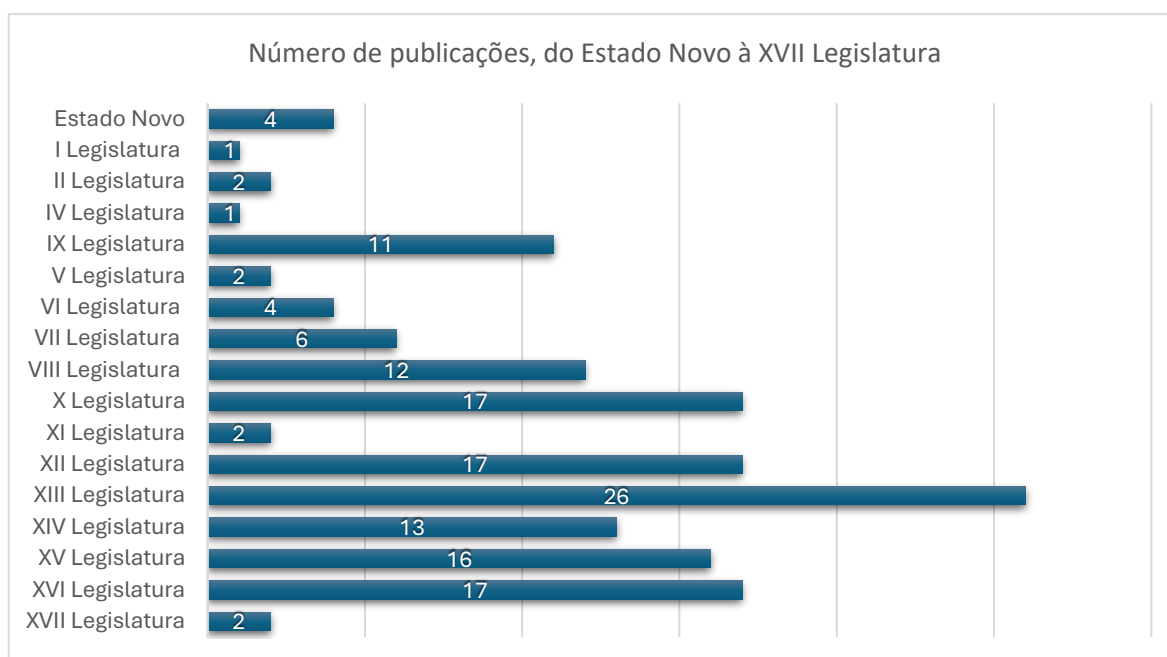


Figura 34: Normativos publicados entre o Estado Novo e o início da XVII Legislatura
(Fonte: autora)

A maior produção legislativa na XIII Legislatura (Figura 35) prende-se com a criação de redes de apoio a migrantes e alterações ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, bem como à Lei da Nacionalidade. São também publicados normativos que envolvem a integração de migrantes, como a renovação do Programa Escolhas, o parecer sobre o regime da educação inclusiva e a Rede de Apoio à Integração de Migrantes.

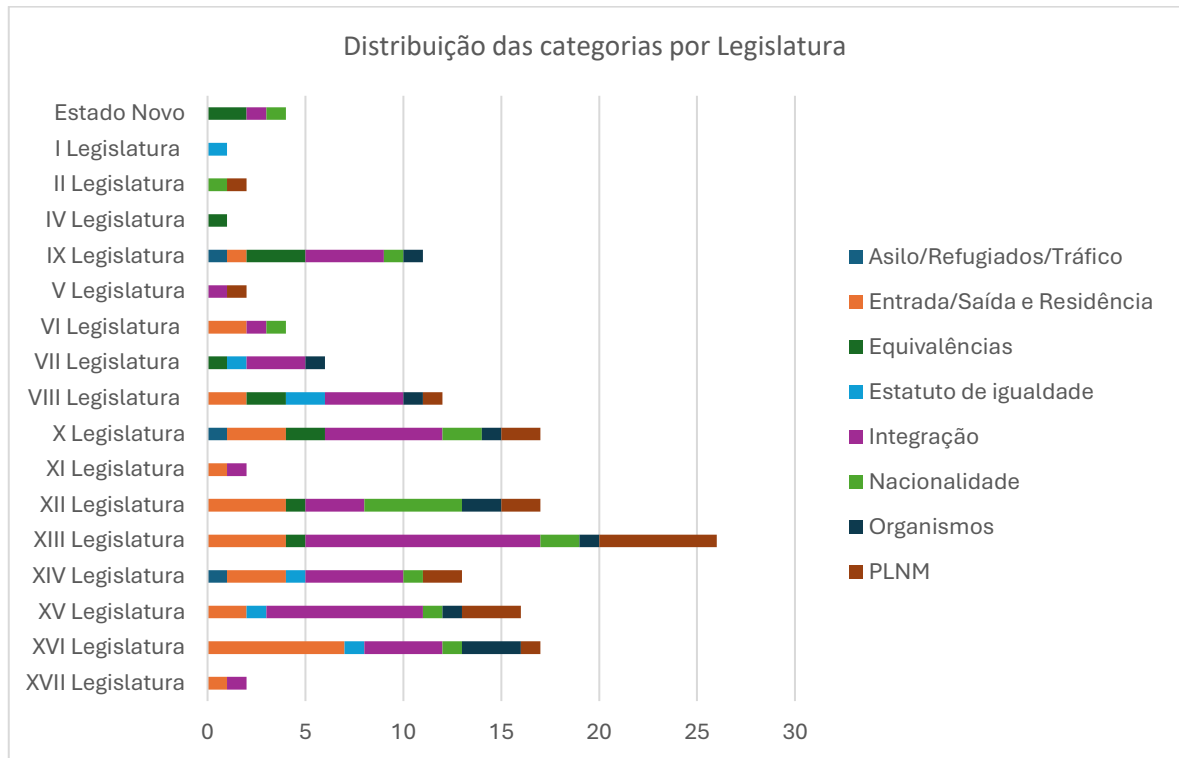


Figura 35: Distribuição dos assuntos relacionados com migrantes desde o Estado Novo até ao início da XVII Legislatura (Fonte: autora)

A XVI Legislatura registou dezassete publicações envolvendo a problemática da imigração, com destaque para as problemáticas relacionadas com entradas e saídas de imigrantes, bem como dos pedidos de autorização de residência. Ao nível da categoria “Integração”, salienta-se a Portaria n.º 218/2024/1, de 23 de setembro, que cria e regula o programa INTEGRAR e o novo plano de recuperação de aprendizagem «Aprender Mais Agora». Ressalta-se, ainda, as publicações que envolvem organismos, como o novo Conselho Nacional para as Migrações e Asilo e o Regulamento do Conselho Municipal da Pessoa Imigrante, Integração e Interculturalidade. Nesta legislatura foi realizada também a décima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade. A mais

recente Legislatura (XVII) já publicou dois documentos, nomeadamente a aprovação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e a Lei n.º 61/2025, de 22 de outubro, a alterar a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Sendo mais restritiva, esta alteração provocou muita preocupação na comunidade migrante, juntamente com a alteração feita à Lei da Nacionalidade, efetuada na anterior Legislatura. Essa preocupação manifesta-se em publicações, como a de Nunes (2025), referindo que “a decisão do Governo de tornar mais rígidas as regras para a concessão da nacionalidade portuguesa está provocando uma corrida aos postos de atendimento do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)” (p. 1).

Relativamente ao levantamento efetuado junto das Comissões Parlamentares (Figura 36) foram identificados documentos dos seguintes organismos: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Comissão de Assuntos Europeus; Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão. A análise dos documentos evidenciou uma maior preocupação com assuntos relacionados com a nacionalidade e com asilo e/ou refugiados. O arranque da nova legislatura (XVII) foi marcado por projetos de resolução e petições relativos ao asilo, aos apoios sociais e ao reagrupamento familiar.

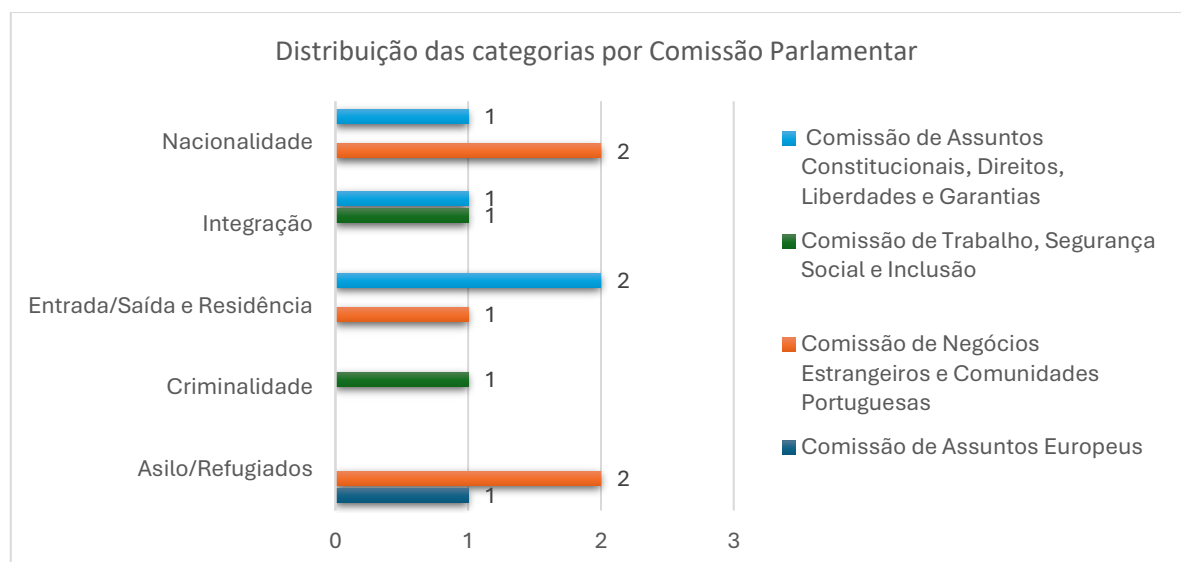


Figura 36: Número de documentos sobre migrantes por categoria e Comissão Parlamentar.
(Fonte: autora)

No respeitante aos relatórios institucionais, o levantamento contemplou um total de 36 documentos distribuídos pelas seguintes instituições: Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA); Conselho Nacional de Educação (CNE); Instituto Nacional de Estatística (INE); Observatório das Migrações (OM); Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); Presidência do Conselho de Ministros (PCM); PORDATA (Figura 37).

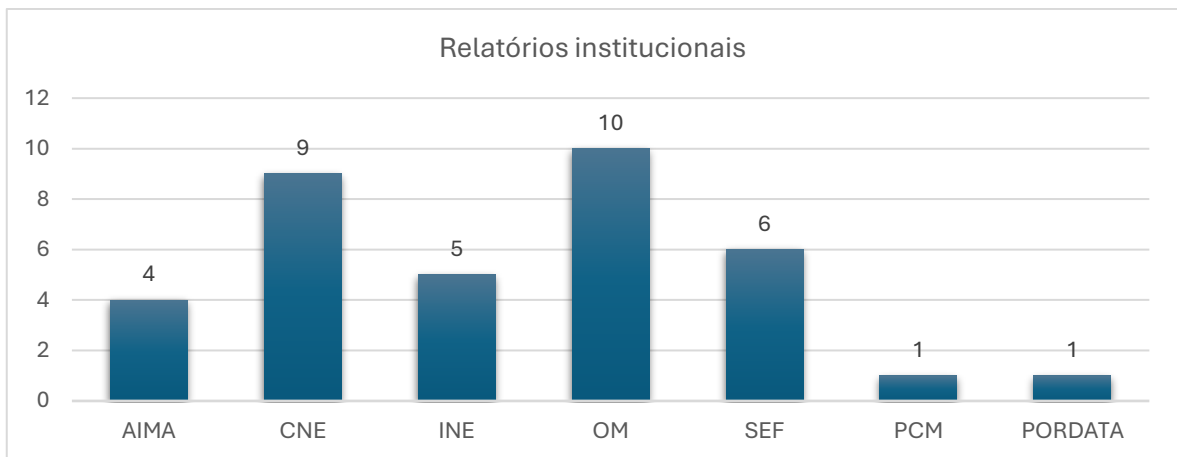


Figura 37: Levantamento dos relatórios institucionais que abrangem migrantes
(Fonte: autora)

Após análise documental, verificou-se uma maior incidência nas questões ligadas à demografia/estatística da população e à integração dos migrantes. Contudo, verifica-se que também abordam outros aspetos, como a discriminação, a criminalidade, os pedidos de asilo ou acolhimento de refugiados, as equivalências, a nacionalidade, o estatuto de igualdade, as remessas e a regularização dos pedidos de residência.

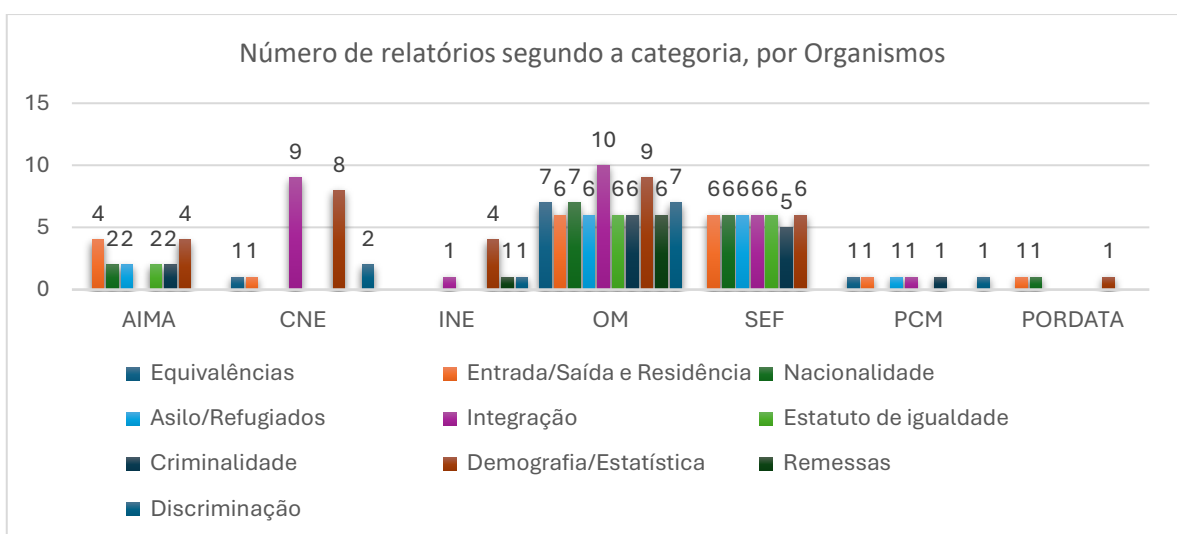


Figura 38: Distribuição das categorias de análise em cada Organismo
(Fonte: autora)

As categorias manifestam-se de forma diferenciada nos diferentes relatórios devido ao objetivo dos mesmos. Enquanto os relatórios do Observatório das Migrações abrangem várias categorias a PORDATA aborda a demografia, a nacionalidade e as entradas, retornos e pedidos de residência.

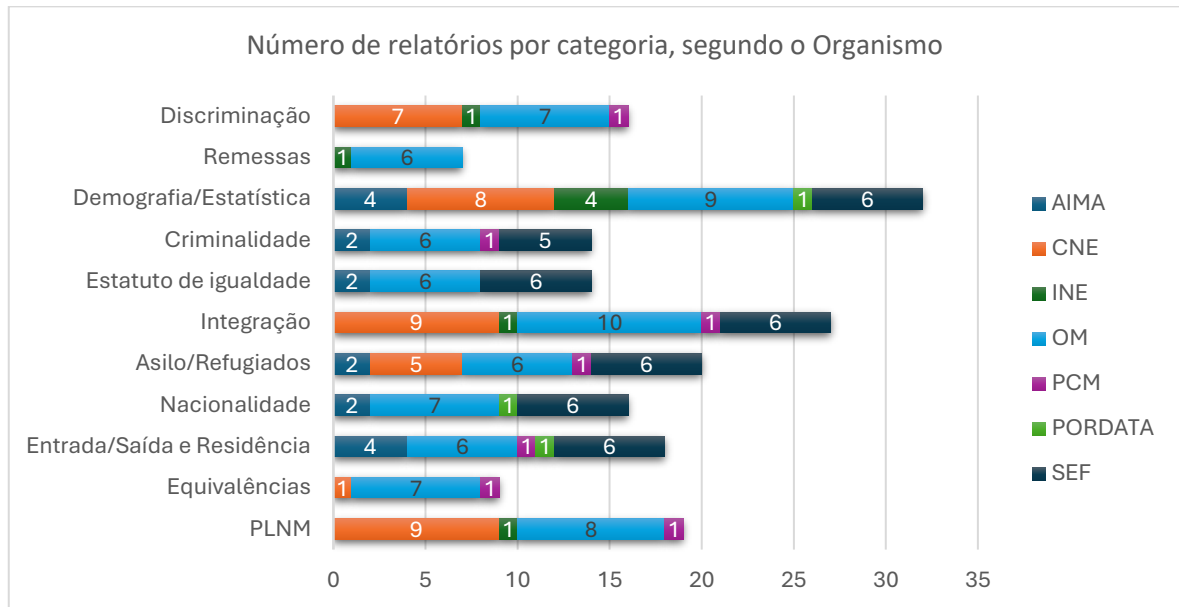


Figura 39: Distribuição dos Organismos em cada categoria de análise
(Fonte: autora)

A categoria Equivalências envolve as equivalências para efeitos de matrícula, como a equiparação/reconhecimento de cursos superiores. Ao nível da categoria Remessas, é um assunto focado essencialmente pelos relatórios do Observatório das Migrações, em capítulo próprio.

As teses e dissertações, constituindo um acervo de conhecimento de relevância, tiveram um papel importante na compreensão dos fenómenos relacionados com a população migrante, com destaque para os assuntos relacionados com a educação, sendo esses os que mais nos interessavam.

A recolha de teses e dissertações foi efetuada de forma sistemática no repositório online da Universidade do Minho, da Universidade Aberta e da Universidade de Lisboa, tendo sido recolhidos e analisados 154 documentos (Tabela 8).

Tabela 8: Número de teses e dissertações por instituição.
(Fonte: autora)

INSTITUIÇÃO	N.º DE PUBLICAÇÕES
Universidade do Minho	59
Universidade de Lisboa	58
Universidade Aberta	37

O grande número de investigações sobre a temática dos migrantes revela o interesse e preocupação da sociedade académica com o aumento de estrangeiros em Portugal. Uma análise da distribuição dos documentos entre 2017 e 2025 revela uma boa distribuição da temática, ao longo dos anos, com maior prevalência no ano de 2022 e de 2025. Apesar de haver um maior número de dissertações de mestrado (118), verifica-se um total de 36 teses de doutoramento (Figura 40).

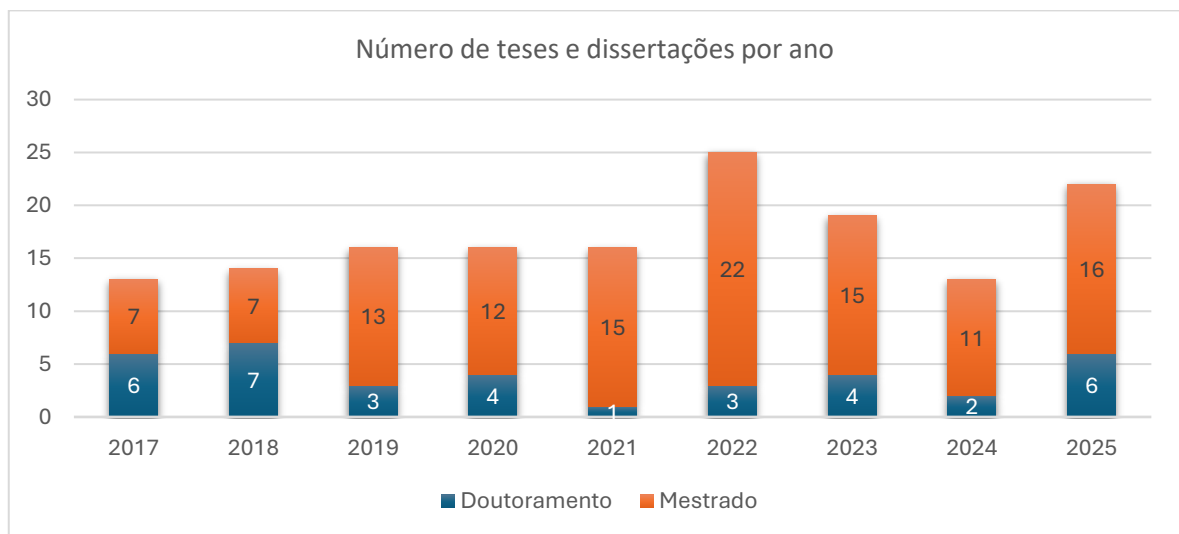


Figura 40: Distribuição do número de teses e dissertações entre 2017 e 2025
(Fonte: autora)

Após a catalogação das teses e dissertações, tendo por referencial as categorias de análise constata-se uma grande prevalência para a categoria “Integração”, com 68 ocorrências, destacando-se também as categorias “Discriminação”, “PLNM”, “Saúde” e “Equivalências”, respetivamente com 15, 16, 13 e 11 ocorrências (Figura 41).

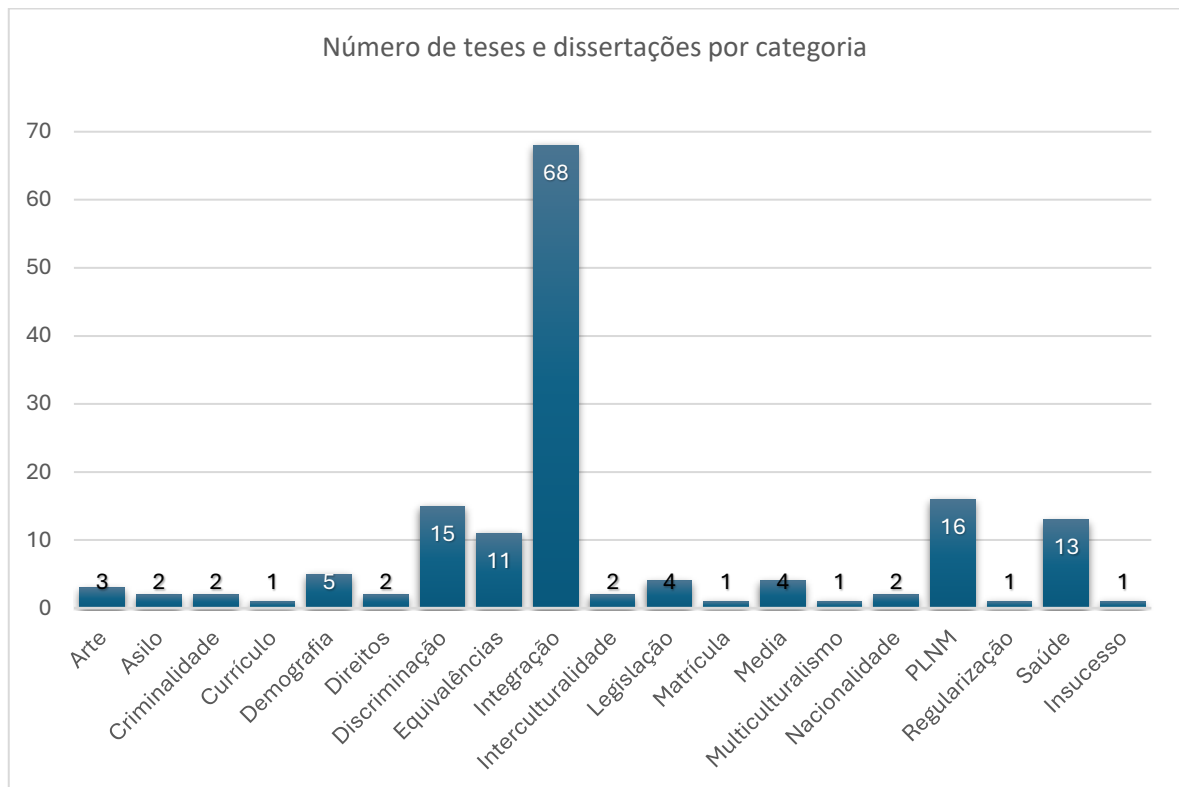


Figura 41: Distribuição das teses e dissertações, por categoria
(Fonte: autora)

A análise das teses e dissertações permitiu verificar que as investigações efetuadas abordam temáticas já identificadas por Hortas (2013), nomeadamente as questões relacionadas com “direito/igualdade de acesso à educação”, “aprendizagem da língua do país de acolhimento”, “a segregação escolar” “na educação *multi* e intercultural” “no insucesso e abandono escolar” (p. 21).

Nos extratos seguintes podemos verificar a existência de alguns problemas com o processo de matrícula

I-M_93_2025 - *Alguns Encarregados de Educação apontaram alguns entraves no processo durante a realização das matrículas* (Monteiro, 2025, p. 40)

I-D_48_2021 - *“Sim, quando cheguei tinha uma escola em frente à minha residência, e não queriam matricular meu filho nesta escola. Disseram que não havia vaga, e que ele iria para uma escola a quinze minutos de minha casa de carro. Eu fui ao agrupamento e disse que isto era impossível, pois não podiam fazer isto. Como ele viria da escola? E mais ainda, havia outras escolas mais próximas de minha residência. Até que abriram uma vaga na escola de frente a minha residência. Mas*

*precisei brigar, isto me incomodou um pouco.” (Relato do pai P8)
(Abdo, 2021, p. 43)*

e com a discriminação

I-M_54_2022 - *De seguida, colocou-se a seguinte questão: “E aqui dentro da sala? Somos todos iguais?”. Os alunos responderam que não. Neste momento, um aluno especificou “O aluno A é diferente de nós.”, referindo-se a um aluno de nacionalidade brasileira que entrou para a turma no início de novembro (Sousa, 2022, p. 32)*

I-M_110_2019 - *a coisa que mais sofri na minha vida, foi ver minha filha sofrendo porque era discriminada na escola, por ser Brasileira. Para você ter uma ideia, a professora ridicularizou até um ponto, e era Diretora de turma, que disse que por punição, ia pôr os alunos para ouvir um vídeo dobrado, como diz aqui é dobrado, não é dublado, em Português do Brasil. Era uma punição sonora, alguém ouvir nosso sotaque, isto vindo de uma professora, eu acho que [...] foi uma coisa assim tão impactante, tão impactante, que eu disse: “Meu Deus do Céu, onde é que a minha filha está?!”. Foi para a Psicóloga e mudei a menina de escola (Lota) (Duarte, 2019, p. 96)*

Mas também relatos que nos remetem para as razões que levaram à imigração

I-M_122_2020 - *(...) os acordos que existem entre Brasil e Portugal favorecem e facilitam a vida do brasileiro, notadamente o Tratado de Porto Seguro, que garante igualdade de direitos. O rendimento exigido pelo governo português é menor (Biasutti, 2020, p. 80)*

I-M_122_2020 - *O motivo principal é a situação que o Brasil atravessa no que tange à segurança pública e saúde. O que realmente agravou foi a situação de insegurança. Morávamos em um bairro do Rio de Janeiro comandado por uma facção (milicianos)⁴⁶. Uma situação que me deixava muito preocupado. Meus netos não tinham coragem de sair para um passeio... estavam restritos ali. (Naldo, 69, Porto) (Biasutti, 2020, p. 67)*

I-M-83_2024 - *“Ter muito mais segurança, porque no Brasil eu era roubada e assim virou até piada, mas é verdade, era roubada a todo o momento, roubaram meu carro, minha mochila, meu celular, vergonhoso. Eu chegava a falar para minha família, que eu tinha sido assaltada, e as pessoas já começavam a rir. Ninguém falava mais nada, as pessoas [só] riam.” (E3) “Tipo, assim, quero ir para um país melhor. Quero ter acesso a condições melhores de vida, seja a nível de saúde, seja trabalho, pronto.” (E2) (Carvalho, 2024, p. 23)*

e que representam sucesso no processo de integração

I-M_122_2020 - *Não tive dificuldade de adaptação. A educação da população portuguesa é superior, se comparada com a população brasileira. Gosto das coisas organizadas. Sinto uma melhor organização na Europa. (Roger, Lisboa) (Biasutti, 2020, p. 92)*

A problemática dos migrantes está também muito presente na comunidade académica com a organização de conferências e colóquios sobre a temática. No entanto, verifica-se também interesse da comunidade, em geral, nomeadamente Câmaras Municipais, Associações e Instituições não académicas (Tabela 9). Foram recolhidos dados de 38 Conferências/colóquios, não descurando o facto de o levantamento não abarcar todos os eventos, na medida em que a filtragem nem sempre captava os eventos, havendo necessidade de se recorrer ao Google e aos sites das próprias instituições.

Tabela 9: Instituições organizadoras de conferências sobre migrantes
(Fonte: autora)

INSTITUIÇÕES	N.º DE CONFERÊNCIAS
Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados	2
Aproximar, Cooperativa de Solidariedade Social	1
Associação Empresarial de Elvas	1
Câmara Municipal de Amarante	1
Câmara Municipal de Odemira	1
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	1
Câmara Municipal do Porto	1
Centro de Formação Prepara Portugal	1
Centro de Informação de Lisboa (CIUL)	1
Embaixada de São Tomé e Príncipe em Portugal	1
IEFP e a Organização Internacional para as Migrações (OIM)	1
Instituto de Educação da Universidade de Lisboa	1
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses	1
Instituto Padre António Vieira (IPAV)	1
Organização Laços Angolanos e Consulado-Geral de Angola no Porto	1
Universidade Aberta	8
Universidade Católica	2
Universidade de Lisboa	5
Universidade do Minho	4
Universidade do Porto	1
Universidade NOVA de Lisboa	1
AIMA	1

Uma primeira análise documental revela que o ano de 2025 se destaca com um maior número de conferências realizadas, num total de 17 e os anos de 2020 e 2021 não registam ocorrências. Verifica-se, ainda que há um aumento de ocorrências a partir de 2022. Este facto está em consonância com o grande aumento de migrantes e vai ao encontro do observado na recolha da produção legislativa.

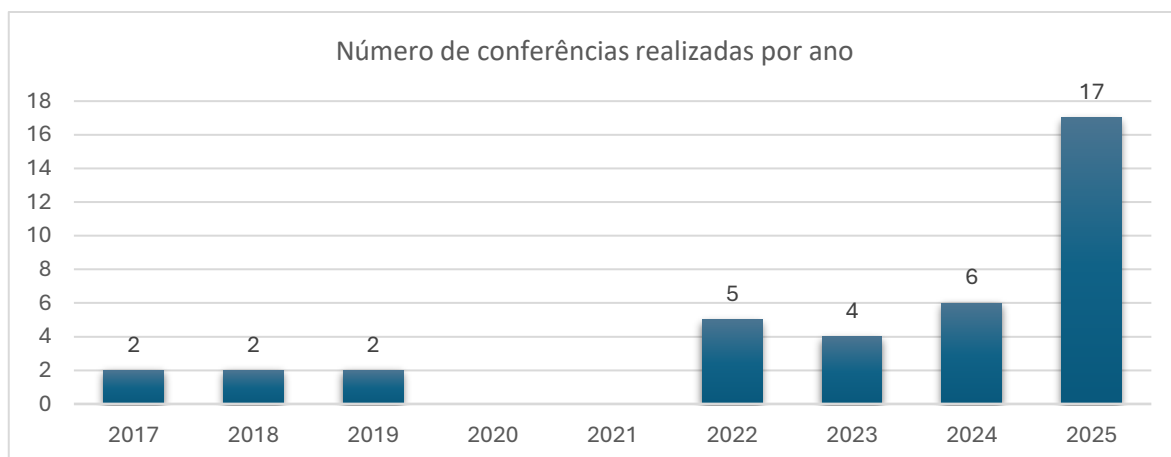


Figura 42: Número de conferências realizadas entre 2017 e 2025
(Fonte: autora)

Os assuntos das conferências centraram-se maioritariamente no âmbito da integração, sendo também abordadas questões ligadas aos seguintes aspetos: acolhimento; arte; associativismo; receitas/contribuições; demografia; direitos; discriminação; equivalências; interculturalidade; saúde; lei da nacionalidade; reagrupamento familiar; refugiados; regularização; Lei da Nacionalidade. Salienta-se o facto de a categorização focar apenas um aspeto, quando, por vezes, eram abordados diferentes aspetos no mesmo evento.



Figura 43: Distribuição das conferências pelas categorias
(Fonte: autora)

O levantamento das notícias veiculadas pelos meios de comunicação permite fazer uma análise do interesse social sobre a temática, uma vez que os *media* também procuram cativar leitores dando destaque aos assuntos que possam vir a interessar um público mais amplo. Ou seja, conseguimos ter uma “perceção do Outro” através dos assuntos divulgados mediaticamente (Queiroz, 2016).

Para fazer a seleção dos *media* onde a recolha de dados seria efetuada, optou-se por analisar os jornais com maior circulação digital paga, dado que o volume de publicações diárias acarretaria grandes dificuldades à sua recolha e análise. Após a observação do ranking disponibilizado pela *Associação portuguesa para o controlo de tiragem e circulação* (apct) verificou-se que os cinco jornais com maior circulação pertencem a quatro grupos empresariais, nomeadamente a Sonaecom (Público), a Impresa (Expresso), a Global Média (Jornal de Notícias e Diário de Notícias) e Cofina Média (Correio da Manhã).

Tabela 10: Jornais com maior circulação digital paga

(Fonte: Autora com dados retirados da Associação Portuguesa para o controlo de tiragem e circulação (apct))

Jornais	Trimestres de 2024				TOTAL
	1.º	2.º	3.º	4.º	
Público	51299	52656	50626	50778	205359
Expresso	48782	48719	48148	48363	194012
Jornal de Notícias	4245	4073	3772	3367	15457
Correio da Manhã	2626	2680	2734	2721	10761
Diário de Notícias	1297	1175	977	605	4054

Os resultados apresentados pela apct (Tabela 10) revelam que o jornal Público é aquele que tem maior circulação digital paga, pelo que optámos por fazer a análise às suas publicações online. Apesar de o levantamento de dados ficar circunscrito a um jornal, foram recolhidas 1156 publicações, havendo sempre a possibilidade de algumas publicações ficarem de fora desta recolha, por não responderem aos filtros de pesquisa, apesar de abordarem o assunto em análise.

Uma primeira categorização por ano revela uma subida muito acentuada do número de publicações sobre migrantes nos anos de 2024 e 2025 (Figura 44). As publicações destes dois anos correspondem a cerca de 60 % do total de publicações dos oito anos analisados. Em 2025 observa-se, por vezes, mais do que uma publicação diária. Estes factos representam um reflexo da atualidade, onde o discurso político se tem centrado muito nos

migrantes, desde a regulamentação, aos processos de acolhimento e integração, à criminalidade.

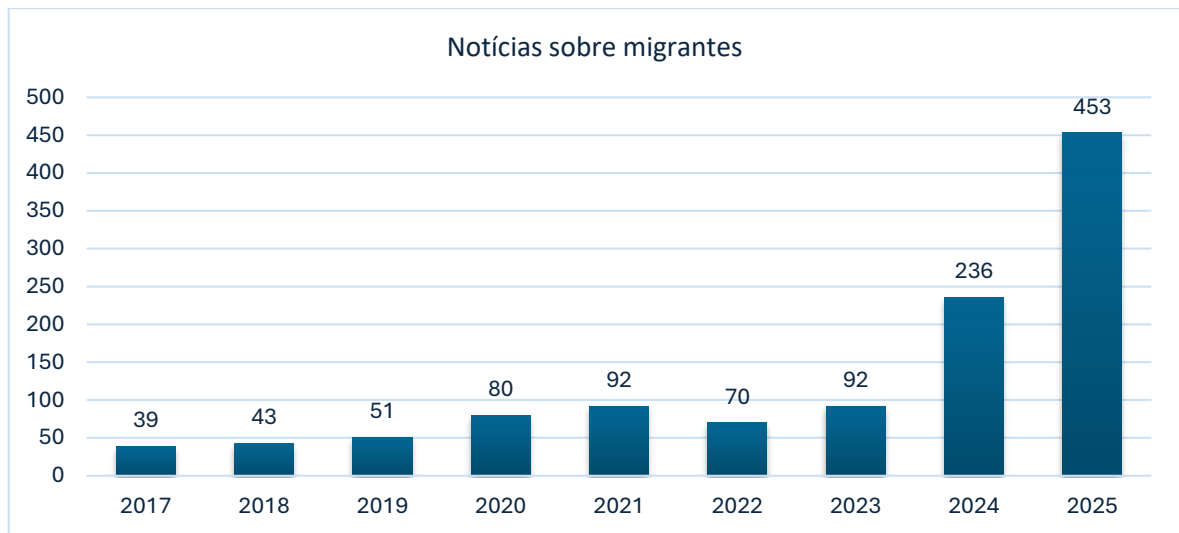


Figura 44: Distribuição das notícias sobre migrantes entre 2017 e 2025
(Fonte: autora)

Um estudo sobre a representação dos migrantes e minorias étnicas na imprensa, realizado pelo Observatório da Comunicação, refere que “os meios de comunicação funcionam como aparelhos capazes de concentrar e orientar a atenção do público para temas concretos” (Cádima et al., 2003, p. 32). Contudo, essa orientação pode trazer outras consequências. Segundo McLuhan (1968, citado em Amaral, 2019), os *media* exercem um duplo papel, pois, por um lado, refletem a sociedade e, por outro, também funcionam como modeladores dessa mesma sociedade. Nesse sentido, Barbosa (2012) alerta para a responsabilidade dos *media*, na percepção da realidade social, referindo que

dispõem, manifestamente, de um poder simbólico capaz de influenciar decisivamente as atitudes e os comportamentos de amplas camadas da população. Um tal poder – o assim chamado “quarto poder” – tem a capacidade de fabricar diariamente representações culturais da alteridade imigrante, as quais, dando forma a um imaginário social ou coletivo, podem induzir práticas sociais de diversa índole, ora no sentido do reconhecimento, ora na direção da discriminação e da rejeição. (p. 234)

O autor reforça, ainda, que “há sempre uma intenção subjacente que comanda as mensagens e as iconografias difundidas” (Barbosa, 2012, p. 235).

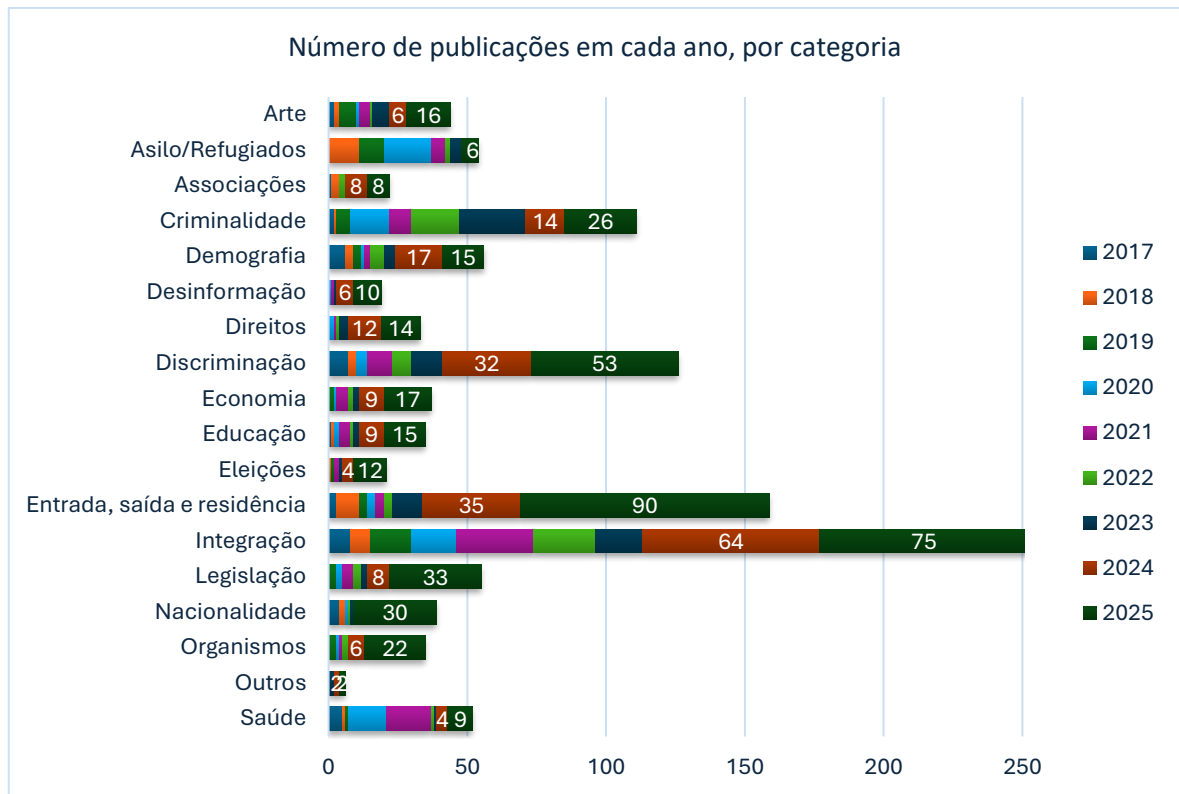


Figura 45: Distribuição do número de publicações em cada ano pelas categorias.
(Fonte: autora)

A análise por categorias (Figura 45) permite verificar uma grande incidência do discurso na integração dos migrantes, abordando aspectos como o emprego, a habitação e o empreendedorismo. Os assuntos relacionados com arte e saúde, estando ligados à integração, apresentam-se separadamente para um maior destaque. As publicações na categoria “Arte” representam não só a integração dos migrantes, como a importância que o tema da migração tem para escritores, músicos, encenadores, entre outros elementos da comunidade artística. Relativamente à categoria “Saúde”, verifica-se um maior número de notícias nos anos de 2020 e 2021, decorrentes do problema pandémico de Covid 19. A “Entrada, saída e residência” é a segunda categoria com maior ocorrência, encontrando-se relacionada com os processos de regularização, retornos e expulsões. Como se pode verificar, o ano de 2025 regista um número elevado de publicações (90) nesta categoria, devido aos problemas enfrentados pelos migrantes na obtenção dos vistos de residência, resultantes das alterações às políticas migratórias. Salienta-se que as 22 publicações da categoria “Organismos”, registadas em 2025, são também relacionadas com o comprovativo de residência, ligadas à AIMA. As publicações envolvendo criminalidade

apresentam um aumento a partir de 2022, embora o ano de 2020 também apresente 14 publicações. Recorde-se que foi nesse ano que ocorreu a morte de Ihor Homenyuk, no SEF. Esta categoria abarca crimes cometidos pelo e contra o migrante. A discriminação é um assunto muito presente, principalmente nos anos de 2024 (32) e 2025 (53), abrangendo diferentes tipos de discriminação, nomeadamente racial/xenófobo e laboral.

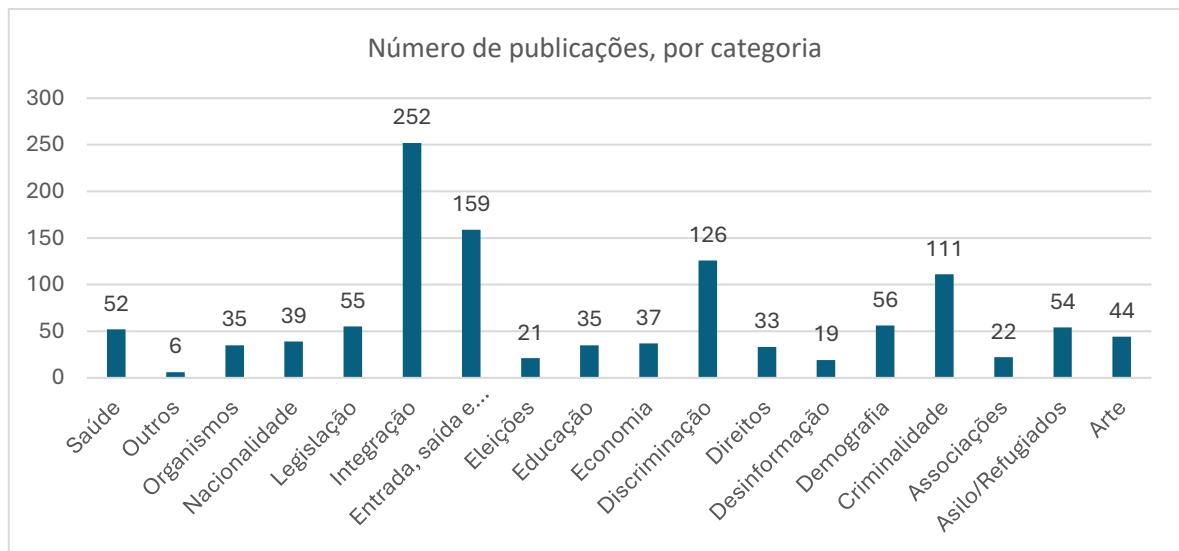


Figura 46: Total de publicações em cada categoria.
(Fonte: autora)

As notícias sobre o acesso à nacionalidade marcaram presença maioritariamente em 2025, com 30 publicações num total de 39. Este facto encontra-se interligado com a alteração da legislação, que torna o acesso à nacionalidade mais restritivo, gerando preocupações como as apresentadas nas seguintes notícias:

N_20-04-2025 - *Dez anos para cidadania “vão colocar imigrantes para fora do país”, diz especialista (Rattner, 2025).*

N_22-08-2025 - *Brasil sobe o tom e cobra reciprocidade de Portugal na Lei da Nacionalidade. Governo Lula quer reciprocidade de Portugal na Lei de Nacionalidade. Portugueses podem pedir cidadania brasileira depois de um ano vivendo no Brasil. Para a nacionalidade lusa, no caso dos brasileiros, esse prazo é de cinco anos, que Montenegro quer aumentar para sete (Nunes, 2025).*

O discurso sobre as condições de acesso à nacionalidade é um fator importante a ter em consideração nas perceções sociais acerca das políticas de integração, na medida em que

As regras que definem o acesso à nacionalidade são frequentemente consideradas indicadores relevantes do grau de abertura ou de restrição de um Estado perante os imigrantes, influenciando diretamente os processos de integração social, política e cultural. Assim, a forma como cada país estrutura a sua lei da nacionalidade pode ser entendida como um elemento-chave para avaliar a sua capacidade de promover a inclusão de populações migrantes e de responder aos desafios contemporâneos da diversidade. (Huddleston & Falcke, 2020, citados em OM, 2025, p. 9)

Segundo Monteiro (2007, citado em Botas, 2017), a nacionalidade constitui um elemento fundamental na integração dos migrantes, a par de outras condicionantes, como o trabalho e a presença de familiares e conterrâneos no país de acolhimento. A autora considera, ainda, que a nacionalidade é encarada como a concretização da aceitação no país.

Verificam-se também iniciativas de desinformação (16), indo ao encontro de uma das medidas dos *media* para a construção de uma cidadania inclusiva, nomeadamente “a desconstrução de mitos negativos a respeito dos imigrantes, nomeadamente o que define a imigração como uma ameaça à unidade cultural e linguística da sociedade receptora, ou como um perigo para o nosso estilo de vida” (Barbosa, 2012, p. 238). Por conseguinte, este papel desempenhado pelos *media* nestas notícias de desinformação é de salientar, pois como refere Felipe (2024) “com o poder de fornecer informações, histórias e imagens relacionadas à migração, os *media* não moldam apenas a perceção das pessoas sobre o fenómeno migratório, mas também influenciam a opinião pública sobre a figura do imigrante” (p 21).

Na categoria “Outros” encontram-se notícias que não se enquadravam nas restantes categorias como os seguintes exemplos:

N_18-09-2024 - *Entre as vítimas mortais estão três bombeiros de Vila Nova de Oliveirinha e um imigrante brasileiro que tentava salvar maquinaria da empresa para a qual trabalhava* (Alinho, 2024).

N_07-09-2025 - *Agente da PSP resgatou criança. Um português pegou nele ao colo. Um imigrante consolou-o, duas mulheres que falavam inglês tomaram conta. Polícia foi com mãe e filho na ambulância até ao hospital* (Henriques, 2025).

A Figura 46 mostra o número de publicações que se enquadram em cada uma das categorias, entre 2017 e 2025. Os dados observados vão ao encontro dos resultados obtidos num estudo desenvolvido por Cádima et al. (2003), com publicações dos *media* entre 2001 e 2002, onde registaram maior prevalência dos temas relacionados com criminalidade, seguido da questão do acolhimento. Nesta análise enquadrámos o acolhimento na categoria “Integração”, pelo que os resultados são similares, aos obtidos por Cádima et al. (2003), muito embora a temática da regularização, dos vistos de residência, do retorno e da expulsão, traduzidos na categoria “Entrada, saída e residência”, se manifeste em segundo, a discriminação em terceiro e a criminalidade em quarto lugar, mas com ocorrências acima da centena, o que as destaca das demais categorias.

2. O processo de equivalências e a integração dos alunos internacionais

No âmbito da análise efetuada aos normativos publicados entre 1967 e 2025, verifica-se que a temática das equivalências está muito presente até 2012, tendo sido publicados doze normativos. A partir dessa data verifica-se maior preocupação com a regulamentação do ensino do português aos alunos migrantes cuja língua materna não era o português, com maior incidência do ano de 2018. Sendo a aprendizagem da língua do país de acolhimento um fator importante na integração dos migrantes (Pinto, 2007), a intensificação de produção legislativa a abordar esta problemática reflete também a preocupação em integrar o grande fluxo de imigrantes verificado a partir de 2018.

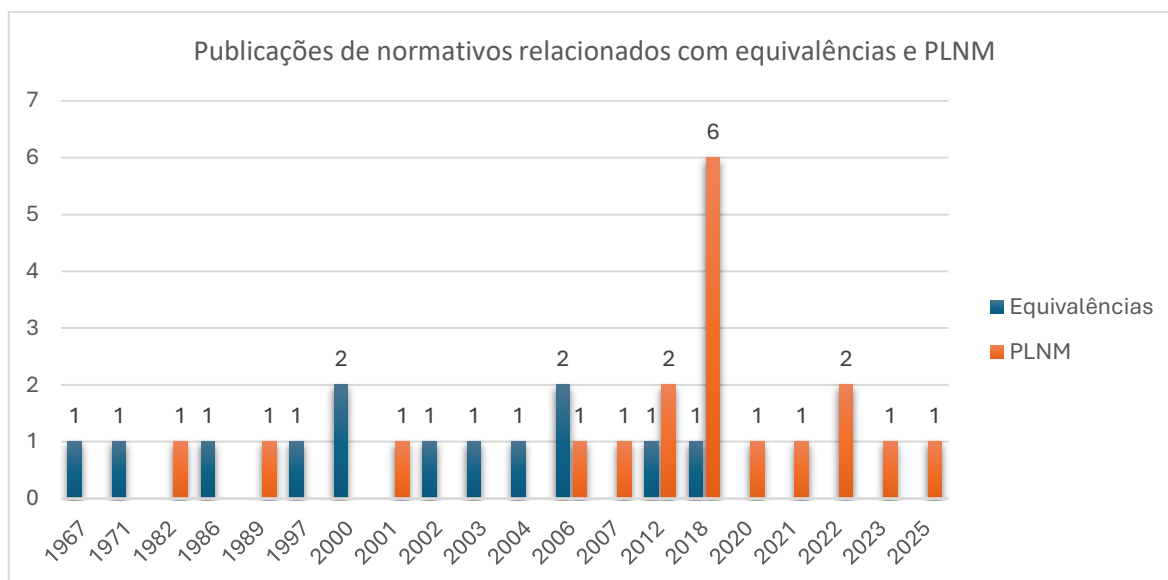


Figura 47: Legislação sobre os processos de equivalência e PLNM
(Fonte: autora)

O levantamento de normativos permitiu verificar a evolução sofrida pelos processos de equivalência, em particular para se atualizarem relativamente à alteração de documentos curriculares e a novas designações. A título de exemplo, note-se que, em 1988, o atual 1.º ciclo do ensino básico era constituído por duas fases: a 1.ª fase compreendia os 1.º e 2.º anos de escolaridade e a 2.ª fase compreendia os 3.º e 4.º anos. Esta evolução é também notória nas Escolas Europeias, levando a que, recentemente, a DGE atualizasse um guia informativo com as alterações das equiparações às habilitações obtidas nessas escolas.

Para além da legislação produzida no âmbito das migrações, Portugal detém, ainda, acordos bilaterais com os países de língua portuguesa. O *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*, assinado em 2000, em Porto Seguro, é um dos acordos bilaterais importantes com o Brasil, na medida em que contempla o estatuto de igualdade, que permite o exercício do direito de voto em todas as eleições nacionais, a cidadãos portugueses no Brasil e cidadãos brasileiros em Portugal, desde que possuam pelo menos três anos de residência habitual. O estatuto de igualdade foi regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, com a criação da AIMA.

Estes acordos produzem efeitos na migração de estudantes. Como refere Lima (2018) “a presença dos PALOP e de brasileiros/as em instituições de ensino superior portuguesa é potencializada pela relação diplomática entre esses países e, conseqüentemente, pelas aberturas e facilidades de ingresso ao ensino superior português disponibilizadas aos nacionais da CPLP” (p. 132).

Para além do *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*, Portugal tem outros acordos com a Brasil, nomeadamente no âmbito económico e de prevenção do tráfico de migrantes. Recentemente, a 19 de fevereiro de 2025, na 14.ª Cimeira Luso-Brasileira comemorativa dos 200 anos de relações diplomáticas, realizada em Brasília, foram assinados dezanove acordos. Estes acordos abrangem áreas diversas, nomeadamente no que respeita ao combate ao crime internacional, ao comércio, ao turismo, à tecnologia entre outros aspetos.

No que respeita aos relatórios institucionais, verifica-se que a problemática das equivalências é abordada essencialmente nos relatórios do Observatório das Migrações, sendo também contemplada no relatório do Conselho Nacional de Educação, de 2018, e no relatório elaborado pela Presidência do Conselho de Ministros, intitulado Plano de Ação para as Migrações - Problemas, Desafios, Princípios e Ações. Contudo, salienta-se o facto de o assunto das equivalências por vezes referir-se a equivalências de estudos superiores, como acontece nos relatórios do Observatório das Migrações.

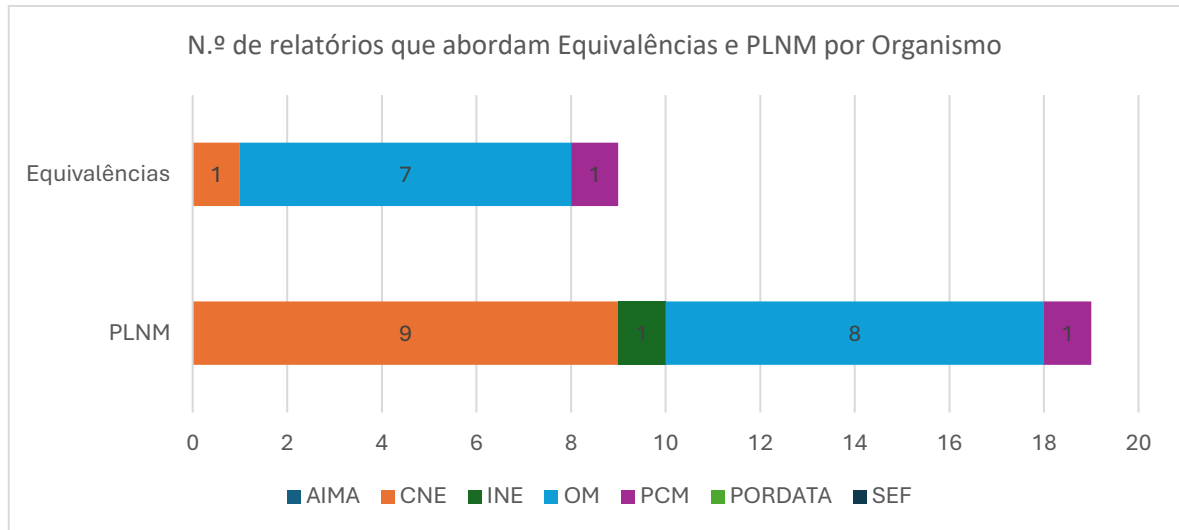


Figura 48: Número de relatórios nas categorias Equivalências e PLNM, por Organismo
(Fonte: autora)

A análise dos relatórios permitiu, ainda, verificar um crescendo na preocupação com o acolhimento e integração dos migrantes na escola, em consonância com outras publicações como “Migrações e interculturalidade: conhecer para intervir em sala de aula. Recursos pedagógicos para formadores/as e professores/as”, do Alto Comissariado para as Migrações, publicada em 2022 e a publicação “Inclusão de Alunos Migrantes em Meio Educativo”, da Direção Geral de Educação, publicada em 2024.

Relativamente às notícias sobre educação, verifica-se que das 35 notícias analisadas, 15 foram publicadas em 2025. A análise das subcategorias (Figura 45) permite observar que as notícias se distribuem por assuntos distintos, como a discriminação, a demografia ou a desinformação. As questões ligadas à importância do conhecimento da língua portuguesa e a oferta de PLNM, consideradas uma das condições de integração, são as mais representativas, seguidas da discriminação, que teve o maior número de publicações em 2021, sendo disso exemplo as seguintes notícias (N):

N_06-03-2021 - *Alunos migrantes são segregados e escolas não fazem tudo para o evitar* (Lusa, 2021)

N_13-04-2021 - *Alunos pobres não são burros, mas a escola não sabe isso* (Dias, 2021)

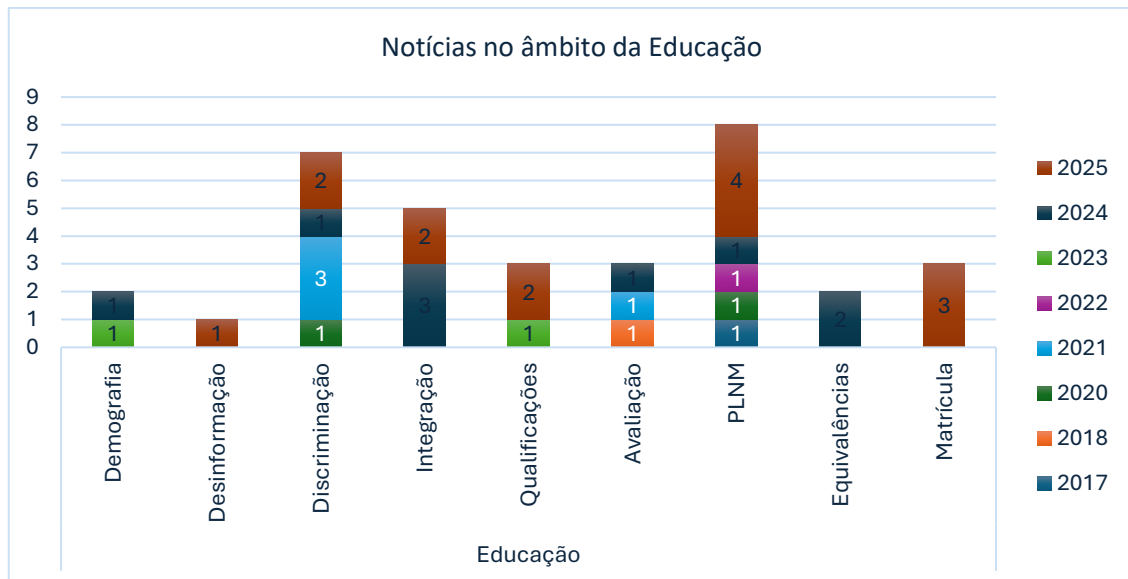


Figura 49: Número de notícias publicadas em cada ano, por categoria
(Fonte: autora)

Os assuntos relacionados com equivalências e com o processo de matrícula são referidos em publicações de 2024 e 2025, mas a questão das equivalências está relacionada com o reconhecimento de habilitações superiores.

Em Portugal, o processo de equivalências pauta-se pela equivalência direta, de acordo com o ano de escolaridade que os alunos frequentam. Contudo, os alunos não trazem as competências equiparadas ao ano de escolaridade que vão frequentar, acrescentando a esta problemática o facto de, no Brasil, o ano de escolaridade terminar em dezembro. Quando entram no ensino português, a partir de janeiro, os alunos brasileiros perdem um período letivo de aulas, o que os distancia ainda mais das competências adquiridas pela maioria dos alunos portugueses. Este facto está pouco presente no discurso dos *media*, mas muito presente na investigação, como se pode observar nos excertos de notícias e de investigações conducentes a Doutoramento (I-D) e Mestrado (I-M) que seguidamente apresentamos:

N_30-08-2025 - *Meu filho tinha feito até o sexto ano no Brasil. Quando chegamos em janeiro de 2024, ele foi matriculado no sétimo ano e, mesmo com cinco meses de estudo, foi aprovado* (Nunes & Antunes, 2025)

I-M_25_2019 - *O ano que a criança vai frequentar depende da data de entrada na escola e da equivalência que é feita. [...] Para conseguir a equivalência, o responsável precisa levar o Histórico Escolar da criança até o agrupamento escolar mais próximo de sua residência.*

O diretor do agrupamento escolar é quem atesta o ano que a criança frequentará em Portugal (Almeida, 2019, p. 28)

Para alunos de outras nacionalidades, para além da brasileira, também se colocam dificuldades ao nível das equivalências.

I-M_82_2023 - *A aluna começou a cursar o 2º ano na Ucrânia, tendo sido matriculada no 1º ano em Portugal. A justificativa foi de que seria benéfico para a irmã mais nova (a aluna A) ter sua companhia em sala de aula. Apesar de se ter buscado mais informações quanto a este procedimento, não foi possível obtê-las (Calixto, 2023, p. 38)*

I-M_82_2023 - *Cursava o 3º ano na Ucrânia, mas foi matriculada no 2º ano em Portugal. Segundo informações da profissional responsável pela sua matrícula, tal medida decorreu da sua data de aniversário que, em Portugal, corresponderia à frequência do 2º ano (Calixto, 2023, p. 37)*

I-M_33_2020 - *Para o certificado de equivalências tivemos dificuldade e tivemos que pedir ao órgão central que nos fizesse a equivalência desses alunos, porque nós não conhecemos a língua, cá existem poucos ou nenhum tradutor da língua deles e não foi, portanto, não foi fácil (António, 2020, p. 160)*

I- D_06_2017 - *A mãe informou que o filho tinha frequentado a escola na Guiné, a qual era muito diferente e pouco exigente, pelo que E ainda não dominava as letras todas e por sua vontade ele tinha ingressado no segundo ano em vez do terceiro. Mas no ato da matrícula não foi possível, pois na secretaria informaram-na que devido à idade do menino tinha de frequentar o terceiro ano (Botas, 2017, p. 150)*

I- D_04_2017 - *Também o seduziu o facto de poder ficar com o 9.º ano de escolaridade pois em Portugal só lhe tinha sido reconhecido o 6.º ano, isto apesar de em Angola ter concluído o 8.º ano de escolaridade (Pereira, 2017, p. 194)*

I-D_04_2017 - *Em Bissau, estudou até ao 11.º ano, mas, em Portugal, as suas habilitações não foram reconhecidas (Pereira, 2017, p. 202)*

As notícias também refletem um clima de satisfação com a escola pública e com o ensino em Portugal, bem como com a segurança, sendo esse um dos motivos para a imigração:

N_30-08-2025 - *No Brasil, ela não andaria livremente como faz em Portugal. Não sofro com o pânico de ver a minha filha sair sem saber se vai voltar para casa por causa da violência. Foi uma escolha muito acertada. As experiências que ela tem em Portugal, provavelmente, não teria no Brasil (Nunes & Antunes, 2025)*

N_30-08-2025 - *Não vejo porque colocar a minha filha em uma escola privada. O ensino público em Portugal me parece muito forte* (Nunes & Antunes, 2025)

Em 2025, o MIPEX (*The Migrant Integration Policy Index*) - grupo de reflexão e ação independente com sede em Bruxelas, que realiza projetos, investigações e campanhas nas áreas da integração, migração e combate à discriminação – apresenta Portugal a ocupar o terceiro lugar, no ranking dos três países favoráveis à integração dos migrantes, num conjunto de vinte e sete países. Portugal é referido como um dos países que dá melhor acesso ao emprego, devido a uma política inclusiva, sendo Portugal o único país onde o reagrupamento familiar é considerado favorável (Yavçan & Gorgerino, 2025). Contudo, Monteiro (2007, citado em Botas, 2017) alerta para a importância do papel do migrante no seu processo de integração, considerando que é um processo que deve ser feito “nos dois sentidos”. Importa também salientar as mudanças políticas resultantes da aplicação de novos normativos que restringiram alguns direitos aos migrantes, nomeadamente no que toca ao reagrupamento familiar, de acordo com a Lei n.º 61/2025, de 22 de outubro, o que provocou grande preocupação junto da comunidade migrante, muito documentada nos *media*.

Como foi observado nos excertos acima transcritos, a análise efetuada às teses e dissertações permitiu verificar que a problemática das equivalências está bem presente ao longo dos anos, nomeadamente no que respeita à atribuição no ato da matrícula do ano a frequentar e ao não reconhecimento de habilitações, tanto para os alunos brasileiros como para alunos de outras nacionalidades.

Esta problemática esteve também presente numa das conferências, embora relacionada com a equivalência de habilitações para efeitos laborais.

3. O currículo de matemática e de português em Portugal e no Brasil

As Aprendizagens Essenciais (AE), juntamente com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) constituem o currículo português para o Ensino Básico. As Aprendizagens Essenciais de Matemática definem oito objetivos gerais, envolvendo conhecimentos, atitudes e valores. Neste documento, salienta-se a ênfase dada às capacidades transversais, nomeadamente a resolução de problemas, o raciocínio matemático, a comunicação, as representações e as conexões matemáticas, introduzindo, ainda, o pensamento computacional. Os conteúdos encontram-se distribuídos por quatro temas (Números, álgebra, Geometria e Medida e Dados) e respetivos tópicos e subtópicos. Em cada tema estão definidos os objetivos de aprendizagem, que constituem os conhecimentos, capacidades e atitudes a desenvolver pelos alunos. O documento apresenta, ainda uma coluna com ações e estratégias a desenvolver pelo professor para ajudar os alunos a atingir os objetivos propostos e uma coluna com a articulação com as áreas de competência do PASEO.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS (AE)

TEMAS, Tópicos e Subtópicos	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM: Conhecimentos, Capacidades e Atitudes	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO DO PROFESSOR	Áreas de Competência do Perfil dos Alunos
<p>CAPACIDADES MATEMÁTICAS</p> <p>Resolução de problemas</p> <p>Processo</p>	<p>Reconhecer e aplicar as etapas do processo de resolução de problemas.</p>	<p>Solicitar, de forma sistemática, que os alunos percorram e reconheçam as diferentes etapas de resolução de um problema (interpretar o problema, selecionar e executar uma estratégia, e avaliar o resultado no contexto da situação problemática), incentivando a sua perseverança no trabalho em Matemática.</p> <p>Propor problemas com excesso de dados ou com dados insuficientes.</p>	<p>C, D, E, F, I</p>

Figura 50: Estrutura das AE de Matemática
(Retirado de: DGE, 2021, p. 13)

Ao nível metodológico, as orientações vão no sentido de uma articulação dos conteúdos centrada numa abordagem em espiral, no papel do aluno, nas dinâmicas desenvolvidas em sala de aula, nos recursos tecnológicos e na avaliação formativa que, atendendo ao seu papel regulador das aprendizagens dos alunos, deve ser continuada e reflexiva. A ideia de

articulação está bem presente no esquema (Figura 51) disponibilizado no próprio documento, onde se articulam conteúdos, capacidades e conhecimentos matemáticos.

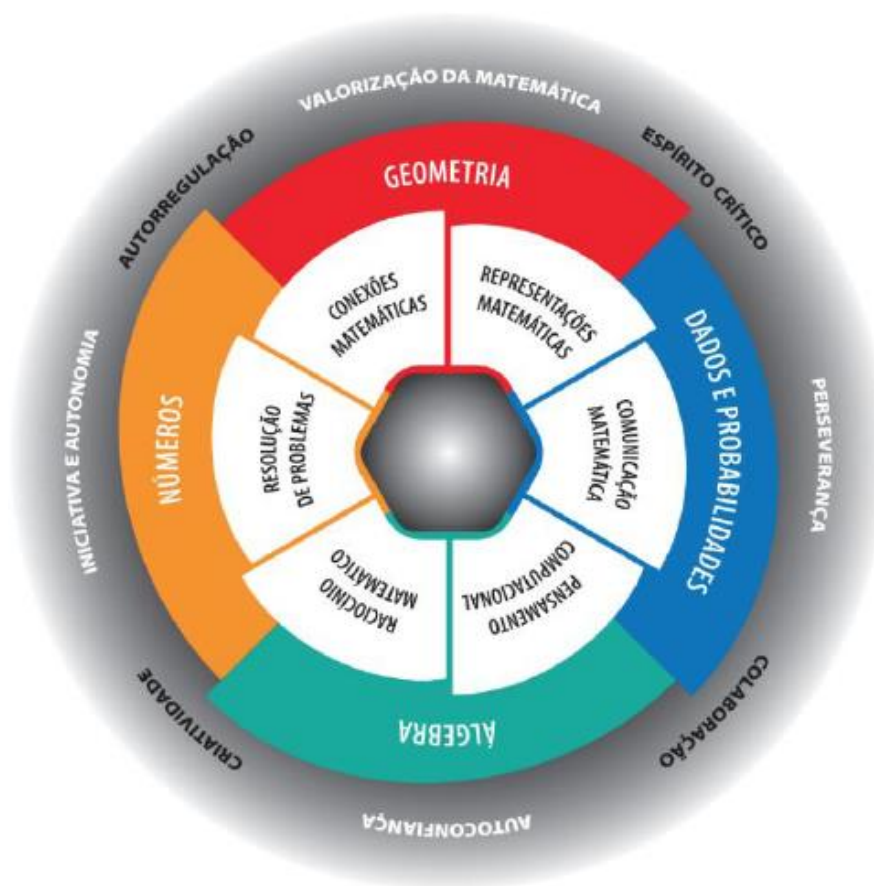


Figura 51: Articulação dos conteúdos matemáticos
(Retirado de: DGE, 2021, p.4)

As Aprendizagens Essenciais de Português, publicadas em julho de 2018, foram revistas em 5 de janeiro de 2023 e constituem o referencial para o ensino de Português no Ensino Básico. Apesar de a estrutura ser muito semelhante, há algumas diferenças, nomeadamente ao nível da nomenclatura, encontrando-se subdividida em quatro domínios: Oralidade, Leitura-Escrita, Educação Literária e Gramática. Em cada domínio são definidos os conhecimentos, capacidades e atitudes a desenvolver pelos alunos, encontrando-se igualmente as colunas referentes às ações e estratégias a desenvolver pelo professor e a articulação com as áreas de competência do PASEO.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS ESSENCIAIS (AE)

ORGANIZADOR Domínio	AE: CONHECIMENTOS, CAPACIDADES E ATITUDES O aluno deve ficar capaz de:	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE ENSINO ORIENTADAS PARA O PERFIL DOS ALUNOS (Exemplos de ações a desenvolver na disciplina)	DESCRIPTORES DO PERFIL DOS ALUNOS	
ORALIDADE	<p>Compreensão</p> <p>Saber escutar para interagir com adequação ao contexto e a diversas finalidades (nomeadamente, reproduzir pequenas mensagens, cumprir instruções, responder a questões). Identificar informação essencial em textos orais sobre temas conhecidos.</p>	<p>Expressão</p> <p>Utilizar padrões de entoação e ritmo adequados na formulação de perguntas, de afirmações e de pedidos. Pedir a palavra e falar na sua vez de forma clara e audível, com uma articulação correta e natural das palavras. Exprimir opinião partilhando ideias e sentimentos.</p>	<p>Promover estratégias que envolvam:</p> <ul style="list-style-type: none"> compreensão de textos em diferentes suportes audiovisuais para <ul style="list-style-type: none"> desenhar, registar e parafrasear adquirir diferentes padrões de entoação e ritmo; distinguir diferentes situações comunicativas (por exemplo, contar uma história, pedir/dar informações); avaliar discursos tendo em conta a adequação à situação de comunicação; simulação de diferentes papéis interacionais em jogos dramáticos que envolvam situações e finalidades comunicativas diversas (por exemplo, 	<p>Comunicador (A, B, D, E, H)</p> <p>Conhecedor/sabedor/ culto/informado (A, B, G, I, J)</p> <p>Sistematizador/organizador (A, B, C, I, J)</p> <p>Respeitador da diferença/ do outro (A, B, E, F, H)</p>

Figura 52: Estrutura das AE de Português
(Retirado de DGE, 2023, p. 6)

A Base Nacional Comum Curricular constitui o documento de orientações curriculares para a Educação Básica brasileira: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Este documento define as aprendizagens essenciais e dez competências gerais que os alunos devem desenvolver ao longo de toda a Educação Básica. O Ensino Fundamental encontra-se organizado em cinco áreas do conhecimento, sendo que cada uma delas estabelece as competências específicas de área, as quais explicitam a forma como as competências gerais se materializam nessas áreas.

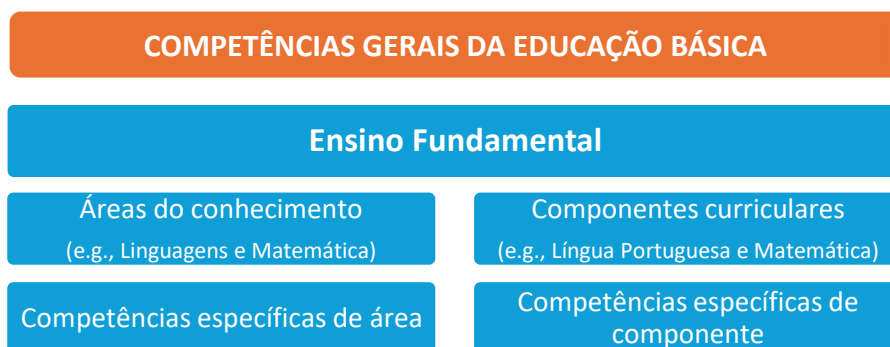


Figura 53: Estrutura da Base Nacional Comum Curricular
(Fonte: autora)

A área de Matemática é composta pela componente de Matemática, subdividida em Anos Iniciais (1.º ao 5.º ano) e Anos Finais (6.º ao 9.º ano). Na componente de Matemática são definidas oito competências específicas a articular com as competências gerais para o ensino básico. Os conteúdos encontram-se distribuídos por cinco unidades temáticas (Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística) com os

respetivos objetos de conhecimento, para os quais são definidas as habilidades a desenvolver.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Números	Contagem de rotina Contagem ascendente e descendente Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações	(EF01MA01) Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação.
	Quantificação de elementos de uma coleção: estimativas, contagem um a um, pareamento ou outros agrupamentos e comparação	(EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos. (EF01MA03) Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 20 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”.

Figura 54: Estrutura da área de Matemática

(retirado de: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/matematica-no-ensino-fundamental-anos-iniciais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>)

A área de Linguagens, à semelhança da área de Matemática, encontra-se subdividida em Anos Iniciais e Anos Finais e é composta pelas componentes de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa (no Ensino Fundamental – Anos Finais), para as quais são definidas seis competências específicas. Na componente de Língua Portuguesa são definidas dez competências específicas. São também definidos campos de atuação: Campo da vida quotidiana, Campo Artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa e Campo da vida pública. Nos anos iniciais esta componente está estruturada em quatro eixos: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta e Produção de Textos. Tanto estes eixos como os respetivos objetos de conhecimento não se encontram propriamente distribuídos ano a ano, mas articulados em grupos, que podem ser constituídos pelos anos todos ou só por dois anos (e.g., práticas de linguagem - do 1.º ao 5.º ano e práticas de linguagem – do 1.º ao 2.º ano), para os quais estão definidas as respetivas habilidades.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

O currículo de português e de matemática em Portugal e no Brasil

LÍNGUA PORTUGUESA – 1º AO 5º ANO

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO		
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.
	Estratégia de leitura	(EF15LP02) Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas. (EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos. (EF15LP04) Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.

Figura 55: Estrutura da componente de Língua Portuguesa
(Retirado de <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/lingua-portuguesa>)

Após a análise da estrutura de cada um dos documentos curriculares de Portugal e do Brasil, para Matemática e Português/Língua Portuguesa, passaremos a descrever a análise comparativa efetuada aos documentos, sintetizada nas Tabelas 11 e 14. Estas tabelas representam o que mais se salienta em cada um dos documentos curriculares, não representando a análise comparativa em pormenor. Há muitos aspetos em comum, sendo menos aqueles que os distinguem.

Tabela 11: Análise comparativa das AE e da BNCC para Matemática
(Fonte: autora)

	Aprendizagens Essenciais (AE) de Matemática (1.º ao 4.º ano)	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Matemática no Ensino Fundamental: Anos Iniciais (até ao 4.º ano)
Global	<ul style="list-style-type: none"> – Tema específico “Capacidades Matemáticas”, que inclui Resolução de problemas, Raciocínio matemático, Pensamento computacional, Comunicação matemática, Representações matemáticas e Conexões matemáticas, transversal ao 1.º ciclo. – Ênfase nas representações múltiplas, nas estimativas e justificações. – Abordagem em espiral, retomando os conceitos anualmente com maior profundidade e formalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> – A medida é abordada separadamente da Geometria, constituindo uma Unidade Temática própria designada “Grandezas e Medidas”. – Foco na dimensão histórica e cultural local.
	<ul style="list-style-type: none"> – Ênfase na importância da matemática, na educação financeira e na cidadania. – Valorização das conexões entre os diferentes temas matemáticos com outras áreas do saber. – Incentivo ao gosto pela matemática, à aprendizagem com significado e ao trabalho entre pares. – Importância da articulação de conteúdos para permitir o desenvolvimento de uma visão coerente e integrada da Matemática. – Destaque para o uso de materiais manipuláveis e de ferramentas tecnológicas. – Valorização da resolução de problemas, comunicação e da argumentação. 	
Números	<ul style="list-style-type: none"> – Centralidade no desenvolvimento do sentido de número e do cálculo mental. – Os alunos exploram números até 1 000 000. – Ênfase na compreensão e nas estratégias de cálculo mental ou escrito desde o 1.º ano. – Os algoritmos formais são introduzidos a partir do 3.º ano. – Algoritmos da adição e subtração com números decimais, no 4.º ano. – O trabalho com frações inicia-se no 2.º ano. – Os números racionais e as percentagens surgem no 4.º ano. 	<ul style="list-style-type: none"> – Foco na leitura, escrita e comparação de números. – Destaque para o sistema monetário e para a Educação Financeira desde o 1.º ano (troco, consumo ético). – Números naturais até 1 000 no 3.º ano e atingem 10 000 no 4.º ano. – Ênfase no cálculo mental a partir do 2.º ano. – Os algoritmos são introduzidos no 4.º ano de forma explícita, mas há referência a “procedimentos convencionais” no 3.º ano. – O trabalho com frações inicia-se no 4.º ano. – Os números racionais surgem no 4.º ano associados ao dinheiro.
Álgebra	<ul style="list-style-type: none"> – Foco no desenvolvimento do Pensamento Algébrico. – Centralidade no reconhecimento de regularidades, generalização e uso de modelos matemáticos para fazer previsões. – No 4.º ano introduz-se o uso de letras para representar variáveis e quantidades desconhecidas. – Uso de algoritmos alternativos (egípcio e gelosia) para estudar as propriedades das operações. 	<ul style="list-style-type: none"> – Foco no trabalho com padrões, sequências recursivas e identificação de elementos ausentes numa sequência. – Organização por atributos (cor, forma e medida) – Propriedades do zero trabalhadas em Números.

(continuação)		
	Aprendizagens Essenciais (AE) de Matemática (1.º ao 4.º ano)	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Matemática no Ensino Fundamental: Anos Iniciais (até ao 4.º ano)
Dados/Probabilidade e Estatística	<ul style="list-style-type: none"> – Os alunos participam em todas as fases de um estudo, desde a formulação de questões até à divulgação dos resultados. – Ênfase na leitura e interpretação de gráficos e infográficos reais retirados da comunicação social e de bases de dados como o Pordata Kids. – O raciocínio probabilístico é introduzido no 3.º ano, evoluindo de conceitos como "certo/impossível" para escalas de probabilidade no 4.º ano (impossível, improvável, igualmente provável, provável, certo). – Foco na natureza das questões (qualitativas vs. quantitativas discretas) e na análise crítica. – Introdução de Diagramas de Carroll (2.º ano) e de Caule-e-Folhas (3.º e 4.º ano). 	<ul style="list-style-type: none"> – Comparação de pesquisas para melhor compreensão da realidade envolvente. – Introdução da classificação de eventos de acaso (certeza/impossibilidade) no 1.º ano. – Listas, tabelas e gráficos de colunas simples (1.º ano) e agrupadas e pictóricos (4.º ano). – Especifica o tamanho da amostra (universo de 30 a 50 elementos) e ao número de variáveis (até 3). – Foco na compreensão dos aspetos da realidade sociocultural significativos.
Geometria e Medida/Grandezas e Medidas	<p>Geometria e Medida num único tema.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Foco na visualização espacial, na orientação (itinerários, vistas, plantas) e no contacto com formas no espaço e no plano. – Introdução da estimativa de áreas por enquadramento. – Introdução das transformações geométricas e as isometrias (reflexão e rotação) são trabalhadas de forma dinâmica. – Trabalho com grandezas e introdução da educação financeira, onde os alunos aprendem a elaborar orçamentos e a gerir saldos. 	<p>Separação em dois temas distintos: Geometria e Grandezas e Medidas</p> <ul style="list-style-type: none"> – Introdução da grandeza temperatura (graus Celsius) no 4.º ano. – Foco no reconhecimento de atributos, nomenclaturas e medições práticas. – Resolução de problemas de compra e venda com descontos, ligados à vida real. – Introduz no 1.º ano o sistema monetário brasileiro. – Introduz o cm³ no 2.º ano, no âmbito do estudo das medidas de capacidade.

A análise da estrutura dos documentos curriculares de matemática, português e brasileiros, revelou uma estrutura idêntica, embora com algumas alterações (Figura 56). A maior diferença encontra-se nos documentos curriculares portugueses, as Aprendizagens Essenciais (AE), que apresentam o tema “Capacidades Matemáticas” como uma unidade diferenciada. Salienta-se, ainda, que o Currículo Paulista (CP) e o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) mantiveram a mesma estrutura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) fez algumas alterações. No entanto, as alterações identificadas na estrutura dos documentos prendem-se com a terminologia e com o desdobramento ou integração entre dois Temas/Unidades Temáticas. Salienta-se, ainda, o destaque dado às oito competências específicas, pelo DCRB, que as inclui em todas as Unidades Temáticas, ao longo do documento.

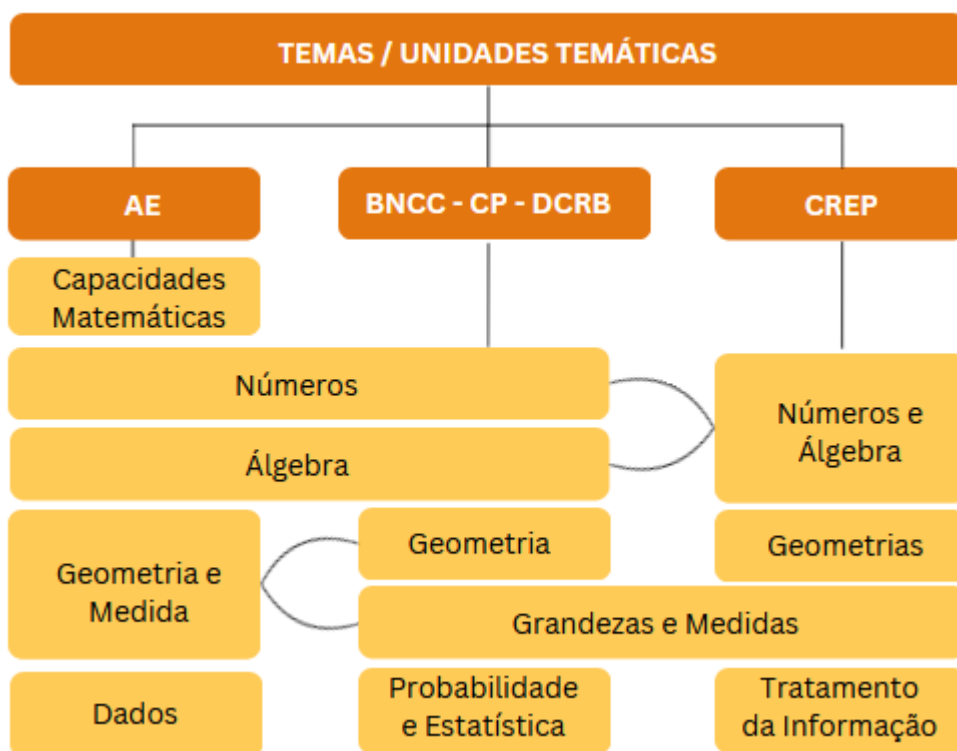


Figura 56: Estrutura dos documentos curriculares de matemática português e brasileiros
(Fonte: autora)

Em termos globais, podemos dizer que os documentos curriculares que definem a matemática a ser aprendida nos primeiros quatro anos de escolaridade, em Portugal e no Brasil são muito idênticos, distinguindo-se principalmente no ano de escolaridade em que

alguns conteúdos são inseridos e na ausência de outros, bem como numa maior orientação metodológica por parte das AE.

No que concerne a “Números”, em Portugal os alunos iniciam mais cedo o trabalho com números de maior grandeza, com frações e com maior formalismo no trabalho com números racionais, sendo que as AE também antecipam o conceito de paridade. A BNCC antecipa a contagem crescente e decrescente. Ao nível das ausências, na BNCC destaca-se o trabalho com arredondamentos, algoritmos da adição e subtração com números decimais, o trabalho com números acima da dezena de milhar e os números ordinais. Nas AE está ausente as relações de igualdade em “Números”, mas é referida logo no 1.º ano em “Álgebra”.

Relativamente ao Tema/Unidade Temática “Álgebra”, as AE especificam a identificação do grupo de repetição numa sequência e introduzem o uso de letras (incógnita) para resolver problemas, bem como o recurso a algoritmos alternativos, como o egípcio e a gelosia, para trabalhar as propriedades das operações. Antecipam o estudo de sequências, nomeadamente das sequências de repetição, de crescimento e formadas por múltiplos de um número. Relativamente à BNCC verifica-se que as propriedades do zero são trabalhadas na Unidade Temática “Números” e a noção de equivalência é abordada relativamente ao sistema monetário.

Passando ao Tema/ Unidade Temática “Dados” / “Probabilidade e estatística”, verifica-se que a BNCC antecipa a noção de acaso, bem como a classificação de eventos que envolvem o acaso. Aborda o espaço amostral, especifica o tamanho da amostra (universo de 30 a 50 elementos) e o número de variáveis e salienta a compreensão dos aspetos da realidade sociocultural e de cidadania. Quanto às AE, estas priorizam a participação do aluno em todas as fases de um estudo, como um investigador, desde a formulação de questões até à divulgação dos resultados, interna e externamente à escola. Antecipam a análise de pictogramas e introduzem os Diagramas de Carroll de Caule e Folhas, bem como a medida de tendência central (Moda) e os valores extremos de um conjunto de dados (mínimo e máximo). As AE também salientam aspetos ligados à sustentabilidade, sugerindo a análise crítica de infográficos complexos, bem como de gráficos divulgados pelos *media* e a consulta de bases de dados de entidades credíveis (fontes secundárias).

No que concerne ao estudo de objetos geométricos e de grandezas e medidas, as AE condensam esse estudo num Tema designado “Geometria e Medida” enquanto a BNCC o separa em duas Unidades Temáticas distintas: “Geometria” e “Grandezas e Medidas”. Neste campo de estudo, tanto as AE como a BNCC enfatizam o recurso a tecnologias digitais e à ligação com o meio envolvente. Verifica-se que a BNCC antecipa o estudo do sistema monetário e o cm^3 , bem como de outras unidades de medida padronizadas. A BNCC também introduz o grau Celsius. Relativamente às AE, estas antecipam o conceito de ângulo, introduzem o conceito de amplitude e sentidos de uma rotação, as estimativas de área por enquadramento e estimativas por arredondamento ligadas ao dinheiro.

Atendendo à dimensão do Brasil e à sua organização política em estados, que dá autonomia para que cada estado elabore o currículo adequado ao seu contexto, foram também selecionados para análise os currículos dos estados de São Paulo (Sudeste), Bahia (Nordeste) e Paraná (Sul), atendendo a que correspondiam aos estados e regiões mais populacionais. Este critério utilizado para a seleção dos estados é consentâneo com os resultados de um estudo sobre a diáspora científica brasileira em Portugal (Oltramari, 2025), realizado em 2024 e 2025, onde os participantes eram maioritariamente da região do Sudeste, principalmente dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, seguidos das regiões do Nordeste e do Sul. Atendendo à proximidade temporal do levantamento efetuado, os dados registados por Oltramari (2025) podem sugerir que haja atualmente, de forma similar, uma prevalência de alunos dessas regiões nas escolas portuguesas.

Ao nível dos conteúdos, verifica-se que no CREP são, por vezes, ampliados ou sintetizados os objetos de conhecimento propostos na BNCC. Este currículo é o que mais se diferencia da BNCC com a introdução de aspetos ligados à história da matemática e à utilização de textos (leitura e escrita) em contexto de conteúdos matemáticos, bem como com a antecipação (e.g., dobro, metade, vértices, arestas) e introdução de novos conteúdos (dezena, dúzia, números ordinais, frações equivalentes, conversões).

O currículo de São Paulo e da Bahia assemelham-se à BNCC, fazendo apenas alterações muito pontuais.

Ao nível dos documentos curriculares português e brasileiros, de Português/Língua Portuguesa, há algumas diferenças no modo como se encontram estruturados, bem como

na nomenclatura utilizada para definir Domínios e Práticas de Linguagem (Tabela 12). A BNCC define para os anos iniciais (do 1.º ao 5.º ano) quatro campos de atuação: Campo da vida cotidiana, Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo da vida pública. Também define dez competências específicas.

*Tabela 12: Estrutura dos documentos curriculares de Português/Língua Portuguesa
(Fonte: autora)*

CURRÍCULO DE PORTUGUÊS/LÍNGUA PORTUGUESA			
AE - DOMÍNIOS	BNCC – PRÁTICAS DE LINGUAGEM		
1.º ao 4.º	1.º ao 5.º	1.º e 2.º	3.º ao 5.º
Oralidade	Oralidade	Oralidade	Oralidade
Leitura-Escrita	Leitura/escuta	Leitura/escuta	Leitura/escuta
	Produção de texto	Escrita	Produção de texto
Gramática		Análise linguística/semiótica (alfabetização)	Análise linguística/semiótica (ortografiação)
Educação Literária			

Nas AE, a Educação Literária aparece como um domínio distinto, com conteúdos muito relacionados com o Plano Nacional de Leitura, enquanto na BNCC esses conteúdos encontram-se distribuídos pelas Práticas de linguagem de Leitura/escuta, Escrita e Produção de texto.

A estrutura dos currículos brasileiros também difere, estando as Práticas de linguagem e respectivas Habilidades distribuídas pelos anos de escolaridade da seguinte forma:

- BNCC – articulação do 1.º ao 5.º ano; 1.º e 2.º; 3.º ao 5.º;
- CP – específicas para cada ano e articulação do 1.º e 2.º; 1.º ao 5.º; 3.º ao 5.º;
- DCRB - específicas para cada ano;
- CREP – específicas para cada ano e por trimestre (Figura 57).

CURRÍCULO DA REDE ESTADUAL PARANAENSE - LÍNGUA PORTUGUESA – 1.º ANO – ENSINO FUNDAMENTAL

CAMPOS DE ATUAÇÃO	PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	CÓDIGOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO(S)	1º TRI.	2º TRI.	3º TRI.
Todos os Campos de Atuação	Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Pontuação	PR.EF01LP14.a.1.13	Identificar e utilizar, de forma gradativa, outros sinais no texto além das letras, como pontos finais, de interrogação e exclamação e seus efeitos na entonação, percebendo, gradativamente, que esses sinais contribuem para a produção de sentido dos textos.	Pontuação.	X	X	X

Figura 57: Extrato do CREP (Retirado de CREP, 2018)

A BNCC, apesar de identificar habilidades para um agrupamento de anos, também distingue habilidades específicas para cada ano, dentro desses agrupamentos (Figura 58). Por conseguinte, o currículo do estado de São Paulo assemelha-se muito à estrutura da BNCC.

HABILIDADES	
1º ANO	2º ANO
(EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página.	
(EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.	
(EF12LP02) Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.	
(EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/ grafemas que representem fonemas.	
(EF01LP03) Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças.	(EF02LP01) Utilizar, ao produzir o texto, grafia correta de palavras conhecidas ou com estruturas silábicas já dominadas, letras maiúsculas em início de frases e em substantivos próprios, segmentação entre as palavras, ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação.

*Figura 58: Habilidades da BNCC para 1.º e 2.º ano de Língua Portuguesa
(Retirado de BNCC, 2018)*

Apesar desta diferença estrutural, os currículos brasileiros são muito similares, na medida em que os documentos elaborados pelos estados da Bahia, de São Paulo e do Paraná baseiam-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Pode referir-se que o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) dá mais ênfase às questões ligadas à sua culturalidade e especificidades identitárias da região e contém a identificação das competências específicas a trabalhar em cada uma das habilidades (Figura 59).

1º ANO			
CAMPO DE ATUAÇÃO: TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO			
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	1, 2, 3	Protocolos de leitura	(EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página.
Escrita (compartilhada e autônoma)	2	Correspondência fonema-grafema	(EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas.

Figura 59: Extrato do DRCB (Retirado de DRCB, 2020)

Tal como já referido na análise efetuada ao currículo de matemática, o currículo do estado do Paraná (CREP) contém orientações pedagógicas adicionais (Tabela 13), bem como os conteúdos.

Tabela 13: Habilidades para o 1.º e 2.º ano na BNCC e no CREP

BNCC 1.º ano	(EF01LP05) Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.
CREP 1.º ano	PR.EF01LP05.a.1.05 Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação, em alguns casos, dos sons da fala, para apropriação gradual do sistema da escrita, de modo a compreender a importância do sistema de escrita alfabética para a comunicação.
BNCC 1.º e 2.º ano	(EF12LP01) Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.
CREP 1.º e 2.º ano	PR.EF12LP01.a.1.15 Ler, com a mediação do professor, palavras novas com precisão na decodificação; no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização, adquirindo progressivamente fluência na leitura de palavras e textos de diferentes gêneros discursivos, com gradativa identificação de elementos da intencionalidade e da situacionalidade.

Os currículos analisados têm a preocupação de fazer referência ao código definido pela BNCC, para cada Habilidade, bem como de distinguir/destacar as alterações que o estado faz, quer pela introdução de letra identificativa (o CREP introduz a letra "a" para representar "alteração"), colocando asteriscos (CP) ou maiúsculas para desdobrar Habilidades (DCRB).

Tabela 14: Análise comparativa das AE e da BNCC para Português/Língua Portuguesa
(Fonte: autora)

	Aprendizagens Essenciais (AE) de Português para o 1.º Ciclo	Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Língua Portuguesa no Ensino Fundamental: Anos Iniciais
Global	<ul style="list-style-type: none"> – Ênfase na educação literária, em particular no património literário português – Destaque para a fruição estética da língua. – Aprofundamento contínuo das capacidades, ao longo dos anos. – Orientações metodológicas específicas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Destaque do campo da vida quotidiana, com géneros mais familiares aos alunos (e.g. cantigas de roda, receitas, regras de jogos). – Ensino da leitura e da escrita centrados no contexto social local. – Objetos de conhecimento e habilidades organizados por campos de atuação (Campo da vida cotidiana, Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo da vida pública).
Oralidade	<ul style="list-style-type: none"> – Valorização das regras de comunicação e respeitar os papéis específicos de cada interlocutor (saber pedir e tomar a palavra, respeitando o tempo de palavra dos outros). 	<ul style="list-style-type: none"> – Reconhecimento e valorização das particularidades regionais, urbanas e rurais da fala, como parte integrante da diversidade de grupos regionais ou culturas locais, evitando preconceitos linguísticos.
Gramática Análise Linguística/Semiótica	<ul style="list-style-type: none"> – Progressão dos conteúdos formais: classes de palavras, funções sintáticas e relações gramaticais. – Foco na norma padrão oral e escrita. – Introdução do conceito de quantificador numeral. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os 1.º e 2.º ano está focado na alfabetização. – Introdução no 3.º ano da análise linguística e notação da escrita, como pontuação e acentuação e introdução das classes morfológicas de palavras. – Introdução da Semiótica (análise de <i>memes</i>, <i>gifs</i>).
Educação Literária Leitura/ Escuta	<ul style="list-style-type: none"> – Tratamento deste domínio como um domínio próprio. – Ênfase na relação afetiva produzida pelos textos – Referência ao digital, mas com foco na literatura mais clássica. 	<ul style="list-style-type: none"> – Trabalha a literatura integrada no campo artístico-literário. – Ênfase na cultura digital com a análise crítica do discurso dos <i>media</i>.
Leitura/ Escrita Produção de	<ul style="list-style-type: none"> – Ênfase na estrutura formal (frase simples para complexa, parágrafos, discurso direto/indireto). – Foco no domínio gramatical aplicado à escrita de relatos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Introdução da utilização de programas de edição de texto. – Foco na diversidade de géneros textuais ligados ao quotidiano.

Ao nível do currículo para o ensino da língua, não se verificam diferenças substanciais entre as AE e a BNCC, sendo as maiores diferenças relacionadas com diferentes ênfases dadas ao modo de aprender a língua. As AE estão mais ligadas aos aspetos formais da aprendizagem da língua, com relevo para a educação literária, a BNCC dá mais ênfase ao uso de tecnologias digitais e à diversidade textual, com destaque para a aplicabilidade da língua no quotidiano. Apesar de as diferenças curriculares não serem substanciais, as notícias e os relatos de entrevistas presentes em dissertações revelam a perceção de que o ensino em Portugal é mais exigente, bem como alguma dificuldade dos alunos brasileiros no acesso ao currículo português, como se pode observar nos seguintes excertos de investigações e notícias:

I-M_25_2019 - *“Sim, aqui é mais avançada a escola. ” (Trecho da Entrevista P2) “A matéria do quarto ano é difícil para mim, porque aqui... o nosso ensino no Brasil é um pouquinho mais ... meio ruinzinho, mais ou menos, sabe? Aqui eles aprendem frações no segundo ano, tipo... não sei muita coisa” (Trecho da Entrevista P8). “Matéria é mais difícil, claro. Eu conhecia mais gente no Brasil, era mais fácil eu interagir com as pessoas. Eu falava a mesma língua. ” (Trecho Entrevista P9) “A escola daqui é mais avançada. O sotaque que eu já falei, e o mesmo sotaque fica no papel.” (Trecho entrevista P10) (Almeida, 2019, p. 30)*

N_30-08-2025 - *Minha mãe, que é professora, quando veio nos visitar, viu os livros escolares da Antonia e achou que o conteúdo era melhor do que os dos meus sobrinhos que estudam em uma das três melhores escolas particulares de Porto Alegre (Nunes & Antunes, 2025)*

Numa análise comparativa entre os currículos do Brasil e de outros países, nomeadamente a Finlândia, Tófolo et al. (2026) verificaram que o currículo que garante a equidade e a integração é aquele onde os alunos obtêm um maior sucesso de qualidade. Por conseguinte, os autores consideram primordial que o currículo seja flexível e atenda às necessidades e realidades específicas, quer dos alunos, quer das realidades regionais e mundiais. Relativamente à análise efetuada aos documentos curriculares, foi possível verificar a preocupação com a adequação do currículo às necessidades do aluno e às realidades próximas. Contudo, como refere Soares (2013)

a concessão de equivalência não implica uma semelhança integral de currículos e conteúdos programáticos entre os correspondentes anos de escolaridade e que o passado escolar dos alunos estrangeiros é quase sempre desconhecido, logo os

conteúdos e atividades do processo ensino/aprendizagem, o que geralmente costumam fazer é tornar homogêneo o que tem caráter heterogêneo. (p. 98)

Relativamente ao ensino da matemática de grupos minoritários, Moreira (2003) também refere que a diferença entre os conteúdos matemáticos e as abordagens metodológicas do currículo português e os dos países de origem das crianças tem impacto na sala de aula e na aprendizagem dos alunos, na medida em que a repetição ou omissão de conteúdos pode condicionar o seu desempenho e/ou motivação.

A compreensão da língua do país de destino é também outro fator condicionador do sucesso educativo dos alunos migrantes. Em Portugal, o currículo de matemática pretende que as crianças leiam e interpretem informações e formulem conjecturas a partir da interpretação de dados, o que requer grandes competências linguísticas (Moreira, 2003). Consequentemente, há uma forte ligação entre vários aspetos do currículo, nomeadamente as diferenças entre os currículos dos países de origem e de destino, interligados com o conhecimento da língua.

A atenção dada ao conhecimento da língua não deve restringir-se aos migrantes cuja língua nativa não é o português, pois as particularidades do português falado noutros países de língua oficial portuguesa podem igualmente condicionar a boa integração dos alunos e o seu sucesso educativo, como podemos constatar pelos seguintes excertos:

I-M_25_2019 - *Grande parte dos participantes entrevistados alegaram que atualmente se habituaram à língua, que por mais que portugueses e brasileiros tenham como língua materna o português, esta possui variantes, que inicialmente foram um obstáculo para a compreensão e interação com as crianças portuguesas, mas que hoje esse obstáculo está sanado* (Almeida, 2019, p. 34)

I-M_25_2019 - *“Matéria é mais difícil, claro. Eu conhecia mais gente no Brasil, era mais fácil eu interagir com as pessoas. Eu falava a mesma língua.” (Trecho Entrevista P9) “A escola daqui é mais avançada. O sotaque que eu já falei, e o mesmo sotaque fica no papel.” (Trecho entrevista P10)* (Almeida, 2019, p. 30)

IV. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados quase ao fim do processo investigativo, dedicamos esta última parte à apresentação das principais conclusões do estudo, norteadas pelo objeto de estudo e pelas respectivas questões de investigação. Lembramos que com este estudo pretendíamos compreender que políticas bilaterais suportam os processos de equivalências e de integração curricular a alunos brasileiros e que constrangimentos e desafios esses processos colocam às escolas portuguesas e à formação dos alunos. Para alcançar este desígnio foram elaboradas as seguintes questões de investigação:

- De que forma se encontra estruturado o processo de equivalência dos alunos imigrantes?
- Que políticas bilaterais suportam os processos de equivalências a alunos brasileiros?
- Que diferenças e/ou similaridades existem entre os currículos da disciplina de matemática, brasileiro e português, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade?
- Que diferenças e/ou similaridades existem entre os currículos da disciplina de português, brasileiro e português, para alunos dos 6 aos 9 anos de idade?
- Que constrangimentos e desafios as políticas de equivalências e de integração curricular podem causar às escolas e à formação dos alunos?

Com base neste pressuposto, apresentaremos nesta parte as conclusões desta investigação. Também nos propomos a tecer algumas considerações, nomeadamente no que concerne às limitações do estudo, bem como sugerir temas para futuras investigações que possam vir a complementar o estudo desenvolvido.

1. Conclusões do estudo e algumas considerações

Ao longo deste estudo foi possível verificar que os processos de globalização provocam algumas tensões no campo político-educativo e social, conduzindo as sociedades, tendencialmente, para uma homogeneização, em busca de resultados e da sua mensuração, o que leva à necessidade de repensar o papel da nacionalidade e identidade cultural. Também se intensifica o debate político, social e acadêmico acerca da diversidade, da multiculturalidade e da interculturalidade, bem como a sua influência na escola.

Defendendo a educação para a interculturalidade, Carneiro (2009), aborda a necessidade de educar a apreciação do mundo e dos outros. Efetivamente, a escola não pode fechar-se sobre si mesma quando a sociedade se abre cada vez mais, tendo, sim, o desígnio de contribuir para que essa abertura seja produtora de cidadãos mais tolerantes, compreensivos e respeitadores da diversidade cultural, promovendo a interculturalidade. As lideranças escolares têm um papel fundamental, nestes processos de interculturalidade, pela forma como conduzem o inter-relacionamento entre os diferentes atores, sejam professores, alunos ou famílias. Discute-se, então, o papel da escola na comunidade e da comunidade na escola, numa perspetiva de diversidade cultural. Perante um grande aumento de alunos e famílias migrantes, urge que a escola cumpra o seu papel integrador e facilitador da congregação de saberes e da promoção dos valores defendidos pela UNESCO, no seu guia no âmbito da educação intercultural. Duarte (2002) considera necessário fazer mudanças na escola para fazer face à transformação social, salientando que esta

precisa saber se articular com outros espaços sociais políticos e econômicos [...] explorar novas lógicas, outras interrogações, alargar horizontes e dirigir-se a novos espaços sociais, onde sejam possíveis a inclusão de outros atores na tarefa educativa [...] para que se torne um espaço onde possamos realizar nossa natureza pessoal e social em sua expressão máxima. (p. 117)

As políticas educativas têm vindo a adequar-se aos processos de transformação das sociedades, onde os crescentes fluxos migratórios conduzem a uma crescente

diversificação cultural. Os normativos emanados pela tutela procuram orientar as escolas nos processos de matrícula, equivalência e integração dos alunos estrangeiros, num caminho percorrido, desde o fim do Estado Novo, marco de um processo de viragem nas preocupações do estado para com os imigrantes (Mateus & Seabra, 2016).

Portugal tem vindo a receber um número cada vez maior de imigrantes, o que se traduz num aumento de alunos estrangeiros no sistema educativo português. Desses alunos, a grande maioria é proveniente do Brasil, constituindo a comunidade brasileira a maior comunidade de estrangeiros em Portugal. Contudo, a multiculturalidade está cada vez mais presente nas sociedades, em geral, sendo que a escola será, provavelmente, o local onde essa multiculturalidade mais se faz sentir. A matrícula de alunos de nacionalidade estrangeira é uma realidade muito presente nos agrupamentos de escola, que já contam com várias dezenas de nacionalidades.

Apesar de as investigações levadas a cabo contribuir para um melhor conhecimento da integração dos alunos imigrantes nas escolas portuguesas, pareceu-nos que, no caso dos alunos brasileiros, haveria necessidade de investir numa melhor compreensão das políticas brasileiras e portuguesas que sustentam os processos de equivalência, bem como no conhecimento mais aprofundado do currículo brasileiro e das diferenças e similaridades face ao currículo português. O estudo documental realizado poderá ser mais um contributo para a compreensão de como se processa essa integração e ajudar a conduzir todo o processo de equivalência e integração dos alunos brasileiros nas escolas portuguesas.

A análise efetuada às notícias permitiu identificar nos anos de 2024 e 2025 a intensificação dos assuntos relacionados com a integração dos migrantes, com os processos de regularização e obtenção dos vistos de residência, mas também com a discriminação e criminalidade, o que vai ao encontro da perceção que tínhamos relativamente às notícias que recebíamos diariamente através das redes sociais e dos *media*. Estas análises permitem dar uma contextualização de âmbito social, que ilustra, de alguma forma, a preocupação da sociedade com o aumento de migrantes na população portuguesa. O discurso político também se encontra muito presente, principalmente dos partidos de extrema-direita, que defendem políticas mais restritivas na entrada de migrantes em Portugal. No entanto, os artigos de jornal são escritos com um propósito específico e para um público e contexto

determinados, pelo que são documentos suscetíveis de serem tendenciosos e subjetivos (Cohen, Manion & Morrison, 2008), carecendo de uma análise cuidada e objetiva.

Os relatórios institucionais de diferentes organismos permitiram uma melhor compreensão ao nível estatístico de questões ligadas à demografia, mas também à caracterização dos migrantes e aos processos de regularização, de asilo, de tráfico e de expulsão. A questão das equivalências também está identificada nestes documentos, mas mais direcionada à equivalência de estudos superiores e menos à questão de equivalência relacionada com a matrícula dos alunos no ensino básico. Contudo, consegue perceber-se o que depois aparece ilustrado nas teses e dissertações e nos *media*: muitos migrantes exercem profissões abaixo das suas qualificações.

Paralelamente à publicação dos relatórios Imigração em Números, o Observatório das Migrações também disponibiliza um grande número de publicações sobre a temática da imigração. Ao nível da investigação, verifica-se interesse pela temática por parte de diferentes áreas de estudo, com maior incidência na Educação, Sociologia e Psicologia, mas também no Direito, Economia e Relações Internacionais. Uma análise a estes estudos permitiu identificar algumas dificuldades ao nível dos processos de matrícula de alunos brasileiros e do seu processo de equivalências (Lopes, 2007; Pereira, 2017; Soares, 2013; Tourinho, 2016), bem como o desfasamento relativamente ao calendário português (Tourinho, 2016). Trata-se de problemáticas de interesse para as escolas, que recebem com cada vez maior frequência alunos estrangeiros ao longo do ano letivo, em particular alunos oriundos do Brasil. Segundo Dronkers, Levels e de Heus (2014), as características dos países de origem e de destino afetam o desempenho escolar dos alunos migrantes, pelo que este é um aspeto a ter sempre em consideração na explicação sobre o sucesso escolar desses alunos.

Segundo Di Bartolomeo e Bonfanti (2014) a realidade migratória tem promovido o debate acerca do papel que os filhos dos imigrantes desempenham no sistema educativo, desencadeando um amplo número de investigações sobre a temática, o que vai ao encontro do que observamos neste estudo. As teses e dissertações analisadas revelaram o interesse da comunidade académica sobre os diversos problemas com que a sociedade e a escola se deparam perante um fluxo tão elevado de migrantes. Uma análise comparativa de teses e

dissertações portuguesas e brasileiras revela que a temática dos alunos migrantes tem estado mais presente, sendo, em ambos os países, focada nos grupos de imigrantes numericamente mais representativos (Kohatsu, Ramos & N. Ramos, 2020), que no caso português são os alunos brasileiros, indo ao encontro dos resultados obtidos na análise efetuada neste estudo. A preocupação da comunidade académica com a temática está também presente na organização de conferências sobre migrantes, que revelam uma maior prevalência em 2025. Conseguimos perceber que o processo de acolhimento e inclusão dos alunos nas escolas é condicionado pela forma como as lideranças conduzem as equivalências e as estratégias de integração curricular. As lideranças desempenham aqui um papel fundamental ao nível das orientações, no cumprimento dos desígnios defendidos pela tutela e na influência de uma liderança partilhada com as estruturas de liderança intermédia. Este é um aspeto também presente nas investigações realizadas, mesmo no que concerne ao processo de matrícula e de equivalência, com relatos de discrepâncias nos modos de atuação. A existência de referências positivas e de escolas empreendedoras no processo de inclusão dos alunos estrangeiros é animador e permite-nos continuar a acreditar numa escola global que respeita a individualidade de cada aluno e valoriza a interculturalidade. Este é também um aspeto interligado na sociedade como um todo. Como refere Nusche (2009), a educação é fundamental para preparar os filhos dos migrantes para a participação no mercado de trabalho e na sociedade, sendo um elemento essencial para o seu sucesso e integração social. A autora salienta ainda que o desenvolvimento pleno do potencial destas crianças é vital para o crescimento económico futuro e para a coesão social nos países da OCDE. Contudo, as investigações realizadas têm evidenciado que em todos os Estados-Membros da União Europeia os filhos dos imigrantes apresentam, em média, um desempenho educativo inferior ao dos filhos dos nativos, independentemente de fatores como o nível escolar, o tipo de escola ou a idade dos alunos. Estas conclusões conduziram a conclusões enraizadas na população de que a concentração de filhos de imigrantes afeta negativamente o desempenho escolar geral (Di Bartolomeo & Bonfanti, 2014). A investigação que levamos a cabo permitiu verificar que as diferenças nos currículos dos países de origem e de destino podem estar também na base de algumas dificuldades. Ao nível do currículo de matemática, embora os currículos português e

brasileiro sejam muito similares, há conteúdos que são antecipados no currículo português. Este desfasamento pode conduzir a algumas das dificuldades identificadas pela investigação.

Outro aspeto que foi possível identificar, e que está muito interligado ao processo de integração dos alunos estrangeiros é a possibilidade de frequência de aulas de PLNM, pois como refere Nusche (2009) “proficiency in the language of instruction is a fundamental determinant of successful education outcomes. Language skills are essential for most learning processes such as listening, reading, writing and interaction with teachers and peers” (p. 26). Contudo, a investigação tem apontado algumas fragilidades na integração dos alunos estrangeiros, principalmente nos alunos cuja língua materna não é o português. Segundo Moreira (2003) “the responsibility for creating conditions to improve the school achievement with respect to the specific problems of a new language acquisition is left to school boards, teachers and families” (p. 3). Este facto remete-nos para a importância das políticas educativas, pois como refere (Schneeweis, 2011) a forma como são conduzidas as políticas públicas, nomeadamente com a oferta de cursos de línguas, mesmo para imigrantes adultos pode influenciar a proficiência linguística dos migrantes.

Relativamente aos alunos brasileiros, a questão linguística não parece ser um problema de maior, embora os relatos de investigações demonstrem dificuldade de os brasileiros entenderem o português de Portugal, relacionadas com diferenças de sonoridade e de significação do mesmo vocábulo. Assim, constata-se que um aspeto que, à partida, parecia ser um não-problema, na realidade é um aspeto a ter em consideração, o que é revelador da complexidade do processo de integração dos alunos migrantes, mesmo daqueles que têm o português como língua materna. Contudo, para estes alunos é apontada a dificuldade inerente ao facto de provirem de um país com um calendário escolar muito desfasado do calendário português (Tourinho, 2016). Como o calendário escolar brasileiro termina em dezembro, os alunos iniciam em janeiro no sistema educativo português, quando a escola portuguesa já terminou o primeiro período letivo, provocando um desfasamento de cerca de três meses de aulas. Cabe às escolas delinear estratégias para o acompanhamento destes alunos, mas nem sempre esse acompanhamento se configura, muitas vezes evocando-se falta de recursos humanos. Por outro lado, a investigação também aponta

alguns aspetos positivos. Por exemplo, segundo Rodrigues (2009), os alunos de origem brasileira referem gostar da escola, apesar de nem sempre se sentirem à vontade, o que revela estarem já integrados. A autora também refere a boa integração dos alunos portugueses com os seus colegas estrangeiros. Por conseguinte, há caminhos que se vão fazendo no sentido da integração e inclusão dos alunos migrantes.

Sendo a política curricular o conjunto de leis e de regulamentações acerca do que deve ser ensinado nas escolas (Pacheco, 2002), era pertinente o seu levantamento e análise para se perceber a evolução da política curricular e para uma melhor compreensão dos currículos atuais objeto de análise. Por conseguinte, o levantamento efetuado permitiu verificar um grande aumento da produção legislativa nos últimos anos, muito relacionado com o aumento de migrantes, mas também com as alterações partidárias no governo português produzidas pelo processo eleitoral. Diferentes ideologias políticas produzem diferentes normativos para dar resposta a essas mesmas ideologias. Recentemente, vivenciámos uma era de muita produção legislativa no sentido de incentivar a entrada e regularização de migrante e, logo de seguida, nova produção legislativa no sentido de regulamentar de forma mais restritiva o acesso ao país e à nacionalidade. As alterações nos normativos legais que regulamentam os processos migratórios e os processos de naturalização e que promoveram também uma maior facilidade à entrada no país e à aquisição da nacionalidade portuguesa, poderão ter conduzido a um maior número de estrangeiros em Portugal, mas por outro lado também levaram à diluição dos estrangeiros na população nacional. Como refere Góis (2022) “na imigração as sucessivas leis de estrangeiros estabeleceram o contexto essencial para a forma, para o volume e, até, para as origens dos imigrantes que Portugal recebeu nas últimas décadas” (p.101). Segundo Mateus e Seabra (2016), Portugal tem sido avaliado positivamente no domínio das políticas de integração. Contudo, como já foi referido, as mais recentes produções legislativas reverteram essa facilidade, criando restrições à entrada de estrangeiros e à aquisição da nacionalidade portuguesa.

Segundo Silva (2025) “uma premissa da qual devemos partir na análise das políticas públicas é a existência de atributos que devem estar sempre presentes, independentemente das opções substantivas, tomadas politicamente e ancoradas ideologicamente. Entre estes atributos destacam-se o planeamento, a monitorização e a

avaliação” (p. 15). Porém, o autor também refere que “uma das fragilidades das políticas públicas em Portugal prende-se precisamente com a secundarização destas dimensões” (p. 15).

A análise realizada à publicação de normativos revela um grande aumento da produção legislativa, envolvendo migrantes, com destaque para os últimos 6 anos, onde já se publicaram mais normativos do que na década passada. Esta produção legislativa enquadra-se maioritariamente na categoria integração (educativa, laboral, cuidados de saúde, entre outros aspetos), seguida das categorias relacionadas com o processo de entrada, saída e vistos de residência, o PLNM, a nacionalidade e as equivalências, refletindo a importância atribuída aos migrantes em Portugal.

A educação é fundamental para o processo de integração dos migrantes (Jacobs & Unterreiner, 2017). Contudo, Pantić et al. (2025) referem que, embora as políticas educativas se enquadrem em políticas mais amplas dos governos, a integração e a educação tendem a ser analisadas separadamente, pelo que os autores elaboraram uma matriz com vista à análise de diferentes parâmetros, como os sistemas de bem-estar social, as estratégias de integração e a inclusão educacional, com vista a uma melhor compreensão das políticas que afetam a experiência escolar dos alunos migrantes. Neste estudo foi possível constatar os diferentes campos de ação que as políticas migratórias e educativas podem abranger, no que concerne à população migrantes e mais precisamente aos alunos migrantes. O conhecimento acerca da complexidade do processo de integração deve, inevitavelmente, conduzir a uma maior atenção política para os diferentes âmbitos da mesma e a tomada de decisões que, atempadamente, possam ser direcionadas para a integração dos alunos migrantes. Este desfasamento curricular, bem como algumas barreiras administrativas nos processos de equivalência foram igualmente identificados por Neves e Martins (2025), concluindo que a integração exige planos mais estruturados e maior mediação cultural.

Como referem Mateus e Seabra (2016), as políticas legisladas nem sempre correspondem às políticas aplicadas. Este aspeto está bem presente nas discrepâncias identificadas pela investigação na atribuição da equivalência no momento da matrícula e poderá estar

também na forma como o currículo é aplicado em sala de aula, o que não foi objeto deste estudo. Pois, como refere Pacheco (2011),

o currículo adquire centralidade, pois não só é conhecimento, como também é um processo que adquire forma e sentido, de acordo com a organização em que se realiza e em função do espaço e tempo em que se materializa. (p. 77)

1.1. Limitações ao estudo e considerações finais

Para uma melhor compreensão do processo de investigação, agora concluído, importa referir algumas das limitações com as quais nos fomos confrontando. Desde logo, a natureza da investigação, de cariz interpretativo, tem sempre implícita a visão e interpretação do investigador, mesmo procurando o maior distanciamento possível. Contudo, outras limitações se apresentaram e que passaremos a descrever.

Em primeiro lugar a dimensão do *corpus documental*. As opções iniciais revelaram-se demasiado ambiciosas para a realização da análise na temporalidade prevista para um estudo de mestrado. O avultado número de notícias sobre migrantes para a cápsula temporal determinada (de 2017 a 2025) levou à necessidade de restringir os documentos dos *media* apenas a um jornal, o mesmo se refletindo na pesquisa de teses e dissertações, circunscritas a três universidades. Apesar de este estudo não ter como objetivo fazer generalizações, a leitura que se pode fazer da realidade fica menos abrangente e, por conseguinte, circunscrita aos dados apresentados. Porém, a investigadora contactou com um maior volume de dados, para além dos apresentados, que também influenciam a sua visão dos factos. Esse é um aspeto que também interferiu na própria categorização, pois como refere Amado (2017) “a interpretação exigida para uma categorização válida será tanto mais penetrante quanto mais o intérprete estiver teoricamente apetrechado para interrogar os dados; com efeito os dados pouco ou nada dizem se o investigador não os souber interrogar” (p. 314). A título de exemplo, podemos referir o interesse da formação de professores pela temática, presente em ações de formação disponibilizadas pelos centros de formação, bem como os documentos e eventos divulgados nos agrupamentos

de escolas sobre o acolhimento de alunos migrantes, não descurando o volume extraordinário de notícias de várias fontes.

Outra limitação prende-se com os próprios documentos analisados. Os relatórios e bases de dados estatísticos permitem-nos ter uma boa percepção dessa realidade, mas têm também as suas limitações, nomeadamente a forma como é feito o levantamento desses dados. O critério de nacionalidade confere um critério jurídico que nem sempre corresponde à naturalidade, não cobre o universo dos imigrantes e pode, até, extravasá-lo (Marques & Martins, 2005) pelo que os imigrantes e seus descendentes já com nacionalidade portuguesa não são abrangidos pelos dados estatísticos, na categoria de estrangeiros, sendo incluídos no universo dos nacionais (Oliveira, 2023). Este facto leva-nos a supor que a comunidade de imigrantes será superior ao estatisticamente apresentado.

A nível internacional não há consenso em relação aos conceitos de “estrangeiro” e “imigrante” (Eurydice, 2019). Por outro lado, nos diferentes sistemas educativos as estatísticas referentes aos alunos migrantes não assentam exclusivamente no critério da nacionalidade, havendo outras categorias que são igualmente contempladas, como o estatuto de residência, a língua materna, o país de nascimento, entre outros (Seabra, Cândido & Tavares, 2023). Assim, os imigrantes que se naturalizam e passam a ser contabilizados como nacionais, constitui uma limitação da análise estatística a ter em conta. Relativamente às notícias divulgadas pelos *media*, estas são elaboradas com um determinado propósito que pode envolver alguma subjetividade, pelo que carecem de análise cuidada. Essa subjetividade e propósito constituem também uma limitação deste estudo.

Relativamente à análise comparativa dos currículos, a análise efetuada com base num currículo prescrito, normativo, oficial, deixa de fora uma conceção mais abrangente de currículo, pois como refere Sacristán (2013) “o currículo deixa de ser um plano proposto quando é interpretado e adotado pelos professores, o que também ocorre com os materiais curriculares (textos, documentos, etc.), autênticos tradutores do currículo como projeto e texto expresso por práticas concretas” (p.26). Ou seja, a análise não abarca o currículo ‘em ação’ (Sacristán, 2000), cingindo-se aos documentos que constituem os referenciais curriculares.

Esta investigação deixa em aberto o currículo em ação, pelo que seria interessante a complementaridade deste estudo com a continuação de uma análise comparativa do currículo em ação para português e matemática, em Portugal e no Brasil.

Outra interrogação que se nos levanta é se haverá diferenças entre a ênfase dada aos migrantes por parte de outros jornais. Como já foi referido, as notícias têm uma intencionalidade que pode variar de jornal para jornal e seria interessante verificar se há uma implicação política implícita.

Referências bibliográficas

- Abdo, C. (2021). *A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/77286>
- Abelha, M.; Seabra, F. & Matos, A. B. (2025). Inclusão de menores não acompanhados numa escola artística: o papel dos líderes intermédios. In A. Mouraz, A., et al. (Org.). *Aqui me Encontro – Estudos de caso* (pp. 105-118). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/20563>
- Abreu, A., & Peixoto, J. (2009). Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospectiva no caso português. *Análise Social*, 719-746. <https://www.jstor.org/stable/41012747>
- ACM (2015). Portugal país de integração (ACM em revista, Vol. 01).
- Afonso, A. J. (2016). Políticas avaliativas e accountability em educação—subsídios para um debate iberoamericano. *Sísifo*, (9), 57-70.
- AIMA (2025). *Relatório de Migrações e Asilo 2024*. AIMA.
- Ainscow, M. (2009). Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada. *Tornar a educação inclusiva*, 1, 11-24.
- Alhinho, L. (2024). Quatro bombeiros e três civis. Quem são as vítimas dos incêndios? *Público*. <https://www.publico.pt/2104515>
- Almeida, A. P. & Borges, I. (2025). AquiMeEncontro em Pegões: o papel do Clube Europeu na integração de alunos migrantes e na construção de experiências de reconhecimento do outro. A. Mouraz, A., et al. (Org.). *AquiMeEncontro: estudos de caso* (pp. 44-58). <http://hdl.handle.net/10400.2/20889>
- Almeida, A. P. (2020). Políticas de integração de crianças refugiadas sírias nas escolas portuguesas... Para além do acolhimento. In Maria Cristina da Silva & Roberto Filizola, org.. (In) *Justiça Social: Demandas da e na Educação*. 57-73. Editora Appris.
- Almeida, C. S. (2019). *A integração de crianças migrantes brasileiras nas escolas do 1º e 2º ciclo em Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho] <https://hdl.handle.net/1822/60689>
- Almeida, L. D. S., Gonçalves, S., Ó, J. R., Rebola, F., Soares, S., & Vieira, F. (2022). *Inovação pedagógica no ensino superior: Cenários e caminhos de transformação*. https://www.cnedu.pt/content/noticias/nacional/Inovacao_Pedagogica_no_Ensino_Superior_Cenarios_e_Caminhos_de_Transformacao.pdf
- Alves, M. G., & Varela, T. (2012). Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada. *Revista Portuguesa de Educação*, 25(2), 35-61. <https://doi.org/10.21814/rpe.3001>
- Alvesson, M., & Sköldbberg, K. (2018). *Reflexive Methodology: New Vistas for Qualitative Research (3rd ed.)*. SAGE Publications.
- Amado, J. (2017). *Manual de investigação Qualitativa em Educação (3ª ed.)*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.

- Amaral, L. F. (2019). *A crise dos refugiados nos media portugueses no século XXI* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. <http://hdl.handle.net/10400.2/9023>
- Anes, M. F. M. (2024). *Acolhimento aos migrantes – Integração das crianças migrantes em contexto escolar* [Dissertação de Mestrado, Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona]. Repositório Científico Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/15123>
- António, A. R. I. (2020). *Que política e planeamento linguístico existe para a integração dos cidadãos oriundos da Venezuela na Madeira?* [Dissertação de Mestrado, Universidade aberta]. <http://hdl.handle.net/10400.2/10081>
- Antunes, R. (2024). Alunos imigrantes nas escolas portuguesas aumentaram 160% em cinco anos, diz OCDE. *Observador*. <https://observador.pt/2024/09/10/alunos-imigrantes-nas-escolas-portuguesas-aumentaram-160-em-cinco-anos-diz-ocde/>
- Ary, D., Jacobs, L., & Sorensen, C. (2010). *Introduction to research in education (8th ed.)*. Belmont (USA): Wadsworth.
- Baganha, M. I., Marques, J. C., & Góis, P. (2009). Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica. *Ler história*, (56), 123-133. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1979>
- Baganha, M., & Gois, P. (1998). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?. *Revista crítica de ciências sociais*, (52-53), 229-280. <https://hdl.handle.net/10316/10903>
- Ball, S. (2001). Diretrizes Políticas Globais e relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem fronteiras*, 1 (2), 99-116.
- Barbosa, M. (2012). Nós e eles: responsabilidade social dos média na construção de uma cidadania culturalmente inclusiva. *Comunicação E Sociedade*, 21, 231–240. [https://doi.org/10.17231/comsoc.21\(2012\).711](https://doi.org/10.17231/comsoc.21(2012).711)
- Barbosa, M. G. (2020). Educação e democracia: do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. *Cadernos de Pesquisa*, 50(177), 759-773. <https://doi.org/10.1590/198053147147>
- Bardin, L. 1979. *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação: um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação* (5.ª ed.). Gradiva.
- Biasutti, M., & Concina, E. (2021). Including migrant students in the primary school: perspectives of Italian principals. *International Journal of Educational Management*, 35(5), 984-999. <https://doi.org/10.1108/IJEM-01-2021-0028>
- Biasutti, N. B. (2020). *Migração de reformados do “Sul-Global” ao “Norte-Global” : Portugal como destino dos reformados brasileiros* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/43274>
- Bisquerra, R. (1989). *Metodos de investigacion Educativa: guia práctica*. Ediciones CEAC.
- Borges, I. (2025). Introdução. In A. Mouraz (org) *AquiMeEncontro - Estudos de caso* (pp. 5-8). Universidade Aberta. <https://doi.org/10.34627/hr77-yg61>
- Botas, D. O. S. (2017). *Histórias que a escola conta: integração de crianças imigrantes no 1ºciclo de escolaridade* [Tese de doutoramento, Universidade aberta]. <http://hdl.handle.net/10400.2/6594>

- Bowen, G. (2009). Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, 9, 27-40. 10.3316/QRJ0902027.
- Cádima, F. R., Figueiredo, A., Azevedo, J., Alvares, M. C., Ormond, M., Azevedo, R., Carvalho, R., Taborda, M. J., Valente, S. & Ferreira, V. S. (2003). *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas nos media*. ACIDI, IP.
- Calixto, T. C. (2024). *A interculturalidade nos manuais de língua portuguesa no 3º ciclo do Ensino Básico em Portugal - uma realidade?* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho] <https://hdl.handle.net/1822/91449>
- Carneiro, R. (2009). A educação intercultural. *Povos e Culturas*, (13), 129-188.
- Carvalho, J. I. S. (2024). *Auto-expatriação e ajustamento cultural: um estudo sobre a comunidade brasileira em Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/93276>
- Charles-Edwards, E., Bernard, A., Rowe, F., & Abel, G. (2025). International migration and development: The changing impact of migration on redistributing global population. *International Migration Review*, 59(2), 850-866. <https://doi.org/10.1177/019791832311175>
- Cohen, L., Manion, L. & Morrison, K. (2008). *Research methods in education*. Routledge.
- Conselho Europeu (2025, 25 de janeiro). *Cronologia – Política de migração e asilo da EU*. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/migration-timeline/>
- Costa, E. G. (2021). As consequências da globalização. Uma revisão sociológica do conceito. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 8(1), 152-169.
- Coutinho, C. P., & Lisbôa, E. S. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação, Vol. XVIII* (1), 5-12.
- Czaika, M., & De Haas, H. (2013). The effectiveness of immigration policies. *Population and development review*, 39(3), 487-508. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2013.00613.x>
- De Haas, H., Czaika, M., Flahaux, M. L., Mahendra, E., Natter, K., Vezzoli, S., & Villares-Varela, M. (2019). International migration: Trends, determinants, and policy effects. *Population and Development review*, 45(4), 885-922. <https://doi.org/10.1111/padr.12291>
- Decreto-Lei n.º 237-A/2006 (2006). *Diário da República n.º 239/2006, 1º Suplemento, Série I de 2006-12-14, (pp. 2–16)*.
- Decreto-Lei n.º 4/2015 (2015). *Diário da República n.º 4/2015, Série I de 2015-01-07*.
- Decreto-Lei n.º 54/2018 (2018). *Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06*.
- Despacho n.º 13170/2009 (2009). *Diário da República n.º 108/2009, Série II de 2009-06-04 (pp. 22467–22473)*.
- Despacho n.º 6605-A/2021 (2021). *Diário da República n.º 129/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-07-06*.

- DGE (2024). *Inclusão de alunos migrantes em meio educativo*. Direção-Geral da Educação. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/EBasico/PLNM/inclusao de alunos migrantes em meio educativo.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/EBasico/PLNM/inclusao_de_alunos_migrantes_em_meio_educativo.pdf)
- DGE (2025). *Noesis: notícias da educação*. Direção-Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/boletim_dge_n101_marco2025.html
- Di Bartolomeo, A., & Bonfanti, S. (2014). Calling into question the link between educational achievement and migrant background. *Robert Schuman Centre for Advanced Studies Research Paper No. RSCAS, 44*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2434478>
- Dias, J. F. (2021). Alunos pobres não são burros, mas a escola não sabe isso. *Público*. <https://www.publico.pt/1958357>
- Dronkers, J., & Korthals, R. A. (2016). Tracking, school entrance requirements and the educational performance of migrant students. In *Education systems and inequalities* (pp. 185-206). Policy Press.
- Dronkers, J., Levels, M. & de Heus (2014). M. Migrant pupils' scientific performance: the influence of educational system features of origin and destination countries. *Large-scale Assess Educ* 2, 3. <https://doi.org/10.1186/2196-0739-2-3>
- Duarte, A. C. G. (2019). *Processos migratórios e formação: aprendizagens experienciais das mulheres brasileiras em Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/41325>
- Duarte, M. B. B. (2002). A escola como organização. *Revista de Ciências Sociais*, 33(1), 110-118.
- Duffy, B. (2010). Análise de dados documentais. J. Bell, *Como realizar um projecto de investigação* (5.ª Ed.), 101 - 115.
- EASNIE (2021). *Apoio à Liderança da Escola Inclusiva – Mensagens políticas*. Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. <https://www.european-agency.org/sites/default/files/SISL%20Policy%20Messages-PT.pdf>
- Enguita, M. F. (2007). A escola, a organização e o seu contexto. In *Educação e Transformação Social* (pp. 117-134). Edições Pedagogo.
- European Schools (2025). *Welcome to the European Schools: A guided tour through the European Schools for new educational staff*. <https://www.eursc.eu/Documents/Welcome-Guide-for-new-Educational-Staff-Edition-2025-v1.pdf>
- Eurostat (2024). *Migration and asylum in Europe – 2024 edition*. Eurostat <https://ec.europa.eu/eurostat/web/interactive-publications/migration-2024>
- Eurostat (2025a). *Eurostat regional yearbook 2025 edition*. Publications Office of the European Union. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-flagship-publications/w/ks-01-25-037>
- Eurostat (2025b). *Migration and asylum in Europe – 2024*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/interactive-publications/migration-2024>

- Eurostat (2025c). *Migration to and from the EU*. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migration to and from the EU](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migration_to_and_from_the_EU)
- Eurostat (2025d). *Returns to third countries up by 13% in Q2 2025*. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/w/ddn-20250930-3>
- Eurostat (2025e). *4.37 million under temporary protection in August*. <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/w/ddn-20251010-1>
- Eurydice (2004). *Integrating Immigrant Children into Schools in Europe*. Eurydice European Unit.
- Eurydice (2019). *Síntese Eurydice. Integração de alunos de origem migrante nas escolas da Europa: Políticas e Medidas Nacionais*. doi:10.2797/76035
- Felipe, L. G. S. (2024). *Cobertura noticiosa da Agência Lusa sobre os imigrantes: representações de uma minoria em crescimento* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Comunicação Social]. <http://hdl.handle.net/10400.21/21513>
- Filhon, A. (2017). Language acquisition and cultural integration. In *Migrant Integration Between Homeland and Host Society Volume 1: Where does the country of origin fit?* (pp. 63-86). Cham: Springer International Publishing.
- Gimeno Sacristán, J. (2010). ¿ Qué significa el currículum?(adelanto). *Sinéctica*, (34), 11-43.
- Góis, P. (2022). Redes, interligações e sistemas migratórios num Portugal europeu e atlântico. *Relações Internacionais*, (75), 087-105. <https://doi.org/10.23906/ri2022.75a06>
- Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES*, (29). <https://doi.org/10.4000/eces.3307>
- Gomes, N. E. (2025). A Contribuição da Supervisão na Implementação de Iniciativas de Acolhimento e Integração de Migrantes e Refugiados nas Escolas Portuguesas: um estudo de caso. In A. Mouraz, A., et al. (Org.). *Aqui me Encontro – Estudos de caso* (pp. 82-97). Universidade Aberta.
- Guimarães, H. M., da Ponte, J. P., Tudella, A. C., Carvalho, J., Santos, L., & Figueiral, L. (2014). Conferência: Evitar o desastre no Ensino da Matemática. *Educação e Matemática*, (126), 3-12.
- Hadjar, A., & Gross, C. (2016). Introduction: Education systems and inequalities. In A. Hadjar & C. Gross (Eds.), *Education Systems and Inequalities* (pp. 1-9). Policy Press. <https://doi.org/10.51952/9781447326113.int001>
- Hausstätter, R. S., & Jahnukainen, M. (2014). From integration to inclusion and the role of special education. *Inclusive education twenty years after Salamanca*, 19, 199-131.
- Heckmann, F. (2008). *Education and the integration of migrants: challenges for European education systems arising from immigration and strategies for the successful integration of migrant children in European schools and societies*. (NESSE Analytical Report, 1). Bamberg: europäisches forum für migrationsstudien (efms) Institut an der Universität Bamberg. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-192500>
- Henriques, J. G. (2025). Elevador da Glória: mãe de criança de três anos estável e consciente. *Público*. <https://www.publico.pt/2146285>

- Hernández, V. H. (2005). Cultura, multiculturalidad, interculturalidad y transculturalidad: Evolución de un término. *UTE Teaching & Technology: Universitas Tarraconensis*, (1), 75-85.
- Hortas, M. J. (2013). *Educação e imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de Lisboa (Vol. 50)*. Observatório da Imigração, ACIDI, IP. <https://www.oecd.org/education/2030-project/>
- IAVE (2025). *Relatório Nacional das Provas ModA 2025*. IAVE https://iave.pt/wp-content/uploads/2026/01/Relatorio_ModA_25_VF.pdf
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025). *Tabelas de estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2025*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>
- INE (2024). *Indicadores dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em Portugal*.
- INE (2025). Anuário Estatístico de Portugal – 2024. INE <https://www.ine.pt/xurl/pub/436660419>
- IOM (2008). *World Migration Report 2008: Managing labour mobility in the evolving global economy*. UN. <https://worldmigrationreport.iom.int/world-migration-report-2008>
- Jacobs, D., & Unterreiner, A. (2017). Country of Origin Effects and Impacts on Educational Attainment of Pupils with Migrant Backgrounds. Towards a New Research Agenda. In *Migrant Integration Between Homeland and Host Society Volume 1: Where does the country of origin fit?* (pp. 43-62). https://doi.org/10.1007/978-3-319-56176-9_3
- Junior, E. B. L., Oliveira, G. S., Santos, A. C. O., & Schnekenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44).
- Kohatsu, L., Ramos, M. D. C. P., & Ramos, N. (2020). A educação escolar de alunos imigrantes em dissertações e teses brasileiras e portuguesas: O desafio da inclusão das diferenças. In R. M. C. Pereira, S. P. Lima & Z. G. C. Santos (Orgs.), *Geopedagogia: a escola em mapas mentais de estudantes brasileiros, bolivianos e haitianos* (pp. 149-175). Editora da Universidade Federal de Rondônia.
- Kripka, R. M., Scheller, M., & Bonotto, D. D. (2015). *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa*. Documentary Research: consideration of concepts and features on Qualitative Research.
- Lima, L. S. (2018). *Estudar e Circular entre Fronteiras (In)Transponíveis: A Mobilidade de Mulheres Cabo-verdianas que Cursam Engenharia em Portugal* [Tese de Doutorado, Universidade do Porto] <https://hdl.handle.net/10216/116443>
- Linares, R. M. P. (2011). *Desempenho escolar de alunos de origem imigrante: os jovens da Europa de Leste, em duas escolas da região de Lisboa* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/9340>
- Lopes, A. P. M. (2007). *Escola e diversidade: os desafios da diversidade cultural na gestão do currículo: alunos imigrantes nas escolas do 1º ciclo do ensino básico de Abrantes: um estudo de caso* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. <http://hdl.handle.net/10174/16577>

- Lopes, S. M., & Machado, R. (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*. SEF. <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=92>
- Lusa (2021). Alunos migrantes são segregados e escolas não fazem tudo para o evitar. *Público*. <https://www.publico.pt/1957815>
- Marques, M. M., & Martins, J. L. (2005). *Jovens, migrantes e a sociedade da informação e do conhecimento: a escola perante a diversidade: um estudo de caso* (Vol. 16). Observatório da imigração.
- Mateus, S., & Seabra, T. (2016). Políticas de integração dos descendentes de imigrantes na sociedade Portuguesa (1976-2015). *IX Congresso Português de Sociologia: Portugal, território de territórios*. <http://hdl.handle.net/10071/23137>
- Matos, B. C. & Resende, L. G. (2018). Conceito de liderança e de líder. In L. Grave, G. Bastos & I. Oliveira, *Lideranças e inovação em contextos educativos* (Coord.), (pp. 8-20). Universidade Aberta.
- Maues, O. C. (2021). A Agenda Global da Educação no contexto da Covid-19. *Revista Linhas*, 22(49), 187-216. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723822492021187>
- McAuliffe, M. & Oucho, L. A. (2024). *World Migration Report 2024*. International Organization for Migration (IOM), Geneva. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024>
- McCulloch, G. (2004). *Documentary research in education, history and the social sciences*. London: Routledge Falmer.
- MEC - Ministério da Educação (2017). *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Brasil.
- MEC, SEB, DICEI (2013). *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília.
- MECI (2025). *Mediadores Linguísticos e Culturais*. Ministério da Educação, Ciência e Inovação. Nota Informativa de 23.01.2025.
- Mezzanotte, C. & C. Calvel (2023). *Indicators of inclusion in education: A framework for analysis*. OECD Education Working Papers, No. 300, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/d94f3bd8-en>.
- Monteiro, L. M. F. B. (2025). *A Supervisão como meio de promoção de práticas inclusivas para alunos estrangeiros nas escolas portuguesas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta]. <http://hdl.handle.net/10400.2/21147>
- Moreira, D. (2003). Portuguese immigrant children and mathematics education. In *CERME 3: Third Conference of the European Society for Research in Mathematics Education* (pp. 1-8). Universidade de Pisa.
- Mouraz, A. & Nobre, A. (2025). O grupo de acolhimento da Associação de Estudantes de Porto de Mós. In: A. Mouraz, A., et al. (Org.). *Aqui me Encontro – Estudos de caso* (pp. 71-81). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/20478>
- Mouraz, A., Borges, I. & Almeida, A.P., (2025). *As perceções das Direções de 122 Agrupamentos de Escolas Portuguesas sobre políticas e práticas de inclusão de estudantes internacionais [Dataset]*. Universidade Aberta – Laboratório de Educação a Distância e eLearning (LE@D).

- Muenz, R., & Yaryyeva, J. (2024). *Immigration to Europe: The Big Picture for the EU and Its Member States*. Wilfried Martens Centre for European Studies. <https://www.martenscentre.eu/wp-content/uploads/2024/07/Martens-Centre-Research-Paper.pdf>
- Mundy, K. (2005). Globalization and Educational Change: New Policy Worlds. In: Bascia, N., Cumming, A., Datnow, A., Leithwood, K., Livingstone, D. (eds) *International Handbook of Educational Policy*. Springer International Handbooks of Education, vol 13. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/1-4020-3201-3_1
- Neves, C. & Martins, H. (2025). Entre a língua comum e os currículos diferentes: integração de alunos brasileiros no 1.º Ciclo do Ensino Básico em Braga. In: A. Mouraz, A., et al. (Org.). *Aqui me Encontro – Estudos de caso* (pp. 98-103). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/20478>
- Neves, C. (2020). Premissas para o desenvolvimento humano através da educação: avanços e possibilidades. In Cláudia Neves (Org.), *Educação, desenvolvimento humano e novas formas de regulação dos estados: efeitos diretos e indiretos na esfera educacional*, 11-23. Editoria Artemis.
- Nóvoa, A. (1992). Para uma análise das instituições escolares. *As organizações escolares em análise*, 3, 13-43.
- Nunan, C., & Peixoto, J. (2012). Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 20, 233-250.
- Nunes, V. & Antunes, E. (2025). Brasileiros são metade dos estudantes imigrantes nas escolas públicas de Portugal. *Público*. <https://www.publico.pt/2025/08/30/publico-brasil/noticia/brasileiros-sao-metade-estudantes-imigrantes-escolas-publicas-portugal-2145445>
- Nunes, V. (2025). Com mudanças na lei, imigrantes correm para garantir nacionalidade portuguesa. *Público*. <https://www.publico.pt/2025/06/28/publico-brasil/noticia/mudancas-lei-imigrantes-correm-garantir-nacionalidade-portuguesa-2138157>
- Nunes, V. (2025). Brasil sobe o tom e cobra reciprocidade de Portugal na Lei da Nacionalidade. *Público*. <https://www.publico.pt/2025/08/22/publico-brasil/noticia/brasil-sobe-tom-cobra-reciprocidade-portugal-lei-nacionalidade-2144641>
- Nusche, D. (2009), “What Works in Migrant Education?: A Review of Evidence and Policy Options”, *OECD Education Working Papers*, No. 22, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/227131784531>.
- OCDE (2018). *The future of education and skills: Education 2030: The future we want*. OCDE Publishing.
- OCDE/OECD (2023). *Indicators of Immigrant Integration 2023: Settling In*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/1d5020a6-en>.
- OECD (2023). *PISA 2022 Results (Volume I): The State of Learning and Equity in Education*. PISA, OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/53f23881-en>

- OECD (2024), "Equity in education and on the labour market: Main findings from Education at a Glance 2024", *OECD Education Policy Perspectives*, No. 107. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/b502b9a6-en>.
- OECD (2025), *Education at a Glance 2024: OECD Indicators*. OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/c00cad36-en>.
- OECD (2025). *Trends Shaping Education 2025*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/ee6587fd-en>.
- Oliveira, C. R. & Gomes, N. (2017). Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de Ensino. *Boletim Estatístico OM, Coleção Imigração em Números* (3). Observatório das Migrações.
- Oliveira, C. R. (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2023 (Imigração em Números)*. Observatório das Migrações.
- Ultramari, A. (2025). *Relatório Executivo: Mapeamento da Diáspora Científica Brasileira em Portugal*. <https://om.aima.gov.pt/>
- OM (2025). *As políticas de nacionalidade numa perspetiva comparada*. Observatório das Migrações.
- ONU (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*.
- Pacheco, J. A. (2002). *Políticas Curriculares*. Porto Editora.
- Pacheco, J. A. (2011). Currículo, aprendizagem e avaliação. Uma abordagem face à agenda globalizada. *Revista Lusófona de Educação*, 17, 75-90. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle69.en>
- Pacheco, J. A. (2013). Estudos curriculares: Génese e consolidação em Portugal. *Educação, Sociedade & Culturas*, 38, 151-168. <https://doi.org/10.34626/esc.vi38.329>
- Pacheco, J. A., & Sousa, J. (2016). Impacto de políticas transnacionais na escola, na formação de professores e no trabalho docente. In A. N., Militão & M. S. R., Santana (Orgs.), *intersecções entre pesquisas/pesquisadores experientes e pesquisas/pesquisadores iniciantes no campo educacional*, 51-78. Pedro & João Editores.
- Pantić, N., Gialdini, C., Packwood, H., & Viry, G. (2025). A matrix of educational policies to support migrant students across Europe. *European Educational Research Journal*, 24(5), 571-590. <https://doi.org/10.1177/14749041251337233>
- Pereira, S. B. R. C. (2017). *Vidas que se contam: Os impactos da experiência EFA nas trajetórias de imigrantes e de descendentes de imigrantes* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa] <http://hdl.handle.net/10071/14152>
- Pinho, F., Góis, P., & Marques, J. C. L. (2021). Ficar ou voltar? Intenções de regresso entre portugueses qualificados emigrados a partir do ano 2000. *Análise social*, 56(1 (238), 4-29.
- Pinho, J., & Ançã, M. H. (2023). Aprender português língua de acolhimento, em contexto não formal: imigrantes e refugiados em Portugal. *Revista Lusófona De Educação*, 58(58). <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle58.02>
- Pinto, A. D. (2007). A institucionalização do português língua não materna em Portugal. *Revista ProFORM@ R Online*, 21.

- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Vidigal, I., & Veiga, C. M. (2020). A emigração portuguesa no século XXI. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (94), 9-38.
- Ponte, J. P. D. (2008). A investigação em educação matemática em Portugal: Realizações e perspectivas. In R. Luengo-González, B. Gómez-Alfonso, M. Camacho-Machin & L. Nieto (Eds.), *Investigación en educación matemática XII* (pp. 55-78). Badajoz: SEIEM.
- Queiroz, C. (2016). Representações das imigrantes brasileiras na imprensa portuguesa— uma análise do jornal Público. In *Atas do IX Congresso Português de Sociologia. Portugal, território de territórios*.
- Ramos, N. (2007). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa De Pedagogia*, (41-3), p. 223-244. https://doi.org/10.14195/1647-8614_41-3_11
- Rattner J. (2025). Dez anos para cidadania “vão colocar imigrantes para fora do país”, diz especialista. *Público*. <https://www.publico.pt/2130295>
- Resolução CNE/CEB Nº 7 (2025) *Diário Oficial da União*, de 1º de agosto de 2025, publicado em: 04/08/2025, Edição: 145, Seção: 1, Página: 27.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015. (2015). In *Diário da República n.º 56/2015*, 1.º Suplemento, Série I de 2015-03-20 (pp. 2–24).
- Rodrigues, E. C. (2009). *A integração dos alunos de origem Estrangeira na escola portuguesa*. [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/396>
- Roldão, M., & Almeida, S. (2018). *Gestão Curricular – Para a autonomia das escolas e professores*. Direção-Geral da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/AFC/livro_gestao_curricular.pdf
- Sacristán, J. G. (2000). *O Currículo-: Uma reflexão sobre a Prática*. Penso Editora.
- Sacristán, J. G. (2013). O que significa o currículo. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 16-35.
- Salamon, E. (2025). *Reimagining schools as living ecosystems*. <https://school-education.ec.europa.eu/en/discover/expert-views/reimagining-schools-living-ecosystems?prefLang=pt>
- Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona De Educação*, 8(8). Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/691>
- Sander, N., Abel, G. J., & Riosmena, F. (2013). *The future of international migration: Developing expert-based assumptions for global population projections* (No. 7/2013). Vienna Institute of Demography Working Papers. <https://hdl.handle.net/10419/97013>
- Santos, L. (2014). Um olhar da investigação em educação matemática. In Guimarães, H. M., da Ponte, J. P., Tudella, A. C., Carvalho, J., Santos, L., & Figueiral, L. Conferência: Evitar o desastre no Ensino da Matemática. *Educação e Matemática*, (126), 7-9.
- Saragoça, J. (2018). Equidade, Inclusão e Qualidade na Educação Escolar: desafios e ações possíveis. In L. Cabrera (Coord.) *Fraturas sociais e educativas: desafios para a Sociologia da Educação* (pp. 42-53).

- Schneeweis, N. (2011). Educational institutions and the integration of migrants. *Journal of Population Economics*, 24(4), 1281-1308.
- Seabra, F., Abelha, M., Borges, I. & Sousa, L. (2025). Educar na diversidade: o impacto da Turma E na inclusão de alunos imigrantes. In: A. Mouraz, A., et al. (Org.). *Aqui me Encontro – Estudos de caso* (pp. 10-20). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/20562>
- Seabra, T., Cândido, A. F., & Tavares, I, (orgs.) (2023). *Atlas dos Alunos Com Origem Imigrante: Quem São e Onde Estão nos Ensinos Básico e Secundário em Portugal*. Observatório das Desigualdades. [10.15847/CIESODAtlasAlunosOrigemImigrante](https://hdl.handle.net/10.15847/CIESODAtlasAlunosOrigemImigrante)
- Serrazina, M. (2013). O Programa de Formação Contínua em Matemática para Professores do 1.º ciclo e a melhoria do ensino da Matemática. *Da Investigação às práticas*, 3(2), 75-97.
- Silva, A. M., & da Silva, S. M. (2018). Relação escola-comunidade em regiões de fronteira. *Educação, Sociedade & Culturas*, (52), 28-46.
- Silva, P. A. (Coord.) (2025). *Relatório do estado da nação 2025: A descentralização e a desconcentração das políticas públicas*. IPPS-ISCTE. https://ipps.iscte-iul.pt/files/2_EN_2_2025_IPPS_WEB.pdf
- Soares, M. J. F. M. (2013). *Modos de equivalência e integração dos alunos estrangeiros no sistema educativo português*. [Master's thesis, Instituto Superior de Educação e Ciências]. Repositório Institucional do ISEC. <http://hdl.handle.net/10400.26/8704>
- Sousa, A. L. F. (2022). *O contributo da Educação Intercultural para a formação cidadã do aluno: experiências didáticas em Estudo do Meio e História e Geografia de Portugal* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. hdl.handle.net/1822/91258
- Souza, G., & Ferreira, P. D. (2017). O acolhimento dos refugiados no contexto português: educação como dimensão da integração. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 8, A8-99. <https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.08.3017>
- Stoer, S. R. (2002). Educação e globalização: entre regulação e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 33-45.
- Teodoro, A. (2018). Governando por números: os grandes inquéritos estatísticos internacionais e a construção de uma agenda global nas políticas de educação. In A., Teodoro (Ed.), *O outro lado do espelho: percursos de investigação (CeIED 2013-2017)*, 27-37. Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação (CEIEF), Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Tófolo, K. C. P., Paquiel, A. P., da Silva, V. S., de Oliveira, J. G. P., de Souza Linhares, M., Mocellin, D., & de Ávila, J. N. L. (2026). Currículos educacionais: um estudo comparativo entre o Brasil e outros países. *Missioneira*, 28(3), 91-99. <https://doi.org/10.46550/6sb4zg98>
- Torres, L. L. (2008). A escola como entreposto cultural: o cultural e o simbólico no desenvolvimento democrático da escola. *Revista Portuguesa de Educação*, 21(1), pp. 59-81. CIEEd. Universidade do Minho.
- Torres, L. L., & Palhares, J. A. (2015). Cultura, liderança e resultados escolares: uma abordagem a partir das representações dos alunos do ensino secundário. *Revista*

- Lusófona De Educação*, 30(30).
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5131>
- Tourinho, N. C. B. (2016). *Integração de crianças brasileiras no primeiro ciclo do ensino básico português*. [Master's thesis, Universidade Nova de Lisboa].
<http://hdl.handle.net/10362/18536>
- Tragtenberg, M. (2018). A escola como organização complexa. *Educação & Sociedade*, 39, 183-202.
- UNESCO (2006) - *Guidelines on Intercultural Education, Paris, Section of Education for Peace and Human Rights, Division for the Promotion of Quality Education, Education Sector*.
<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147878e.pdf>
- UNHCR (2025). Operacional Data Portal – Ukraine Refugee Situation.
<https://data2.unhcr.org/en/situations/Ukraine>
- UNRIC (2018). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. www.unric.org/pt
- Unterreiner, A., & Weinar, A. (2017). Introduction: Integration as a three-way process. In *Migrant Integration Between Homeland and Host Society Volume 1: Where does the country of origin fit?* (pp. 1-19). Cham: Springer International Publishing.
- Valentim, J. P. (1997). *Escola, igualdade e diferença*. Campo das Letras.
- Warren, M. (2005). Communities and schools: A new view of urban education reform. *Harvard Educational Review*, 75(2), 133-173.
- Weinar, A., Unterreiner, A., & Fargues, P. (Eds.). (2017). *Migrant Integration Between Homeland and Host Society Volume 1: Where Does the Country of Origin Fit?* (Vol. 7). Springer.
- Yavçan, B. & Gorggerino, M. (2025). *MIPEX 2025 – A Roadmap for Inclusive Policy in the EU*. Migration Policy Group.

ANEXO A – Legislação/Documentos normativos

Ano	Período	Origem	Publicação
1959	Estado Novo		Lei n.º 2098, de 29 de julho - Diário do Governo n.º 172/1959, Série I de 1959-07-29 Revogada pela LEI.37/81.1981.10.03.AR
1959	Estado Novo		Decreto-Lei n.º 42189 - Diário do Governo n.º 63/1959, Série I de 1959-03-20
1967	Estado Novo	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção Geral dos Negócios Políticos	Decreto-Lei n.º 47863, de 26 de agosto Diário do Governo n.º 199/1967, Série I de 1967-08-26
1971	Estado Novo	Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção Geral dos Negócios Políticos	Aviso, de 24 de maio Diário do Governo n.º 121/1971, Série I de 1971-05-24
1976	I Legislatura		Decreto de 10 de Abril de 1976 - Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10, páginas 738 - 775 - 8ª versão - a mais recente (Lei n.º 1/2005, de 12/08) - 7ª versão (Lei n.º 1/2004, de 24/07) - 6ª versão (Lei n.º 1/2001, de 12/12) - 5ª versão (Lei n.º 1/97, de 20/09) - 4ª versão (Lei n.º 1/92, de 25/11) - 3ª versão (Lei n.º 1/89, de 08/07) - 2ª versão (Lei n.º 1/82, de 30/09) - 1ª versão (Decreto de 10/04 de 1976)
1981	II Legislatura		Lei n.º 37/81, de 3 de outubro - Diário da República n.º 228/1981, Série I de 1981-10-03 - 10ª alteração e republicação - a mais recente (Lei Orgânica n.º 1/2024, de 5/03) - 9ª alteração e republicação (Lei Orgânica n.º 2/2020, de 10/11) - 8ª alteração e republicação (Lei Orgânica n.º 2/2018, de 05/07) - 7ª alteração e republicação (Lei Orgânica n.º 9/2015, de 29/07) - 6ª alteração (Lei Orgânica n.º 8/2015, de 22/06) - 5ª alteração (Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29/07) - 4ª alteração e republicação (Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17/04) - 3ª alteração (Lei Orgânica n.º 1/2004, de 15/01)

			- 2ª alteração (Lei n.º 25/94, de 19/08) - 1.ª versão (Lei n.º 37/81, de 3/10)
1982	II Legislatura		Lei n.º 1/82, de 30 de setembro - Diário da República n.º 227/1982, Série I de 1982-09-30
1986	IV Legislatura		Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Diário da República n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14 - 5ª versão - a mais recente (Lei n.º 16/2023, de 10/04) - 4ª versão (Lei n.º 85/2009, de 27/08) - 3ª versão (Lei n.º 49/2005, de 30/08) - 2ª versão (Lei n.º 115/97, de 19/09) - 1ª versão (Lei n.º 46/86, de 14/10)
1989	V Legislatura		Lei n.º 1/89, de 08 de julho - Diário da República n.º 155/1989, Suplemento n.º 1, Série I de 1989-07-08
1989	V Legislatura		Despacho n.º 123/ME/89, de 25 de julho
1992	VI Legislatura		Lei n.º 1/92, de 25 de novembro
1992	VI Legislatura	Ministério da Administração Interna	Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de outubro - Diário da República n.º 235/1992, Série I-A de 1992-10-12 - alterado - Decreto-Lei n.º 63/93 - Diário da República n.º 54/1993, Série I-A de 1993-03-05
1993	VI Legislatura		Decreto-Lei n.º 63/93, de 5 de março - Diário da República n.º 54/1993, Série I-A de 1993-03-05
1994	VI Legislatura		Lei n.º 25/94, de 19 de agosto - Diário da República n.º 191/1994, Série I-A de 1994-08-19
1996	VII Legislatura		Lei n.º 20/96, de 06 de julho - Diário da República n.º 155/1996, Série I-A de 1996-07-06
1997	VII Legislatura		Lei n.º 1/97, de 20 de setembro - Diário da República n.º 218/1997, Série I-A de 1997-09-20
1997	VII Legislatura	Ministério da Educação	Decreto-Lei n.º 219/97, de 20 de agosto Revogado Revoga a Port 253/88 de 23-Abr DR.IS [95] Revoga a Port 128/80 de 25-Mar DR.IS [71] Revoga a Port 624/79 de 27-Nov DR.IS [274] Revoga o Desp 88/79 de 27-Ago do SEEBS-ME DR.IIS [210] de 11/Set/1979

			Revoga o Desp 91/78 de 24-Out do SEEBs-MEC DR.IIS [258] de 09/Nov/1978 Revoga a Port 612/78 de 10-Out DR.IS [233]
1998	VII Legislatura		Decreto-Lei n.º 39/98, de 27 de fevereiro - Diário da República n.º 49/1998, Série I-A de 1998-02-27 Revogado pelo DEC LEI.251/2002.2002.
1999	VII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 115/99, de 03 de agosto - Diário da República n.º 179/1999, Série I-A de 1999-08-03 - 4ª versão - a mais recente (DL n.º 41/2023, de 02/06) - 3ª versão (Lei n.º 36/2021, de 14/06) - 2ª versão (DL n.º 34/2008, de 26/02) - 1ª versão (Lei n.º 115/99, de 03/08)
1999	VII Legislatura		Lei n.º 134/99, de 28 de agosto - Diário da República n.º 201/1999, Série I-A de 1999-08-28 Este diploma foi revogado pelo(a) Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto
2000	VIII Legislatura		Decreto-Lei n.º 111/2000, de 4 de julho - Diário da República n.º 152/2000, Série I-A de 2000-07-04 Revogado com a entrada em vigor das normas regulamentares do Código do Trabalho aprovado pela LEI.99/2003
2000	VIII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	DL n.º 75/2000, de 09 de maio - 4ª versão - a mais recente (DL n.º 41/2023, de 02/06) - 3ª versão (Lei n.º 36/2021, de 14/06) - 2ª versão (DL n.º 34/2008, de 26/02) - 1ª versão (DL n.º 75/2000, de 09/05)
2000	VIII Legislatura		DL n.º 252/2000, de 16 de outubro - 5ª "versão" - revogado (Lei n.º 73/2021, de 12/11) - 4ª versão (DL n.º 240/2012, de 06/11) - 3ª versão (DL n.º 121/2008, de 11/07) - 2ª versão (DL n.º 290-A/2001, de 17/11) - 1ª versão (DL n.º 252/2000, de 16/10) Este diploma foi revogado pelo(a) Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro
2000	VIII Legislatura	Assembleia da República	Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro
2000	VIII Legislatura	Presidência da República	Decreto do Presidente da República n.º 79/2000 - Diário da República n.º 287/2000, Série I-A de 2000-12-14

2001	VIII Legislatura		Decreto-Lei n.º 322-A/2001, de 14 de dezembro - Diário da República n.º 288/2001, 1º Suplemento, Série I-A de 2001-12-14
2001	VIII Legislatura		Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/2001 - Diário da República n.º 278/2001, Série I-B de 2001-11-30
2001	VIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 105/2001, de 31 de agosto
2001	VIII Legislatura		Lei n.º 1/2001, de 12 de agosto - Diário da República n.º 286/2001, Série I-A de 2001-12-12
2001	VIII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de janeiro
2001	VIII Legislatura		DL n.º 4/2001, de 10 de janeiro - 2ª versão - a mais recente (Rect. n.º 3-A/2001, de 31/01) - 1ª versão (DL n.º 4/2001, de 10/01)
2001	VIII Legislatura	Ministério da Educação	Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro Revogado, com produção de efeitos a partir do ano letivo de 2012-2013, o presente diploma, na redação do Dec Lei 209/2002, de 17-out, Dec Lei 396/2007, de 31-dez, Dec Lei 3/2008, de 07-jan, Dec Lei 18/2011, de 02-fev, e Dec Lei 94/2011, de 03-ago, pelo DEC LEI.139/2012.05.07.2012.MECI, DR.IS [129] de 05.07.2012
2002	IX Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Decreto-Lei n.º 251/2002 - Diário da República n.º 270/2002, Série I-A de 2002-11-22 Revogado pelo DEC LEI.167/2007.03.05.2007
2002	IX Legislatura	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto n.º 41/2002, de 31 de dezembro Retificado pela Declaração de Rectificação n.º 1-C/2003, de 31 de janeiro
2003	IX Legislatura	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Decreto n.º 42/2003, de 20 de setembro - Diário da República n.º 218/2003, Série I-A de 2003-09-20
2003	IX Legislatura		Decreto-Lei n.º 194/2003, de 23 de agosto - Diário da República n.º 194/2003, Série I-A de 2003-08-23
2003	IX Legislatura		DL n.º 34/2003, de 25 de fevereiro - 2ª versão - a mais recente (Rect. n.º 2-D/2003, de 31/03) - 1ª versão (DL n.º 34/2003, de 25/02)
2003	IX Legislatura	Ministério da Administração Interna	Decreto-Lei n.º 154/2003 - Diário da República n.º 161/2003, Série I-A de 2003-07-15
2003	IX Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 195-A/2003 - Diário da República n.º 301/2003, 3º Suplemento, Série I-B de 2003-12-31

2004	IX Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 1/2004, de 15 de janeiro - Diário da República n.º 12/2004, Série I-A de 2004-01-15
2004	IX Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004 - Diário da República n.º 102/2004, Série I-B de 2004-04-30
2004	IX Legislatura	Ministério da Educação - Gabinete da Ministra	Despacho n.º 27249/2004 (2.ª série), de 30 de dezembro
2005	IX Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2005 - Diário da República n.º 13/2005, Série I-B de 2005-01-19
2005	X Legislatura	Ministério da Educação	Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de novembro Revogado
2006	X Legislatura	Ministério da Educação	Despacho Normativo n.º 7/2006, de 6 de fevereiro
2006	X Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006 - Diário da República n.º 121/2006, Série I-B de 2006-06-26
2006	X Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Decreto-Lei n.º 202/2006 - Diário da República n.º 208/2006, Série I de 2006-10-27 Extinta, sendo objeto de fusão com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, com a Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e o Secretariado Entreculturas a estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa ESCOLHAS, aprovada no presente diploma, pelo DEC LEI.202/2006.27.10.2006.PCM, DR.IS [208] de 27.10.2006, nos termos dos seus artigos 32.º e 33.º, e integradas as suas atribuições no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
2006	X Legislatura		DL n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro - 6ª versão - a mais recente (DL n.º 41/2023, de 02/06) - 5ª versão (DL n.º 26/2022, de 18/03) - 4ª versão (DL n.º 71/2017, de 21/06) - 3ª versão (DL n.º 30-A/2015, de 27/02) - 2ª versão (DL n.º 43/2013, de 01/04) - 1ª versão (DL n.º 237-A/2006, de 14/12)
2006	X Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril - Diário da República n.º 75/2006, Série I-A de 2006-04-17
2006	X Legislatura	Ministério da Educação	Portaria n.º 699/2006 - Diário da República n.º 133/2006, Série I de 2006-07-12
2006	X Legislatura		Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto
2007	X Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 23/2007, de 04 de julho 17ª versão - a mais recente (Lei n.º 9/2025, de 13/02) - 16ª versão (DL n.º 37-A/2024, de 03/06)

			<ul style="list-style-type: none"> - 15ª versão (Lei n.º 56/2023, de 06/10) - 14ª versão (Lei n.º 53/2023, de 31/08) - 13ª versão (Lei n.º 41/2023, de 10/08) - 12ª versão (DL n.º 41/2023, de 02/06) - 11ª versão (Retificação n.º 27/2022, de 21/10) - 10ª versão (Lei n.º 18/2022, de 25/08) - 9ª versão (DL n.º 14/2021, de 12/02) - 8ª versão (Lei n.º 28/2019, de 29/03) - 7ª versão (Lei n.º 26/2018, de 05/07) - 6ª versão (Lei n.º 102/2017, de 28/08) - 5ª versão (Lei n.º 59/2017, de 31/07) - 4ª versão (Lei n.º 63/2015, de 30/06) - 3ª versão (Lei n.º 56/2015, de 23/06) - 2ª versão (Lei n.º 29/2012, de 09/08) - 1ª versão (Lei n.º 23/2007, de 04/07)
2007	X Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de maio - Diário da República n.º 85/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-05-03
2007	X Legislatura	Ministério da Educação	Despacho Normativo n.º 30/2007, de 10 de agosto
2007	X Legislatura		Dec. Reglm. n.º 84/2007, de 05 de novembro - 8ª versão - a mais recente (Dec. Reglm. n.º 1/2024, de 17/01) - 7ª versão (Dec. Reglm. n.º 4/2022, de 30/09) - 6ª versão (Lei n.º 71/2018, de 31/12) - 5ª versão (Dec. Reglm. n.º 9/2018, de 11/09) - 4ª versão (Dec. Reglm. n.º 15-A/2015, de 02/09) - 3ª versão (DL n.º 31/2014, de 27/02) - 2ª versão (Dec. Reglm. n.º 2/2013, de 18/03) - 1ª versão (Dec. Reglm. n.º 84/2007, de 05/11)
2008	X Legislatura	Ministério da Justiça	Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro
2008	X Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 27/2008, de 30 de junho
2008	X Legislatura	Ministério da Administração Interna	Portaria n.º 1432/2008, de 10 de dezembro
2009	X Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009 - Diário da República n.º 141/2009, Série I de 2009-07-23
2009	X Legislatura		Resol. da AR n.º 56/2009, de 30 de julho

2010	XI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro - Diário da República n.º 182/2010, Série I de 2010-09-17
2010	XI Legislatura	Ministério da Administração Interna	Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro
2012	XII Legislatura	Ministério da Educação e Ciência	Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho
2012	XII Legislatura		Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto
2012	XII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 29/2012, de 09 de agosto
2012	XII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2012 - Diário da República n.º 154/2012, Série I de 2012-08-09
2012	XII Legislatura	Ministério da Educação e Ciência	Despacho Normativo n.º 24-A/2012, de 6 de dezembro Revogado
2013	XII Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 1/2013, de 29 de julho - Diário da República n.º 144/2013, Série I de 2013-07-29
2013	XII Legislatura		Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril - Diário da República n.º 63/2013, Série I de 2013-04-01
2013	XII Legislatura		Dec. Reglm. n.º 2/2013, de 18 de março
2014	XII Legislatura		DL n.º 31/2014, de 27 de fevereiro Este diploma foi revogado pelo(a) Decreto-Lei n.º 41/2023, de 02 de junho
2015	XII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro
2015	XII Legislatura		Dec. Reglm. n.º 15-A/2015, de 02 de setembro
2015	XII Legislatura		Decreto-Lei n.º 30-A/2015, de 27 de fevereiro - Diário da República n.º 41/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-02-27
2015	XII Legislatura		Resol. da AR n.º 15/2015, de 09 de fevereiro
2015	XII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março
2015	XII Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 9/2015, de 29 de julho - Diário da República n.º 146/2015, Série I de 2015-07-29
2015	XII Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 8/2015, de 22 de junho - Diário da República n.º 119/2015, Série I de 2015-06-22
2015	XII Legislatura		Portaria n.º 227/2015, de 3 de agosto Revogado, a partir de 28.10.2023, com efeitos a 29.10.2023, pelo(a) Portaria n.º 324-A/2023 - Diário da República n.º 209/2023, 2º Suplemento, Série I de 2023-10-27 nos termos do art. 3.º desta
2016	XIII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros - Alto Comissariado para as Migrações, I.	Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto

P. - Gabinete do Alto-Comissário para as Migrações			
2016	XIII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Portaria n.º 203/2016, de 25 de julho Revogada, a partir de 28.10.2023, com efeitos a 29.10.2023, pelo(a) Portaria n.º 324-A/2023 - Diário da República n.º 209/2023, 2º Suplemento, Série I de 2023-10-27 nos termos do art. 3.º desta
2017	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto
2017	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 93/2017, de 23/08 - Diário da República n.º 162/2017, Série I de 2017-08-23 - 2ª versão - a mais recente (Lei n.º 3/2024, de 15/01) - 1ª versão (Lei n.º 93/2017, de 23/08)
2017	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 59/2017, de 31 de julho
2017	XIII Legislatura		Decreto-Lei n.º 71/2017, de 21 de junho - Diário da República n.º 118/2017, Série I de 2017-06-21
2017	XIII Legislatura	Administração Interna	Portaria n.º 164/2017, de 18 de maio
2017	XIII Legislatura		Portaria n.º 102/2017, de 08 de março
2018	XIII Legislatura	Educação - Conselho Nacional de Educação	Parecer n.º 7/2018, de 26 de abril
2018	XIII Legislatura	Educação - Conselho Nacional de Educação	Parecer n.º 9/2018, de 25 de maio
2018	XIII Legislatura	Educação - Conselho Nacional de Educação	Parecer n.º 10/2018, de 25 de maio Conselho Nacional de Educação
2018	XIII Legislatura	Educação	Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto
2018	XIII Legislatura	Educação	Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto
2018	XIII Legislatura	Educação	Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto
2018	XIII Legislatura	Educação	Portaria n.º 232-A/2018, de 20 de agosto
2018	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
2018	XIII Legislatura	Educação	Portaria n.º 229-A/2018, de 14 de agosto
2018	XIII Legislatura	Educação	Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho
2018	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 2/2018, de 5 de julho - Diário da República n.º 128/2018, Série I de 2018-07-05
2018	XIII Legislatura		Dec. Reglm. n.º 9/2018, de 11 de setembro
2018	XIII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018, de 22 de novembro
2018	XIII Legislatura		DL n.º 104/2018, de 29 de novembro

2019	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 83/2019, de 03 de setembro
2019	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 95/2019, de 04 de setembro
2019	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 99/2019, de 05 de setembro
2019	XIII Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 110/2019, de 09 de setembro
2019	XIV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019
2020	XIV Legislatura	Administração Interna	Portaria n.º 225/2020, de 29 de setembro
2020	XIV Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 2/2020, de 10 de novembro
2020	XIV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 55/2020, de 27 de agosto
2020	XIV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto
2020	XIV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2020 - Diário da República n.º 180/2020, Série I de 2020-09-15
2020	XIV Legislatura	Administração Interna - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Despacho n.º 8564/2020, de 7 de setembro
2020	XIV Legislatura	Educação - Conselho Nacional de Educação	Recomendação n.º 5/2020, de 20 de novembro Conselho Nacional de Educação
2021	XIV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 36/2021, de 14 de junho
2021	XIV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 7 de julho
2021	XIV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho
2021	XIV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 67/2021, de 25 de agosto
2021	XIV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 73/2021, de 12 de novembro - 7ª versão - a mais recente (DL n.º 53/2024, de 30/08) - 6ª versão (DL n.º 41-A/2024, de 28/06) - 5ª versão (Lei n.º 53/2023, de 31/08) - 4ª versão (DL n.º 41/2023, de 02/06) - 3ª versão (Lei n.º 11/2022, de 06/05) - 2ª versão (Lei n.º 89/2021, de 16/12) - 1ª versão (Lei n.º 73/2021, de 12/11)
2022	XV Legislatura		Dec. Regim. n.º 4/2022, de 30 de setembro
2022	XV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 18/2022, de 25 de agosto - 2ª versão - a mais recente (Retificação n.º 27/2022, de 21/10) - 1ª versão (Lei n.º 18/2022, de 25/08)

2022	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Portaria n.º 184/2022, de 21 de julho
2022	XV Legislatura		DL n.º 46/2022, de 12 de julho
2022	XV Legislatura	Educação - Conselho Nacional de Educação	Recomendação n.º 3/2022, de 29 de junho Conselho Nacional de Educação
2022	XV Legislatura		Decreto-Lei n.º 26/2022, de 18 de março - Diário da República n.º 55/2022, Série I de 2022-03-18
2022	XV Legislatura	Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação	Despacho n.º 2044/2022, de 16 de fevereiro Revogado, a partir de 8 de fevereiro de 2025, pelo(a) Portaria n.º 29/2025/1 - Diário da República n.º 27/2025, Série I de 2025-02-07
2022	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2022 - Diário da República n.º 249/2022, Série I de 2022-12-28
2023	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro
2023	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Portaria n.º 324-A/2023, de 27 de outubro
2023	XV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro - 4ª versão - a mais recente (DL n.º 76/2024, de 23/10) - 3ª versão (DL n.º 57/2024, de 10/09) - 2ª versão (Lei n.º 82/2023, de 29/12) - 1ª versão (Lei n.º 56/2023, de 06/10)
2023	XV Legislatura		Portaria n.º 278/2023 de 8 de setembro
2023	XV Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 51/2023, de 28 de agosto
2023	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	DL n.º 41/2023, de 02 de junho - 4ª versão - a mais recente (DL n.º 53/2024, de 30/08) - 3ª versão (DL n.º 41-A/2024, de 28/06) - 2ª versão (DL n.º 17/2024, de 29/01) - 1ª versão (DL n.º 41/2023, de 02/06)
2023	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2023 - Diário da República n.º 136/2023, Série I de 2023-07-14
2023	XV Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023
2024	XVI Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro - 2ª versão - a mais recente (Retificação n.º 12/2025, de 12/02) - 1ª versão (Lei n.º 45-A/2024, de 31/12)
2024	XVI Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 40/2024, de 07 de novembro

2024	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024, de 17 de outubro
2024	XVI Legislatura	Município da Horta	Regulamento n.º 1166/2024, de 16 de outubro
2024	XVI Legislatura	Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Portaria n.º 218/2024/1, de 23 de setembro - Diário da República n.º 184/2024, Série I de 2024-09-23
2024	XVI Legislatura		DL n.º 53/2024, de 30 de agosto
2024	XVI Legislatura		DL n.º 41-A/2024, de 28 de junho
2024	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 87/2024, de 10 de julho - Diário da República n.º 132/2024, Série I de 2024-07-10 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 99-A/2025 - 1.ª Série
2024	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	DL n.º 37-A/2024, de 03 de junho - 2ª versão - a mais recente (Lei n.º 40/2024, de 07/11) - 1ª versão (DL n.º 37-A/2024, de 03/06)
2024	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Ministro da Presidência	Despacho n.º 8455/2024, de 29 de julho
2024	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros - Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P.	Deliberação n.º 242/2024, de 22 de fevereiro
2024	XVI Legislatura		Dec. Reglm. n.º 1/2024, de 17 de janeiro
2024	XVI Legislatura	Assembleia da República	Lei n.º 3/2024, de 15 de janeiro
2024	XVI Legislatura	Assembleia da República	Lei Orgânica n.º 1/2024, de 5 de março
2025	XVI Legislatura	Educação, Ciência e Inovação	Portaria n.º 29/2025/1, de 7 de fevereiro
2025	XVI Legislatura	Educação, Ciência e Inovação	Portaria n.º 86/2025/1, de 6 de março
2025	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 99-A/2025, de 29 de maio
2025	XVI Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2025, de 21 de janeiro - Diário da República n.º 14/2025, Série I de 2025-01-21 Alterado pelo/a Resolução do Conselho de Ministros n.º 99-A/2025 - Diário da República n.º 103/2025, Suplemento, Série I de 2025-05-29, em vigor a partir de 2025-05-30
2025	XVII Legislatura	Presidência do Conselho de Ministros	Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2025, de 29 de agosto
2025	XVII Legislatura		Lei n.º 61/2025 - Diário da República n.º 204/2025, Série I de 2025-10-22

ANEXO B – *Media*

Título	URL	Ano
Entrada da “troika” dificultou isenções a imigrantes	https://www.publico.pt/1758228	2017
Serviços de saúde estão a dificultar acesso a grávidas imigrantes	https://www.publico.pt/1758224	2017
Bloco de Esquerda questiona Governo sobre acesso a saúde por imigrantes	https://www.publico.pt/1758509	2017
Autarca denuncia "trabalho escravo" no Alqueva	https://www.publico.pt/1758670	2017
Imigrantes explorados arranjam outros trabalhos “no Alentejo e em Espanha”	https://www.publico.pt/1758845	2017
Migrantes, a necessidade de sensatez	https://www.publico.pt/1759084	2017
Imigrantes protestam contra atrasos nas autorizações de residência	https://www.publico.pt/1759393	2017
Quem deve ser português? BE e PSD querem mudar Lei da Nacionalidade	https://www.publico.pt/1760449	2017
Governo já tem pronta regulamentação da Lei da Nacionalidade	https://www.publico.pt/1760492	2017
Dezassete associações pedem nacionalidade imediata para quem nasce em Portugal	https://www.publico.pt/1761187	2017
O caso do inspector das Finanças que não pagava a imigrantes que cuidavam da mãe	https://www.publico.pt/1761592	2017
Cuidados culturalmente sensíveis no acolhimento a refugiados e migrantes	https://www.publico.pt/1762990	2017
Crescem número de acções de formação de Português para migrantes e refugiados	https://www.publico.pt/1763692	2017
A vida em suspenso dos imigrantes à espera da regularização	https://www.publico.pt/1764221	2017
Portugal recebeu 1228 migrantes mas deve aumentar capacidade	https://www.publico.pt/1768543	2017
Condições em que muitos migrantes vivem podem levar a transmissão de doenças	https://www.publico.pt/1768815	2017
Ser imigrante não é factor de risco para o VIH, ser-se pobre e excluído sim	https://www.publico.pt/1769191	2017
Provedor de Justiça destaca necessidade de fazer chegar justiça aos imigrantes	https://www.publico.pt/1769636	2017
Migrantes ou não, estamos todos no mesmo barco	https://www.publico.pt/1769688	2017
Governos sem políticas contra exploração de imigrantes, acusa rede anti-racismo	https://www.publico.pt/1770743	2017
PCP quer campanha reforçada pela vacinação, incluindo migrantes e pessoal da saúde	https://www.publico.pt/1771099	2017
Portugal precisa de mais imigrantes para não encolher	https://www.publico.pt/1772476	2017
Conferências do Estoril propõem à ONU criação de um Passaporte de Segurança Global	https://www.publico.pt/1773896	2017
As cartas dos migrantes são um livro sobre o Portugal de quem parte e de quem chega	https://www.publico.pt/1773880	2017
Problema do desaparecimento de crianças migrantes exige resposta articulada, diz PGR	https://www.publico.pt/1773954	2017
Portugal é uma democracia inclusiva e sem espaço para populistas extremistas, diz Marcelo	https://www.publico.pt/1774080	2017
Filho de imigrante que viva cá há dois anos deve ser português, propõe PS	https://www.publico.pt/1774495	2017
Portugal ganha 40 mil novos cidadãos por ano, maioria de países onde se fala português	https://www.publico.pt/1774816	2017

Imigrantes chegam com melhor saúde do que quem já vive em Portugal	https://www.publico.pt/1774901	2017
Conselho Português para Refugiados quer estratégia nacional para saúde mental	https://www.publico.pt/1775034	2017
Rede de tráfico na Segurança Social cobrava até 10 mil euros e ficava com salários de imigrantes	https://www.publico.pt/1777067	2017
Número de imigrantes expulsos caiu para metade numa década	https://www.publico.pt/1781649	2017
Robles visitou associação de apoio aos imigrantes de Lisboa que pode ser despejada	https://www.publico.pt/1786014	2017
Mobiliário de cartão pode ajudar refugiados e migrantes deslocados	https://www.publico.pt/1828767	2017
Triste sociedade apática em que vivemos	https://www.publico.pt/1828818	2017
“Mesmo hoje, minorias nascidas na Europa são ‘imigrantes de segunda geração’”	https://www.publico.pt/1790977	2017
Imigrante com VIH espera 8 meses para ver recusada consulta	https://www.publico.pt/1796141	2017
O país está a perder estrangeiros. Em Bragança e Beja estão a aumentar	https://www.publico.pt/1796933	2017
Trazer imigrantes para ganhar cidadãos	https://www.publico.pt/1797175	2017
MP acusa cinco arguidos, um deles funcionário do SEF, por auxílio à imigração ilegal	https://www.publico.pt/1798146	2018
Grupo quer direito de voto para todos os imigrantes dos PALOP	https://www.publico.pt/1803373	2018
No ano passado 3500 imigrantes tiveram autorização para trabalhar em Portugal	https://www.publico.pt/1804526	2018
O maior medo de uma imigrante no divórcio? Ser expatriada e perder a guarda dos filhos	https://www.publico.pt/1805478	2018
Funcionários do SEF e imigrantes em protesto no mesmo dia	https://www.publico.pt/1808084	2018
Quantos estrangeiros deve ter uma escola? Até 20%	https://www.publico.pt/1807874	2018
O dia em que imigrantes e funcionários do SEF estiveram na mesma luta	https://www.publico.pt/1808230	2018
Afro-descendentes (portugueses e imigrantes): distinguir para unir	https://www.publico.pt/1806353	2018
Um grito de alerta por Calais	https://www.publico.pt/1807616	2018
Imigrantes melhoram indicadores do Serviço Nacional de Saúde	https://www.publico.pt/1811101	2018
Não são pássaros, são imigrantes numa cerca	https://www.publico.pt/1818881	2018
Trinta mil imigrantes que trabalham e contribuem estão em risco de expulsão	https://www.publico.pt/1829554	2018
Imigrantes em protesto contra falta de documentos	https://www.publico.pt/1829959	2018
Associações querem vistos para 30 mil imigrantes indocumentados	https://www.publico.pt/1830017	2018
Um herói sem documentos: imigrante salvou criança e vai receber nacionalidade francesa	https://www.publico.pt/1832376	2018
Migrantes e refugiados narram as suas histórias ao vivo e a cores	https://www.publico.pt/1833726	2018
Discricionariedade no acesso à saúde “é endémica em Portugal”	https://www.publico.pt/1832730	2018
PS quer legalização para imigrantes que trabalham há um ano	https://www.publico.pt/1834201	2018
O eixo da ignorância	https://www.publico.pt/1834425	2018
Concentração em Lisboa contra separação de crianças migrantes nos EUA	https://www.publico.pt/1835140	2018
Portugal foi o país da Europa do Sul onde os imigrantes mais recuperaram o emprego	https://www.publico.pt/1835204	2018
Crianças migrantes medicadas sem consentimento em centros de acolhimento	https://www.publico.pt/1835394	2018

Portugal só consegue acolher um décimo dos migrantes do “Lifeline”, que já atracou em Malta	https://www.publico.pt/1836166	2018
Portugal apoia plataformas de desembarque para migrantes resgatados no Mediterrâneo	https://www.publico.pt/1836225	2018
Khuloud Kalthoum, a refugiada síria que ajuda outros migrantes a sentirem-se em casa	https://www.publico.pt/1835768	2018
Governo regulariza imigrantes que estejam há um ano no mercado de trabalho	https://www.publico.pt/1836233	2018
Santos Silva diz que migrantes têm dignidade e "não são carga humana"	https://www.publico.pt/1836867	2018
Conselho Europeu sobre migrações foi "uma cedência" à Itália de Salvini	https://www.publico.pt/1836858	2018
Estrangeiros: turistas sim, trabalhadores (ainda) não	https://www.publico.pt/1837029	2018
Portugal quer acolher 50 migrantes resgatados sábado, posição concertada com Espanha e França	https://www.publico.pt/1838060	2018
Presidente austríaco agradece a Portugal acolhimento de cinco mil crianças após II Guerra	https://www.publico.pt/1839367	2018
Portugal vai receber 30 migrantes de navios humanitários	https://www.publico.pt/1841020	2018
Portugal e cinco outros países acolhem os 141 imigrantes resgatados pelo “Aquarius”	https://www.publico.pt/1841019	2018
Migrações: "É preciso dar mais tempo e voz aos cidadãos para perceber os seus medos"	https://www.publico.pt/1843938	2018
Associações de imigrantes recebem apoio de 200 mil euros para projectos	https://www.publico.pt/1844557	2018
Madeira quer ajuda de 4,6 milhões para integrar emigrantes da Venezuela	https://www.publico.pt/1844455	2018
Imigrantes ficam menos tempo sem trabalho porque "aceitam os piores empregos"	https://www.publico.pt/1845012	2018
Migrantes resgatados pelo “Aquarius” chegaram a Portugal e vão ficar no Fundão	https://www.publico.pt/1845257	2018
ONU pede opções claras para desembarque de migrantes resgatados	https://www.publico.pt/1845789	2018
Mais 27 migrantes do navio Aquarius chegaram a Portugal	https://www.publico.pt/1846350	2018
As democracias desenvolvidas culpam os imigrantes para não terem de enfrentar os seus problemas	https://www.publico.pt/1848925	2018
Dez imigrantes resgatados por navio humanitário chegaram esta semana a Portugal	https://www.publico.pt/1850482	2018
Esquerda une-se para dar visto temporário a imigrantes ilegais com um ano de descontos para a Segurança Social	https://www.publico.pt/1855507	2018
Dois navios no Mediterrâneo esperam pela Europa. Portugal disponível para acolher dez migrantes	https://www.publico.pt/1856762	2019
"Não vos esqueceremos": Lisboa homenageia refugiados e migrantes mortos às portas da Europa	https://www.publico.pt/1857615	2019
Uma coisa é o que diz a lei sobre os imigrantes, outra é como os tratamos	https://www.publico.pt/1857503	2019
Mais de um terço dos novos diagnosticados com VIH são imigrantes	https://www.publico.pt/1858818	2019
Portugal e mais quatro países aceitam receber migrantes do Sea Watch 3	https://www.publico.pt/1859942	2019
Nuno Queimado (às vezes) é “Hamilton”, o imigrante “que deixa o trabalho feito”	https://www.publico.pt/1860675	2019
Imigrantes são 4% da população. Portugal precisa de mais	https://www.publico.pt/1863743	2019
Odemira já mal respira sob o plástico das estufas	https://www.publico.pt/1864562	2019
Castelo Branco acolhe projecto de inclusão que envolve 104 migrantes e ciganos	https://www.publico.pt/1866914	2019
CGTP diz que discussão sobre quotas deve servir para regularizar imigrantes	https://www.publico.pt/1868225	2019
Portugal vai acolher dez dos 64 imigrantes “presos” no Mediterrâneo	https://www.publico.pt/1869175	2019

Em 2018 regularizaram-se cinco vezes mais trabalhadores, a maioria brasileiros	https://www.publico.pt/1869112	2019
“Invisível Herói” e “Dia de Festa”: curtas portuguesas na Semana da Crítica	https://www.publico.pt/1870014	2019
O romance constelação	https://www.publico.pt/1870355	2019
Existe uma “crise de percepções” na União Europeia, diz sociólogo João Peixoto	https://www.publico.pt/1871474	2019
Portugal só usou 25% das verbas europeias para integrar refugiados e imigrantes	https://www.publico.pt/1871848	2019
Novos imigrantes estão a “aumentar significativamente”, sobretudo brasileiros	https://www.publico.pt/1872593	2019
Desobediência ou solidariedade? Nuno filmou o vale francês que abre a porta aos migrantes	https://www.publico.pt/1873490	2019
Portugal já tem 480 mil estrangeiros, mas a maioria esperou anos para se legalizar	https://www.publico.pt/1878133	2019
Portugal disponibiliza-se para receber cinco migrantes do navio Sea Watch	https://www.publico.pt/1878194	2019
Portugal disponível para receber dez das 106 pessoas resgatadas no Mediterrâneo	https://www.publico.pt/1879152	2019
Migrantes, todos nós	https://www.publico.pt/1879277	2019
147 é número para onde cidadãos vão poder ligar para tirar dúvidas sobre serviços públicos	https://www.publico.pt/1882367	2019
Bebés sem registo de nascimento: Estado obriga imigrantes a levar tradutor	https://www.publico.pt/1881907	2019
Governo quer saber se legislação sobre crimes de ódio contra migrantes é adequada	https://www.publico.pt/1883043	2019
Peregrinação do Migrante e do Refugiado começa no Santuário de Fátima	https://www.publico.pt/1883129	2019
SEF suspendeu marcações para imigrantes e não sabe quando as retoma	https://www.publico.pt/1883492	2019
“Estes imigrantes são como os portugueses que foram para França”	https://www.publico.pt/1882705	2019
Atrasos no SEF: Bruna teve de ir de Lisboa à Madeira para permanecer legal, Priscila não conseguiu ir visitar a mãe doente	https://www.publico.pt/1883827	2019
Vagas para atendimento no SEF à venda na Internet: preços podem chegar aos 600 euros, diz associação	https://www.publico.pt/1883927	2019
António Vitorino elogia resposta do Estado português mas admite “insuficiências” no SEF	https://www.publico.pt/1885063	2019
Emprego continua a subir entre imigrantes e Portugal recebeu mais refugiados, diz relatório da OCDE	https://www.publico.pt/1886942	2019
“O cinema pode, pelo menos, salvar as imagens”	https://www.publico.pt/1886752	2019
Associações preparam queixa à Comissão Europeia sobre “falta de políticas” para imigrantes	https://www.publico.pt/1888380	2019
Quase 83 mil imigrantes obtiveram autorização de residência em Portugal	https://www.publico.pt/1888281	2019
Tolentino Mendonça cardeal: “Ser cristão é um risco, ser humano é um grande risco”	https://www.publico.pt/1888944	2019
Marcelo defende que fixar quota para migrantes é “tapar o sol com a peneira”	https://www.publico.pt/1889678	2019
Solidariedade Imigrante denunciou esquemas: “Fecham-se as portas e as máfias crescem”	https://www.publico.pt/1890101	2019
Quando as leis apertam para imigrantes, as redes ilegais aparecem	https://www.publico.pt/1890170	2019
Portugueses consideram positiva a entrada de imigrantes no mercado de trabalho	https://www.publico.pt/1891261	2019
Migrantes em Odemira terão Net, ar condicionado e relva... nas suas casas precárias	https://www.publico.pt/1892056	2019
Imigração: há freguesias a cobrar 30 euros e outras dez vezes menos por atestados de residência	https://www.publico.pt/1892607	2019

Um novo mapa de Itália, versão design	https://www.publico.pt/1894170	2019
Oito jovens migrantes desembarcam na praia de Monte Gordo: “Tinham frio e fome”	https://www.publico.pt/1896955	2019
Portugal pode vir a acolher migrantes que desembarcaram em praia do Algarve	https://www.publico.pt/1897064	2019
SEF procura suspeitos que terão trazido migrantes marroquinos	https://www.publico.pt/1897043	2019
Ministério Público não abre inquérito a caso de jovens que desembarcaram no Algarve	https://www.publico.pt/1897278	2019
SEF é “o mais grave obstáculo” à integração de migrantes, critica Serviço Jesuíta aos Refugiados	https://www.publico.pt/1897707	2019
A burocracia não faz bem a ninguém	https://www.publico.pt/1897752	2019
Coesão social: o reconhecimento da migração enquanto benefício comum	https://www.publico.pt/1897704	2019
Três imigrantes que enfrentam o novo burocrático do sistema	https://www.publico.pt/1897721	2019
Polícia Marítima intercepta barco com 11 migrantes marroquinos em Olhão	https://www.publico.pt/1902068	2020
A questão dos refugiados também desperta uma escola que respira Europa	https://www.publico.pt/1902576	2020
Enquanto o coronavírus avança, a xenofobia alastra-se pelo mundo	https://www.publico.pt/1902721	2020
E se uma aldeia na Guarda recebesse refugiados? As casas já estão a ser reabilitadas	https://www.publico.pt/1906971	2020
Coronavírus: Odemira tem 500 lugares para quarentena de imigrantes	https://www.publico.pt/1908173	2020
O que acontece aos imigrantes que desconfiam mas ainda não estão regularizados? “Isto vai ser uma calamidade”	https://www.publico.pt/1908143	2020
Coronavírus. Preocupadas, 20 associações questionam Governo sobre direitos de imigrantes	https://www.publico.pt/1908785	2020
Das artes à limpeza: dezenas de brasileiros em Portugal pedem resposta à crise de coronavírus	https://www.publico.pt/1909626	2020
Governo regulariza todos os imigrantes que tenham pedidos pendentes no SEF	https://www.publico.pt/1909791	2020
Regularização de imigrantes com processo no SEF “é histórica”. E quem ficou “de fora”?	https://www.publico.pt/1910068	2020
Largo Residências está a acolher imigrantes com covid-19 em fase de recuperação	https://www.publico.pt/1911205	2020
Covid-19: imigrantes acusam Centro de Saúde das Caldas da Rainha de não atribuir número de utente	https://www.publico.pt/1911506	2020
Covid-19: Um migrante ferido em desacato na base da Ota	https://www.publico.pt/1913462	2020
SEF investiga cinco migrantes que era suposto estarem em “hostel” mas não se sabe onde estão	https://www.publico.pt/1913429	2020
Conselho para os Refugiados diz saber onde estão todos os migrantes que estavam no “hostel” em Lisboa	https://www.publico.pt/1913327	2020
Recurso à GNR foi hipótese para garantir segurança da Ota	https://www.publico.pt/1913357	2020
Eduardo Cabrita empurra responsabilidade para o CPR sobre o caso do “hostel” de Lisboa	https://www.publico.pt/1913390	2020
Há 15 mil imigrantes no Algarve à espera de legalização	https://www.publico.pt/1913442	2020
Pessoas amontoadas em beliches: Fórum Refúgio alertou sobre “hostels” há nove meses	https://www.publico.pt/1913605	2020
Cerca de 200 migrantes em “hostels” de Lisboa testados este fim-de-semana	https://www.publico.pt/1913977	2020
Encaminhar imigrantes para a agricultura: uma proposta polémica	https://www.publico.pt/1914343	2020
Dois olhares perante a injustiça	https://www.publico.pt/1912066	2020

Nós, os outros e os mais vulneráveis	https://www.publico.pt/1914523	2020
Sem trabalho nos campos, imigrantes abandonados à sua sorte no Alentejo	https://www.publico.pt/1914387	2020
Força Aérea com 21 infectados	https://www.publico.pt/1916226	2020
Filhos de imigrantes a residir há um ano em Portugal serão portugueses à nascença	https://www.publico.pt/1916038	2020
“Um estranho numa terra estranha”. Portugal país de imigração (parte 2)	https://www.publico.pt/1916534	2020
Requerentes de asilo transferidos para Santa Margarida recusaram-se a sair do autocarro	https://www.publico.pt/1917499	2020
Universidades europeias e egípcias criam “app” para ensinar línguas a migrantes	https://www.publico.pt/1917658	2020
Migrantes encontrados em Olhão tiveram testes negativos para covid-19 e seguem para Lisboa	https://www.publico.pt/1919746	2020
Barco com sete cidadãos interceptado perto de Olhão	https://www.publico.pt/1919707	2020
O suicídio indiano	https://www.publico.pt/1919444	2020
Migrantes interceptados no Algarve vão ser presentes a tribunal	https://www.publico.pt/1920680	2020
“Redes ilegais de imigração só se combatem se houver vias legais e seguras”	https://www.publico.pt/1920934	2020
Portugal “não deve cair no ridículo” ao falar em rota ilegal para o Algarve	https://www.publico.pt/1920828	2020
Contra regras da ONU, SEF volta a deter 77 crianças migrantes, algumas por mais de um mês	https://www.publico.pt/1920722	2020
Portugal é o único de 17 países europeus a deter migrantes em aeroportos por mais de 48h	https://www.publico.pt/1921107	2020
FMI: imigrantes desempenham papel-chave nas economias mais desenvolvidas	https://www.publico.pt/1921257	2020
A covid-19 demonstrou que os migrantes são trabalhadores essenciais: temos finalmente de os reconhecer enquanto tal	https://www.publico.pt/1921297	2020
PanPopulismo	https://www.publico.pt/1922363	2020
No Bando, a caminhada dos migrantes é também a nossa	https://www.publico.pt/1922438	2020
Três migrantes marroquinos localizados após fuga de instalação no Aeroporto do Porto	https://www.publico.pt/1923045	2020
Grupo de 21 migrantes interceptados na praia da Ilha do Farol, em Faro	https://www.publico.pt/1925386	2020
Migrações: 69 migrantes ilegais interceptados no Algarve em oito meses	https://www.publico.pt/1925425	2020
SEF: sucessão de desembarques de migrantes no Algarve é “inegável” mas é “premature” falar em rota	https://www.publico.pt/1925529	2020
Grupo de 21 migrantes aguarda desfecho do processo na prisão do Linhó	https://www.publico.pt/1925620	2020
BE questiona Governo sobre detenção de 21 migrantes na prisão do Linhó	https://www.publico.pt/1925789	2020
Migrantes: o problema não é nosso	https://www.publico.pt/1925969	2020
Eduardo Cabrita reúne-se com homólogo marroquino com migrantes na agenda	https://www.publico.pt/1927166	2020
Governo vai investir 1,7 milhões de euros em português para estrangeiros	https://www.publico.pt/1927098	2020
Bispo de Santarém defende que estrangeiros são “uma necessidade e um bem”	https://www.publico.pt/1927964	2020
Onze migrantes marroquinos iniciaram motim no aeroporto do Porto e acabaram detidos pela PSP	https://www.publico.pt/1928079	2020
Governo prolonga regularização de imigrantes que esperam decisão final do SEF	https://www.publico.pt/1929989	2020

A educação de muçulmanos, ciganos, imigrantes — essa gente	https://www.publico.pt/1930185	2020
Covid-19: Imigrantes com empregos precários mais atingidos pela crise e abusos	https://www.publico.pt/1931426	2020
Grupo de 28 migrantes interceptado “em pleno areal” de praia da Ilha Deserta, em Faro	https://www.publico.pt/1931664	2020
Dois dos 28 migrantes que desembarcaram no Algarve com covid-19	https://www.publico.pt/1931838	2020
Migrantes marroquinos com ordem de expulsão ficaram em liberdade	https://www.publico.pt/1931745	2020
Migrantes interceptados em praia do Algarve ficam à guarda do SEF	https://www.publico.pt/1932080	2020
Autoridades já encontraram oito dos 17 migrantes ilegais marroquinos que fugiram do quartel em Tavira	https://www.publico.pt/1933571	2020
Detidos 12 migrantes ilegais do grupo de 17 que fugiu de quartel em Tavira	https://www.publico.pt/1933758	2020
Capturados mais quatro migrantes que fugiram de quartel em Tavira	https://www.publico.pt/1933866	2020
Continua em fuga o último homem por capturar dos migrantes que fugiram de Tavira	https://www.publico.pt/1933943	2020
PAN pede audição do ministério da Administração Interna sobre rota de imigração ilegal para o Algarve	https://www.publico.pt/1934258	2020
Parlamento vai ouvir ministros da Presidência e da Administração Interna	https://www.publico.pt/1934323	2020
Mais 21 migrantes marroquinos com ordem de expulsão vão sair em liberdade	https://www.publico.pt/1935592	2020
Marroquinos estiveram em greve de fome por causa de telemóveis. SEF diz que estão retidos para investigação	https://www.publico.pt/1937086	2020
Quando os migrantes se sentem bem-vindos, todos nós beneficiamos	https://www.publico.pt/1937054	2020
Imigrantes vítimas de violência doméstica têm primeiro espaço de atendimento	https://www.publico.pt/1938214	2020
Bolsa de Alojamento Urgente terá resposta habitacional para migrantes e refugiados	https://www.publico.pt/1938179	2020
Estrangeiros já são quase 7% da população	https://www.publico.pt/1938838	2020
Cerca de 50 migrantes aprendem inglês gratuitamente em Lisboa para conseguirem emprego	https://www.publico.pt/1939906	2020
Nove meses depois da morte, família de imigrante morto no SEF não recebeu qualquer contacto do Estado	https://www.publico.pt/1942128	2020
Antes as lágrimas de Temido que o silêncio de Marcelo	https://www.publico.pt/1942763	2020
Para integrar migrantes “é preciso uma aldeia” — Ima já acolhe duas famílias	https://www.publico.pt/1943230	2020
Reforma do SEF: “Ser imigrante não é caso de polícia”	https://www.publico.pt/1943415	2020
Tens milhas acumuladas? Podes doá-las e ajudar migrantes a encontrar uma nova casa	https://www.publico.pt/1943511	2020
Secretária de Estado para as Migrações ficou “completamente chocada” com morte de Ihor	https://www.publico.pt/1943458	2020
Provedora de Justiça diz que Portugal falhou com direitos de imigrantes nos centros do SEF	https://www.publico.pt/1943871	2020
Ventura e Le Pen juntos contra o islamismo e o fluxo de imigrantes	https://www.publico.pt/1945632	2021
A argamassa do Bem e do Mal de Ventura vem de muito longe	https://www.publico.pt/1946507	2021
SEF extinto: decisão sobre entradas de imigrantes ficar na PSP e GNR é contestada no terreno	https://www.publico.pt/1946494	2021
Pandemia e exploração deixam na mendicidade imigrantes que trabalham nos campos do Alentejo	https://www.publico.pt/1946589	2021

A xenofobia é um vírus	https://www.publico.pt/1947646	2021
O meu primeiro voto como cidadã portuguesa	https://www.publico.pt/1948027	2021
Desumana, desnecessária, dispendiosa: há que abolir a detenção de migrantes	https://www.publico.pt/1948257	2021
Há escolas a deixar imigrantes sem acção social nem computador	https://www.publico.pt/1950561	2021
“Pedi ajuda. O consulado indicou-me os postos de apoio alimentar para os sem-abrigo”	https://www.publico.pt/1951407	2021
Os imigrantes são bem-vindos na Europa? A opinião de nativos e imigrantes	https://www.publico.pt/1951363	2021
A maioria dos 97 marroquinos que desembarcaram no Algarve desapareceu	https://www.publico.pt/1951853	2021
António Vitorino: “Corremos o risco de uma fractura baseada nas questões de saúde”	https://www.publico.pt/1952255	2021
Ministério diz que problemas foram resolvidos, mas há mais crianças imigrantes sem acesso a computador e apoios	https://www.publico.pt/1953256	2021
“Não cometi nenhum crime, não fiz nada de errado. Só queria imigrar para Portugal”	https://www.publico.pt/1954035	2021
Presidência portuguesa obtém consenso sobre dimensão externa do Pacto das Migrações	https://www.publico.pt/1954563	2021
Governo cria plataforma para estrangeiros sem cartão de utente terem vacina contra a covid-19	https://www.publico.pt/1954679	2021
Estratégia de testagem já tem “task force” e vai fazer chegar testes a sem-abrigo, trabalhadores sazonais e migrantes	https://www.publico.pt/1955649	2021
O que tem um trabalhador agrícola imigrante em Portugal a ver com as alterações climáticas?	https://www.publico.pt/1956491	2021
Quatro propostas para a reforma do SEF: o ponto de vista dos imigrantes	https://www.publico.pt/1956666	2021
Alunos migrantes são segregados e escolas não fazem tudo para o evitar	https://www.publico.pt/1957815	2021
Alunos pobres não são burros, mas a escola não sabe isso	https://www.publico.pt/1958357	2021
Odemira: uma vila-fantasma enterrada no pesadelo da covid	https://www.publico.pt/1959840	2021
Câmara de Odemira reuniu-se de emergência para debater cerca sanitária	https://www.publico.pt/1960599	2021
Odemira: depois de infectados, trancas à porta dos insalubres alojamentos dos imigrantes	https://www.publico.pt/1960691	2021
Morte de Ihor Homenyuk: cronologia dos factos	https://www.publico.pt/interactivo/cronologia-sef	2020
PJ investiga várias queixas de tráfico de pessoas e escravatura em Odemira	https://www.publico.pt/1960886	2021
Mercearias do Alentejo já não passam sem gengibre	https://www.publico.pt/1961070	2021
Já foram identificados 22 casos de migrantes a necessitar de alojamento para cumprir quarentena	https://www.publico.pt/1961141	2021
Encerrados empreendimentos turísticos e alojamento local em São Teotónio e Almogrove	https://www.publico.pt/1961081	2021
Presidente da Caritas de Beja critica os sindicatos por não defenderem os imigrantes	https://www.publico.pt/1961116	2021
São várias as Índias que moram em Portugal	https://www.publico.pt/1961072	2021
Maioria de imigrantes da Ásia paga 10 mil euros para chegar ao Alentejo, diz estudo	https://www.publico.pt/1961170	2021
Odemira terá mais uma centena de “aldeias” com o alojamento de imigrantes em contentores	https://www.publico.pt/1961204	2021
Porto lança estratégia municipal para integração profissional de migrantes	https://www.publico.pt/1961345	2021
Autoridades fiscalizam estufas em Odemira. SEF não detectou imigrantes em situação irregular	https://www.publico.pt/1961346	2021

Observatório diz que condições de trabalhadores em Odemira “envergonham” Estado	https://www.publico.pt/1961311	2021
Marcelo pede reflexão sobre “lições de Odemira” e admite “qualquer coisa de criminoso” nessa situação	https://www.publico.pt/1961298	2021
Os Gaibéus do séc. XXI	https://www.publico.pt/1961267	2021
Instalar imigrantes “em guetos dentro das herdades” é uma solução “inaceitável”, critica Câmara de Beja	https://www.publico.pt/1961428	2021
Covid-19. Cercas sanitárias em Odemira fazem disparar procura de apoio na “vizinha” Milfontes	https://www.publico.pt/1961690	2021
Esta antologia quer amplificar as vozes de poetas imigrantes	https://www.publico.pt/1961651	2021
“Incúria e facilitismo” dos sucessivos governos levou a situação explosiva em Odemira, acusam autarcas	https://www.publico.pt/1961869	2021
Pandemia afectou negativamente mais de metade dos migrantes em Portugal	https://www.publico.pt/1962114	2021
Governo vai financiar a instalação de contentores nas quintas de Odemira	https://www.publico.pt/1962186	2021
Algumas perguntas ainda sem resposta sobre os imigrantes de Odemira (e não só)	https://www.publico.pt/1962577	2021
Da precariedade ao tráfico: um retrato dos “cerca de 50 mil trabalhadores” imigrantes na agricultura	https://www.publico.pt/1962553	2021
Vistos platina	https://www.publico.pt/1963358	2021
Portugal foi porta de entrada para 97 migrantes marroquinos num ano	https://www.publico.pt/1963227	2021
Milhares de chamadas de pais marroquinos à procura de filhos menores	https://www.publico.pt/1963669	2021
“Prefiro morrer a voltar”, disse o jovem marroquino que chegou a Ceuta a flutuar em garrafas de plástico	https://www.publico.pt/1964171	2021
Só depois das eleições autárquicas haverá plano para alojar trabalhadores imigrantes em Odemira	https://www.publico.pt/1964279	2021
Odemira: agressão ambiental, exploração imigrante e hipocrisia política	https://www.publico.pt/1963483	2021
Ida de imigrantes irregulares para prisão de Caxias decidida há quatro meses	https://www.publico.pt/1966771	2021
Colocar imigrantes em prisão de Caxias é “retrocesso civilizacional”, acusam 20 organizações	https://www.publico.pt/1966912	2021
BE quer ouvir Eduardo Cabrita por causa de detenção de imigrantes em prisão de Caxias	https://www.publico.pt/1966845	2021
SEF garante que unidade para acolher imigrantes em Caxias vai ficar “totalmente independente” da prisão	https://www.publico.pt/1966966	2021
Detidos cinco homens que integravam grupo avistado perto de praia em Aljezur	https://www.publico.pt/1966864	2021
Caxias é a nova política de imigração?	https://www.publico.pt/1966959	2021
Valores de incidência em Odemira assentes em “erro que tarda em ser corrigido”	https://www.publico.pt/1967677	2021
Forças armadas vacinaram 6000 trabalhadores de explorações agrícolas em Odemira	https://www.publico.pt/1968978	2021
Sete mil estrangeiros sem número de SNS começaram a ser chamados para a vacina	https://www.publico.pt/1968721	2021
“Face às dúvidas suscitadas”, MAI suspende reconversão de ala da prisão de Caxias para colocar imigrantes	https://www.publico.pt/1969449	2021
Pintura inspirada em Marielle Franco em leilão para apoiar a Casa T	https://www.publico.pt/1969832	2021

Imigrantes dizem que são “tratados como lixo” e denunciam “injustiças” no SEF	https://www.publico.pt/1969990	2021
Tomate Cherry sim, neo-escravatura não	https://www.publico.pt/1970054	2021
Cabrita reafirma recuo sobre imigrantes em prisão de Caxias: solução “está suspensa, está bloqueada”	https://www.publico.pt/1970327	2021
Imigração e exploração em Portugal	https://www.publico.pt/1970468	2021
Jovens migrantes e refugiados vigiam a floresta em Castelo Branco	https://www.publico.pt/1971824	2021
O Mezze Escola quer formar refugiados e imigrantes na área da restauração	https://www.publico.pt/2021/08/02	2021
Não há nós e os emigrantes. Há pessoas	https://www.publico.pt/1973157	2021
“Hoje sou imigrante, mas amanhã posso ser portuguesa.” Só 4% dos estrangeiros podem votar	https://www.publico.pt/1974495	2021
Mais de 6600 migrantes vacinados no Alentejo	https://www.publico.pt/1975884	2021
Nunca estiveram tantos migrantes alojados no ZMar. “Eco-resort ”continua sem licenciamento	https://www.publico.pt/1975880	2021
Dois novos resgates elevam para 300 o número de migrantes que chegaram hoje às Canárias	https://www.publico.pt/1977739	2021
Canções de embalar o mundo	https://www.publico.pt/1978722	2021
Provedora da Justiça: “Há demasiados” imigrantes que não se regularizam “por deficiência” do sistema	https://www.publico.pt/1978951	2021
Os municípios e a relação paradoxal com a emigração	https://www.publico.pt/1979027	2021
Imigrantes que estavam na agricultura no Sul estão agora nas indústrias de granito no Norte	https://www.publico.pt/1981682	2021
Assembleia da República recomenda ao Governo uma outra visão sobre as culturas intensivas em Odemira	https://www.publico.pt/1982983	2021
Depois de sair de Belém, Marcelo quer dedicar-se aos migrantes e à CPLP	https://www.publico.pt/1984493	2021
“Baby Doll”: o drama das mulheres migrantes ao som de Beethoven na nova temporada da Gulbenkian	https://www.publico.pt/1985182	2021
Vacinação de indocumentados: lei portuguesa destaca-se na UE, mas há falhas na aplicação	https://www.publico.pt/1985454	2021
Portugal à frente da Europa na vacinação contra covid-19 dos indocumentados	https://www.publico.pt/2021/11/20	2021
Arte Sem Fronteiras: um leilão para ajudar refugiados nos Balcãs	https://www.publico.pt/1986988	2021
Pela solidariedade da festa e para que todos possamos dançar	https://www.publico.pt/1988456	2021
Prémios BPI “la Caixa” Rural apoiam agricultores e migrantes em Bragança e na Guarda	https://www.publico.pt/1988468	2021
Sete militares da GNR acusados de torturar imigrantes e filmar agressões: “É gás pimenta, ó animal!”	https://www.publico.pt/1988946	2021
Na Tapada das Mercês, nasceu uma rádio para passar a informação que não chega aos ouvidos da comunidade migrante	https://www.publico.pt/1988960	2021
“Espero que eles não vão ver os telemóveis”: a frase que autodenunciou sete GNR acusados de agredir imigrantes	https://www.publico.pt/1989073	2021
Serviço Jesuíta aos Refugiados diz que quem tem processos pendentes no SEF deve ser considerado regular	https://www.publico.pt/1989307	2021

Sentença sobre agressões de GNR a imigrantes fala em acto isolado numa altura em que o MP já investigava mais crimes	https://www.publico.pt/1989503	2021
Militar da GNR expulso na sequência de agressões a migrantes em Odemira	https://www.publico.pt/1990076	2021
Abriu portas da Europa a imigrantes ilegais. Tribunal diz-se impotente para punir advogada como merecia	https://www.publico.pt/1990281	2021
Presidente faz retrato de Portugal contemporâneo mais jovem e rico por causa da imigração	https://www.publico.pt/1990453	2022
Com a Speak, aprende-se línguas a conversar – e agora é grátis	https://www.publico.pt/1994027	2022
58 municípios aderiram ao projecto “Integrar Valoriza”	https://www.publico.pt/1994531	2022
Forças Armadas conjuntas, um salário mínimo europeu: em Maastricht discutiu-se a Europa que queremos	https://www.publico.pt/1995826	2022
Imigrantes nas estufas do Alentejo assumem luta por trabalho mais digno	https://www.publico.pt/1996084	2022
Em Odemira, o problema não era “o Cabrita”, mas a exploração de imigrantes	https://www.publico.pt/1996149	2022
Uma comunidade agradecida, “feliz e livre” em Portugal	https://www.publico.pt/1997009	2022
Sete militares da GNR vão a julgamento acusados de agredir imigrantes por causa da sua nacionalidade	https://www.publico.pt/1998292	2022
Fisco prepara atribuição automática de NIF a refugiados da Ucrânia	https://www.publico.pt/2022/03/10	2022
O Jardim da Cerca, na Graça, foi tomado por “mulheres errantes”	https://www.publico.pt/1995172	2022
Há um edifício de entidades para integrar os refugiados ucranianos onde na recepção estão as câmaras	https://www.publico.pt/1998785	2022
Em três semanas, chegaram a Portugal 10 mil refugiados, quase tantos como nos últimos sete anos	https://www.publico.pt/1998902	2022
Primeiro cartão de cidadão para bebés com menos de um ano pode ser pedido “online”	https://www.publico.pt/2000547	2022
“É preciso, urgentemente, dar a palavra às mulheres migrantes”	https://www.publico.pt/2000923	2022
Só um terço dos ucranianos que chegaram a Portugal já podem trabalhar	https://www.publico.pt/2001304	2022
Foram para a Ucrânia por uma vida melhor. Agora refazem-na em Portugal	https://www.publico.pt/2001836	2022
Os 144 centros locais de apoio ao imigrante em Portugal funcionam sem tradutores e sem apoio jurídico	https://www.publico.pt/2001945	2022
MP abre inquérito após denúncia de imigrantes escravizados em Serpa	https://www.publico.pt/2003272	2022
Há cada vez mais denúncias a crimes contra imigrantes, mas nenhuma da minha rua	https://www.publico.pt/2003046	2022
Ser migrante ou refugiado é diferente, mas neste centro há uma “integração humanizada” para todos	https://www.publico.pt/2003695	2022
Subsídios de 90 mil euros para associação Edinstvo aprovados por unanimidade na Câmara de Setúbal	https://www.publico.pt/2004525	2022
Mães migrantes: uma urgência feminista	https://www.publico.pt/2004684	2022
Alto Comissariado “sem conhecimento” de associações de imigrantes com ligações a Moscovo	https://www.publico.pt/2004960	2022
Casa do Brasil celebra 30 anos com maior número de sempre de brasileiros em Portugal: já são 210 mil	https://www.publico.pt/2004909	2022

Mais de 12% da população entre os 16 e 74 anos é de origem imigrante. Um terço nasceu nos PALOP	https://www.publico.pt/2006980	2022
Secas e ciclones na Índia expõem migrantes ao risco de tráfico humano	https://www.publico.pt/2007751	2022
Covid-19 reforçou racismo e discriminação em 2021	https://www.publico.pt/2008617	2022
Amnistia resgata refugiadas ucranianas por suspeitas de exploração laboral	https://www.publico.pt/2008712	2022
Uma viagem pelo “caldeirão de culturas” de Lisboa	https://www.publico.pt/2009014	2022
Portugal disponível para acolher 350 migrantes sob novo mecanismo de solidariedade da UE	https://www.publico.pt/2009673	2022
Língua portuguesa é a maior barreira entre os imigrantes e o emprego, diz Solidariedade Imigrante	https://www.publico.pt/2010627	2022
Mais de dois anos depois da morte de Ihor, centro do aeroporto ainda sem videovigilância em zonas comuns	https://www.publico.pt/2012189	2022
Detentores de “vistos gold” impedidos de entrar ou sair de Portugal por causa de atrasos nas renovações	https://www.publico.pt/2012204	2022
Marcelo: “Não há portugueses puros, como não há brasileiros puros”	https://www.publico.pt/2012326	2022
Marinheiros imigrantes, o lado invisível das pescas portuguesas	https://www.publico.pt/2011985	2022
Acolher e integrar imigrantes: uma política humanista	https://www.publico.pt/2012313	2022
Migrante, vai prá tua terra! Ou ainda acabas no Ruanda	https://www.publico.pt/2012870	2022
PJ detém estrangeiro procurado por homicídio na via pública em França	https://www.publico.pt/2013942	2022
Balcão do migrante e licenciamentos mais simples. Quais as 48 novas medidas do Simplex?	https://www.publico.pt/2014170	2022
Marcelo promete “promulgação imediata” da nova lei de estrangeiros	https://www.publico.pt/2022/07/28	2022
Jovens jogadores estrangeiros abandonados no aeroporto após burla de falso empresário	https://www.publico.pt/2016192	2022
Dentista. Advogado. Cuidador. Estudante. Retratos da maior comunidade imigrante em Portugal	https://www.publico.pt/2017603	2022
Juntas discriminam não-recenseados: Queluz-Belas cobra mais 1233% a imigrantes em atestados de residência	https://www.publico.pt/2019240	2022
Portugal precisa de imigrantes, mas há entraves à integração	https://www.publico.pt/2018982	2022
Polícia Judiciária investiga morte de trabalhador agrícola imigrante em Serpa	https://www.publico.pt/2020566	2022
Apagar velas mata marinheiros	https://www.publico.pt/2023433	2022
Centenas de imigrantes timorenses sem-abrigo em Lisboa: “Não podemos deixar as pessoas ao abandono”	https://www.publico.pt/2024137	2022
Novo visto para procura de trabalho divide associações: imigrantes “correm menos riscos” ou vai “alimentar as máfias”?	https://www.publico.pt/2024763	2022
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras encerra casa de alterne no Porto	https://www.publico.pt/2027566	2022
Alcaide, a aldeia dos cogumelos, volta à festa: há novo Festival Míscaros	https://www.publico.pt/2027807	2022
Cinco equipas “sociais” tentam alojar imigrantes resgatados no Alentejo	https://www.publico.pt/2028870	2022
Uma casa de banho para 70 pessoas: imigrantes viviam “em condições deploráveis”	https://www.publico.pt/2028910	2022
Censos: 20% dos portugueses concentram-se em apenas 1,1% do território	https://www.publico.pt/2028835	2022

Interrogatório de 36 suspeitos de tráfico humano adia instrução para Janeiro	https://www.publico.pt/2028944	2022
Apenas 57 dos 334 imigrantes vítimas de rede de tráfico aceitaram apoio habitacional	https://www.publico.pt/2029136	2022
Tráfico de migrantes leva a uma explosão no número de sem-abrigo em Beja	https://www.publico.pt/2029181	2022
Dois portugueses detidos arranjarão casas para os imigrantes explorados no Alentejo	https://www.publico.pt/2029060	2022
Imigrantes da rede desmantelada no Alentejo vão ter plano de intervenção individual	https://www.publico.pt/2029852	2022
Migrantes? Não sei de nada	https://www.publico.pt/2029216	2022
Vistos para Portugal. Imigrantes do Bangladesh denunciam extorsão. “Paguei 120 euros”	https://www.publico.pt/2030110	2022
Sem dinheiro e comida. Fim da apanha da azeitona aumentará imigrantes sem abrigo em Beja	https://www.publico.pt/2030130	2022
Agência para as Migrações deverá absorver alto-comissariado	https://www.publico.pt/2030593	2022
SEF detém em Loures estrangeiro procurado pela Interpol por ofensas sexuais a menores	https://www.publico.pt/2031681	2022
Serviços sem respostas eficientes para os imigrantes apesar das melhorias na nova lei	https://www.publico.pt/2031578	2022
José Vicente: “Os pedidos de residência deviam ser feitos num serviço administrativo e não ‘numa polícia’”	https://www.publico.pt/2031790	2022
Estrangeiros a viver em Portugal equivalem a toda a população de Lisboa	https://www.publico.pt/2031749	2022
Contribuições de imigrantes para a Segurança Social batem recorde em 2021: foram mais de 1200 milhões de euros	https://www.publico.pt/2032153	2022
Ei SEF, cadê a minha autorização de residência?	https://www.publico.pt/2032998	2022
Pedro Góis: “Apanhámos um susto com os dados dos censos. Sem imigração o país já não sobrevive”	https://www.publico.pt/2032557	2022
Os imigrantes são um “negócio lucrativo”	https://www.publico.pt/2032953	2022
Tribunal de Beja condenou militares da GNR que humilharam imigrantes em Odemira	https://www.publico.pt/2034483	2023
“Explorados por todos”, os imigrantes encontram refúgio neste bar de Beja	https://www.publico.pt/2033630	2023
BE apresenta queixa na PGR sobre ilegalidades na contratação de mão de obra migrante	https://www.publico.pt/2037144	2023
Grupo de jovens espancou e roubou imigrante em Olhão	https://www.publico.pt/2037451	2023
Num mês, grupo de jovens de Olhão agrediu 15 imigrantes	https://www.publico.pt/2037651	2023
Marcelo pede desculpa a imigrante agredido em Olhão	https://www.publico.pt/2037869	2023
Marcelo pede “condições de trabalho e alojamento” para imigrantes e rejeita “justiça popular”	https://www.publico.pt/2037799	2023
Montenegro e Moedas divergem sobre exigência de contrato de trabalho a imigrantes	https://www.publico.pt/2038249	2023
Carlos Moedas: imigrantes em Portugal só “se tiverem contrato de trabalho”	https://www.publico.pt/2038110	2023
Carlos Moedas critica novo visto para imigrantes que procuram trabalho em Portugal	https://www.publico.pt/2023/02/09	2023
Indignar-se para ter boa consciência	https://www.publico.pt/2038329	2023
Contingentes de imigrantes foram suspensos por decisão do Governo de que Moedas fez parte?	https://www.publico.pt/2038395	2023
PS acusa Montenegro e Moedas de “profundo desprezo” pelos imigrantes	https://www.publico.pt/2038535	2023
Silêncio cúmplice com a grave situação de muitos imigrantes é racismo e xenofobia	https://www.publico.pt/2038405	2023

Ventura não está só – Montenegro também já tem um discurso xenófobo	https://www.publico.pt/2023/02/12	2023
Três jovens de 16 anos detidos por agressões a imigrante nepalês em Olhão	https://www.publico.pt/2038687	2023
Escolhem “vítimas vulneráveis”, roubam e agridem. PSP detém três jovens e identifica outros oito em Olhão	https://www.publico.pt/2038659	2023
“Fui emigrante, sou casado com uma imigrante”: Moedas responde a Marcelo	https://www.publico.pt/2038937	2023
Alojamento ilegal em supermercado no Porto albergava seis imigrantes do Bangladesh	https://www.publico.pt/2039130	2023
Jovens que agrediram imigrantes em Olhão ficam em prisão preventiva	https://www.publico.pt/2039002	2023
Portugal entre os países que menos diferenciam nacionais de imigrantes na protecção social	https://www.publico.pt/2039148	2023
Seis pessoas acusadas pela morte de 18 migrantes num camião na Bulgária	https://www.publico.pt/2039487	2023
Do BE ao Chega. Partidos trocam críticas sobre imigração à carte	https://www.publico.pt/2039543	2023
Montenegro acusa Governo de andar “a reboque” do PSD e defende plano para imigrantes	https://www.publico.pt/2039602	2023
Imigrante moldovo agredido em Beja permanece nos cuidados intensivos	https://www.publico.pt/2039877	2023
Reconstruir todo o sistema de imigração em Portugal: reforçar políticas, alterar práticas	https://www.publico.pt/2040067	2023
Responsabilidade de migrantes em tendas é do SEF e Segurança Social, diz Rui Moreira	https://www.publico.pt/2040024	2023
Imigrantes: as contas (1)	https://www.publico.pt/2040219	2023
Para Moedas, Lisboa não tem lugar para migrantes pobres	https://www.publico.pt/2039985	2023
É altura de os pretos saírem do armário	https://www.publico.pt/2040560	2023
A nacionalidade da besta	https://www.publico.pt/2040581	2023
Governo britânico prepara lei para impedir migrantes que cruzam o Canal de pedir asilo	https://www.publico.pt/2041213	2023
Pelo crime de ser mulher e imigrante afegã, não pude terminar os estudos	https://www.publico.pt/2041402	2023
Atacar os migrantes transformou-se em desporto político	https://www.publico.pt/2041810	2023
A Ericeira vive um dilema: a sua “alma” vai sobreviver à “invasão” estrangeira?	https://www.publico.pt/2041938	2023
Imigrantes: as políticas (3)	https://www.publico.pt/2042002	2023
Mais de 900 imigrantes brasileiros pediram apoio para regressar ao Brasil	https://www.publico.pt/2042013	2023
O passado é um país estrangeiro	https://www.publico.pt/2041966	2023
Marcelo defende maior representação de jovens e imigrantes no poder político	https://www.publico.pt/2043140	2023
Amnistia aponta violações dos direitos dos migrantes e à habitação em Portugal	https://www.publico.pt/2044077	2023
Número de médicos estrangeiros bate recorde. Mas muitos ficam pelo caminho	https://www.publico.pt/2043889	2023
Casa do Brasil atende dois a quatro casos de burla a imigrantes por semana	https://www.publico.pt/2045481	2023
Imigrantes brasileiros queixam-se de terem sido vítimas de burla	https://www.publico.pt/2045482	2023
P24. “Uma boa inclusão dos migrantes passa por garantir celeridade no acesso à documentação”	https://www.publico.pt/2045535	2023
Multiplicam-se os esquemas para tirar proveito de imigrantes	https://www.publico.pt/2044744	2023
A sinfonia migrante a que Tiago Cadete dá voz	https://www.publico.pt/2048148	2023

SEF detém na Guarda cidadão com mandado de captura por homicídio no Paquistão	https://www.publico.pt/2050500	2023
Um quarto para cinco por mil euros: a vida de inúmeros imigrantes em Lisboa e Porto	https://www.publico.pt/2050332	2023
Situação de “pleno emprego” atrai imigrantes, mas dinheiro não chega para a habitação	https://www.publico.pt/2050493	2023
P24. Como a crise da habitação está a afectar imigrantes em Lisboa e Porto	https://www.publico.pt/2050656	2023
Em Oliveira do Bairro há uma orquestra que junta um “mundo de gentes”	https://www.publico.pt/2050533	2023
UE propõe impor até 22 mil euros de pagamento aos Estados-membros por cada refugiado recusado	https://www.publico.pt/2052542	2023
A subalterna pode e vai falar	https://www.publico.pt/2052466	2023
Migrantes da península Ibérica levaram agricultura para o Noroeste de África há 7500 anos	https://www.publico.pt/2052588	2023
Migrantes vítimas de abusos no Mundial 2022 sem acesso à justiça, diz Amnistia Internacional	https://www.publico.pt/2053497	2023
Lixo, baratas e quartos com nove camas. Migrantes pagavam entre 270 e 320 euros	https://www.publico.pt/2054201	2023
Projecto português Native Scientists premiado no Novo Bauhaus Europeu	https://www.publico.pt/2054317	2023
Dez arguidos, quatro detidos, droga e dinheiro apreendidos em megaoperação da Polícia Marítima	https://www.publico.pt/2054240	2023
Estrangeiros em Todos os Lugares é o tema da Bienal de Arte de Veneza 2024	https://www.publico.pt/2054295	2023
Rede de tráfico de amêijoas e exploração laboral: detidos ouvidos no Tribunal do Barreiro	https://www.publico.pt/2054384	2023
Naufrações, migrantes e julgamentos	https://www.publico.pt/2054345	2023
Emigrantes. Imigrantes.	https://www.publico.pt/2023/06/24	2023
Manifestantes homenagearam em Lisboa mais de 50 mil mortos no Mediterrâneo	https://www.publico.pt/2054601	2023
Mortágua acusa o Governo de “facilitar a exploração” laboral dos imigrantes	https://www.publico.pt/2054645	2023
Turistas pagam 3500 euros para atravessar uma das rotas migratórias mais perigosas do mundo	https://www.publico.pt/2054753	2023
PJ detém estrangeiro por burla informática de 1,5 milhões de euros	https://www.publico.pt/2055825	2023
Aumenta o número de alunos com pais estrangeiros nas escolas do básico e secundário	https://www.publico.pt/2056125	2023
Médicos cubanos, liberdade e responsabilidade	https://www.publico.pt/2056284	2023
Mogadouro dedica festival Terra Transmontana a todos os migrantes	https://www.publico.pt/2056593	2023
Detidos seis suspeitos de rede ilegal que terá afectado seis mil imigrantes	https://www.publico.pt/2057098	2023
Rede trazia imigrantes com papéis falsos para entrevistas com o SEF	https://www.publico.pt/2057231	2023
Mortágua quer mais fiscalização e habitação para dar condições dignas a imigrantes	https://www.publico.pt/2057762	2023
A Orquestra Geração vai construir pontes entre músicas e culturas na Gulbenkian	https://www.publico.pt/2057707	2023
O limbo de quem espera no Centro do SEF no aeroporto de Lisboa: “Quem tem a sua liberdade preza-a”	https://www.publico.pt/2057699	2023
Ordem acusa Governo de desistir dos médicos em Portugal e de favorecer estrangeiros	https://www.publico.pt/2059324	2023
Emigração deve ser fruto de “escolha livre e ponderada”, diz Comissão Episcopal	https://www.publico.pt/2060090	2023
Fundação Padre Américo vai construir 41 alojamentos para migrantes no Alentejo	https://www.publico.pt/2061105	2023
Em Guimarães, o desenho de Dayana Lucas encontra-se com o de José de Guimarães	https://www.publico.pt/2062323	2023

Portugal está disponível para acolher “alguns migrantes” que chegam a Lampedusa	https://www.publico.pt/2063904	2023
Novos imigrantes brasileiros são de grandes cidades e têm entre 20 e 40 anos	https://www.publico.pt/2066796	2023
Agência que substituiu SEF quer regularizar situação de 600 mil imigrantes até finais de Março	https://www.publico.pt/2068334	2023
Um ano, 2600 vistos. Os nómadas digitais gostam de viajar ou vêm para ficar?	https://www.publico.pt/2068427	2023
Ministra não se compromete com calendário para regularização de 600 mil imigrantes	https://www.publico.pt/2069227	2023
Associação de Castelo Branco registou mais de 26 mil migrantes em 25 anos	https://www.publico.pt/2069964	2023
Detido pela PJ presumível autor da burla “Olá, Mãe/Olá, Pai”	https://www.publico.pt/2070594	2023
Câmaras do Alentejo dizem-se impotentes para fiscalizar a insalubridade em que vivem imigrantes	https://www.publico.pt/2071014	2023
Aumenta número de camas ocupadas no SNS por sem-abrigo, idosos e imigrantes com alta	https://www.publico.pt/2072224	2023
Prorrogação de visto passa a ser automática para migrantes sem registo criminal	https://www.publico.pt/2072505	2023
Atrasos na renovação de autorização de residência persistem. António perdeu o emprego	https://www.publico.pt/2072880	2023
Marcelo apela ao respeito pelos direitos de todos os migrantes, sem discriminação	https://www.publico.pt/2074112	2023
Imigrantes deram mais de 1600 milhões de lucro à Segurança Social	https://www.publico.pt/2074015	2023
Já se sabe quantos filhos e netos de imigrantes há em Portugal: 450 mil	https://www.publico.pt/2075072	2023
Há cada vez mais pessoas a procurar o Porto Santo para envelhecer	https://www.publico.pt/2074426	2024
Portugal precisa de mais imigrantes	https://www.publico.pt/2024/01/10	2024
Associações de apoio a imigrantes dispensam funcionários por falta de financiamento	https://www.publico.pt/2076465	2024
Na noite fria de Lisboa, foram muitos os sem-abrigo estrangeiros a procurar um tecto	https://www.publico.pt/2076574	2024
Há “400 milhões” para igualdade de género? Os factos sobre três afirmações de Ventura na Convenção do Chega	https://www.publico.pt/2076786	2024
Os estrangeiros não param de chegar a Penela. “Juntos podemos fazer coisas bonitas”	https://www.publico.pt/2077304	2024
Imigrantes “têm direito à sua dignidade humana”: Ordem dos Advogados visita aeroporto	https://www.publico.pt/2077418	2024
Ordem defende que migrantes tenham advogado logo que são barrados no aeroporto	https://www.publico.pt/2077931	2024
“Intolerável”: provedoria quer que PSP deixe de “imediato” de pôr migrantes a dormir no chão	https://www.publico.pt/2077813	2024
Despertador: Provedoria quer que PSP deixe de “imediato” de pôr migrantes a dormir no chão	https://www.publico.pt/2077910	2024
“Há pouco que a AIMA possa fazer” pelas condições em que migrantes dormem no aeroporto	https://www.publico.pt/2078016	2024
A imigração no Alentejo também é uma força artística	https://www.publico.pt/2078092	2024
Mitos e mentiras sobre os imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2078286	2024
De expatriados, imigrantes e uma improvável quase convergência	https://www.publico.pt/2078505	2024
O autocarro da tia que nunca chega	https://www.publico.pt/2078854	2024
Advogado tem 200 processos contra a AIMA, sucessora do SEF. “As pessoas estão desesperadas”	https://www.publico.pt/2024/01/31	2024
Contabilista acusada de falsificar recibos de vencimento de imigrantes no Algarve	https://www.publico.pt/2079299	2024
Imigrantes sem representação nas listas eleitorais	https://www.publico.pt/2079392	2024

Câmara de Beja coloca imigrantes num gueto para resolver um problema da Cruz Vermelha	https://www.publico.pt/2080336	2024
Chega de racismo e xenofobia	https://www.publico.pt/2080372	2024
SOS Racismo quer direito de voto para imigrantes e descolonização de manuais escolares	https://www.publico.pt/2081266	2024
Com um brilho nos olhos, o Volt foi ao Martim Moniz abraçar o mundo inteiro	https://www.publico.pt/2081351	2024
Há cada vez mais gente a consumir droga às claras nas ruas da Mouraria	https://www.publico.pt/2081264	2024
Ventura quer “limpar” Portugal. E o Chega?	https://www.publico.pt/2081277	2024
Sem-abrigo, reclusos e muitos migrantes de fora. Dados da pobreza podem estar “subestimados”, alerta a Caritas	https://www.publico.pt/2081687	2024
Existe relação entre imigração e segurança, como sugeriu Passos Coelho? Não	https://www.publico.pt/2081845	2024
AIMA propõe apoios sociais para convencer imigrantes a aprender Português	https://www.publico.pt/2081928	2024
Os portugueses não estão inseguros. Mas os imigrantes estão	https://www.publico.pt/2081991	2024
Dois exemplos de quem não amua	https://www.publico.pt/2082006	2024
Organizações acusam Junta de Arroios de criar obstáculos à regularização de imigrantes	https://www.publico.pt/2082533	2024
Portugal é um país amigável para migrantes venezuelanas, considera activista	https://www.publico.pt/2083149	2024
Quase um quarto dos bebés nascidos em Portugal em 2022 tinham mãe com nacionalidade estrangeira	https://www.publico.pt/2083131	2024
Na casa dos outros	https://www.publico.pt/2083368	2024
Consumo de droga em Lisboa aumenta entre migrantes e jovens	https://www.publico.pt/2083816	2024
De Lisboa ao Bangladesh: as muitas vidas da Baixa passam pelo centro de saúde	https://www.publico.pt/2082595	2024
Um terço das reclamações por corte no subsídio de desemprego foram de imigrantes	https://www.publico.pt/2083796	2024
Cáritas avisa que está a chegar ao limite da sua capacidade de ajuda aos migrantes	https://www.publico.pt/2083899	2024
Chumbos entre alunos de origem estrangeira aumentaram em 2021/22	https://www.publico.pt/2084046	2024
Portugal mantém redução nos casos de tuberculose, mas regista aumento entre os imigrantes	https://www.publico.pt/2084500	2024
Deputado do Chega foi imigrante ilegal em França para fugir à ditadura? As contas desmentem	https://www.publico.pt/2084528	2024
“É importante que os migrantes sintam que pertencem à comunidade local”	https://www.publico.pt/2084603	2024
Advogados de migrantes criticam burocracia que impede cumprimento da lei	https://www.publico.pt/2084709	2024
IGAI: migrantes devem ter advogado antes da recusa de entrada no aeroporto	https://www.publico.pt/2085034	2024
“Como imigrante, geralmente não sou levada a sério.” Opinião de Michele Pereira vence	https://www.publico.pt/2085265	2024
Migrações: “Falta estratégia” e “apoio”, dizem organizações. Santa Casa tem mais pedidos de ajuda	https://www.publico.pt/2084953	2024
A ciência no Sul	https://www.publico.pt/2084527	2024
O combate à corrupção, o deputado que foi imigrante ilegal e o dinheiro do PRR	https://www.publico.pt/2085772	2024
Imigração: programa de Governo tem recuos de 20 anos, diz directora de Observatório	https://www.publico.pt/2086853	2024
Governo denuncia “degradação da situação migratória” resultante da extinção do SEF	https://www.publico.pt/2087496	2024
Montenegro promete maior agilidade e respeito pela dignidade dos imigrantes	https://www.publico.pt/2087735	2024

Amnistia destaca violência de género e contra migrantes e habitação em Portugal	https://www.publico.pt/2088109	2024
“Achávamos que a regularização de imigrantes ia melhorar com a AIMA. Não aconteceu”	https://www.publico.pt/2088388	2024
Brasileiros são 35% dos mais de um milhão de estrangeiros residentes em Portugal	https://www.publico.pt/2088390	2024
Brasileiros são 35% dos mais de um milhão de estrangeiros residentes	https://www.publico.pt/2024/04/28	2024
Provedora preocupada e perplexa com casos recentes na justiça	https://www.publico.pt/2088594	2024
BE quer gabinetes jurídicos em aeroportos para apoiar estrangeiros antes de recusa de entrada	https://www.publico.pt/2088940	2024
Presidente da República condena “ataques racistas” contra imigrantes no Porto	https://www.publico.pt/2089250	2024
Imigrantes dormiam quando violência lhes entrou casa adentro	https://www.publico.pt/2089267	2024
Câmara do Porto responsabiliza Governo pela segurança pública	https://www.publico.pt/2089306	2024
Ataques racistas no Porto: “Vejo semelhanças com o caso de Alcindo Monteiro”	https://www.publico.pt/2089307	2024
Mais de 100 pessoas manifestam-se contra o racismo no Porto	https://www.publico.pt/2089268	2024
Chega quer explicações do Governo sobre ataque a imigrantes no Porto	https://www.publico.pt/2089309	2024
Rui Moreira pede extinção da AIMA e condena “ataque inaceitável” a imigrantes no Porto	https://www.publico.pt/2089353	2024
OIM alerta para “estereótipo sexual” sobre mulheres imigrantes brasileiras em Portugal	https://www.publico.pt/2089534	2024
Indignação seletiva com crimes	https://www.publico.pt/2089613	2024
Rui Moreira diz que funcionamento da AIMA “atinge foros de escândalo”	https://www.publico.pt/2089973	2024
O Fundão estendeu a mão aos imigrantes e com eles está a salvar toda a região	https://www.publico.pt/2090010	2024
AIMA diz que 50 mil imigrantes deram passo para pagar taxas de regularização	https://www.publico.pt/2090265	2024
Um tabu chamado racismo	https://www.publico.pt/2090274	2024
É o racismo e é a aporofobia	https://www.publico.pt/2024/05/14	2024
Solidariedade Imigrante fora de apoio comunitário. “Vamos recorrer. É uma incongruência gritante”	https://www.publico.pt/2090383	2024
Os imigrantes correm perigo em Portugal	https://www.publico.pt/2024/05/15	2024
Da AIMA à habitação: organizações de migrantes apontam prioridades para o Governo	https://www.publico.pt/2091267	2024
Ministro reúne com Moedas para resolver situação “indigna” de imigrantes sem-abrigo	https://www.publico.pt/2091445	2024
Governo vai rever modelo institucional de gestão da entrada de imigrantes	https://www.publico.pt/2091432	2024
“Portugueses estão fartos de eleições”. Candidato do Chega à Europa admite aprovação do OE25	https://www.publico.pt/2091282	2024
Menos de 10% dos concelhos têm plano para migrantes. Porto e Lisboa com muito por fazer	https://www.publico.pt/2091740	2024
Imigrantes: afinal, de quem falamos?	https://www.publico.pt/2091996	2024
Balcão de Denúncia para imigrantes com meia centena de queixas numa semana	https://www.publico.pt/2092275	2024
Comissão contra o Racismo lamenta poucos julgamentos de crimes de ódio	https://www.publico.pt/2092325	2024
Câmara diz que há menos sem-abrigo no Porto, mas não conta imigrantes irregulares	https://www.publico.pt/2092749	2024
Do reforço policial ao aumento do acolhimento: o plano estratégico para a imigração	https://www.publico.pt/2092751	2024
Montenegro recusa ligação entre imigração e insegurança mas reforça controlo policial	https://www.publico.pt/2092738	2024

Manifestação de interesse extinta. Imigrantes têm de ter visto de trabalho antes de entrar em Portugal	https://www.publico.pt/2024/06/03	2024
Junta da Ajuda recorda promessa de centro intergeracional em antigo hospital de Belém	https://www.publico.pt/2092882	2024
Governo quer academia a estudar impacto dos migrantes na sustentabilidade do SNS	https://www.publico.pt/2092823	2024
À porta da AIMA, desconhecem-se as novas regras mas são “bem-vindas” se agilizarem processos	https://www.publico.pt/2092897	2024
Ventura manipula vídeo com imigrante para fugir a críticas e imita Trump com ataque a jornalistas	https://www.publico.pt/2093327	2024
O Presidente tem razão, não é possível travar a imigração	https://www.publico.pt/2093307	2024
O mundo dos imigrantes	https://www.publico.pt/2024/06/09	2024
Imigrantes da Índia e Bangladesh contestam alterações à lei de estrangeiros	https://www.publico.pt/2093743	2024
ERC abre procedimento oficioso sobre vídeo colocado nas redes sociais pelo Chega	https://www.publico.pt/2093745	2024
Em Volta para a Tua Terra, Keli Freitas usa o afecto para falar de imigração	https://www.publico.pt/2093881	2024
Quando a esperança depende da AIMA e do Tribunal Administrativo e Fiscal	https://www.publico.pt/2094180	2024
Chega pressionou PSD a aprovar propostas que restringem imigração, mas a abstenção não chegou	https://www.publico.pt/2094600	2024
Portugueses não vêem imigrantes como perigo	https://www.publico.pt/2094667	2024
Portugal estuda plano de “recrutamento ético” de imigrantes	https://www.publico.pt/2094662	2024
Polícia Judiciária detém no aeroporto de Lisboa jovem alvo de mandado europeu	https://www.publico.pt/2094939	2024
Porto vai candidatar-se ao fundo para criação de plano de integração de migrantes	https://www.publico.pt/2095240	2024
Freguesia lisboeta da Ajuda vai ter equipa para apoiar idosos	https://www.publico.pt/2095695	2024
Quem quer imigração ilegal?	https://www.publico.pt/2024/07/02	2024
Governo promete 2,5 milhões para formar refugiados e migrantes no turismo	https://www.publico.pt/2096365	2024
Associações de imigrantes ameaçam com manifestação e lamentam que PR não as receba	https://www.publico.pt/2096831	2024
Associações de imigrantes dizem que Marcelo vai lutar pelo regresso da manifestação de interesses	https://www.publico.pt/2097632	2024
Fim “abrupto” da manifestação de interesses vai “desregular” a entrada de imigrantes	https://www.publico.pt/2097960	2024
De artista de rua à TVI, Àkila a.k.a Puta da Silva leva inquietação e afecto ao festival Mimo	https://www.publico.pt/2098266	2024
Jovens imigrantes demoram menos tempo a encontrar emprego do que a média	https://www.publico.pt/2098248	2024
Governo quer facilitar vinda de quadros no estrangeiro das empresas de construção	https://www.publico.pt/2098463	2024
Associações reúnem-se para tentar resolver “desespero” de trabalhadores imigrantes	https://www.publico.pt/2098925	2024
Jesuítas pedem reagrupamento familiar para integrar imigrantes e diminuir receios	https://www.publico.pt/2099025	2024
Associações de imigrantes exigem ser recebidas pelo primeiro-ministro	https://www.publico.pt/2099053	2024
Esquadra dedicada à violência doméstica regista mais queixas de imigrantes e mulheres mais velhas	https://www.publico.pt/2098855	2024
PJ detém suspeito de burlas “Olá pai/Olá mãe”	https://www.publico.pt/2099254	2024
Turismo: apoio de 2,5 milhões servirá para formar mil imigrantes	https://www.publico.pt/2099580	2024

Condutor de TVDE que terá abusado de cliente adormecida no banco de trás fica em prisão preventiva	https://www.publico.pt/2099908	2024
Com duas sócias portuguesas, Beatriz ajuda nos processos de legalização	https://www.publico.pt/2100101	2024
As dores e as delícias de ser microempreendedora imigrante em Portugal	https://www.publico.pt/2100509	2024
Caminhos para o imigrante empreendedor	https://www.publico.pt/2101023	2024
Centros de atendimento para resolver processos de imigrantes abrem em Setembro	https://www.publico.pt/2101582	2024
Minha casa portuguesa	https://www.publico.pt/2101327	2024
Associações de imigrantes recorrerão ao Parlamento pela manifestação de interesse	https://www.publico.pt/2101782	2024
Imigrantes querem entregar no Parlamento petição pelo regresso da manifestação de interesse	https://www.publico.pt/2101768	2024
Como os indonésios estão a salvar a pesca portuguesa	https://www.publico.pt/2101732	2024
Imigrar foi necessário; votar (também) é preciso	https://www.publico.pt/2101926	2024
Portugal a caminho de 15% de população de imigrantes? Dados oficiais não o confirmam	https://www.publico.pt/2102161	2024
Alam Shah Kazol: o guardião da comunidade bengalesa do Porto	https://www.publico.pt/2101802	2024
Livro policial fala do choque cultural de imigrantes brasileiros em Lisboa	https://www.publico.pt/2102447	2024
Portugal emitiu 345 ordens de expulsão de imigrantes no primeiro trimestre. É o 5.º valor mais baixo da UE	https://www.publico.pt/2102621	2024
Interactivo: o que sabemos (e não sabemos) sobre os imigrantes em Portugal?	https://www.publico.pt/interactivos/	2024
Novos desafios para novos “abris”: o Alentejo, a agricultura e a população migrante	https://www.publico.pt/2102853	2024
Imigrantes à espera do Parlamento	https://www.publico.pt/2102637	2024
Primeiro centro de atendimento para regularizar imigrantes deverá atender 240 pessoas por dia	https://www.publico.pt/2103516	2024
Oliveira do Bairro candidata projectos para apoiar famílias vulneráveis e migrantes	https://www.publico.pt/2103594	2024
Número de alunos migrantes aumentou 160% em cinco anos. São hoje 140 mil	https://www.publico.pt/2103640	2024
Militar acusado de agredir imigrantes em Odemira expulso da GNR	https://www.publico.pt/2103600	2024
Em Lisboa, e não só, é urgente “desconstruir falsas ideias” sobre migrantes	https://www.publico.pt/2103967	2024
“É completamente evidente que motivo é ódio racial”: PJ não tem dúvidas sobre facadas a imigrantes no Porto	https://www.publico.pt/2103899	2024
AIMA deixa de obedecer a notificações judiciais e dificulta mais a vida de imigrantes	https://www.publico.pt/2104124	2024
Quatro bombeiros e três civis. Quem são as vítimas dos incêndios?	https://www.publico.pt/2104515	2024
Brasileiros lideram processos de expulsões de Portugal por irregularidades	https://www.publico.pt/2104493	2024
Carlos morreu carbonizado a recuperar as máquinas da empresa. Porquê?	https://www.publico.pt/2024/09/20	2024
Número de sem-abrigo está a aumentar, cerca de 15% são migrantes	https://www.publico.pt/2105050	2024
Abaixo-assinado quer volta da Manifestação de Interesse para regularizar imigrantes	https://www.publico.pt/2105101	2024
Bitoques & Imperiais, um olhar dos imigrantes sobre a sociedade portuguesa	https://www.publico.pt/2024/09/24	2024
Um filme feito em Portugal por um imigrante extracomunitário é uma obra nacional?	https://www.publico.pt/2105305	2024

Advogados vão receber 7,5 euros por processo de legalização de imigrantes	https://www.publico.pt/2105373	2024
Quase 40% de empresas de turismo sem apoios a trabalhadores imigrantes	https://www.publico.pt/2105538	2024
PSP vai ter unidade para controlo de fronteiras e fiscalização de imigrantes. Sindicato preocupado com falta de meios	https://www.publico.pt/2105622	2024
Sinho guia-nos por bairros demolidos na Amadora. É “um tributo aos moradores”. E é “denúncia”	https://www.publico.pt/2105709	2024
Fechar portas à imigração? Patrões avisam: seria “devastador” para a economia	https://www.publico.pt/2105837	2024
A brasileira que usa a “advocacia de guerrilha” para enfrentar a AIMA	https://www.publico.pt/2105905	2024
Processo de reagrupamento familiar de imigrantes começa a acelerar este mês	https://www.publico.pt/2106234	2024
Falta de meios dificulta integração de milhares de alunos migrantes em Portugal e Espanha	https://www.publico.pt/2107106	2024
Para pesquisadora, os imigrantes brasileiros triunfam pela simpatia e educação	https://www.publico.pt/2106923	2024
Como ser imigrante em Portugal, poupar e ter um futuro de tranquilidade	https://www.publico.pt/2107096	2024
Portugal tinha um dos regimes mais flexíveis na recepção de trabalhadores imigrantes	https://www.publico.pt/2107296	2024
Imigrantes irregulares com um ano de descontos poderão pedir autorização de residência	https://www.publico.pt/2024/10/11	2024
Número de imigrantes ilegais na Europa é o mesmo há 16 anos e representa menos de 1% da população	https://www.publico.pt/2107681	2024
Alunos com pais estrangeiros chumbam três vezes mais do que os colegas de origem portuguesa	https://www.publico.pt/2107713	2024
Estamos a conseguir integrar os imigrantes nas nossas escolas?	https://www.publico.pt/2024/10/14	2024
E se imigrantes forem substituídos por robôs?	https://www.publico.pt/2024/10/15	2024
ULS São José cria nova clínica para acompanhar grávidas e bebés sem médico de família	https://www.publico.pt/2108223	2024
Montenegro: Portugal aberto a receber imigrantes, mas sem “portas escancaradas”	https://www.publico.pt/2108255	2024
“AIMA cria imigrantes de 1ª e 2ª classes, e quem ganha são os advogados”, diz jurista	https://www.publico.pt/2108686	2024
Nas aldeias do Alentejo, novas regras põem vida dos imigrantes em suspensão	https://www.publico.pt/2024/10/21	2024
Advogados de portas da AIMA abordam imigrantes e cobram até 170 euros por serviços	https://www.publico.pt/2108952	2024
Moreira considera positiva abertura de centro de acolhimento a imigrantes no Porto	https://www.publico.pt/2024/10/22	2024
Maior associação de imigrantes do país convoca manifestação contra “políticas de assimilação”	https://www.publico.pt/2109030	2024
Brasileiros usam bancos digitais para abrir conta e garantir contratos de trabalho	https://www.publico.pt/2109013	2024
Provedora alerta para recusa de atendimento a migrantes com alegação errada de documentos expirados	https://www.publico.pt/2109337	2024
PSD e CDS mudam voto e chumbam visto humanitário de asilo proposto pelos liberais	https://www.publico.pt/2109284	2024
Associações de imigrantes exigem volta da Manifestação de Interesse para todos	https://www.publico.pt/2109474	2024
Associações de imigrantes juntam-se no Parlamento para pedir alterações à lei	https://www.publico.pt/2109403	2024
Mais de seis mil médicos e enfermeiros estrangeiros trabalham em Portugal	https://www.publico.pt/2109581	2024
AIMA passa a exigir firma reconhecida no documento para assumir responsabilidade por imigrantes	https://www.publico.pt/2109699	2024
Nestas aulas de português para imigrantes, “o ensino é necessariamente político”	https://www.publico.pt/2109734	2024

Era para ser um dia de celebração, mas evento da AIMA com imigrantes foi esvaziado	https://www.publico.pt/2109865	2024
Brasil expõe preocupação com unidade da polícia para expulsar imigrantes de Portugal	https://www.publico.pt/2024/10/30	2024
Chega desafia PS e PSD com aumento de pensões de 1,5% e baixa de IRC de dois pontos	https://www.publico.pt/2024/11/04	2024
Lei que corrige o fim Manifestação de Interesse, na prática, não entrou em vigor, diz advogado	https://www.publico.pt/2111020	2024
Mouraria. PSP fiscalizou cerca de 100 imigrantes: só um estava em situação irregular	https://www.publico.pt/2111203	2024
Imigrantes pedem ajuda a sindicatos pela volta da Manifestação de Interesse	https://www.publico.pt/2111618	2024
A espetacularização do medo interessa a quem?	https://www.publico.pt/2024/11/12	2024
Ai Weiwei fez no Alentejo “uma casa vazia” que não serve para nada	https://www.publico.pt/2110518	2024
Há mais residentes em Portugal pelo quinto ano consecutivo. Imigração justifica aumento, mas também houve mais bebés	https://www.publico.pt/2111994	2024
Contagem regressiva: imigrantes esperam cartão de residência emitido pela AIMA	https://www.publico.pt/2024/11/15/	2024
Pandemia teve “impacto desproporcional” nos migrantes. Mulheres ainda mais afectadas	https://www.publico.pt/2112335	2025
Para advogada portuguesa, há “xenofobia” no atendimento da AIMA a imigrantes	https://www.publico.pt/2112488	2024
AIMA não consegue completar 4 mil regularizações diárias	https://www.publico.pt/2112559	2024
Ser ou não ser, não é essa a questão: sexualidade, petróleo e necropolíticas	https://www.publico.pt/2112736	2024
Imigrantes, população prisional e um combate de vale-tudo	https://www.publico.pt/2024/11/24/	2024
VIH voltou a diminuir para menos de mil casos, mas taxa anual ainda é das mais elevadas da Europa	https://www.publico.pt/2113447	2024
ASAE faz operação na Rua do Benfornoso, mesmo contra vontade da Câmara de Lisboa	https://www.publico.pt/2113540	2024
Crédito à habitação concedido a cidadãos estrangeiros já representa 18% desde 2023	https://www.publico.pt/2113463	2024
Brasileiros com vistos de procura de trabalho em Portugal não conseguem obter o NISS	https://www.publico.pt/2024/11/27	2024
Portugal foi um dos países onde grande rede de tráfico de pessoas montou empresas-fachada	https://www.publico.pt/2113826	2024
A poesia cura, mas, infelizmente, é vendida em livrarias e não nas farmácias	https://www.publico.pt/2114391	2024
Barão de São João: de uma utopia nasceu uma aldeia multicultural e artística no interior do Algarve	https://www.publico.pt/2114088	2024
Imigrantes com residência negada pela AIMA podem ser mandados embora de Portugal	https://www.publico.pt/2024/12/08	2024
Depois de longa espera, brasileiros vão à AIMA em busca do cartão de residência	https://www.publico.pt/2114983	2024
Com 100 mil imigrantes atendidos, Centro Hindu completa três meses. Queixas persistem	https://www.publico.pt/2024/12/09	2024
Empresárias se unem para garantir Natal sem fome entre imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2024/12/09	2024
PSD e CDS propõem mudar Lei de Bases da Saúde para restringir acesso de estrangeiros não residentes ao SNS	https://www.publico.pt/2115390	2024
Montenegro: parte dos 108 mil imigrantes recusados pela AIMA já saiu de Portugal	https://www.publico.pt/2024/12/12	2024
AIMA abre mais dois centros de apoio a imigrantes, em Caminha e Valença	https://www.publico.pt/2115573	2024
Empresários alertam para o risco de Portugal se transformar no país da “cama quente”	https://www.publico.pt/2115660	2024
IL defende cobrança prévia dos cuidados de saúde não urgentes a estrangeiros no SNS	https://www.publico.pt/2115674	2024

Casa do Brasil em Lisboa: eleições e desafios em defesa dos imigrantes	https://www.publico.pt/2115661	2024
Habilitação própria: docentes com curso no estrangeiro impedidos de leccionar	https://www.publico.pt/2115708	2024
Abusos no acesso ao SNS são mesmo um problema?	https://www.publico.pt/2115526	2024
Ministério da Educação diz que afastamento de professores estrangeiros cumpriu todas as regras	https://www.publico.pt/2115758	2024
Todo o país ganha com o acesso dos migrantes à saúde	https://www.publico.pt/2115768	2024
Natal será de lembranças para muitos brasileiros que vivem em Portugal	https://www.publico.pt/2115925	2024
Ministério Público pede absolvição de arguidos acusados de tráfico de imigrantes	https://www.publico.pt/2024/12/16/sociedade/noticia/ministerio-publico-pede-absolvicao-arguidos-acusados-trafico-imigrantes-2115861	2024
Portugueses mostram maior oposição a imigrantes do subcontinente indiano. Ocidentais são os mais bem-vindos	https://www.publico.pt/2116006	2024
Processos de regularização de migrantes pendentes nos tribunais duplicam em três meses	https://www.publico.pt/2116207	2024
Formação de imigrantes no turismo terá apoio dos centros de emprego e Rede GIP	https://www.publico.pt/2116117	2024
Portugal dará 2ª chance a 108 mil imigrantes que tiveram pedido de residência negado	https://www.publico.pt/2024/12/18/publico-brasil/noticia/portugal-dara-2-chance-108-mil-imigrantes-pedido-residencia-negado-2116224	2024
Portugal tem menos imigrantes que a média europeia e tem capacidade para mais	https://www.publico.pt/2116241	2024
Migrantes em situação irregular vão deixar de ser beneficiários do SNS	https://www.publico.pt/2116290	2024
“Tem de haver diferença entre os que vêm para ficar e os que vêm para fruir do acesso ao SNS”	https://www.publico.pt/2116218	2024
É Natal, tia Guida	https://www.publico.pt/2116242	2024
Justiça manda Segurança Social emitir NISS a imigrante sem autorização de residência	https://www.publico.pt/2116253	2024
Imigrantes, 50 anos depois	https://www.publico.pt/2116368	2024
AIMA rejeitou processos de 108 mil imigrantes. O que acontece depois?	https://www.publico.pt/2024/12/20/publico-brasil/noticia/aima-rejeitou-processos-108-mil-imigrantes-acontece-2116357	2024
Fala-se de “turismo de saúde” sem dados. Às urgências do São José chegam turistas, mas que estão de férias	https://www.publico.pt/2116315	2024
Esquerda levou cravos para o Martim Moniz em solidariedade com imigrantes	https://www.publico.pt/2116563	2024
Portugal deve apertar controle nos aeroportos na chegada de brasileiros no país	https://www.publico.pt/2024/12/21/publico-brasil/noticia/portugal-apertar-	2024

	controle-aeroportos-chegada-brasileiros-pais-2116566	
Programa de formação de imigrantes para o turismo pode ser reforçado ainda em 2025	https://www.publico.pt/2116227	2024
“Precisamos de um fluxo de cem mil imigrantes por ano”	https://www.publico.pt/2116127	2024
Países que representam mais da metade dos imigrantes em Portugal vão à AIMA	https://www.publico.pt/2116716	2024
PSP faz nova operação em zona com imigrantes. Largo de São Domingos, em Lisboa, alvo de rusga	https://www.publico.pt/2024/12/24/sociedade/noticia/psp-faz-nova-operacao-zona-imigrantes-largo-sao-domingos-lisboa-alvo-rusga-2116784	2024
Ser Voluntário... no apoio a migrantes	https://www.publico.pt/2117005	2025
Imigrantes terão de apresentar contrato de trabalho para registo na Segurança Social	https://www.publico.pt/2024/12/27/publico-brasil/noticia/imigrantes-terao-apresentar-contrato-trabalho-registro-seguranca-social-2117029	2024
Perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem	https://www.publico.pt/2117031	2024
Desejos para 2025: autorização de residência, salários maiores e lei contra xenofobia	https://www.publico.pt/2117191	2024
Mãos na parede, caro imigrante	https://www.publico.pt/2117281	2024
A ceia ausente: o Natal dos imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2117196	2024
Feliz ano velho, imigrante	https://www.publico.pt/2117366	2025
Migrante pluripatriótico na nova era do nacionalismo	https://www.publico.pt/2117375	2025
Ordem dos Médicos pede que DGS revele causas de morte dos bebés com menos de um ano	https://www.publico.pt/2117597	2025
Disciplina de Português Língua Não Materna chegou a 14 mil alunos – 12% do total de estrangeiros	https://www.publico.pt/2117942	2025
Não nos encostem à parede	https://www.publico.pt/2117979	2025
Sem cartão de residência, atendimento da AIMA fica pela metade e pune imigrantes	https://www.publico.pt/2025/01/08/publico-brasil/noticia/cartao-residencia-atendimento-aima-fica-metade-pune-imigrantes-2117976	2025
A História de Souleymane, Better Man e outras estreias para esta semana	https://www.publico.pt/2115385	2025
Manifestação no Martim Moniz é “grito de revolta”, diz Mariana Mortágua	https://www.publico.pt/2118167	2025
Imigrantes põem cães fora dos jardins e obrigam gays a esconderem-se? É mentira	https://www.publico.pt/2118310	2025
“Somos país de emigrantes, o mínimo é recebermos bem os imigrantes”	https://www.publico.pt/2118454	2025
Imigrantes juntaram-se ao coro de quem gritou “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais”	https://www.publico.pt/2118473	2025
Ana Paula Costa assume presidência da Casa do Brasil para defender imigrantes	https://www.publico.pt/2025/01/12/publico-brasil/noticia/ana-paula-costa-	2025

	assume-presidencia-casa-brasil-defender-imigrantes-2118494	
Peso da habitação nos orçamentos familiares leva a aumento dos pedidos de apoio	https://www.publico.pt/2118718	2025
Estado já arrecadou 58 milhões de euros com taxas pagas por 185 mil imigrantes	https://www.publico.pt/2025/01/16/sociedade/noticia/estado-ja-arrecadou-58-milhoes-euros-taxas-pagas-185-mil-imigrantes-2118905	2025
Saiba como abrir uma conta bancária em Portugal e veja quanto custa para mantê-la	https://www.publico.pt/2118956	2025
Media portuguesas acentuam xenofobia e discriminação de imigrantes	https://www.publico.pt/2119099	2025
Flores no deserto, uma antiga história atual	https://www.publico.pt/2025/01/17/publico-brasil/opiniao/flores-deserto-antiga-historia-atual-2119108	2025
Todos os imigrantes passam a ter acesso ao subsídio social de mobilidade nos Açores	https://www.publico.pt/2025/01/17/politica/noticia/imigrantes-passam-acesso-subsidio-social-mobilidade-azores-2119180	2025
Imigração: “Desde que venham com trabalho e um lugar para dormir, não tenho nada contra”	https://www.publico.pt/2119138	2025
AIMA lança portal para quem tem Manifestação de Interesse, mas não foi convocado	https://www.publico.pt/2025/01/17/publico-brasil/noticia/aima-lanca-portal-manifestacao-interesse-ficou-convocacao-2119226	2025
E tu, quantos imigrantes conheces?	https://www.publico.pt/2119196	2025
Conheça os principais motivos para a rejeição dos títulos de residência pela AIMA	https://www.publico.pt/2119209	2025
Governo destina quase € 6 milhões à AIMA para acelerar residência de imigrantes	https://www.publico.pt/2119577	2025
Perfil de reclusos estrangeiros é diferente do dos imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2119863	2025
Portugal avança na regularização de imigrantes com e sem contrato de trabalho	https://www.publico.pt/2025/01/26/publico-brasil/noticia/portugal-avanca-regularizacao-imigrantes-contrato-trabalho-2120211	2025
AIMA diz que imigrante com recibo verde está abrangido no processo de regularização	https://www.publico.pt/2120289	2025
Ana Catarina Mendes disse mesmo isto? Em 2025?	https://www.publico.pt/2120332	2025
Pessoas não são ilegais. Ilegal é recolher, minerar e vender dados pessoais	https://www.publico.pt/2120374	2025
“É a economia, estúpido”, também nas migrações	https://www.publico.pt/2120476	2025
Associações católicas e da sociedade civil pedem políticas para a imigração baseadas em factos	https://www.publico.pt/2120581	2025

Cultura portuguesa? O que é isso, se somos todos diferentes?	https://www.publico.pt/2120628	2025
“Lisboa precisa de imigração, mas orientada para o mercado de trabalho”, diz Moedas	https://www.publico.pt/2120718	2025
Com documentos vencidos, imigrantes enfrentam ameaças de perder direitos básicos	https://www.publico.pt/2025/01/30/p-publico-brasil/noticia/documentos-vencidos-imigrantes-enfrentam-ameacas-perder-direitos-basicos-2120780	2025
Quatro partidos querem dar estatuto de protecção a migrantes climáticos em Portugal	https://www.publico.pt/2120801	2025
Projectos de lei para criar crime de ecocídio chumbados no Parlamento (outra vez)	https://www.publico.pt/2120917	2025
Os sons de Lisboa que ecoam de seus miradouros e fazem imigrantes escutar a cidade	https://www.publico.pt/2119484	2025
Bandim, uma rede de mulheres imigrantes: “Estamos a criar algo a que realmente pertencemos”	https://www.publico.pt/2120905	2025
Pesquisa mostra que discurso de ódio contra imigrantes está mais forte em Portugal	https://www.publico.pt/2121165	2025
Integração de migrantes: Porto quer ter plano no terreno em Setembro	https://www.publico.pt/2121197	2025
Apenas uma contribuição à Segurança Social até 4 de junho vale para regularização	https://www.publico.pt/2121143	2025
Integração de migrantes: Porto quer ter plano no terreno em Setembro	https://www.publico.pt/2025/02/03/local/noticia/integracao-migrantes-porto-quer-plano-terreno-setembro-2121197	2025
Há imigrantes a serem chamados pela AIMA em cima do agendamento e para longe de casa	https://www.publico.pt/2121251	2025
Mulheres são maioria entre imigrantes inscritos para formação na área de turismo	https://www.publico.pt/2121592	2025
A Negação da Diversidade é a Negação da História	https://www.publico.pt/2121841	2025
Apenas 17,6% dos médicos estrangeiros que trabalham em Portugal estão no SNS	https://www.publico.pt/2122033	2025
AIMA cria página para responder perguntas mais frequentes de imigrantes	https://www.publico.pt/2122391	2025
Governo anuncia dois centros de imigração para agilizar expulsão de imigrantes	https://www.publico.pt/2122505	2025
Polícia de Portugal vai construir dois centros de retenção para expulsar imigrantes	https://www.publico.pt/2122497	2025
“Precisamos de imigrantes”? Marques Mendes diz que sim e é verdade	https://www.publico.pt/2122569	2025
Observatório denuncia recusas de atendimento a mulheres imigrantes no SNS	https://www.publico.pt/2122794	2025
IL propõe que processos contra a AIMA sejam tratados nos tribunais da área de cada loja	https://www.publico.pt/2123021	2025
Livre e Bloco querem alargar conceito de “obra nacional” de cinema e audiovisual	https://www.publico.pt/2123210	2025
AR chumba projectos de lei do BE e do Livre de alteração à Lei do Cinema	https://www.publico.pt/2123345	2025
Cidadãos da CPLP comparecem em grande número para troca de residência vencida	https://www.publico.pt/2025/02/25/p-publico-brasil/noticia/cidadaos-cplp-comparecem-numero-troca-residencia-vencida-2123764	2025

Diretor da Polícia Judiciária reforça que criminalidade cai e imigrante não é bandido	https://www.publico.pt/2123988	2025
O aumento da criminalidade deve-se aos cibercrimes e não aos imigrantes, diz director da PJ	https://www.publico.pt/2123968	2025
Governo cria mecanismo para combater redes de tráfico na imigração	https://www.publico.pt/2123975	2025
PSD recusa propostas do PS para mudar o regime de entrada de imigrantes	https://www.publico.pt/2124185	2025
Brasileiros são maioria nas trocas dos títulos da CPLP: “É como uma libertação”	https://www.publico.pt/2025/03/06/publico-brasil/noticia/brasileiros-sao-maioria-trocas-titulos-cplp-libertacao-2124882	2025
Imigração. Via verde para empresas com acordo à vista, outras mudanças em suspenso	https://www.publico.pt/2125375	2025
O Governo caiu. Como fica o processo de regularização de imigrantes em Portugal?	https://www.publico.pt/2025/03/12/publico-brasil/noticia/governo-caiu-fica-processo-regularizacao-imigrantes-portugal-2125614	2025
Esquemas com moradas e testemunhos falsos para imigrantes em 17 freguesias de Lisboa	https://www.publico.pt/2125943	2025
Lei da Nacionalidade: Casa do Brasil ajudará imigrantes junto à AIMA	https://www.publico.pt/2126068	2025
Imigrantes com documentos vencidos esperam resposta do Governo antes das eleições	https://www.publico.pt/2126362	2025
Explorados na pesca: GNR faz três detenções por exploração laboral de imigrantes em Sesimbra	https://www.publico.pt/2126381	2025
A alma criativa de uma brasileira	https://www.publico.pt/2025/03/18/publico-brasil/opiniao/alma-criativa-brasileira-2126396	2025
Identificados 16 migrantes em situação de exploração laboral, vivem em condições “imundas”	https://www.publico.pt/2126509	2025
Apenas metade dos imigrantes inscritos nos centros de saúde tem médico de família	https://www.publico.pt/2126644	2025
Detido suspeito de tráfico de menores que tentava entrar em Portugal	https://www.publico.pt/2127002	2025
Tuberculose: taxa de notificação em migrantes é 3,6 vezes superior à média nacional	https://www.publico.pt/2127048	2025
Comerciantes de Beja não querem centro de apoio a imigrantes no centro histórico	https://www.publico.pt/2127161	2025
Todos os imigrantes recebem subsídios assim que chegam a Portugal?	https://www.publico.pt/2127293	2025
Sistema da AIMA falha, imigrantes reclamam e agência promete avaliar queixas	https://www.publico.pt/2025/03/28/publico-brasil/noticia/sistema-aima-falha-imigrantes-reclamam-agencia-promete-avaliar-queixas-2127787	2025
“Trabalho e falta de pessoal não retiram responsabilidade do Estado ante imigrantes”	https://www.publico.pt/2127817	2025
Em família, brasileiros veem os negócios prosperarem no Porto e em Lisboa	https://www.publico.pt/2127889	2025
Leitão Amaro: “Portugal tornou-se um dos países da Europa com maior percentagem de imigrantes”	https://www.publico.pt/2128033	2025
Governo dobra valor de apoio a imigrantes, mas reduz total de entidades beneficiadas	https://www.publico.pt/2128049	2025

Você conseguia fazer “isto”? Eu não!	https://www.publico.pt/2128304	2025
Ensino profissional, oportunidades de trabalho e certificados estrangeiros	https://www.publico.pt/2128370	2025
O que significa uma “maior diversidade genética” na dádiva de sangue?	https://www.publico.pt/2128248	2025
Casa do Brasil envia propostas a partidos e cobra mais diálogo e punição à xenofobia	https://www.publico.pt/2025/04/03/p-publico-brasil/noticia/casa-brasil-envia-propostas-partidos-cobra-dialogo-punicao-xenofobia-2128441	2025
Centenas de imigrantes à porta da AIMA reclamam “democracia para todos”	https://www.publico.pt/2128809	2025
Imigrantes em Portugal já ultrapassam 1,5 milhões, segundo a AIMA	https://www.publico.pt/2129019	2025
AIMA descumpre leis, inclusive decreto que prorroga validade de documentos, diz ONG	https://www.publico.pt/2128982	2025
Ventura fala em “bar aberto” no SNS, Rui Tavares acusa Chega de seguir Trump	https://www.publico.pt/2129073	2025
Jorge Malheiros: “Dinâmica económica dos últimos oito anos” é o que explica aumento de imigração	https://www.publico.pt/2129071	2025
Imigrantes garantem mão-de-obra e atenuam o envelhecimento do país. Mas é preciso saber integrá-los	https://www.publico.pt/2129176	2025
Imigrantes: 1,6 milhões não são “explosão repentina”, mas apenas actualização de processos parados	https://www.publico.pt/2129127	2025
Na Casa Novo Bowling, música, dança e comida trazem a alegria e derrotam a solidão	https://www.publico.pt/2128785	2025
Leitão Amaro diz que Portugal é dos países da Europa com maior percentagem de imigrantes, mas é falso	https://www.publico.pt/2129263	2025
José Cesário: imigrantes só quando a economia precisar, emigrantes devem ter apoios	https://www.publico.pt/2129409	2025
Imigração aumentou no mundo rico, logo, também em Portugal	https://www.publico.pt/2129514	2025
“Leitão Amaro diz que Portugal é dos países da Europa com maior percentagem de imigrantes, mas é falso”, publicado a 10 de Abril	https://www.publico.pt/2129543	2025
Primeiro centro de apoio a migrantes gerido por associação nepalesa abre no Martim Moniz	https://www.publico.pt/2129808	2025
Pagar a taxa exigida pela AIMA não garante atendimento a cidadãos da CPLP	https://www.publico.pt/2129919	2025
Manifestação em frente à AIMA no Porto cobrará legalização e reagrupamento familiar	https://www.publico.pt/2129912	2025
Governo do Brasil espera por dados atuais sobre quantos brasileiros vivem em Portugal	https://www.publico.pt/2025/04/17/p-publico-brasil/noticia/governo-brasil-espera-dados-atuais-brasileiros-vivem-portugal-2130094	2025
PJ detém suspeito de homicídio de jovem no Bar Académico de Braga	https://www.publico.pt/2130147	2025
Netmore, a loja de eletrônicos dos imigrantes, capta 2 milhões de euros para crescer	https://www.publico.pt/2130237	2025
Dez anos para cidadania “vão colocar imigrantes para fora do país”, diz especialista	https://www.publico.pt/2130295	2025
Imigrantes que faltam a agendamentos na AIMA atingem 15% por dia	https://www.publico.pt/2130535	2025
AIMA tem 8 mil cartões de residência para entregar a imigrantes	https://www.publico.pt/2130591	2025

Manifestação de imigrantes junto à AIMA no Porto: PSP afastou agentes provocadores de grupos anti-imigração	https://www.publico.pt/2130700	2025
Imigrantes protestam no Porto: “Estamos aqui há anos, trabalhamos e não temos documentos”	https://www.publico.pt/2130734	2025
Imigrantes usam palavras do Papa em manifestação contra a AIMA no Porto	https://www.publico.pt/2130769	2025
O “mas” que adormece a mudança	https://www.publico.pt/2130869	2025
Migrantes propõem medidas concretas para combater discurso de ódio em Portugal	https://www.publico.pt/2131332	2025
Subida “fulgurante” de trabalhadores imigrantes na última década força sindicatos a reagir	https://www.publico.pt/2131535	2025
Mais da metade dos casamentos de portugueses com estrangeiros são com brasileiros	https://www.publico.pt/2025/05/02/publico-brasil/noticia/metade-casamentos-portugueses-estrangeiros-sao-brasileiros-2131775	2025
Cônsul e embaixador do Brasil pedem explicações sobre brasileiros a serem expulsos de Portugal	https://www.publico.pt/2025/05/03/publico-brasil/noticia/consul-embaixador-brasil-pedem-explicacoes-brasileiros-serem-expulsos-portugal-2131828	2025
Governo acusado de criar “cortina de fumo” com anúncio de expulsão de imigrantes	https://www.publico.pt/2131820	2025
O imigrante é uma arma	https://www.publico.pt/2131895	2025
Portugal pede “tranquilidade” a diplomatas do Brasil sobre expulsão de brasileiros	https://www.publico.pt/2025/05/05/publico-brasil/noticia/portugal-pede-tranquilidade-diplomatas-brasil-expulsao-brasileiros-2131949	2025
Embaixador do Brasil em Portugal pedirá reunião com ministro Leitão Amaro	https://www.publico.pt/2131959	2025
Número de brasileiros a serem expulsos de Portugal “é residual”. Diplomacia é ouvida	https://www.publico.pt/2132300	2025
Novo líder da Ordem dos Advogados quer que governo explique expulsão de imigrantes	https://www.publico.pt/2132175	2025
Ministro da Justiça diz que expulsão de imigrantes que não se legalizam é “normal”	https://www.publico.pt/2025/05/08/publico-brasil/noticia/ministro-justica-expulsao-imigrantes-nao-legalizam-normal-2132364	2025
Novo bastonário dos Advogados: “Quero protecção na velhice, maternidade e doença”	https://www.publico.pt/2132392	2025
Demora nas renovações de autorizações de residência deixa imigrantes “desesperados”	https://www.publico.pt/2132505	2025
Uma academia para abrir o mundo do trabalho a mulheres refugiadas e migrantes	https://www.publico.pt/2132531	2025
Candidatos com dupla cidadania têm poucas chances de se elegerem em Portugal	https://www.publico.pt/2132311	2025
Reclamações contra a AIMA aumentam 37% nos primeiros quatro meses do ano	https://www.publico.pt/2133049	2025

Profissionais da Saúde preocupados com silêncio da AD sobre acesso de migrantes ao SNS	https://www.publico.pt/2133340	2025
Perto de 100 imigrantes no protesto em Odemira contra políticas do Governo	https://www.publico.pt/2133383	2025
Brasileiros, que formam maior comunidade de imigrantes em Portugal, foram às urnas	https://www.publico.pt/2133486	2025
Os brasileiros do Chega	https://www.publico.pt/2133534	2025
Imigrantes terão mais restrições em Portugal com novo Parlamento, preveem associações	https://www.publico.pt/2133627	2025
Fundão tem taxa de retenção de imigrantes acima dos 70%	https://www.publico.pt/2133713	2025
AIMA promete avaliar “caso a caso” respostas às notificações de abandono voluntário	https://www.publico.pt/2133891	2025
Imigrantes amontoam-se às portas do MNE no Porto para conseguirem carimbar o registo criminal	https://www.publico.pt/2025/05/21/sociedade/reportagem/imigrantes-amontoamse-portas-mne-porto-conseguirem-carimbar-registo-criminal-2133860	2025
A ciranda dos párias	https://www.publico.pt/2134042	2025
Muitos dos imigrantes em alojamento ilegal de Arroios permanecem no local, diz Moedas	https://www.publico.pt/2134145	2025
Noites passadas à porta da AIMA não garantem atendimento nem resolução dos problemas	https://www.publico.pt/2132989	2025
Reflexões nas ruas de Lisboa	https://www.publico.pt/2134245	2025
Reportagem do PÚBLICO vence Prémio de Comunicação Corações Capazes de Construir	https://www.publico.pt/2025/05/26/sociedade/noticia/reportagem-publico-vence-premio-comunicacao-coracoes-capazes-construir-2134367	2025
Governo vai prorrogar estrutura de missão da AIMA até o fim do ano	https://www.publico.pt/2134424	2025
Isto é gozar com quem é imigrante	https://www.publico.pt/2134412	2025
Renovar a Mouraria alerta para violação de direitos fundamentais de imigrantes	https://www.publico.pt/2134494	2025
AIMA extingue 170 mil processos de imigrantes e ainda tem 69 mil casos em análise	https://www.publico.pt/2134883	2025
Descoberto dormitório ilegal de mais de meia centena de imigrantes na Penha de França	https://www.publico.pt/2025/05/29/local/noticia/descoberto-dormitorio-ilegal-meia-centena-imigrantes-penha-franca-2134803	2025
Receita para travar o envelhecimento: atrair migrantes jovens e apoiar a natalidade	https://www.publico.pt/2134983	2025
Carimbo, n. m.	https://www.publico.pt/2025/05/31/opinio/opinio/carimbo-n-m-2134608	2025
Arte, integração e interculturalidade	https://www.publico.pt/2135181	2025
Via verde no início, pendências adiantadas e imigrantes no centro do debate político: um ano do Plano para as Migrações	https://www.publico.pt/2135107	2025

Portugal pode expulsar quase 34 mil imigrantes, dos quais 5.386 são brasileiros	https://www.publico.pt/2025/06/02/publico-brasil/noticia/portugal-expulsar-quase-34-mil-imigrantes-5386-sao-brasileiros-2135308	2025
Quase 34 mil estrangeiros com pedidos de legalização rejeitados	https://www.publico.pt/2025/06/02/sociedade/noticia/quase-34-mil-estrangeiros-pedidos-legalizacao-rejeitados-2135302	2025
Reagrupamento familiar será retomado pela AIMA, mas com regras mais rígidas	https://www.publico.pt/2135600	2025
Recados de Montenegro aos imigrantes: respeito às regras e cidadania mais distante	https://www.publico.pt/2135774	2025
Burocracia e mudanças em legislação deixam imigrantes no limbo em Portugal	https://www.publico.pt/2025/06/07/publico-brasil/noticia/burocracia-mudancas-legislacao-deixam-imigrantes-limbo-portugal-2135951	2025
Quatro pessoas detidas em Oliveira do Hospital por permanência ilegal no país	https://www.publico.pt/2025/06/09/sociedade/noticia/quatro-pessoas-detidas-oliveira-hospital-permanencia-ilegal-pais-2136063	2025
AIMA deve assumir renovação de mais de 374 mil documentos vencidos de imigrantes	https://www.publico.pt/2025/06/09/publico-brasil/noticia/aima-assumir-renovacao-374-mil-documentos-vencidos-imigrantes-2136026	2025
Imigrantes ficam no meio do fogo cruzado da guerra em torno do reagrupamento familiar	https://www.publico.pt/2025/06/10/publico-brasil/noticia/imigrantes-ficam-meio-fogo-cruzado-guerra-torno-reagrupamento-familiar-2136201	2025
Chega quer retirar nacionalidade a cidadãos naturalizados que cometam crimes graves	https://www.publico.pt/2136292	2025
Sim, “há um problema”: a normalização das falácias populistas	https://www.publico.pt/2136297	2025
Associação de imigrantes acusa Governo de ceder ao Chega	https://www.publico.pt/2136321	2025
Governo não prevê entrada de mais 500 mil imigrantes, ao contrário do que diz Ventura	https://www.publico.pt/2025/06/11/sociedade/noticia/governo-nao-preve-entrada-500-mil-imigrantes-contrario-ventura-2136331	2025
Grupos de apoio de mães imigrantes e a construção de um espaço de acolhimento	https://www.publico.pt/2136393	2025

Movimentos sociais confrontam restrições ao reagrupamento familiar de imigrantes	https://www.publico.pt/2136464	2025
Governo de Portugal vai restringir acesso à cidadania e ao reagrupamento familiar	https://www.publico.pt/2025/06/13/publico-brasil/noticia/governo-portugal-vai-restringir-acesso-cidadania-reagrupamento-familiar-2136528	2025
Imigração em Portugal: cidadania mais difícil, trava no reagrupamento e polícia para expulsão	https://www.publico.pt/2136642	2025
Imigração: vistos de procura de trabalho restringidos a “candidatos com elevadas qualificações”	https://www.publico.pt/2136654	2025
Um morto e cinco feridos em tiroteiro em campo de migrantes no norte de França	https://www.publico.pt/2136664	2025
Imigrantes sabem agora nomes de funcionários da AIMA que aprovam e rejeitam processos	https://www.publico.pt/2136722	2025
Veja o que o Governo de Portugal precisa explicar para os imigrantes	https://www.publico.pt/2025/06/16/publico-brasil/noticia/veja-governo-portugal-precisa-explicar-imigrantes-2136747	2025
Reguladores vão a concurso, administrações terão pelo menos um estrangeiro	https://www.publico.pt/2136809	2025
Montenegro diz que reagrupamento familiar será mantido, mas regras serão apertadas	https://www.publico.pt/2136976	2025
Imigrante que cometer crime perderá nacionalidade portuguesa, diz primeiro-ministro	https://www.publico.pt/2137014	2025
O médico, a miss e os imigrantes: o enredo de uma casa sobrelotada do Porto	https://www.publico.pt/2025/06/18/local/noticia/medico-miss-imigrantes-enredo-casa-sobrelotada-porto-2137013	2025
Aos 10 anos, editora Urutau amplia vozes historicamente silenciadas	https://www.publico.pt/2025/06/18/publico-brasil/noticia/10-anos-editora-urutau-amplia-vozes-historicamente-silenciadas-2137040	2025
Imigrantes de língua portuguesa e qualificados terão mais direitos em Portugal	https://www.publico.pt/2025/06/18/publico-brasil/noticia/imigrantes-lingua-portuguesa-qualificados-terao-direitos-portugal-2137060	2025
Programa do Governo sem plano concreto para atrair cientistas estrangeiros. “É uma falha”	https://www.publico.pt/2137094	2025
“Dizem-me que sou o ‘imigrante bom’. Odeio.” Sam é iraniano, refugiado da guerra na Ucrânia e estuda em Portugal	https://www.publico.pt/2137227	2025
A liberdade tem geografia	https://www.publico.pt/2025/06/21/opiniao/opiniao/liberdade-geografia-2137357	2025

PS preocupado com alterações do Governo à imigração mas disponível para negociar	https://www.publico.pt/2137650	2025
Habituem-se às bolinhas de sabão	https://www.publico.pt/2137670	2025
Nacionalidade, reagrupamento familiar e UNEF: o que quer o Governo mudar na lei?	https://www.publico.pt/2025/06/24/sociedade/noticia/nacionalidade-reagrupamento-familiar-unef-quer-governo-mudar-lei-2137682	2025
Mudanças na nacionalidade e residência vão aumentar exploração e desigualdade, dizem imigrantes	https://www.publico.pt/2137804	2025
Número de imigrantes “quadruplicou” desde 2017, como disse ministra? É verdade	https://www.publico.pt/2137807	2025
Luiza Brunet e Maha Mamo: duas vozes no Dia da Imigração	https://www.publico.pt/2137888	2025
Nova lei de reagrupamento familiar vai separar famílias, dizem advogados	https://www.publico.pt/2025/06/25/publico-brasil/noticia/nova-lei-reagrupamento-familiar-vai-separar-familias-advogados-2137711	2025
Sem aprovação de nova lei pelo Parlamento, regras para cidadania continuam valendo	https://www.publico.pt/2025/06/26/publico-brasil/noticia/aprovacao-nova-lei-parlamento-regras-cidadania-continuum-valendo-2137911	2025
Quase 1120 estrangeiros sujeitos a medida de expulsão em nove anos. Pena poderá alargar-se a portugueses	https://www.publico.pt/2025/06/26/sociedade/noticia/1118-estrangeiros-sujeitos-medida-expulsao-nove-anos-pena-podera-alargarse-portugueses-2137973	2025
Politização da imigração pelos extremos é ruim para todos, afirma prefeito de Lisboa	https://www.publico.pt/2025/06/27/publico-brasil/noticia/politizacao-imigracao-extremos-ruim-afirma-prefeito-lisboa-2138062	2025
Todos somos imigrantes e a viagem das uvas e do vinho é o espelho da nossa viagem	https://www.publico.pt/2137529	2025
Imigrantes com 5 anos ou mais de residência podem pedir nacionalidade, admite Governo	https://www.publico.pt/2025/06/27/publico-brasil/noticia/imigrantes-5-anos-residencia-podem-pedir-nacionalidade-admite-governo-2138099	2025
Com mudanças na lei, imigrantes correm para garantir nacionalidade portuguesa	https://www.publico.pt/2025/06/28/publico-brasil/noticia/mudancas-lei-	2025

	imigrantes-correm-garantir-nacionalidade-portuguesa-2138157	
Vai renovar o título de residência vencido a partir de julho? Saiba como será o processo	https://www.publico.pt/2138210	2025
Cerca de 40 mil imigrantes foram notificados para deixar o país	https://www.publico.pt/2025/06/28/sociedade/noticia/cerca-40-mil-imigrantes-notificados-deixar-pais-2138223	2025
Imigrantes triplicaram em sete anos, mas novas autorizações para famílias caíram para metade	https://www.publico.pt/2137991	2025
AIMA lança site para que imigrantes em Portugal renovem vistos vencidos	https://www.publico.pt/2025/07/01/publico-brasil/noticia/aima-lanca-site-imigrantes-portugal-renovem-vistos-vencidos-2138527	2025
Grupo de ex-altos-comissários propõe novo plano nacional para imigrantes	https://www.publico.pt/2138522	2025
Além de provocar “pânico” entre imigrantes, Portugal criou “classes de seres humanos”	https://www.publico.pt/2138683	2025
Renovações de residência: AIMA diz que já começou a contactar imigrantes	https://www.publico.pt/2138812	2025
Governo se une ao Chega para dificultar imigração: o que está em debate no Parlamento	https://www.publico.pt/2025/07/04/publico-brasil/noticia/governo-une-chega-dificultar-imigracao-debate-parlamento-2138961	2025
Pedidos de nacionalidade pendentes cresceram dez vezes numa década	https://www.publico.pt/2025/07/05/sociedade/noticia/pedidos-nacionalidade-pendentes-cresceram-dez-vezes-decada-2139143	2025
André Ventura e Rita Matias devem ser processados, julgados e condenados	https://www.publico.pt/2139180	2025
Mulheres muçulmanas preparam associação para combater preconceito e promover o diálogo	https://www.publico.pt/2137520	2025
Cidadania portuguesa: 14% dos pedidos são de estrangeiros casados com portugueses	https://www.publico.pt/2025/07/07/publico-brasil/noticia/cidadania-portuguesa-14-pedidos-sao-estrangeiros-casados-portugueses-2139221	2025
Benfornoso. Provedoria de Justiça aponta “falhas graves” à PSP e recomenda atenção aos direitos dos migrantes	https://www.publico.pt/2139253	2025
AIMA promete liberar informações a advogados e atender ligações de imigrantes	https://www.publico.pt/2025/07/07/publico-brasil/noticia/aima-promete-	2025

	liberar-informacoes-advogados-atender-ligacoes-imigrantes-2139252	
A Europa esqueceu-se do que era?	https://www.publico.pt/2139339	2025
AIMA convoca imigrantes com residência em Portugal a votarem nas eleições municipais	https://www.publico.pt/2025/07/07/p-publico-brasil/noticia/aima-convoca-imigrantes-residencia-portugal-votarem-eleicoes-municipais-2139350	2025
Há imigrantes bons e maus. Depende dos apelidos	https://www.publico.pt/2139273	2025
Aos 3 anos, meu filho sofreu xenofobia: “Mãe, aquela mulher portou-se mal, certo?”	https://www.publico.pt/2025/07/08/p-publico-brasil/opinioao/3-anos-filho-sofreu-xenofobia-mae-mulher-portouse-mal-certo-2139369	2025
Ministro da Educação critica intervenção do Chega sobre alunos estrangeiros: “Só posso lamentar”	https://www.publico.pt/2025/07/08/sociedade/noticia/ministro-educacao-critica-intervencao-chega-alunos-estrangeiros-so-lamentar-2139522	2025
Megaoperação da PJ contra imigração ilegal com 58 detidos: rede fazia casamentos por conveniência	https://www.publico.pt/2139555	2025
Lei da nacionalidade fica para Setembro, direita chumba audições a associações de imigrantes	https://www.publico.pt/2139565	2025
Reclamações de imigrantes contra a AIMA duplicam no segundo trimestre do ano	https://www.publico.pt/2025/07/09/p-publico-brasil/noticia/reclamacoes-imigrantes-aima-duplicam-segundo-trimestre-ano-2139649	2025
Lei da nacionalidade fica para Setembro, “mini-SEF” e lei de estrangeiros é para já	https://www.publico.pt/2139665	2025
Média mensal de pedidos de nacionalidade desceu 12,5%. Governo alegou subida para justificar mudanças	https://www.publico.pt/2025/07/09/sociedade/noticia/media-mensal-pedidos-nacionalidade-desceu-125-governo-alegou-subida-justificar-mudancas-2139375	2025
Lei de Estrangeiros deve ser aprovada em 16/7. Lei da Nacionalidade, só em setembro	https://www.publico.pt/2025/07/09/p-publico-brasil/noticia/psd-quer-aprovar-mudanca-lei-estrangeiros-ate-167-nacionalidade-setembro-2139563	2025
Pedidos de nacionalidade: só 20% do meio milhão de processos pendentes são de imigrantes	https://www.publico.pt/2025/07/09/sociedade/noticia/pedidos-	2025

	nacionalidade-so-20-meio-milhao-processos-pendentes-sao-imigrantes-2139584	
Sem autorização de residência, jovem jogador brasileiro não pode se profissionalizar	https://www.publico.pt/2025/07/09/publico-brasil/noticia/autorizacao-residencia-jovem-jogador-brasileiro-nao-profissionalizar-2139482	2025
Imigração: entre a necessidade e o preconceito	https://www.publico.pt/2138743	2025
O que ninguém tem a coragem de dizer sobre a morte de Diogo Jota... e do irmão	https://www.publico.pt/2139800	2025
Eis o desígnio da AD: destruir a economia, outra vez	https://www.publico.pt/2139785	2025
Filhos de imigrantes têm prioridade no acesso a creches e pré-escolar? Não é verdade	https://www.publico.pt/2139868	2025
AIMA já tem página para renovação de residência no seu portal	https://www.publico.pt/2025/07/11/publico-brasil/noticia/aima-ja-pagina-renovacao-residencia-portal-2139971	2025
Ventura diz ter “princípio de acordo” com AD para mudar lei da nacionalidade	https://www.publico.pt/2025/07/12/politica/noticia/ventura-principio-acordo-ad-mudar-lei-nacionalidade-2140015	2025
Parlamento de Portugal validará pacote que afeta brasileiros e demais imigrantes	https://www.publico.pt/2140414	2025
Site para troca de documentos falha e imigrantes reclamam. AIMA diz que está tudo bem	https://www.publico.pt/2025/07/16/publico-brasil/noticia/site-troca-documentos-falha-imigrantes-reclamam-aima-bem-2140459	2025
Preços das casas compradas por estrangeiros em Lisboa foram 52,5% mais elevados	https://www.publico.pt/2140484	2025
Cabecilha de grupo que organizava “caça ao imigrante” em Torre Pacheco é guarda-costas privado	https://www.publico.pt/2140499	2025
Portugal aprova pacote anti-imigração. Brasileiros são principais prejudicados	https://www.publico.pt/2140522	2025
Bloco e Livre vão pedir a Marcelo que vete lei de estrangeiros	https://www.publico.pt/2140593	2025
André Ventura: crianças imigrantes têm menos importância que portuguesas	https://www.publico.pt/2025/07/16/publico-brasil/noticia/andre-ventura-criancas-imigrantes-menos-importancia-portugueses-2140506	2025
Solow, Salazar e o Algarve	https://www.publico.pt/2025/07/17/publico-brasil/opiniao/solow-salazar-algarve-2140618	2025

AIMA vai reforçar capacidade de resposta de sete mil atendimentos diários	https://www.publico.pt/2140726	2025
Prisão preventiva para cabecilha de grupo que incitava “caça ao imigrante” em Torre Pacheco	https://www.publico.pt/2140737	2025
Agora é oficial: Presidente de Portugal assina lei que cria polícia para imigrantes	https://www.publico.pt/2140735	2025
Com o pacote anti-imigração aprovado, saiba o que é preciso para viver em Portugal	https://www.publico.pt/2025/07/17/p-publico-brasil/noticia/pacote-antiimigracao-aprovado-saiba-preciso-viver-portugal-2140616	2025
Brasil transmite “grande preocupação” a Portugal com pacote contra imigrantes	https://www.publico.pt/2140784	2025
Lei de estrangeiros: associações de imigrantes pedem audiência a Marcelo, Ventura também	https://www.publico.pt/2025/07/18/p-politica/noticia/lei-estrangeiros-associacoes-imigrantes-pedem-audiencia-marcelo-ventura-tambem-2140935	2025
Portugal é “incoerente” ao exigir que imigrante abra mão de sua cultura, diz Pereira	https://www.publico.pt/2140983	2025
Onde está o equilíbrio? No respeito por toda a pessoa humana	https://www.publico.pt/2140991	2025
Xô, imigrante!	https://www.publico.pt/2141009	2025
Igreja Católica pede a PR que envie lei de estrangeiros para Tribunal Constitucional	https://www.publico.pt/2141220	2025
O muito que ainda falta até as leis da imigração poderem ver a luz do dia	https://www.publico.pt/2025/07/21/p-politica/noticia/falta-ate-leis-imigracao-poderem-luz-dia-2141204	2025
Imigrantes com câncer em Portugal: saúde como direito e não como privilégio	https://www.publico.pt/2025/07/22/p-publico-brasil/opiniao/imigrantes-cancer-portugal-saude-direito-nao-privilegio-2141233	2025
AIMA tenta acalmar imigrantes, que sofrem com falhas para renovação de documentos	https://www.publico.pt/2025/07/22/p-publico-brasil/noticia/aima-tenta-acalmar-imigrantes-sofrem-falhas-renovacao-documentos-2141269	2025
Parlamento chumbou pedido de parecer a todas as associações menos a uma: a judaica	https://www.publico.pt/2141282	2025
Imigrantes pedem a Presidente português análise constitucional de lei anti-imigração	https://www.publico.pt/2025/07/22/p-publico-brasil/noticia/imigrantes-pedem-presidente-portugues-analise-constitucional-lei-antiimigracao-2141389	2025

Portugal quer imigrantes altamente qualificados, mas eles veem desvantagens no país	https://www.publico.pt/2025/07/22/publico-brasil/noticia/portugal-quer-imigrantes-altamente-qualificados-veem-desvantagens-pais-2141199	2025
Jurista vê risco de inconstitucionalidade no pacote anti-imigração de Portugal	https://www.publico.pt/2141527	2025
Presidente enviou lei de estrangeiros para o Constitucional com puxão de orelhas ao Governo	https://www.publico.pt/2141672	2025
Associações de imigrantes elogiam Marcelo por questionar pacote anti-imigração	https://www.publico.pt/2025/07/24/publico-brasil/noticia/associacoes-imigrantes-elogiam-marcelo-questionar-pacote-antiimigracao-2141710	2025
Ex-ministra da Justiça aconselha Marcelo a remeter lei dos estrangeiros para o Constitucional	https://www.publico.pt/2025/07/24/sociedade/noticia/exministra-justica-aconselha-marcelo-remeter-lei-estrangeiros-constitucional-2141585	2025
Associação de imigrantes alerta para “colapso económico” e “recuo civilizacional”	https://www.publico.pt/2141766	2025
Imigração em números: os dados do Governo e os que faltam	https://www.publico.pt/2141492	2025
Torre Pacheco: “Às forças populistas, interessa-lhes vender que nada funciona, que tudo é caos e dor”	https://www.publico.pt/2141604	2025
ERS pede clarificação de casos em que imigrantes irregulares devem pagar no SNS	https://www.publico.pt/2142096	2025
Vigília no Porto pede que AIMA cumpra a lei e liberte imigrantes detidos	https://www.publico.pt/2142105	2025
AIMA abre atendimento específico para renovação de documentos vencidos em 2020	https://www.publico.pt/2142160	2025
Trabalho: estrangeiros sobrequalificados são quase o triplo dos nacionais	https://www.publico.pt/2142200	2025
Associação diz haver 10 imigrantes em detenção temporária sem que tenham cometido crimes	https://www.publico.pt/2142237	2025
Portugal: estrangeiros dizem-se cinco vezes mais discriminados do que os naturais do país	https://www.publico.pt/2142131	2025
AIMA acelera para conseguir renovar documentos de imigrantes antes que prazo acabe	https://www.publico.pt/2025/07/30/publico-brasil/noticia/aima-acelera-conseguir-renovar-documentos-imigrantes-prazo-acabe-2142348	2025
Indiano foi detido no Porto há duas semanas. Muitos imigrantes com registo no Schengen vivem com medo de ser presos sem crime nem condenação	https://www.publico.pt/2142458	2025
Imigrantes podem votar nas eleições municipais. Mas inscrição acaba em 12 de agosto	https://www.publico.pt/2142657	2025

Barrado no embarque	https://www.publico.pt/2025/08/03/publico-brasil/opiniao/barrado-embarque-2142716	2025
Direito de imigrantes votarem em Portugal está na lei. Mas faltou avisar freguesias	https://www.publico.pt/2025/08/05/publico-brasil/noticia/direito-imigrantes-votarem-portugal-lei-faltou-avisar-freguesias-2142915	2025
AIMA começa a chamar imigrantes com residência vencida em 2022 e 2023 para renovação	https://www.publico.pt/2025/08/05/publico-brasil/noticia/aima-comeca-chamar-imigrantes-residencia-vencida-2022-2023-renovacao-2143016	2025
Embarcação dá à costa no Algarve com 38 migrantes a bordo	https://www.publico.pt/2143451	2025
Desde 2019, pelo menos 175 migrantes desembarcaram nas praias algarvias	https://www.publico.pt/2143457	2025
Migrantes que desembarcaram no Algarve terão de regressar ao seu país	https://www.publico.pt/2143476	2025
Lei dos estrangeiros: uma a uma, o que dizem as cinco normas chumbadas pelo Tribunal Constitucional	https://www.publico.pt/2143470	2025
Paixão pelo futevôlei une imigrantes em Portugal e já deu até em casamento	https://www.publico.pt/2025/08/09/publico-brasil/noticia/paixao-futevolei-une-imigrantes-portugal-ja-deu-ate-casamento-2139677	2025
“Devolvi o meu green card aos Estados Unidos. E não me arrependo”, afirma escritor	https://www.publico.pt/2143493	2025
Trabalho voltado à integração de imigrantes em Portugal dá prêmio a brasileira no Rio	https://www.publico.pt/2143424	2025
Imigrante não notificado pela AIMA para renovação de residência pode pedir serviço	https://www.publico.pt/2143567	2025
GNR diz que migrantes serão em breve transferidos para centros de instalação temporária	https://www.publico.pt/2143619	2025
Eleição municipal: prazo para imigrante garantir voto acaba nesta terça, 12 de agosto	https://www.publico.pt/2143632	2025
Milhares de migrantes esperados terça e quarta-feira para peregrinação a Fátima	https://www.publico.pt/2143692	2025
Maioria dos migrantes que chegaram de Marrocos a Vila do Bispo já está em centros de instalação temporária	https://www.publico.pt/2143722	2025
Obra Católica: desembarque de migrantes exige resposta urgente e rede de apoio	https://www.publico.pt/2143788	2025
Nova lei de imigração contraria tratado, e Brasil pode aplicar reciprocidade, diz embaixador em Portugal	https://www.publico.pt/2025/08/12/publico-brasil/noticia/nova-lei-imigracao-contraria-tratado-brasil-aplicar-reciprocidade-embaixador-portugal-2143707	2025

“Acolher migrantes não é uma opção política”, mas uma exigência, diz arcebispo espanhol	https://www.publico.pt/2143804	2025
Últimos migrantes que chegaram a Sagres transferidos hoje para centro de instalação temporária no Porto	https://www.publico.pt/2143874	2025
AIMA passa a exigir declaração de moradia “sob compromisso de honra” de imigrantes	https://www.publico.pt/2143919	2025
Primeiro foram os imigrantes, depois as mães e agora somos nós	https://www.publico.pt/2025/08/14/n-ewsletter/prova-dos-factos	2025
AIMA quer que imigrante com renda de 9 mil dólares tenha alguém responsável por ele	https://www.publico.pt/2144047	2025
Cantora e ativista transgênero goiana se apresenta em Paris com projeto Puta da Silva	https://www.publico.pt/2144113	2025
AIMA: imigrante que entrar por terra em Portugal terá de se registrar na polícia	https://www.publico.pt/2144288	2025
Despertador: Portugal é recordista na área ardida. PSP acusados de matar imigrante	https://www.publico.pt/2144312	2025
Livro infantil escrito por migrante que vive em Portugal conta o que é ser brasileiro	https://www.publico.pt/2144402	2025
Imigrante angolana faz apelo à AIMA para ver mãe morta: “Por favor, dê meu documento”	https://www.publico.pt/2144415	2025
Mãe detida pela polícia no aeroporto de Lisboa é separada da família	https://www.publico.pt/2025/08/20/p-ublico-brasil/noticia/mae-detida-policia-aeroporto-lisboa-separada-familia-2144470	2025
Polícia para estrangeiros entra em ação em Portugal. O que os imigrantes devem saber	https://www.publico.pt/2144517	2025
PÚBLICO Brasil faz um ano e quer inovações para se aproximar ainda mais dos leitores	https://www.publico.pt/2144513	2025
Esperança	https://www.publico.pt/2144320	2025
Brasil sobe o tom e cobra reciprocidade de Portugal na Lei da Nacionalidade	https://www.publico.pt/2025/08/22/p-ublico-brasil/noticia/brasil-sobe-tom-cobra-reciprocidade-portugal-lei-nacionalidade-2144641	2025
Portugal se torna epicentro da desinformação sobre imigração na Europa, diz estudo	https://www.publico.pt/2025/08/22/p-ublico-brasil/noticia/portugal-torna-epicentro-desinformacao-imigracao-europa-estudo-2144712	2025
Ainda e sempre, a imigração	https://www.publico.pt/2025/08/23/o-piniao/opiniao/imigracao-2144734	2025
AIMA aperta as regras para regularização de imigrantes em Portugal. Saiba quais são	https://www.publico.pt/2144856	2025
Consulado do Brasil em Lisboa: brasileiro deve ter cuidado com polícia para imigrante	https://www.publico.pt/2144896	2025
Estado não paga a imigrantes. O que os bombeiros recebem por combater incêndios	https://www.publico.pt/2145009	2025
DJ Marfox gostava que Loures se tornasse “menos periférico” nos transportes e na cultura	https://www.publico.pt/2144037	2025
Migrantes que chegaram ao Algarve aguardam resposta sobre pedido de asilo	https://www.publico.pt/2145188	2025

AIMA lança curso para ensinar imigrantes a empreender em Portugal. Saiba as regras	https://www.publico.pt/2145201	2025
Imigrante, pesquisadora da Fundação Champalimaud vai à AIMA e sai algemada	https://www.publico.pt/2145193	2025
Confinados em Portugal, sem ver a família por falhas da AIMA, imigrantes têm medo	https://www.publico.pt/2145320	2025
Há mais 12% de alunos estrangeiros nas escolas	https://www.publico.pt/2145354	2025
AIMA alerta sobre site fraudulento para marcação de agendamentos a imigrantes	https://www.publico.pt/2025/08/29/publico-brasil/noticia/aima-alerta-site-fraudulento-marcacao-agendamentos-imigrantes-2145416	2025
A freguesia que está a renascer com a ajuda de estrangeiros	https://www.publico.pt/2144967	2025
Brasileiros são metade dos estudantes imigrantes nas escolas públicas de Portugal	https://www.publico.pt/2025/08/30/publico-brasil/noticia/brasileiros-sao-metade-estudantes-imigrantes-escolas-publicas-portugal-2145445	2025
Profissionais qualificados são prioridade, mas renovação de residência deles não anda	https://www.publico.pt/2025/08/31/publico-brasil/noticia/altamente-qualificados-sao-prioridade-renovacao-residencia-nao-anda-2145318	2025
Polícia defende deportação de mãe brasileira e diz não ser contra união familiar	https://www.publico.pt/2025/08/25/publico-brasil/noticia/policia-defende-deportacao-mae-brasileira-nao-uniao-familiar-2144943	2025
Afro-descendentes em Portugal: mais jovens, mais escolarizados e mais discriminados	https://www.publico.pt/2025/08/29/sociedade/noticia/afrodescendentes-portugal-jovens-escolarizados-discriminados-2145384	2025
A freguesia que está a renascer com a ajuda de estrangeiros	https://www.publico.pt/2025/08/29/politica/reportagem/freguesia-renascer-ajuda-estrangeiros-2144967	2025
Imigrantes podem pedir a nacionalidade portuguesa em novo posto do IRN	https://www.publico.pt/2025/09/01/publico-brasil/noticia/imigrantes-podem-pedir-nacionalidade-portuguesa-novo-posto-irn-2145573	2025
Os altos e baixos de ser imigrante inspiram sexóloga baiana em livro sobre coragem	https://www.publico.pt/2145636	2025

Autoridades rejeitam 34 pedidos de asilo de migrantes que chegaram ao Algarve	https://www.publico.pt/2145669	2025
Mesmo sem títulos de residência, crianças imigrantes podem ir à escola em Portugal	https://www.publico.pt/2145666	2025
Emigrar exige planeamento e governo deve integrar imigrantes, dizem especialistas	https://www.publico.pt/2145789	2025
Ansiedade e incerteza entre imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2145891	2025
Quando é que os imigrantes irregulares perdem acesso gratuito ao SNS? A ERS esclarece	https://www.publico.pt/2145886	2025
Governo alarga reagrupamento familiar, lei da nacionalidade fica para Outubro	https://www.publico.pt/2145927	2025
Receita para empreender em Portugal sendo mulher e imigrante: foco e resiliência	https://www.publico.pt/2145937	2025
Governo aceitará reagrupamento de cônjuge de imigrante em nova proposta ao Parlamento	https://www.publico.pt/2145970	2025
Queixas contra a AIMA aumentam 18% neste ano. Imigrantes falam em ineficiência	https://www.publico.pt/2146056	2025
Elevador da Glória: mãe de criança de três anos estável e consciente	https://www.publico.pt/2146285	2025
Imigrantes encontrados a dormir em tendas no Cadaval regressaram às suas residências	https://www.publico.pt/2025/09/08/sociedade/noticia/imigrantes-encontrados-dormir-tendas-cadaval-regressaram-residencias-2146356	2025
Apenas 3% dos brasileiros que moram em Portugal se inscrevem para eleição municipal	https://www.publico.pt/2146444	2025
Imigrantes agendam manifestação para 17 de Setembro em frente ao Parlamento	https://www.publico.pt/2146620	2025
E se as contribuições dos imigrantes cessassem? “As receitas da Segurança Social cairiam 12,43%”, responde investigador	https://www.publico.pt/2025/09/11/sociedade/noticia/contribuicoes-imigrantes-cessassem-receitas-seguranca-social-cairiam-1243-responde-investigador-2146724	2025
Secretário de Estado afirma que Portugal precisa dos imigrantes brasileiros	https://www.publico.pt/2146688	2025
Trabalhadores denunciam precarização da mão de obra na AIMA e pedem concurso público	https://www.publico.pt/2146823	2025
Festival Todos: Uma festa multicultural em Arroios para estarmos Lado a Lado	https://www.publico.pt/2146343	2025
Baljit, Chamkaur e Kiran têm filhos portugueses e ordem para sair. “AIMA preocupa-se mais com notificações do que com crianças”	https://www.publico.pt/2146665	2025
Lei na Nacionalidade tem efeito “mínimo” na entrada de imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2146977	2025
“Nocivo e mau”: Igreja critica adiamento dos prazos para o reagrupamento familiar de imigrantes	https://www.publico.pt/2146963	2025
Adilson, um rosto que é uma multidão migrante na ópera de Dino D'Santiago	https://www.publico.pt/2147005	2025
Uma segunda-feira na AIMA	https://www.publico.pt/2147067	2025
AIMA nega precarização de trabalhadores e garante reajuste e concurso com 300 vagas	https://www.publico.pt/2025/09/13/publico-brasil/noticia/aima-nega-precarizacao-trabalhadores-garante-reajuste-concurso-300-vagas-2147078	2025

Ventura elogia “caçada a imigrantes” em Espanha	https://www.publico.pt/2147172	2025
A história “surreal” do imigrante detido por dois meses e de outras “vidas suspensas” nos centros de instalação	https://www.publico.pt/2147278	2025
Dança das cadeiras na AIMA	https://www.publico.pt/2146778	2025
Decreto que prorroga residência vencida termina em 30 dias. AIMA está em marcha lenta	https://www.publico.pt/2147318	2025
Taxa de aquisição de nacionalidade por estrangeiros residentes está abaixo da média europeia	https://www.publico.pt/2147375	2025
Imigrantes saem às ruas para garantir direitos que Parlamento quer retirar	https://www.publico.pt/2147514	2025
“Imigrantes contribuem para o país e para a economia, mas têm sido retratados como criminosos”	https://www.publico.pt/2147502	2025
O que a história nos ensina sobre a expulsão de imigrantes	https://www.publico.pt/2025/09/18/publico-brasil/opiniao/historia-ensina-expulsao-imigrantes-2147609	2025
Só 15 imigrantes deram 133 medalhas a Portugal	https://www.publico.pt/2147870	2025
Brasileira cria boutique imobiliária em Lisboa e lidera equipe de imigrantes	https://www.publico.pt/2147928	2025
Polícia para imigrantes dá batida em salão: “Me senti uma bandida”, diz cabeleireira	https://www.publico.pt/2025/09/23/publico-brasil/noticia/policia-imigrantes-batida-salao-senti-bandida-cabeleireira-2148160	2025
Lei de estrangeiros: Governo recua nas restrições ao reagrupamento de casais com filhos	https://www.publico.pt/2148318	2025
Os imigrantes ainda não comem os pavões de São Bento	https://www.publico.pt/2025/09/24/politica/cronica/imigrantes-nao-comem-pavoes-sao-bento-2148438	2025
Imigrantes com títulos de residência da CPLP organizam protestos contra a AIMA	https://www.publico.pt/2025/09/25/publico-brasil/noticia/imigrantes-titulos-residencia-cplp-organizam-protestos-aima-2148430	2025
“UNEF não é uma ICE portuguesa”, diz Leitão Amaro, sobre polícia para imigrantes	https://www.publico.pt/2148431	2025
Imigrantes não foram violentos nem insultaram Portugal. Acusação da direita radical é falsa	https://www.publico.pt/2148531	2025
“Who is the best, baby?” Quando o desporto desmonta populismos	https://www.publico.pt/2148581	2025
Sara Barros Leitão imaginou um deputado social-democrata assombrado pelo fantasma de um migrante	https://www.publico.pt/2148740	2025
“Um serralheiro pode ser altamente qualificado”, diz secretário de Estado do Trabalho	https://www.publico.pt/2148753	2025
Governo de Portugal aposta tudo na aprovação de pacote “mais light” para imigração	https://www.publico.pt/2025/09/29/publico-brasil/noticia/governo-portugal-	2025

	aposta-aprovacao-pacote-light- imigracao-2148894	
Sistema da AIMA falha, troca dados e impede imigrantes de se regularizar em Portugal	https://www.publico.pt/2025/09/29/publico-brasil/noticia/sistema-aima-falha-troca-dados-impede-imigrantes-regularizar-portugal-2148973	2025
Para empreendedoras imigrantes, viver de ilusão é receita pronta para o fracasso	https://www.publico.pt/2149001	2025
Lei de estrangeiros: PSD rejeita condições “inconstitucionais” do Chega e “regresso ao passado” do PS	https://www.publico.pt/2148965	2025
Lei de estrangeiros: o antes e o que foi agora aprovado	https://www.publico.pt/2149045	2025
Volta para a tua terra!	https://www.publico.pt/2025/10/02/publico-brasil/opinio/volta-terra-2149306	2025
Governo reitera que não irá estudar cortes nos apoios sociais para imigrantes	https://www.publico.pt/2149551	2025
Iscte abre centro de apoio a migrantes: universidades têm “responsabilidades acrescidas”	https://www.publico.pt/2149603	2025
“Todos os dias, milhares de novos imigrantes chegam a Portugal”, diz membro da AIMA	https://www.publico.pt/2025/10/04/publico-brasil/noticia/dias-milhares-novos-imigrantes-chegam-portugal-membro-aima-2149611	2025
As eleições municipais em Portugal explicadas aos estrangeiros	https://www.publico.pt/2025/10/06/publico-brasil/opinio/eleicoes-municipais-portugal-explicadas-estrangeiros-2149752	2025
Migrantes interceptados no Algarve libertados. Processo de afastamento do país continua	https://www.publico.pt/2149862	2025
Imigrantes interceptados no Algarve: bebé de um ano ficou detido durante 60 dias, contra as recomendações da ONU	https://www.publico.pt/2149921	2025
Grupo neonazi suspeito de atacar cidadão indiano: “Agrediram-me porque sou imigrante”	https://www.publico.pt/2150099	2025
Imigrantes e Segurança Social: contas certas, ilusões erradas	https://www.publico.pt/2150314	2025
Portugal, queres inovar? Acolhe imigrantes talentosos	https://www.publico.pt/2025/10/11/ciencia/opinio/portugal-queres-inovar-acolhe-imigrantes-talentosos-2150138	2025
Famílias à espera, lei nas mãos de Marcelo: há 24 mil pedidos de reagrupamento por decidir na AIMA	https://www.publico.pt/2150340	2025
Polícia garante que abordagens de agentes a imigrantes são feitas com “educação”	https://www.publico.pt/2025/10/13/publico-brasil/noticia/policia-garante-	2025

	abordagens-agentes-imigrantes-sao-educacao-2150653	
Brasileiras criam curso de teatro para imigrantes: “Há um clima de tensão no ar”	https://www.publico.pt/2150833	2025
PJ já constituiu arguidos na investigação por suspeita de tráfico na chegada de migrantes ao Algarve	https://www.publico.pt/2150830	2025
Saiba o que muda na vida dos imigrantes em Portugal com a nova Lei de Estrangeiros	https://www.publico.pt/2025/10/16/publico-brasil/noticia/saiba-muda-vida-imigrantes-portugal-nova-lei-estrangeiros-2151042	2025
“Vistos gold” abrem 15 vezes mais a porta ao reagrupamento familiar de imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2151290	2025
PSP ainda põe menores migrantes a pernoitar na zona internacional do aeroporto	https://www.publico.pt/2150626	2025
PSP rejeita ideia de “caça ao imigrante” e alerta para aumento de tráfico de seres humanos	https://www.publico.pt/2151371	2025
AIMA permite inserção do NISS, integra sistemas e amplia atendimento em posto-chave	https://www.publico.pt/2025/10/20/publico-brasil/noticia/aima-permite-insercao-niss-integra-sistemas-amplia-atendimento-postochave-2151498	2025
Construção civil já sente impacto de travas à contratação de imigrantes em Portugal	https://www.publico.pt/2025/10/22/publico-brasil/noticia/construcao-civil-ja-sente-impacto-travas-contratacao-imigrantes-portugal-2151689	2025
Mudar a perceção sobre a importância dos migrantes	https://www.publico.pt/2151707	2025
A odisseia, como imigrante, para conseguir vaga em uma escola portuguesa	https://www.publico.pt/2151945	2025
Nova Lei de Estrangeiros pode dificultar acesso de imigrantes à Justiça em Portugal	https://www.publico.pt/2151973	2025
Welcome to Europe põe o público a reflectir sobre migrantes, refugiados e integração	https://www.publico.pt/2152088	2025
Um quarto dos alunos com pais estrangeiros reprova ou desiste no secundário	https://www.publico.pt/2152048	2025
Crise habitacional em Portugal exige cautela de imigrantes, afirma especialista	https://www.publico.pt/2025/10/26/publico-brasil/noticia/crise-habitacional-portugal-exige-cautela-imigrantes-afirma-especialista-2152218	2025
“Imigrantes ilegais devem regressar ao seu país”, diz primeiro-ministro de Portugal	https://www.publico.pt/2025/10/27/publico-brasil/noticia/imigrantes-ilegais-regressar-pais-primeiroministro-portugal-2152354	2025
Nova lei de estrangeiros: uma reforma que compromete os direitos humanos	https://www.publico.pt/2152633	2025
Imigrantes terão mais dificuldade para registrar filhos nascidos em Portugal	https://www.publico.pt/2152645	2025

O que querem os portugueses?	https://www.publico.pt/2025/10/31/publico-brasil/opiniao/querem-portugueses-2152795	2025
Espectros do sistema bancário	https://www.publico.pt/2025/10/31/opiniao/opiniao/espectros-sistema-bancario-2152887	2025
Com falta de trabalhadores imigrantes, empresas de limpeza já rejeitam clientes	https://www.publico.pt/2025/10/31/publico-brasil/noticia/falta-trabalhadores-imigrantes-empresas-limpeza-ja-rejeitam-clientes-2152893	2025
Caminhos da OCDE para a alta qualidade da educação	https://www.publico.pt/2025/10/31/impar/opiniao/caminhos-ocde-alta-qualidade-educacao-2152737	2025
Imigração em Portugal cai 2%, peso de médicos estrangeiros abaixo da média da OCDE	https://www.publico.pt/2153123	2025
Sobrequalificação dos imigrantes em Portugal “é particularmente elevada”	https://www.publico.pt/2153173	2025
Catarinense atrai imigrantes para acelerar startups e prevê faturar 1 milhão de euros	https://www.publico.pt/2025/11/04/publico-brasil/noticia/catarinense-atrai-imigrantes-acelerar-startups-preve-faturar-1-milhao-euros-2153270	2025
“A AIMA se transformou em máquina de moer imigrantes”: as queixas contra a agência	https://www.publico.pt/2025/11/04/publico-brasil/noticia/aima-transformou-maquina-moer-imigrantes-queixas-agencia-2153379	2025
Pela boca morre a ministra	https://www.publico.pt/2025/11/04/opiniao/opiniao/boca-morre-ministra-2153351	2025
AIMA fechará Estrutura de Missão no fim do ano e ampliará quadro de funcionários	https://www.publico.pt/2025/11/05/publico-brasil/noticia/aima-fechara-estrutura-missao-fim-ano-ampliara-quadro-funcionarios-2153513	2025
Ainda dá tempo de pedir a nacionalidade portuguesa sem as mudanças na lei	https://www.publico.pt/2025/11/07/publico-brasil/noticia/ha-tempo-pedir-nacionalidade-portuguesa-mudancas-lei-2153676	2025

A língua portuguesa é o mais amplo e inamovível monumento legado pelo colonialismo	https://www.publico.pt/2152163	2025
Bloco de Esquerda cobra Ministério da Educação sobre aluno que teve dedos decepados	https://www.publico.pt/2154714	2025
Estudo mostra que imigrantes se sentem traídos. “Vieram com uma expectativa e ficaram num limbo”	https://www.publico.pt/2154671	2025
Actividade partidária, saúde, migrantes e a tese de Ventura. Os factos do debate entre Seguro e Ventura	https://www.publico.pt/2155008	2025
A economia precisa de migrantes. Mas de que economia precisamos?	https://www.publico.pt/2154947	2025
PJ detém funcionárias suspeitas de inscreverem mais de 10 mil imigrantes irregulares no SNS	https://www.publico.pt/2155174	2025
Projeto Madrilusa apoiará 1600 jovens imigrantes da CPLP com empregos e qualificação	https://www.publico.pt/2025/11/19/p-publico-brasil/noticia/projeto-madrilusa-apoiara-1600-jovens-imigrantes-cplp-empregos-qualificacao-2155206	2025
Empreendedoras brasileiras expandem negócio na região de Coimbra	https://www.publico.pt/2155320	2025
Quase 75% das queixas contra a AIMA são de imigrantes em idade para trabalhar	https://www.publico.pt/2025/11/21/p-publico-brasil/noticia/quase-75-queixas-aima-sao-imigrantes-idade-trabalhar-2155524	2025
Para renovar residência de menor imigrante, AIMA exige termo de responsabilidade	https://www.publico.pt/2155587	2025
Portugal fecha portas para imigrantes e a Espanha faz questão de abri-las	https://www.publico.pt/2155615	2025
A autorização de residência vence em dezembro? AIMA já permite renovação do documento	https://www.publico.pt/2025/11/24/p-publico-brasil/noticia/autorizacao-residencia-vence-dezembro-aima-ja-permite-renovacao-documento-2155738	2025
Frase falsa foi atribuída ao PS nas redes sociais para criar a ideia de que defende “imigrantes criminosos”	https://www.publico.pt/2155741	2025
Na rotina de advogados da AIMA, fraudes com antecedentes criminais são as mais comuns	https://www.publico.pt/2155856	2025
Polícia que explora imigrantes: quando o Estado falha pelas mãos de quem o representa	https://www.publico.pt/2025/11/26/p-publico-brasil/opiniao/policia-explora-imigrantes-estado-falha-maos-representa-2156041	2025
Centro Comercial Babilónia alvo de operação de fiscalização da PSP	https://www.publico.pt/2156440	2025
“Não há migrante sem saudade da terra natal”, diz diretor de espetáculo.	https://www.publico.pt/2156517	2025

Quando polícias corruptos exploram imigrantes, André Ventura fica aflito	https://www.publico.pt/2156612	2025
Em “sintonia” com o povo, Governo aprova regime de deportação para imigração ilegal	https://www.publico.pt/2157029	2025
Proposta de lei da deportação de imigrantes com prazo de detenção até ano e meio	https://www.publico.pt/2157116	2025
“Não posso sair do país, não posso entrar no meu. Estou preso.” Dormir à porta da AIMA tornou-se uma rotina	https://www.publico.pt/2156797	2025
Trabalho essencial e migração: imperativo estrutural para o futuro laboral da Europa	https://www.publico.pt/2157050	2025
Outdoors	https://www.publico.pt/2157067	2025
O clima ideal contra os imigrantes	https://www.publico.pt/2157715	2025
Olhão: Polícia Judiciária detém cidadão estrangeiro que estava em fuga há dois anos	https://www.publico.pt/2157738	2025
As eleições presidenciais em Portugal explicadas aos estrangeiros	https://www.publico.pt/2157753	2025
Isto também é Portugal: Marco Martins e imigrantes regressam à Rua do Benfornoso	https://www.publico.pt/2157565	2025
Brasileiros não chegam a um terço dos estrangeiros presos em Portugal	https://www.publico.pt/2157719	2025
A cada três dias, em média, um brasileiro foi expulso de Portugal entre 2024 e 2025	https://www.publico.pt/2157973	2025
Mais detenção, menos garantias: especialistas criticam novas propostas na migração	https://www.publico.pt/2157820	2025
Cancelamento de celebrações do Natal por causa de muçulmanos é uma narrativa anual e falsa	https://www.publico.pt/2025/12/17/sociedade/noticia/cancelamento-celebracoes-natal-causa-muculmanos-narrativa-anual-falsa-2157877	2025
Militares da GNR depararam-se em Beja com imigrantes em condições deploráveis e sem meios de subsistência	https://www.publico.pt/2158477	2025
Imigrantes: risco de pobreza entre trabalhadoras estrangeiras é de quase 20%	https://www.publico.pt/2158428	2025
Pedro Pimpão: “Precisamos efectivamente de população imigrante”	https://www.publico.pt/2158481	2025
O que os “projectos dos vizinhos” podem ensinar-nos sobre integração de migrantes	https://www.publico.pt/2158474	2025
Dia Internacional dos Migrantes: celebrar pessoas, construir comunidades	https://www.publico.pt/2158517	2025
Como contribuir para a integração dos migrantes? A Ordem dos Psicólogos explica	https://www.publico.pt/2158576	2025
Imigrantes são 24% da força de trabalho ativa em Portugal e reforçam caixa do Governo	https://www.publico.pt/2158582	2025
AIMA fatura 101 milhões de euros com imigrantes. Ótimo negócio, dizem especialistas	https://www.publico.pt/2025/12/18/publico-brasil/noticia/aima-fatura-101-milhoes-euros-imigrantes-otimo-negocio-especialistas-2158664	2025
Quando a promessa de segurança começa a produzir ameaça emocional	https://www.publico.pt/2158807	2025
O elefante na sala: quem pode representar uma nação?	https://www.publico.pt/2158446	2025
“Nova” lei apertou regras para imigrantes, mas não para quem os contrata	https://www.publico.pt/2156929	2025

Portugal está desperdiçando um de seus maiores ativos econômicos: os imigrantes	https://www.publico.pt/2025/12/23/publico-brasil/opiniao/portugal-desperdicando-maiores-ativos-economicos-imigrantes-2159161	2025
AIMA chamará cidadãos da CPLP com residências vencendo em janeiro e fevereiro de 2026	https://www.publico.pt/2025/12/23/publico-brasil/noticia/aima-chamara-cidadaos-cplp-residencias-vencendo-janeiro-fevereiro-2026-2159179	2025
Andam querendo deportar o Pai Natal antes da meia-noite	https://www.publico.pt/2159195	2025
AIMA avisa os imigrantes: andem com o comprovante de renovação de residência no bolso	https://www.publico.pt/2025/12/26/publico-brasil/noticia/aima-avisa-imigrantes-andem-comprovante-renovacao-residencia-bolso-2159399	2025
O ano novo está chegando, mas problemas de imigrantes com a AIMA continuam os mesmos	https://www.publico.pt/2159480	2025
AIMA manterá aberto posto da Estrutura de Missão no Porto para atender imigrantes	https://www.publico.pt/2025/12/29/publico-brasil/noticia/aima-mantera-aberto-posto-estrutura-missao-porto-atender-imigrantes-2159580	2025
2026: sonhar com um mundo multicultural	https://www.publico.pt/2159591	2025
AIMA convoca imigrantes para pagar taxas pendentes dos pedidos de residência	https://www.publico.pt/2025/12/31/publico-brasil/noticia/aima-convoca-imigrantes-pagar-taxas-pendientes-pedidos-residencia-2159751	2025

ANEXO C – Teses e dissertações

Título	Autor	Handle	Tipo	Área	Instituição	Ano
A gestão da escola na promoção da interculturalidade no agrupamento	Pedro Fernando Oliveira Tavares	http://hdl.handle.net/10400.2/6400	Mestrado	Administração e Gestão Educacional	Universidade Aberta	2017
As representações sociais acerca do acolhimento de refugiados em Portugal: estudo de caso dos comentários à notícias sobre a chegada de refugiados a Portugal nas redes sociais dos media portugueses	Nuno Miguel Almeida Marques Santos	http://hdl.handle.net/10400.2/6673	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2017
Vidas que se contam: Os impactos da experiência EFA nas trajetórias de imigrantes e de descendentes de imigrantes	Sofia de Castro Pereira	http://hdl.handle.net/10071/14152	Doutoramento	Sociologia	Universidade de Lisboa	2017
“Os processos de regularização de imigrantes realizados em Portugal: que avaliação?”	Vera Ritta Branco Sampaio	http://hdl.handle.net/10071/13643	Doutoramento	Políticas Públicas	Universidade de Lisboa	2017
Histórias que a escola conta: integração de crianças imigrantes no 1º ciclo de escolaridade	Dilaila Olivia dos Santos Botas	http://hdl.handle.net/10400.2/6594	Doutoramento	Educação e Interculturalidade	Universidade Aberta	2017
Problemas sociais complexos e governação integrada: contributos para um modelo de governação integrada a partir de estudos de caso sobre o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante e a Comissão de Crianças e Jovens da Amadora	Rui Manuel Pereira Marques	http://hdl.handle.net/10400.5/14120	Doutoramento	Sociologia Económica e das Organizações	Universidade de Lisboa	2017
O ensino de PLN no ensino básico a alunos chineses recém-chegados a Portugal: um estudo de caso	Zhao, Nannam	http://hdl.handle.net/10451/30416	Mestrado	Português como Língua Segunda / Língua Estrangeira	Universidade de Lisboa	2017
A mediação intercultural na inclusão de migrantes no concelho de Braga	Soares, Marta Filipa Quelha	https://hdl.handle.net/1822/45494	Mestrado	Mediação Educacional e	Universidade do Minho	2017

				Supervisão na Formação		
Alto Minho: Horizonte 2040 – Prospetiva Demográfica e Social (Que Presente para o Futuro?)	Fernando Pereira Cabodeira	https://hdl.handle.net/1822/48629	Doutoramento	Sociologia	Universidade do Minho	2017
Contributos da análise linguística das histórias de vida em situação de entrevista para o processo de ensino e aprendizagem do português língua não materna: aspetos do desenvolvimento da competência pragmática em contextos orais interativos	Idalina dos Milagres Abreu Camacho	http://hdl.handle.net/10400.2/7897	Mestrado	Português Língua não Materna	Universidade Aberta	2018
Uma língua que acolhe : desafio para os professores de português na inclusão das crianças refugiadas	Sílvia Margarida Azevedo Cardoso	http://hdl.handle.net/10400.2/7242	Mestrado	Português Língua não Materna	Universidade Aberta	2018
A importância da formação intercultural para a docência de português língua estrangeira/língua segunda a adultos, em contexto de ensino superior	Ana Maria Mendonça Santos de Paiva Boléo	http://hdl.handle.net/10400.2/7729	Doutoramento	Educação e Interculturalidade	Universidade Aberta	2018
Comportamentos contraceptivos de mulheres migrantes : conhecimentos, atitudes e práticas em contexto de diversidade cultural	Lopes, Lídia Maria Mota Correia	http://hdl.handle.net/10400.2/8386	Doutoramento	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2018
“IntegrArte”: um projeto comunitário com famílias refugiadas	Maria João Ferreira Faria	https://hdl.handle.net/1822/59718	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2018
A importância da formação intercultural para a docência de português língua estrangeira/língua segunda a adultos, em contexto de ensino superior	Ana Maria Mendonça Santos de Paiva Boléo	http://hdl.handle.net/10400.2/7729	Doutoramento	Educação e Interculturalidade	Universidade Aberta	2018
A mediação intercultural na inclusão, desenvolvimento e reconhecimento dos imigrantes no concelho de Braga	Ramos, Vinicius Gois da Silva	https://hdl.handle.net/1822/59717	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2018
Motivações e ajustamento sociocultural de expatriados voluntários em Portugal: um estudo exploratório	Guan, Bowen	https://hdl.handle.net/1822/55383	Mestrado	Estudos de Gestão	Universidade do Minho	2018
Os estereótipos também envelhecem?: uma análise descolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadismo, a partir das vivências de migrantes brasileiras em Portugal	Queiroz, Camila Craveiro da Costa Campos e	https://hdl.handle.net/1822/56245	Doutoramento	Ciências da Comunicação	Universidade do Minho	2018

A crise dos refugiados nos media portugueses no século XXI	Luciano Fernandes do Amaral	http://hdl.handle.net/10400.2/9023	Mestrado	Estudos sobre a Europa	Universidade Aberta	2019
O diálogo intercultural através da arte na aula de PLNM: a azulejaria portuguesa no ensino de português a estrangeiros	Ana Cristina Pires Alfaiate	http://hdl.handle.net/10400.2/8537	Mestrado	Português Língua Não Materna	Universidade Aberta	2019
Liderança escolar e diversidade cultural: um estudo num agrupamento de escolas no Barlavento Algarvio	Rodrigues, Sara Maria Infante	http://hdl.handle.net/10400.2/8831	Mestrado	Administração e Gestão Educacional	Universidade Aberta	2019
Gravidez na adolescência na região de Lisboa: cultura ou literacia em saúde?	Ana Paula dos Reis Carmona	http://hdl.handle.net/10400.2/8530	Doutoramento	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2019
Políticas, Instituições e Percursos Migratórios de Mulheres e Meninas Refugiadas em Portugal e Dinamarca	Ana Sofia Carvalho de Almeida	http://hdl.handle.net/10071/20469	Doutoramento	Sociologia	Universidade de Lisboa	2019
A integração de crianças migrantes brasileiras nas escolas do 1º e 2º ciclo em Portugal	Claudiane de Souza Almeida	https://hdl.handle.net/1822/60689	Mestrado	Estudos da criança	Universidade do Minho	2019
Migrantes qualificados e o mercado de trabalho: desafios e oportunidades	Paula Bauab Brito	https://hdl.handle.net/1822/63687	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2019
Diferença salarial entre imigrantes e nativos: evidência empírica em Portugal	Fernandes, Lendina de Castro	https://hdl.handle.net/1822/64658	Mestrado	Economia Industrial e da Empresa	Universidade do Minho	2019
Uma discussão sobre os efeitos da multiculturalidade no mercado laboral português: uma visão recolhida numa amostra da imigração de Braga	Marciano, Neide Seomara Vando	https://hdl.handle.net/1822/64129	Mestrado	Economia Social	Universidade do Minho	2019
Bom Dia Brasil - Diário da Manhã: estudo comparado de telejornalismo matinal no Brasil e em Portugal	Weise, Bárbara Smidt	https://hdl.handle.net/1822/64457	Mestrado	Ciências da Comunicação	Universidade do Minho	2019
Portugal multicultural: o multiculturalismo europeu e o seu impacto na sociedade portuguesa	Maria Teresa Sá Rodrigues Martins	http://hdl.handle.net/10400.2/9852	Mestrado	Estudos sobre a Europa	Universidade Aberta	2020
Necessidades de formação de professores em contextos interculturais	Ana Cláudia Vigário dos Santos Reis	http://hdl.handle.net/10400.2/9965	Doutoramento	Educação e Interculturalidade	Universidade Aberta	2020
Migrantes contadores de estórias: integração e interculturalidade	Valter Manuel Linhares Peres	http://hdl.handle.net/10400.2/11278	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2020

Que política e planeamento linguístico existe para a integração dos cidadãos oriundos da Venezuela na Madeira?	Ana Rita Inácio António	http://hdl.handle.net/10400.2/10081	Mestrado	Português Língua Não Materna	Universidade Aberta	2020
Um estudo sobre empreendedorismo de imigrantes brasileiros em Portugal	Santos, Clarice Mattos Freitas dos	https://hdl.handle.net/1822/69625	Mestrado	Estudos de Gestão	Universidade do Minho	2020
Racismo e fluxos migratórios em Portugal: uma análise da atuação do Estado e dos movimentos sociais na atualidade	Oliveira, Taísa	https://hdl.handle.net/1822/70798	Mestrado	Sociologia	Universidade do Minho	2020
Crianças Brasileiras imigrantes na Europa: distanciamentos e aproximações étnico-culturais entre pares	Moreira, Denise Hosana de Sousa	https://hdl.handle.net/1822/74614	Doutoramento	Estudos da Criança	Universidade do Minho	2020
Tráfico transnacional e exploração sexual de mulheres: perspetivas institucionais e sociais na zona norte de Portugal	Sandra Cristina Sampaio de Freitas	http://hdl.handle.net/10400.2/10665	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2021
Os desafios do multiculturalismo: a importância da língua portuguesa como elemento de inclusão no percurso emocional e pessoal do aluno de PLNM	Sandra Luísa Gonçalves Ventura Nunes da Silva	http://hdl.handle.net/10400.2/10666	Mestrado	Estudos de Língua Portuguesa	Universidade Aberta	2021
As barreiras linguísticas do refúgio: perspetivas de integração e acolhimento nas aulas de Língua Portuguesa oferecidas pelo Conselho Português para os Refugiados	Holanda, Pollyne Cavalcante	https://hdl.handle.net/1822/83445	Mestrado	Direitos Humanos	Universidade do Minho	2021
A cocriação na mediação intercultural: o papel do mediador	Rodrigues, Lucinda Manuela Oliveira	https://hdl.handle.net/1822/77100	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2021
Associativismo migrante em Portugal: análise ao seu contributo para a integração política dos imigrantes: o caso da comunidade brasileira	Moreira, Jilson Bruno Andrade	https://hdl.handle.net/1822/77066	Mestrado	Ciência Política	Universidade do Minho	2021
Perceções dos estudantes estrangeiros da Universidade do Minho sobre o Serviço Nacional de Saúde português	Constantino, Yuselma Albertina Rodrigues	https://hdl.handle.net/1822/74986	Mestrado	Gestão de Unidade de Saúde	Universidade do Minho	2021
Alguns aspetos da proteção jurídica contra a exploração do trabalho infantil da criança migrante no direito internacional, à luz da Constituição Brasileira e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Ramos, Fernanda Martins	https://hdl.handle.net/1822/74473	Mestrado	Direito da União Europeia	Universidade do Minho	2021

O Interculturalismo como um novo paradigma para a inclusão de imigrantes: o caso da população brasileira em Braga	Monte, João Porciuncula do	https://hdl.handle.net/1822/76645	Mestrado	Ciência Política	Universidade do Minho	2021
Constituição de um corpus literário luso-brasileiro: uma proposta para o ensino de PLN	Braz, Carolina da Silva Macedo	https://hdl.handle.net/1822/74529	Mestrado	Português Língua Não Materna	Universidade do Minho	2021
Percepções, vivências e avaliação das experiências de intervenção precoce na infância por famílias brasileiras residentes em Portugal	Ramos, Gisleine Fátima	https://hdl.handle.net/1822/81114	Mestrado	Educação Especial	Universidade do Minho	2021
Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: porquê tão poucos os que chegam e porquê tão poucos os que ficam?	Almeida, Liz Magda Teixeira de	https://hdl.handle.net/1822/77965	Mestrado	Ciência Política	Universidade do Minho	2021
A crise migratória na Europa: um olhar sobre os refugiados em Braga, Norte de Portugal	Abdo, Cláudio	https://hdl.handle.net/1822/77286	Doutoramento	Estudos de Comunicação	Universidade do Minho	2021
Integração de crianças imigrantes brasileiras em escolas portuguesas: um estudo exploratório	Seixas, Gilda da Silva	https://hdl.handle.net/1822/81131	Mestrado	Estudos da Criança	Universidade do Minho	2021
Caracterização do empreendedorismo migrante: Ilha da Madeira	Nicole Olim Félix	http://hdl.handle.net/10400.2/12744	Mestrado	Gestão	Universidade Aberta	2022
De imigrantes a portugueses: a dimensão identitária e estratégica da nacionalidade	Maria Paula Nunes dos Santos Gonçalves de Oliveira	http://hdl.handle.net/10400.2/12109	Doutoramento	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2022
Imigração ucraniana e cuidados de saúde na Golegã	Fernandes, Maria João dos Remédios Carmo Gualter	http://hdl.handle.net/10400.2/12111	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2022
Filhos de lugar nenhum: leis de nacionalidade discriminatórias de gênero e a apatridia infantil na Europa	Paganini, Nicole Cardoso	https://hdl.handle.net/1822/84729	Mestrado	Direito	Universidade do Minho	2022
O contributo da Educação Intercultural para a formação cidadã do aluno: experiências didáticas em Estudo do Meio e História e Geografia de Portugal	Ângela Luísa Ferreira de Sousa	https://hdl.handle.net/1822/91258	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2022
Mulheres e migrações forçadas em Portugal: adaptação, resiliência e integração social	Catarina Isabel Silva de Sampaio	http://hdl.handle.net/10400.2/12558	Mestrado	Educação e Interculturalidade	Universidade Aberta	2022

A solidariedade no ordenamento jurídico da União Europeia: uma releitura do princípio aplicado ao ambiente e às migrações	Brandão, Maria Fernanda Gonçalves Daniel	https://hdl.handle.net/1822/84741	Mestrado	Direito da União Europeia	Universidade do Minho	2022
Imigrantes brasileiras: estudo exploratório sobre os desafios para entrar no mercado de trabalho português	Melo, Maria Lígia Vieira de	https://hdl.handle.net/1822/78905	Mestrado	Negócios Internacionais	Universidade do Minho	2022
Imigração em Portugal: integração, cidadania e interculturalidade	Ferreira, Venâncio Lopes	https://hdl.handle.net/1822/79556	Mestrado	Sociologia	Universidade do Minho	2022
À procura de um lugar na cidade: imigração brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga	Ribeiro, Rafaela Sofia Gonçalves	https://hdl.handle.net/1822/79564	Mestrado	Sociologia	Universidade do Minho	2022
Aqui, sem sabiá - a inclusão social e política de imigrantes em Portugal: estudo de caso na cidade de Braga	Santos, Jéssica Oliveira	https://hdl.handle.net/1822/79175	Mestrado	Ciência Política	Universidade do Minho	2022
O Brasil em Portugal: as imagens que a mídia virtual portuguesa constrói através da Música Brasileira	Branco, Pablo Varela	https://hdl.handle.net/1822/79436	Doutoramento	Estudos Culturais	Universidade do Minho	2022
A imigração em Portugal em perspetiva comparada: a evolução das Políticas Públicas (2003-2020)	Cerqueira, Cristiana Manuela Passos	https://hdl.handle.net/1822/79245	Mestrado	Administração Pública	Universidade do Minho	2022
As narrativas da migração entre o relato biográfico e o discurso mediático: o caso da imigração brasileira recente em Portugal	Posch, Patricia	https://hdl.handle.net/1822/80224	Doutoramento	Estudos Culturais	Universidade do Minho	2022
Reflexões sobre os obstáculos enfrentados pelos imigrantes no acesso à proteção social em Portugal: o caso do RSI	Guimarães, Marcelo Amaro	https://hdl.handle.net/1822/81626	Mestrado	Economia Social	Universidade do Minho	2022
Colorismo: impacto do tom de pele na vida de pessoas de origem africana em Lisboa	Cintia Joana Salé dos Santos	http://hdl.handle.net/10400.2/15200	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2023
"Que nunca caíam as pontes entre nós": um novo olhar sobre a mediação intercultural em contexto educativo	Paiva, Ana Mafalda Rodrigues Abrantes Mendes de Almeida e	http://hdl.handle.net/10400.2/14093	Doutoramento	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2023
A notícia da vacinação de imigrantes em situação irregular contra a Covid-19: comentários dos leitores na imprensa online portuguesa	Arnedo, Elsa Maria Herrmann	http://hdl.handle.net/10400.2/15119	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2023

O ensino do português língua de acolhimento e a inclusão de alunos imigrantes: um estudo de caso numa escola, na cidade do Porto	Lobão, Anabela Sílvia Lamas	http://hdl.handle.net/10400.2/15093	Mestrado	Administração e Gestão Educacional	Universidade Aberta	2023
A interculturalidade nos manuais de língua portuguesa no 3º ciclo do Ensino Básico em Portugal - uma realidade?	Oliveira, Carla Adriana Ribeiro de	https://hdl.handle.net/1822/87951	Mestrado	Estudos da criança	Universidade do Minho	2023
Knowing where you come from. Promoção da interculturalidade na aprendizagem de Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico	Nancy Marie Gonçalves May-Clement	https://hdl.handle.net/1822/92057	Mestrado	Ensino do Inglês no 1.º Ciclo do Ensino Básico	Universidade do Minho	2023
Mediação intercultural: por uma convivência positiva entre culturas	Reis, Daniela Sofia Barroso dos	https://hdl.handle.net/1822/84036	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2023
Proteção de pessoas particularmente vulneráveis no sistema de asilo português: a identificação de doenças mentais em requerentes de asilo	Souto, Sofia Vanessa Mendonça	https://hdl.handle.net/1822/93883	Mestrado	Direitos Humanos	Universidade do Minho	2023
O papel dos social media na implementação de políticas culturais e de integração de imigrantes	Oliveira, Natália Denipoti de	https://hdl.handle.net/1822/85057	Mestrado	Ciência da Comunicação	Universidade do Minho	2023
Da tutela de urgência nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro: uma análise comparativa	Santos, Juliana Maria Cruz	https://hdl.handle.net/1822/93478	Mestrado	Direito Judiciário	Universidade do Minho	2023
Sexualidade e gênero em meio escolar: um estudo nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil e no 1º ciclo do ensino básico em Portugal	Gama, Rafaela Cordeiro	https://hdl.handle.net/1822/85617	Doutoramento	Estudos da Criança	Universidade do Minho	2023
Estratégias de adaptação dos expatriados brasileiros por iniciativa própria: um estudo qualitativo	Fernandes, Ana Judite Dias	https://hdl.handle.net/1822/85596	Mestrado	Gestão de Negócios	Universidade do Minho	2023
Políticas de imigração na União Europeia: acolhimento e integração da comunidade brasileira no distrito de Faro	Parrado, Nuno Filipe Negalho	http://hdl.handle.net/10400.2/15950	Mestrado	Estudos sobre a Europa	Universidade Aberta	2024
Representações sociais dos profissionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF: crenças, valores e atitudes relativamente aos migrantes	Gaspar, Hugo Manuel Romão Serra dos Santos	http://hdl.handle.net/10400.2/16166	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2024
Os desafios da regularização documental de estrangeiros: estudo de caso dos bissau-guineenses na Cidade da Praia – Cabo Verde	Santos, Isalda Maria de Barros dos	http://hdl.handle.net/10400.2/19940	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2024
Integração de refugiados	Sara de Paula Monteiro Martins	https://hdl.handle.net/1822/92759	Mestrado	Educação	Universidade do Minho	2024

O dever de sonhar: um olhar para as crianças ucranianas refugiadas inseridas no sistema educativo português	Calixto, Tatiane Cacique	https://hdl.handle.net/1822/91449	Mestrado	Estudos da Criança	Universidade do Minho	2024
Auto-expatriação e ajustamento cultural: um estudo sobre a comunidade brasileira em Portugal	Carvalho, Joana Isabel de Sousa	https://hdl.handle.net/1822/93276	Mestrado	Gestão de Recursos Humanos	Universidade do Minho	2024
O papel do empreendedorismo étnico na implementação de negócios de imigrantes brasileiros: um estudo de caso em Braga	Peixoto, Leonor Adelaide do Vale	https://hdl.handle.net/1822/94596	Mestrado	Marketing e Estratégia	Universidade do Minho	2024
Entre tráfico e smuggling: um estudo sobre trajetos migratórios de mulheres que prestam trabalho sexual	Almeida, Flávia Sofia Rodrigues	https://hdl.handle.net/1822/96122	Mestrado	Sociologia	Universidade do Minho	2024
Contributos dos museus de proximidade para a formação e inclusão de públicos escolares culturalmente diversificados [Documento eletrónico]: o estudo de caso do museu agrícola de Riachos, Torres Novas, Portugal	Manuel Joaquim Oliveira Henriques	http://hdl.handle.net/10400.2/20245	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2025
Ser mulher e ser brasileira: o impacto dos estereótipos na integração de estudantes brasileiras no ensino superior em Portugal	Hannah Schiff Braz	http://hdl.handle.net/10400.2/15120	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2025
L+ STEAM em português para alunos chineses do 1.º ciclo: propostas didáticas	Alte, Lia de Jesus Rente da Silva Albuquerque Moreira de	http://hdl.handle.net/10400.2/20506	Mestrado	Estudo de Língua Portuguesa	Universidade Aberta	2025
Cursos de português língua de acolhimento: metodologias de aprendizagem colaborativa no ensino a distância	Maria da Conceição Borrinho Zarco Vinagre	http://hdl.handle.net/10400.2/20389	Mestrado	Pedagogia do elearning	Universidade Aberta	2025
A Multi/Interculturalidade em contexto empresarial multinacional e global: desafios, estratégias e competências	Pinheiro, José Carlos Martins	http://hdl.handle.net/10400.2/20262	Doutoramento	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2025
Jovens universitários portugueses: um olhar sobre as mulheres brasileiras	José Pedro Loureiro Moita	http://hdl.handle.net/10400.2/19858	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2025

O papel dos pais imigrantes brasileiros no processo de inclusão dos filhos na escola portuguesa de 1º ciclo	Lopes, Cláudia Barbeiro	http://hdl.handle.net/10400.2/21010	Mestrado	Relações Interculturais	Universidade Aberta	2025
A Supervisão como meio de promoção de práticas inclusivas para alunos estrangeiros nas escolas portuguesas	Lucinda Maria Ferreira Barros Monteiro	http://hdl.handle.net/10400.2/21147	Mestrado	Supervisão Pedagógica	Universidade Aberta	2025
O audiovisual como estratégia de integração social de jovens imigrantes na cidade do Porto: um estudo de caso do Coletivo Epifania	Marques, Renata Aylla Tomaz	https://hdl.handle.net/1822/98555	Mestrado	Ciências da Comunicação	Universidade do Minho	2025
Representações da mulher migrante no cinema: Todos os Sonhos do Mundo visto(s) pelos jovens	Carvalho, Beatriz Ferreira	https://hdl.handle.net/1822/96023	Mestrado	Comunicação, Arte e Cultura	Universidade do Minho	2025
Transnational migration and (in)security: challenges, threats and vulnerabilities of the African immigrants in Portugal	Ayogu, Simon Okechukwu	https://hdl.handle.net/1822/95097	Doutoramento	Sociologia	Universidade do Minho	2025
O avesso, do avesso, do avesso, do avesso. Um teatro brasileiro, década de 70 e as relações de gênero	Amaral, Maria Teresa	https://hdl.handle.net/1822/94863	Doutoramento	Ciências da Cultura	Universidade do Minho	2025
Existing in monocultural education: educational experiences of immigrant children	Peköz, Çağrı	https://hdl.handle.net/1822/94732	Doutoramento	Estudos da Criança	Universidade do Minho	2025
Should I stay or should I go? An analysis of Portugal's intracountry migration	Ribeiro, Francisco Figueira	https://hdl.handle.net/1822/96659	Mestrado	Economia	Universidade do Minho	2025
Gestão da diversidade em ambiente académico	Amorim, Ana Margarida Rocha	https://hdl.handle.net/1822/97686	Mestrado	Gestão de Recursos Humanos	Universidade do Minho	2025
Adaptabilidade de carreira de mulheres brasileiras imigrantes em Portugal	Vale, Flávia Valadão Domingos do	https://hdl.handle.net/1822/98009	Mestrado	Psicologia da Educação	Universidade do Minho	2025
Youtubers e migração: a dinâmica comunicacional sociotécnica do trabalho digital de imigrantes brasileiros em Portugal	Andrade, Dalvacir Xavier de Oliveira	https://hdl.handle.net/1822/98534	Doutoramento	Ciências da Comunicação	Universidade do Minho	2025
«Os voos das Iracemas»: a experiência da mobilidade de mulheres brasileiras em Portugal	Fernandes, Gleiciani Maria de Oliveira	http://hdl.handle.net/10451/30271	Doutoramento	Antropologia	Universidade de Lisboa	2017
Na mira do sucesso: estratégias de combate ao insucesso escolar de alunos estrangeiros	Martins, Sandra Catarina Ribeiro	http://hdl.handle.net/10451/29882	Mestrado	Ciências da Educação	Universidade de Lisboa	2017

Ser professor em novos contextos culturais: trajetórias e identidades	Montenegro, Monique	http://hdl.handle.net/10451/32683	Doutoramento	Educação	Universidade de Lisboa	2018
Migrant spatial integration: pathways through Lisbon	Buhr, Franz Gustav	http://hdl.handle.net/10451/34872	Doutoramento	Geografia	Universidade de Lisboa	2018
Efeitos demográficos e económicos das migrações em Portugal: o caso da Segurança Social	Quintino, Ana Sofia Santos	http://hdl.handle.net/10451/36350	Mestrado	Matemática Aplicada à Economia e Gestão	Universidade de Lisboa	2018
Trajetoórias de Mobilidade Estudantil Internacional: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal	Chatti Iorio, Juliana	http://hdl.handle.net/10451/37454	Doutoramento	Geografia	Universidade de Lisboa	2018
(In)sucesso escolar em filhos de imigrantes de nível socioeconómico baixo em Portugal: um estudo com participantes do Programa Escolhas através do inventário IARPS-CJ	Silva, Djamila Cohen Correia e	http://hdl.handle.net/10451/41537	Mestrado	Psicologia	Universidade de Lisboa	2019
Processos migratórios e formação: aprendizagens experienciais das mulheres brasileiras em Portugal	Duarte, Ana Cristina Guimarães	http://hdl.handle.net/10451/41325	Mestrado	Educação	Universidade de Lisboa	2019
Leitura etnográfica dos lugares de vida de imigrantes brasileiros em Lisboa e em Los Angeles	Silva, Adélia	http://hdl.handle.net/10451/41454	Doutoramento	Geografia	Universidade de Lisboa	2019
Os imigrantes no setor dos cuidados em Portugal	Jesus, Maria Beatriz Carreiras de	http://hdl.handle.net/10400.5/26919	Mestrado	Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Universidade de Lisboa	2022
Travessias experienciais e deslocamentos identitários: um estudo sobre as mulheres brasileiras inseridas no ensino superior português	Santana, Marisa Aguiar de	http://hdl.handle.net/10451/56940	Mestrado	Educação	Universidade de Lisboa	2022
Russian Migrants in Portugal (1991 – 2017): Networks, Transnationalism, Identifications	Bulakh, Elena Anatolievna	http://hdl.handle.net/10451/64737	Doutoramento	Antropologia	Universidade de Lisboa	2024
Rastreamento de infeções parasitárias em migrantes: estudo retrospectivo num hospital periférico de Lisboa	Saraiva, Filipa Almeida	http://hdl.handle.net/10400.5/100907	Mestrado	Medicina	Universidade de Lisboa	2024
Trajetoórias Familiares e Vivências Escolares: Projectos de vida e processos identitários nos descendentes de imigrantes guineenses na Escola Secundária de Odivelas	Fati, David Lamine	http://hdl.handle.net/10400.5/13210	Mestrado	Sociologia	Universidade de Lisboa	2017

Os alemães em Aljezur: casos de lifestyle migration	Herbers, Kia	http://hdl.handle.net/10451/29690	Mestrado	Cultura e Sociedade na Europa	Universidade de Lisboa	2017
A autorização de residência para atividade de investimento	António, Susana de Brito Guerreiro	http://hdl.handle.net/10451/34111	Mestrado	Direito	Universidade de Lisboa	2018
A imigração no século XXI, conflitos culturais e dificuldades nacionais: fronteiras entre as práticas culturais dos imigrantes e os padrões normativos portugueses	Bernardo, Caroline Costa	http://hdl.handle.net/10451/39867	Mestrado	Direito	Universidade de Lisboa	2019
A identidade cultural da geração 1.5 dos imigrantes chineses em Lisboa	Danhui, Li	http://hdl.handle.net/10451/37639	Mestrado	Português como Língua Estrangeira /Língua Segunda	Universidade de Lisboa	2019
O feminino encarcerado: uma análise sobre as trajetórias de vida das reclusas brasileiras no Estabelecimento Prisional de Tires	Sarges, Glauca Lindoso	http://hdl.handle.net/10400.5/19111	Mestrado	Sociologia	Universidade de Lisboa	2019
Migração de reformados do “Sul-Global” ao “Norte-Global”: Portugal como destino dos reformados brasileiros	Biasutti, Nilcelene Bossoes	http://hdl.handle.net/10451/43274	Mestrado	Geografia	Universidade de Lisboa	2020
Etiqueta à mesa com a família na cultura chinesa e a sua mudança na segunda geração dos imigrantes chineses em Portugal: um estudo de caso	Mu, Siqing	http://hdl.handle.net/10451/45553	Mestrado	Português como Língua Estrangeira /Língua Segunda	Universidade de Lisboa	2020
Políticas Públicas de Imigração em Portugal: o caso dos estudantes brasileiros no ensino superior português de 2008 a 2018	Abreu, Simone Oliveira de	http://hdl.handle.net/10400.5/20907	Mestrado	Gestão e Políticas Públicas	Universidade de Lisboa	2020
A Organização Internacional para as Migrações e os desafios migratórios no século XXI	Almeida, Ari Cesar Paiva de	http://hdl.handle.net/10451/49787	Mestrado	Direito Internacional	Universidade de Lisboa	2021
A Busca por Coisas, Migração e Nostalgia: Uma Etnografia Digital do grupo de mulheres brasileiras no Facebook ‘Calcinhas em Lisboa’	Silva, Cynthia Ignacio Silvestre da	http://hdl.handle.net/10400.5/24484	Mestrado	Antropologia	Universidade de Lisboa	2022

Inserção Laboral no Mercado Nacional de Jovens Imigrantes Oriundos dos PALOP: O Caso da Guiné-Bissau e Cabo-Verde	Silva, Amadeu da	http://hdl.handle.net/10400.5/24642	Mestrado	Sociologia	Universidade de Lisboa	2022
Desigualdades sociais e risco num contexto de crise pandémica: Um estudo sobre a população migrante extracomunitária, residente em duas freguesias de Lisboa	Veludo, Nuno Miguel Guerreiro Nunes	http://hdl.handle.net/10400.5/24403	Mestrado	Sociedade, Risco e Saúde	Universidade de Lisboa	2022
Trabalho emocional realizado por imigrantes brasileiras cuidadoras de pessoas idosas em Portugal	Silva, Flavia Maria da	http://hdl.handle.net/10400.5/24463	Mestrado	Sociologia	Universidade de Lisboa	2022
O papel das bibliotecas públicas na inclusão social de refugiados e de requerentes de asilo na Área Metropolitana de Lisboa	Serra, Sofia Margarida Silvério	http://hdl.handle.net/10451/54736	Mestrado	Ciências da Documentação e Informação	Universidade de Lisboa	2022
Saúde Subjetiva e Condicionantes Sociais: o Caso dos Imigrantes Chineses em Lisboa em Contexto de Pandemia	Gao, Ying	http://hdl.handle.net/10400.5/27297	Mestrado	Sociedade, Risco, Saúde	Universidade de Lisboa	2022
Os Requerentes de Asilo em Portugal e os Desafios do Acolhimento para a Política Social	Branco, Ana Sofia de Oliveira	http://hdl.handle.net/10400.5/27538	Doutoramento	Política Social	Universidade de Lisboa	2023
Monitorização da integração de imigrantes no município de cascais: a realidade social, económica e política	Augusto, Ricardo Jorge Salgado	http://hdl.handle.net/10451/57400	Mestrado	Geografia Humana	Universidade de Lisboa	2023
Determinantes da saúde mental e qualidade de vida em imigrantes qualificados	Nascimento, Paulo Sousa	http://hdl.handle.net/10400.5/98283	Doutoramento	Psicologia	Universidade de Lisboa	2024
O português língua de acolhimento e o desenvolvimento de competência intercultural por imigrantes chineses em Portugal	Ye, Na	http://hdl.handle.net/10400.5/97273	Mestrado	Português como Língua Estrangeira / Segunda	Universidade de Lisboa	2024
Trajetórias migratórias e laborais dos chilenos e chilenas em Portugal	Jiménez, Yanina Ximena Inostroza	http://hdl.handle.net/10400.5/98860	Mestrado	Sociologia das Organizações e do Trabalho	Universidade de Lisboa	2024
Mulheres imigrantes em Portugal: a experiência do acesso aos cuidados de saúde perinatal	Meira, Thays Araujo	http://hdl.handle.net/10400.5/98751	Mestrado	Política Social	Universidade de Lisboa	2025
Fala freguês! (Re)pensar o design enquanto ferramenta de integração social: o caso do acesso de migrantes aos cuidados de saúde	Orey, Luís Maria Gorjão Henriques Albuquerque d'	http://hdl.handle.net/10400.5/102596	Mestrado	Design para a Sustentabilidade	Universidade de Lisboa	2025

Migrações em cena – Experiências do Teatro Migrante	Anthony, Patrícia Caetano de Oliveira	http://hdl.handle.net/10400.5/116657	Doutoramento	Estudos de Teatro	Universidade de Lisboa	2025
Segmentação de trabalhadores imigrantes em Portugal? O exemplo dos trabalhadores brasileiros no setor da restauração e hotelaria na última década.	Telmo Francisco de , Almeida	http://hdl.handle.net/10400.5/117243	Mestrado	Políticas e Gestão de Recursos Humanos	Universidade de Lisboa	2025
Isso aqui é o Brasil!: uma etnografia sobre músicos brasileiros em Lisboa	Fernandes Guerreiro, Amanda	http://hdl.handle.net/10451/42848	Doutoramento	Antropologia da Etnicidade e do Político	Universidade de Lisboa	2020
Impactos da pandemia por Covid-19 nos migrantes brasileiros em Portugal	Teles, Gabriela Oliveira e	http://hdl.handle.net/10400.5/20986	Mestrado	Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Universidade de Lisboa	2020
Imigração: medidas legais que regem a imigração brasileira em Portugal	Cardoso, Daniela de Almeida	http://hdl.handle.net/10400.5/20700	Mestrado	Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Universidade de Lisboa	2020
Resilience and vulnerability: an overview of brazilian and cabo verdean migrant communities in Portugal during the covid-19 pandemic	Oliveira, Bruna Paixão de	http://hdl.handle.net/10400.5/20865	Mestrado	Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Universidade de Lisboa	2020
Projeções de migrações em Portugal e determinantes da sua evolução	Cunha, Manuel Maria Barbas Gaio Cardote da	http://hdl.handle.net/10400.5/20747	Mestrado	Métodos Quantitativos para a Decisão Económica e Empresarial	Universidade de Lisboa	2020
A perspetiva da mulher migrante sobre o processo de interação com os enfermeiros durante a gravidez ao pós-parto	Santiago, Conceição	http://hdl.handle.net/10451/48517	Doutoramento	Enfermagem	Universidade de Lisboa	2020
O modelo de integração de imigrantes no Brasil: uma análise comparativa	Ferreira, Nicole Gut	http://hdl.handle.net/10400.5/21618	Mestrado	Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Universidade de Lisboa	2021
Padrões de integração e políticas locais de apoio aos imigrantes: um estudo de caso no município da Lourinhã	Lopes, Mariana Tomás	http://hdl.handle.net/10400.5/22917	Mestrado	Economia e Políticas Públicas	Universidade de Lisboa	2021

Migração como determinante social de saúde: padrões de morbimortalidade na comunidade migrante em Portugal	Pereira, Beatriz Maria Rodrigues	http://hdl.handle.net/10451/56529	Mestrado	Medicina	Universidade de Lisboa	2022
Proposta de um plano de integração de operários estrangeiros numa empresa do setor químico em Portugal	Veludo, Nuno Miguel Guerreiro Nunes	http://hdl.handle.net/10400.5/26887	Mestrado	Gestão de Recursos Humanos	Universidade de Lisboa	2022
Percursos de irregularidade: migrantes brasileiros na Área Metropolitana de Lisboa	Santella, Desideria	http://hdl.handle.net/10451/64576	Doutoramento	Migrações	Universidade de Lisboa	2023
Aculturação alimentar da comunidade chinesa imigrante em Portugal	Catarina Li	http://hdl.handle.net/10451/60949	Mestrado	Medicina	Universidade de Lisboa	2023
Crise migratória 2015: resposta europeia à crise dos refugiados	Ussene, Rahim Badhurali	http://hdl.handle.net/10400.5/30178	Mestrado	Economia	Universidade de Lisboa	2023
MENTORING4YOUTH: mentoring como ferramenta de integração de jovens migrantes em Portugal	Maltinha, Ana Raquel Cabaço	http://hdl.handle.net/10400.5/29736	Mestrado	Desenvolvimento e Cooperação Internacional	Universidade de Lisboa	2023
O papel da comunicação empática por e-mail na satisfação e sentimento de pertença da comunidade CPLP em Portugal	Lima, Ema Francisca Martins de	http://hdl.handle.net/10400.5/102579	Mestrado	Economia	Universidade de Lisboa	2025
Raízes do estranhamento: a (in)comunicação Portugal-Brasil	Fino, Carlos Alberto Gonçalves	https://hdl.handle.net/1822/61810	Doutoramento		Universidade do Minho	2019

ANEXO D – Relatórios institucionais

Ano	Sigla	Entidade	Título
2017	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2016
2017	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2017
2017	OM	Observatório das Migrações	Estudantes estrangeiros nos diferentes níveis de ensino
2017	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017
2017	OM	Observatório das Migrações	Boletim Estatístico OM N.º 3, Coleção Imigração em Números
2018	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2018
2018	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018
2018	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2017
2019	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2018
2019	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2019
2019	OM	Observatório das Migrações	Inclusão e desempenho académico de crianças e jovens imigrantes: o papel das dinâmicas de aculturação
2019	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019
2020	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2020
2020	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020
2020	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2019
2021	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2020
2021	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2021
2021	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021
2022	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2021
2022	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2022
2022	CNE	Conselho Nacional de Educação	Recomendação sobre o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva
2022	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo

2023	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2022
2023	OM	Observatório das Migrações	Indicadores de Integração de Imigrantes 2023
2023	INE	Instituto Nacional de Estatística	Mais de 1,2 milhões de pessoas já sofreram discriminação em Portugal
2023	INE	Instituto Nacional de Estatística	As pessoas
2023	PORDATA	PORDATA	Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal
2024	INE	Instituto Nacional de Estatística	No âmbito do Dia Internacional dos Migrantes - Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Portugal
2024	AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Relatório de Migrações e Asilo 2023
2024	AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Relatório intercalar: Recuperação de processos pendentes na AIMA - População Estrangeira em Portugal
2024	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2023
2024	PCM	Presidência do Conselho de Ministros	Plano de Ação para as Migrações - Problemas, Desafios, Princípios e Ações
2024	INE	Instituto Nacional de Estatística	Anuário Estatístico de Portugal - 2024
2025	AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Relatório de Migrações e Asilo 2024
2025	AIMA	Agência para a Integração, Migrações e Asilo	Relatório intercalar - Recuperação de processos pendentes na AIMA: População Estrangeira em Portugal
2025	INE	Instituto Nacional de Estatística	Anuário Estatístico de Portugal - 2025
2025	CNE	Conselho Nacional de Educação	Estado da Educação 2024

ANEXO E – Conferências/colóquios

Data	Instituição	Evento	Link
09/09/2017	Universidade do Minho	O Fórum Internacional da Criança Migrante	https://www.infanciamigrantebr.net/
09/11/2017	ISCTE - Universidade de Lisboa	Integração de Imigrantes	https://cei.iscte-iul.pt/eventos/evento/seminario-integracao-de-imigrantes/
28/05/2018	Universidade Aberta	Educação, Diversidade, Interculturalidade e Cidadania	https://portal.uab.pt/noticias/seminario-educacao-diversidade-interculturalidade-e-cidadania/
07/12/2018	Universidade Aberta	Migrações na Europa: práticas legais e reinstalação de refugiados	https://portal.uab.pt/noticias/seminario-sobre-migracoes-na-europa/
18/06/2019	Universidade do Minho	Um Lugar para Viver: Imigrantes brasileiros na cidade de Braga	https://www.uminho.pt/PT/siga-a-uminho/Paginas/Detalhe-do-evento.aspx?Codigo=54888
15/07/2019	Universidade Aberta Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais	O Português como Língua de Acolhimento para imigrantes deslocados forçados no Brasil	https://cemri.uab.pt/eventos/seminario-gi-academia-e-sociedade-o-portugues-como-lingua-de-acolhimento-para-imigrantes-deslocados-forcados-no-brasil/
28/01/2022	Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados	Direitos dos estrangeiros	https://www.homepagejuridica.pt/videos/10469-conferencia-direito-dos-estrangeiros-28-de-janeiro-de-2022-video
09/02/2022	Instituto de Educação da Universidade de Lisboa	XXIX Colóquio da AFIRSE Portugal: A educação e os desafios da sociedade contemporânea - contributos da investigação	https://afirse.ie.ul.pt/coloquios/xxix-coloquio-2022/
27/04/2022	Instituto Padre António Vieira (IPAV)	Acolhimento de Imigrantes: a governação integrada na resposta a um desafio complexo	https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_documento_s/cimal_programa.png
27/06/2022	Universidade do Minho	Mundo Digital: oportunidades e desafios para as mulheres migrantes	https://www.uminho.pt/PT/siga-a-uminho/Paginas/Detalhe-do-evento.aspx?Codigo=59808
27/07/2022	Aproximar, Cooperativa de Solidariedade Social, CRL	Valorizar o Talento das Pessoas Migrantes	https://www.aproximar.pt/noticias/conferencia-valorizar-o-talento-das-pessoas-migrantes-em-leiria
24/01/2023	Câmara Municipal de Odemira	Propostas Locais para Desafios Globais: Habitação, Trabalho, Acolhimento e Integração	https://www.radiocampanario.com/municipio-de-odemira-promove-conferencia-para-debater-melhores-condicoes-para-imigrantes/#google_vignette

22/06/2023	Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados	Direitos dos estrangeiros	https://www.homepagejuridica.pt/videos/12248-conferencia-direitos-dos-estrangeiros-22-de-junho-de-2023-video
04/12/2023	Universidade do Porto	Género e migração: a reprodução entra em ação no campo migratório	https://sigarra.up.pt/flup/pt/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=167866
18/12/2023	Universidade Católica Portuguesa	International Migrants Day Conference	https://cados.ucp.pt/pt-pt/eventos/international-migrants-day-conference-8381
09/04/2024	Centro de Informação de Lisboa (CIUL)	Emprego ou Trabalho? A Realidade dos Migrantes e das Minorias Étnicas em Portugal	https://rededlbclisboa.pt/artigo/involve-ou-conferencia-emprego-ou-trabalho-a-realidade-dos-migrantes-e-das-minorias-etnicas-em-portugal-1716461456
04/06/2024	IEFP e a Organização Internacional para as Migrações	Migração laboral: que futuro?	https://www.iefp.pt/noticias?item=12709254
02/07/2024	ISCTE - Universidade de Lisboa	21ª Conferência Anual da IMISCOE (International Migration Research Network) "Migration as a social construction. A reflexive turn"	https://www.cies.iscte-iul.pt/np4/4262.html
11/07/2024	Embaixada de São Tomé e Príncipe em Portugal	Migração Consciente	https://www.uccla.pt/noticias/uccla-presente-na-conferencia-debate-sobre-migracao-consciente
26/07/2024	Universidade Aberta - Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais	Jornada Científica dedicada ao Dia Internacional Dos Avós sobre Relações Intergeracionais, Envelhecimentos e Migrações	https://cemri.uab.pt/eventos/relacoes-intergeracionais-envelhecimentos-e-migracoes/
24/10/2024	Universidade Aberta - Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais	Ciclo de Conferências Migrações e Interculturalidades em Debate – O Contexto das Migrações Contemporâneas no Brasil, no Século XXI	https://cemri.uab.pt/noticias-e-eventos/eventos-cientificos/
16/01/2025	Universidade Aberta	Menores Migrantes Não Acompanhados – Unidade de Apoio à Promoção de Autonomia: o exemplo da Casa da Caldeira	https://portal.uab.pt/noticias/conferencia-sobre-menores-migrantes-nao-acompanhados/
29/01/2025	Universidade Católica do Porto	Conferência Social: Educação, Imigração e Qualidade de vida. Que caminhos?	https://m.porto.ucp.pt/pt/central-eventos/conferencia-social-educacao-imigracao-e-qualidade-vida-que-caminhos
29/01/2025	Universidade Aberta	Associativismo Migrante. Intervenção Social e Política	https://portal.uab.pt/noticias/associativismo-migrante-intervencao-social-e-politica/

26/02/2025	Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	Conferência Rede Infâncias Protagonistas: a etnografia Performativa como metodologia de pesquisa com crianças imigrantes e refugiadas	https://ceteatro.pt/conferencia-rede-infancias-protagonistas-a-etnografia-performativa-como-metodologia-de-pesquisa-com-criancas-imigrantes-e-refugiadas/
10/03/2025	Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Imigração: o desafio da proximidade	https://www.cm-gaia.pt/pt/eventos/conferencia-imigracao-o-desafio-da-proximidade/
26/03/2025	Município do Porto e IEFP, AIMA e JRS Portugal	Porto_4_All: Integração profissional de pessoas migrantes	https://www.cm-porto.pt/agenda-economia/porto_4_all_Diversidade%20como%20for%C3%A7a
11/04/2025	Câmara Municipal de Amarante	III Conferência INQUIETAR – Alterações Climáticas: Migrações	https://www.cm-amarante.pt/servicos/educacao/conferencia-inquietar/conferencia-inquietar-alteracoes-climaticas/
28/04/2025	Universidade do Minho	Congresso internacional 2025 - Migrações e comunicação na era planetária: debates e ações	https://www.migra.ics.uminho.pt/congresso-2025/
06/06/2025	Associação Empresarial de Elvas	2ª Conferência Emprego e Oportunidades na contratação de Imigrantes	https://www.portalalentejano.com/2a-conferencia-emprego-e-oportunidades-na-contratacao-de-imigrantes/
01/09/2025	Universidade de Lisboa	Imigração: em busca de um consenso	https://www.ulisboa.pt/evento/imigracao-em-busca-de-um-consenso
02/09/2025	Universidade NOVA de Lisboa	Conferência Mundial sobre Saúde e Migrações	https://www.ensp.unl.pt/nova-acolhe-conferencia-mundial-sobre-saude-e-migracoes/
20/09/2025	Centro de Formação Prepara Portugal	Conferência Internacional Universo Prepara – Inovação, Marketing e Estratégia na Profissionalização do Imigrante	https://revistaentrierios.pt/postagens/porto-recebe-conferencia-sobre-imigrantes-tecnologia-e-trabalho/
23/09/2025	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)	Migrant Disaster Victim Identification	https://inmlcf.justica.gov.pt/Noticias-do-INMLCF/INMLCF-acolhe-conferencia-internacional-sobre-Identificacao-de-Vitimas-Migrantes-em-Desastres-de-Massa
03/10/2025	Organização Laços Angolanos e Consulado-Geral de Angola no Porto	Conferência dos Direitos dos Estrangeiros	https://www.publico.pt/2025/10/04/publico-brasil/noticia/dias-milhares-novos-imigrantes-chegam-portugal-membro-aima-2149611
20/10/2025	Universidade de Lisboa	Migrações internacionais: desafios contemporâneos entre cidades e fronteiras	https://observatorioemigracao.pt/np4/10483.html
22/10/2025	Universidade Aberta	Interculturalidades e Migrações em debate	https://portal.uab.pt/noticias/interculturalidades-e-migracoes-em-debate/
11/12/2025	AIMA	Rede Europeia das Migrações dedicada ao fortalecimento da integração	-